GABRIEL MELO VIANA

A tribunicia potestas

O fundamento do poder tribunício

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Hécio Maciel França Madeira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

GABRIEL MELO VIANA

A tribunicia potestas

O fundamento do poder tribunício

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Romano e Sistemas Jurídicos Contemporâneos, sob a orientação do Prof. Dr. Hércio Maciel França Madeira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família que me amparou durante todo o período do mestrado. À minha mãe, CECÍLIA, pelo seu afeto e apoio nos momentos mais difíceis. A meu pai, AGNALDO, por sempre ter sido uma grande fonte de inspiração e orgulho. À minha tia, MARIA JOSÉ, pela presença e carinho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. HÉLCIO MADEIRA pela oportunidade e pela dedicação nos últimos três anos.

Aos meus colegas, amigos e todos que estiveram presente e contribuíram de alguma forma para que esse sonho se tornasse realidade.

Muito obrigado.

VIANA, Gabriel. *A tribunicia potestas*. O fundamento do poder tribunício. 2017. 206p. Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

O tribunato da plebe foi fundamental para garantir a liberdade dos plebeus e para o amadurecimento das instituições republicanas em Roma. Os tribunos, principalmente utilizando a *intercessio*, atuavam em prol da plebe e contribuíram, direta e indiretamente, na modificação do ordenamento jurídico-constitucional romano com o intuito de possibilitar uma atuação mais efetiva dos plebeus. O presente trabalho analisa como os plebeus, sem participação ativa no poder político, conseguiram estabelecer o tribunato da plebe e os seus poderes, de certa forma, ilimitados. Diversas são as teorias sobre a origem da plebe e diversas são as interpretações acerca das condições sociais, políticas e econômicas da plebe no início da república romana. Por um lado, teoriza-se que os plebeus seriam paupérrimos e estavam desgostosos com o tratamento que lhes era concedido. Por outro lado, há correntes que advogam a existência de uma plebe abastada e sedenta por poder. A plebe, utilizando de métodos revolucionários como a resistência e a secessão, conseguiu criar uma magistratura com poderes ilimitados que intercedia e interferia no funcionamento das instituições políticas de Roma. Os tribunos muito podiam, ainda que destituídos de uma competência política geral e dirigente. Questiona-se, portanto, como a plebe sem o domínio do direito e da política conseguiu impor a sua magistratura com a plenitude de seus poderes no concerto constitucional republicano. Tratado entre as ordens, juramento de vingança, consagração aos deuses ou plebiscitos: várias são as teorias acerca da fundamentação do poder tribunício. Pretendeu-se, enfim, no que se refere à fundamentação do poder tribunício, propor uma nova sistematização da matéria, reconstruindo o diálogo histórico dos principais autores que versaram recentemente sobre o tema e recorrendo, principalmente, às fontes literárias como Lívio, Dionísio de Halicarnasso e Cícero.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunos, Tribunato da Plebe, Poder tribunício, *Intercessio*.

VIANA, Gabriel. *A tribunicia potestas*. O fundamento do poder tribunício. 2017. 206p. Master of Law - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

The tribunate of the plebeians was contributory in securing the freedom of the plebeians and in maturing the republican institutions in Rome. The tribunes, mainly using the power of *intercessio*, worked for the plebeians and contributed, directly and indirectly, to the adjustment of Roman legal-constitutional order in order to enable a more effective action of the plebeians. The present work inquiries how the plebeians, without active participation in the political power, managed to establish the tribunate of the plebeians and its, in a way, unlimited powers. There are several theories about the origin of the plebeians and countless interpretations of the social, political and economic conditions of the plebeians at the beginning of the Roman republic. On the one hand, it is theorized that the plebeians would be poor and revolted at the treatment gave to them. On the other hand, there are theories that advocate the existence of a wealthy and power-hungry plebeians. The plebeians, using revolutionary methods such as resistance and secession, managed to create a magistracy with unlimited powers that interceded and directly interfered in the functioning of the political institutions of Rome. The tribunes were powerful without having powers. It is therefore questioned how the plebs without ruling of law and politics managed to impose their magistracy with the fullness of their powers. A treaty among the orders, an oath of revenge, a consecration to the gods or plebiscites: there are several theories about the substance of the tribunician power. It is intended, regarding the substance of the tribunician power, to propose a new systematization of the subject, reconstructing the historical dialogue of the main authors who recently dealt with the subject and resorting mainly to the literary sources such as Livy, Dionysius of Halicarnassus and Cicero.

KEYWORDS: Tribunate, Tribunes of the people, Plebs, Tribunician power, Intercession.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. A PLEBE	7
2.1. O problema das origens	7
2.2. O movimento secessionista.....	20
2.2.1 O endividamento plebeico em Lívio e Dionísio de Halicarnasso.....	20
2.2.2 O descontentamento militar em Varrão.....	29
3. O TRIBUNATO DA PLEBE	43
3.1. Terminologia	43
3.2. Aspectos constitutivos.....	45
3.2.1. A magistratura plebeia	45
3.2.3. O sufrágio tribunício	49
3.3 Poder e contrapoder tribunício.....	51
3.3.1 Poderes positivos e negativos: aspectos gerais	51
3.3.2. A <i>intercessio</i>	59
3.4 A <i>sacrosanctitas</i>	66
4. A <i>TRIBUNICIA POTESTAS</i>	77
4.1 O relato das fontes	77
4.1.1 Tito Lívio	77
4.1.2. Dionísio de Halicarnasso	82
4.1.3. <i>Festus</i>	87
4.1.4. Cícero.....	90

4.1.5. Outras fontes	96
4.2 Os fundamentos teóricos da <i>Tribunicia Potestas</i>	101
4.2.1. A teoria do <i>foedus</i>	103
4.2.2. A teoria do juramento.....	121
4.2.4 A teoria da <i>lex comitialis</i> ou <i>curiata</i>	129
4.2.3 A teoria da deliberação plebeia	131
4.2.6 A teoria da <i>lex sacrata</i>	133
4.3 Recepção da tribunicia potestas na <i>civitas</i>	147
4.3.1 A <i>lex Valeria Horatia</i>	150
4.3.2 As <i>leges Licinia e Hortensia</i>	159
4.4 A <i>tribunicia potestas</i> à margem do direito	162
5. CONCLUSÃO	167
6. EXCURSUS I – O Juramento de Bolívar	173
7. EXCURSUS II – Tribunato e Revolução	177
BIBLIOGRAFIA	181
ÍNDICE DAS FONTES	189
ÍNDICE DE AUTORES	193
Quadro – Tribunos da Plebe.....	195

1. INTRODUÇÃO

“Os tribunos não podendo nada, podiam impedir tudo”, assim J.J. ROUSSEAU resume e define o poder tribunício¹. O tribunato da plebe foi fundamental para garantir a liberdade dos plebeus e para o amadurecimento das instituições republicanas romanas. Essa magistratura, se assim pode ser chamada, surgiu sem poderes definidos, mas com grande potencial para obstaculizar as instituições jurídicas e políticas dominadas pelo patrício.

Questiona-se como os plebeus, sem domínio do poder político e sem participação efetiva no processo legislativo conseguiram impor uma magistratura com tal efetividade, a ponto de protagonizarem a consolidação da grandeza de Roma por conta de uma atuação firme de seus tribunos. Outra possível interpretação é a de considerar o tribunato como um substituto do poder régio que auxiliou na manutenção da estabilidade entre as classes. Se os reis, outrora, mantinham o patriciado sob controle, será em parte realizada pelos tribunos da plebe².

O presente estudo almeja identificar o modo como a plebe criou e assegurou o poder de seus tribunos.

Segundo G. NIEBUHR, o tribunato foi uma instituição particular, perigosa. Teria tido, somente, ao seu dispor a energia oriunda das forças dos espíritos e dos corpos, sendo essa a

¹ J.J. ROUSSEAU, *Do Contrato Social*, 5ª ed. trad. portuguesa por L. MACHADO, São Paulo, Nova Cultural, 1991.

² Assim pensou N. MAQUIAVEL, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, trad. portuguesa por S. BATH, 3ª ed., Brasília, UNB, 1994, livro I, cap. 3, que afirmou que “assim que os Tarquínios deixaram de existir, foi preciso buscar novas instituições que os substituíssem. [...] se instituíram os tribunos, para segurança do povo.” Nesse entendimento, a monarquia garantia a segurança dos plebeus e o tribunato era um retorno da proteção jurídica a qual supostamente era garantida ao povo pelo poder monárquico. A opinião de N. MAQUIAVEL diverge do pensamento de CÍCERO (*De legibus*, 3,15 s.) que afirma que sem o tribunato da plebe, a monarquia se manteria sob o nome de república. Para ele a monarquia é sinônimo de opressão popular. Ou seja, onde há reis, não há povo e onde há povo, não há reis. A despeito disso, a monarquia garantiu melhores condições à plebe em comparação ao início da república. Mas não se pode comparar o tribunato à monarquia, pois esta dava à opressão a roupagem de estabilidade enquanto o tribunato não garantiu ao povo estabilidade de início, mas os levou à emancipação.

instituição que manteve a república distante da tirania e das revoluções³. Os tribunos possuíam um poder único: eram intocáveis. Protegiam a plebe das arbitrariedades oriundas do patriciado e podiam, inclusive, vetar qualquer decisão de magistrado patricio. Um poder vigoroso que permitiu, com o decorrer do tempo, novas conquistas aos plebeus.

Em cenário político hostil era improvável que surgisse um contraponto efetivo ao poder consular, que pudesse até mesmo paralisar o funcionamento das instituições políticas republicanas. O presente trabalho pretende compreender esse fenômeno ao mesmo tempo histórico e jurídico, reconstruindo o diálogo histórico dos principais autores que versaram recentemente sobre o tema, especialmente nos últimos cinquenta anos, sem deixar de propor uma nova sistematização da matéria, em razão dos resultados obtidos⁴.

³ M.B.G. NIEBUHR, *Historie Romaine*, trad. francesa por M.GOLBÉRY, Paris, Levrault, 1830, I, p.426.

⁴ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia del Diritto Romano*, Napoli, Jovene, 7ª ed., 1936, pp. 25-82; R.A. BAUMAN, *Tribunician Sacrosanctity in 44, 36 and 35 B. C.*, in: Rhein. Museum f. Philol., 124, pp.166-183, 1981; E. BÉLOT, *De tribunis plebis: de origine et vi forma et modo*, Paris, A. Durand, 1872; C.BÖTTCHER, *Il tribunato della plebe e il Ministerio Publico del Brasile* in: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 106/107, São Paulo, FDUSP, 2012, pp.49-63; P. CATALANO, *Tribunato e Resistenza*, Torino, Paravia, 1971; E.COCCHIA, *Il tribunato della plebe e la sua autorità giudiziaria*, Roma, L'erma di Bretschneider, 1971; C.CONSTELA, *El tribuno de la plebe*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 6, 2007; J.M. DAVID e I. TANTILLO, *Conformismo e trasgressione: A proposito del tribunato della plebe alla fine della repubblica romana*, in: Studi Storici, ano 34, n° 1, 1993, pp.49-60; M. FERRAZ, *Tribunato da Plebe*, São Paulo, Edusp, 1989; C. GIOFFREDI, *Il fondamento della "tribunicia potestas" e i procedimenti normativi dell'ordine plebeo*, in: SDHI, XI, 1945, pp.37-64; G. GROSSO, *Sul tribunato della plebe*, in: Labeo, 20, 1974, pp.7-11; A. GUARINO, *La rivoluzione della plebe*, Liguori, Napoli, 1975; M. HUMBERT, *Institutions politiques et sociales de l'antiquité*, 4ªed., Paris, Dalloz, 1991, pp.166-183; J.L. HALPÉRIN, *Tribunat de la plèbe et haute plèbe (493-218 av. J.C.)*, in: Revue historique de droit français et étranger, série IV, v. 2, 1984, pp.161-181, T. LANFRANCHI, *Les tribuns de la plèbe et la formation de la République romaine: histoire et historiographie*, tese de doutorado em história romana, Paris, Université Paris 1, 2012, R. LAMBERTINI, *Aspetti "positivo" e "negativo" della sacrosancta potestas dei tribuni della plebe*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 7, 2008; L. LANGE, *De sacrosanctae potestatis tribuniciae natura eiusque origine commentatio*, Oxford, Oxford, 1883; M.A. LEVI, *Tradición y polemica sobre el tribunado de la plebe republicano*, in: Estudios de Historia Antigua, 21, Madrid, 1976; G.LOBRANO, *Il potere dei tribuni della plebe*, Milano, Giuffrè, 1982 e *Plebei magistratus, patricii magistratus, magistratus populi romani*, in: SDHI, XLI, 1975, pp.245-277; G. MARGADANT, *El tribunado de la plebe: un gigante sin descendencia*, in: Rev. Fac. Der. Mexico, 24, 1974, pp. 219-256; A. MASTROCINQUE, *Aspetti del tribunato della plebe alle origini della Repubblica*, in: Ius Antiquum, v. 153, 1996, pp.62-68; N. MEUNIER, *Tribuni plebis ou Tribuni Militium? Le tribunat originel dans la Haute République de Rome*, in: Lés Études classiques, n° 79, 2011, pp. 347-360; G. NICCOLINI, *Il tribunato della plebe*, Milano, Real Casa, 1931 e *I fasti dei tribuni della plebe*, Milano, Guiffirè, 1934; F. SERRAO, *Classi partiti e legge nella Repubblica Romana*, Pisa, Pacini e *Secessione e giuramento della plebe al Monte Sacro*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 7, 2008; F. SINI, *Interpretazioni giurisprudenziali in tema di inviolabilità dei tribuni della plebe*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 2, 2003 e *Una sententia di iuris interpretes sulla inviolabilità dei tribuni della plebe*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 6, 2007; D. SOLHBERG, *Dictateurs et tribuns de la plèbe: problèmes de la république romaine à ses débuts*, in: Cahiers du Centre

No próximo capítulo apresentam-se os diversos conceitos de plebe e discute-se inicialmente o problema das origens, analisando o processo de formação da plebe, sua provável derivação de povos estrangeiros e suas relações com a clientela. Logo após, se introduz o estudo do movimento secessionista, que é tradicionalmente relatado como o fato ensejador da criação do tribunato da plebe, mas que ainda campo de fortes controvérsias. Real ou simbólica, a luta da plebe parecerá a de um grupo amordaçado lutando por seus espaços.

Desenvolvem-se, em seguida, os motivos que teriam levado a plebe à secessão, segundo as principais teorias, desde a: que vê uma plebe endividada, possivelmente oprimida pelo *nexus* e que teria saído de Roma atrás de melhores condições de vida, como aquela outra, que se funda na ideia de uma secessão militar, liderada por plebeus abastados, inclusive com características que nos remetem a um movimento grevista.

O terceiro capítulo aprofunda a própria instituição denominada “tribunato da plebe”. Expõem-se as suas características, antecidas de um estudo de sua terminologia, frequentemente associada com as palavras relacionadas socialmente às *tribus*, seguindo a discussão para os aspectos constitutivos do tribunato e para o reconhecimento das linhas gerais dessa magistratura plebeia. Precisos os conceitos e de posse dos resultados da crítica histórica, permite-se seguir um estudo acerca do poder e do contrapoder tribunício, discutindo, principalmente, o caráter negativo de sua *potestas*, com ênfase na *intercessio*.

De forma complementar ao item anterior, estuda-se também a *sacrosanctitas* dos tribunos, característica fundamental para assegurar a aplicabilidade da *intercessio*. O poder de interceder, essência da *tribunicia potestas*, fundava-se afinal na sacrossantidade dos tribunos, razão última para condenar-se alguém à morte e ainda consagrar os seus bens aos deuses plebeus.

Gustave Glotz, nº1, vol.4, Paris, 1993; F. STELLA MARANCA, *Il tribunato della plebe dalla lex Hortensia alla lex Cornelia*. Lanciano, Rocco Carabba, 1901; R. SYME, *Ten tribunes*, in: JRS, LIII, 1963, pp.55-60; Y. THOMAS, *Cicéron, le Sénat et les tribuns de la plèbe*, in: RHD, 55, 1977, pp. 189-210; A. VIÑAS, *Funcion del tribunado de la plebe: ¿reforma politica o revolucion social?*, Madrid, Universidad Autonoma de Madrid, 1983; R. VISHNIA, *Lex Atinia de tribunis plebis in Senatum legendis*, in: Museum Helveticum, 46, 1989, pp.163-176.

No quarto capítulo selecionam-se e examinam-se as principais fontes literárias relativas à fundamentação do poder tribúncio, com destaque aos textos de TITO LÍVIO e de DIONÍSIO DE HALICARNASSO que relatam, com detalhes, diversos momentos históricos relacionados ao tribunato da plebe. Em seguida são discutidas as principais teorias relativas à *tribunicia potestas*, especialmente quanto aos seus fundamentos jurídicos. Aqui residem essenciais temas: como os magistrados da plebe, provavelmente criados em um ato revolucionário e à revelia do patriciado, poderiam possuir tal poder? Por que os patrícios teriam aceitado um poder praticamente ilimitado que seria utilizado essencialmente contra eles próprios?

Os fundamentos da *tribunicia potestas* envolvem, como se verá, uma complexidade de fatos, atos e eventos. Não surge, nem se mantém da mesma forma e dimensão no decorrer de sua existência. Sua expansão e consolidação no tempo, todavia parece manter uma única regularidade: a de gerar continuamente mais poder para a plebe.

A primeira das teorias estudadas pressupõe a existência de um *foedus* entre patrícios e plebeus, firmado com intuito de pôr fim à secessão. A segunda relaciona a *tribunicia potestas* a um juramento realizado pelos plebeus. A terceira, por sua vez, evidencia a existência de um instrumento legislativo aprovado pelo patriciado como fonte do poder tribúncio. A quarta, partindo de um suposto caráter de unilateralidade do poder dos tribunos, acena para uma forçosa deliberação plebeia. Uma quinta teoria põe em relevo uma *lex sacrata*, possivelmente, decorrente de uma específica deliberação plebeia.

O quarto capítulo retoma a exposição diacrônica para analisar a possível recepção da *tribunicia potestas* na *civitas*, provavelmente ocorrida em momento posterior ao surgimento do tribunato. Duas teorias se completam: a primeira envolvendo a promulgação um instrumento legislativo pelo patriciado, possivelmente a *lex Valeria Horatia*. A outra pressupondo o desenvolvimento gradativo do poder tribúncio. Nesse caso, supõe-se que o tribunato da plebe se originou de forma precária, provavelmente após um ato unilateral da plebe e o seu respeito teria sido imposto pela força física da plebe, que pode ter permanecido, por muito tempo, como o único fundamento do poder tribúncio. Mas em sentido oposto é levantada também a possibilidade de que não tenha havido, em momento

algum, a aprovação pelo patriciado do poder tribúncio e que o tribunato, portanto, teria permanecido como uma instituição revolucionária que nunca fora incorporada ao ordenamento jurídico cidadão.

Finalmente, após as conclusões recolhidas no quinto capítulo, seguem-se dois *excursus*. O primeiro, para apresentar uma breve exposição dos conceitos de secessão e de tribunato da plebe aplicado ao movimento liderado por Simón Bolívar, que serviu do episódio da secessão da plebe de 494 a.C. como resoluta inspiração. O segundo, para analisar a relação entre tribunato e revolução, tema caro ao direito romano atual e à política, presente no debate e na interpretação de eventos ocorridos na atualidade⁵.

Não podemos supor que a *tribunicia potestas* fosse fundamentada por meio de um processo legislativo regular como os da atualidade. Seria impossível imaginar, em um estado democrático de direito contemporâneo, que um poder dessa dimensão pudesse vir a ser implantado sem a necessidade de profundas reformas legais. Esse poder, se houvesse interesse em sua criação, teria que ser instituído à luz de uma constituição o que aparentemente chocaria com uma instituição que guarda em sua essência o processo revolucionário⁶. Revolução pressupõe quebra de um sistema para implantação de outro. Será mesmo possível afirmar que a plebe instaurara uma revolução no sentido estrito da palavra, com a quebra do sistema constitucional? Ou seria uma inserção política em um sistema já existente?

Enfim, como se verá adiante, apesar da dificuldade de se reconstituir a origem dos tribunos da plebe, importará, principalmente, compreender a essência dos fundamentos do

⁵ O caráter revolucionário da luta da plebe desperta a atenção de poucos romanistas. Pode ter até havido uma tentativa, consciente ou não, de “normalizar” de certa forma as ações da plebe. A. GUARINO, *La rivoluzione della plebe*, Liguori, Napoli, 1975, cuida justamente de rever a literatura até então e reforça a interpretação que a criação de um novo ordenamento jurídico transformou e consolidou a República dos Romanos através de um longo processo revolucionário liderado pela plebe. A plebe teria liderado um movimento de transformação e o tribunato teve o protagonismo nesse processo. O autor critica a insensibilidade dos historiadores clássicos, como Lívio e Dionísio, em tratar das ações da plebe como integrantes de um movimento propriamente revolucionário. Desse modo, reduz-se a importância da plebe na formação da República dos Romanos e de seu direito. O autor considera a revolução plebeia como uma verdadeira revolução, porém, é enfático em diferenciar o seu conceito de revolução com o socialista como é o caso dos conceitos de Marx e de Trotsky que pressupõem que para haver revolução deve haver uma brusca ruptura.

⁶ Não é muito fácil imaginar que forças políticas, na atualidade ou no passado, fossem permitir a criação de outra força política que conseguisse, ilimitadamente, anular a sua atuação.

poder tribunício⁷, prescindindo na medida do possível das complexas discussões acerca da origem do tribunato e aproximando-se mais ao processo gradativo de sua lenta e multiforme conceituação, segundo as principais hipóteses coligidas.

⁷ Como dito por Cícero (*de leg.* 3.25), o que incomodava os patrícios não era o tribunato em si, mas, sim o poder dos tribunos que para eles era tido como excessivo.

2. A PLEBE

2.1. O problema das origens

Sobre a origem da plebe são diversas as teorias, que se ramificam segundo diversos critérios⁸. Revisitá-las, ainda que limitadamente para os fins de compreensão do fenômeno histórico-jurídico, é pressuposto necessário para se analisarem, em seguida, os poderes do tribuno da plebe.

Em linhas gerais, de uma primeira corrente interpretativa, associando a plebe à clientela, derivam diversos posicionamentos, principalmente os de que os plebeus teriam formado a própria clientela já sob Rômulo. Outra corrente de intérpretes fundamentará a origem da plebe nos povos que foram sendo conquistados pelos romanos.

⁸ A. DELL'ORO, *La formazione dello stato patrizio-plebeo*, Milano, Cisalpino, 1950; A. GUARINO, *Storia del diritto romano*, 8ªed., Napoli, Joveni, 1990, pp.54-88; A. MERLIN, *L'Aventin dans l'antiquité*, Paris, Albert Fontemoing, 1906, *passim*; A. MOMIGLIANO, *An interim report in the origins of Rome*, in: JRS, v. LIII, 1963, pp.95-121 e *Quarto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, Roma, Storia e Letteratura, 1969, *passim*; A.PIGANIOL, *Essai sur les origines de Rome*, Paris, Boccard, 1917; C. BARBAGALLO, *Il problema delle origini di Roma*, Milano, Unitas, 1926; D. SOHLBERG, *Dictateurs et tribuns de la plèbe: problèmes de la république romaine à ses débuts*, in: Cahiers du Centre Gustave Glotz, n.4, 1993, pp. 247-258; E. PAIS, *Storia critica di Roma*, v. 3, Roma, Maglione & Strini, 1918; FUSTEL DE COULANGES, *A cidade antiga*, São Paulo, Martin Claret, 2002; F.X. RYAN, *Rank and participation in the republican senate*, Stuttgart, Franz Steiner, 1998; E. BELOT, *Histoire des Chevaliers Romains*, Paris, A. Durand, 1866; E.FERENCZY, *From the patrician state to the patricio-plebeian state*, Amsterdam, Adolf. M. Hakkert, 1976; G. BLOCH, *La plèbe romaine: essai sur quelques théories récentes*, in: Revue historique, CVI-CVII, 1911; G. DE SANCTIS, *Storia dei romani*, Torino, Fratelli Bocca, 1967; G. SCHERILLO e A. DELL'ORO, *Manuale di storia del diritto romano*, Milano, Cisalpino, 1967; G. GROSSO, *Lezioni di storia del diritto romano*, 5ªed., Torino, Giappichelli, 1965, pp.11-56; G. VICO, *La Scienza nuova*, Roma, ISPF, 2015, *passim*; H.J. ERASMUS, *The origins of Rome in historiography from Petrarch to Perizonius*, Assen, Van Gorcum, 1962; H.J. ROSE, *Patricians and plebeians at Rome*, in: JRS, v. XII, 1922, pp.106-133; J.C. RICHARD, *Les origines de la plèbe romaine*, Roma, Palais Farnèse, 1978; J. CELS-SAINT-HILAIRE, *La République des tribus: du droit de vote et de ses enjeux aux débuts de la République Romaine*, Toulouse, Le Mirail, 1995; L. CAPOGROSSI COLOGNESI, *Dalla tribù allo stato*, Roma, La Sapienza, 1990, pp. 3-63 e pp. 123-142; L. HOMO, *Les institutions politiques romaines*, Paris, Albin Michel, 1950, pp. 1-26; M.B.G. NIEBUHR, *Histoire romaine*, trad. francesa de M.P.A GOLBÉRY, Paris, Leyrault, 1830, *passim*; M. TALAMANCA, *Lineamenti di storia del diritto romano*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 1989, pp. 3-16; P. BONFANTE, *Storia del diritto romano*, 4ªed., Milano, Giuffrè, 1958-9, pp.92 ss; P. ZAMORANI, *Plebe genti esercito: una ipotesi sulla storia di Roma*, Milano, Giuffrè, 1987, *passim*; T. MOMMSEN, *Disegno del Diritto Pubblico Romano*, trad. italiana de P. BONFANTE, Milano, Valardi, 19-- , pp.58-64 e *Storia di Roma antica*, trad. Italiana por D. BACCINI, G. BURGISSER e G. CACCIAPAGLIA, Firenze, 1979, pp.57-120; W. KUNKEL, *Linee di Storia Giuridica Romana*, trad. italiana por T. e B. SPAGNUOLO VIGORITA, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1973, pp. 3-48; W. RIDGEWAY, *Who were the Romans?*. London, Oxford, 1907.

Roma desenvolveu-se inicialmente em torno das *gentes*, entidades políticas autônomas lideradas cada uma por um *pater*, que, agregadas, formavam a *civitas*. Por conta disso, o conceito de direito em Roma estaria, majoritariamente, associado às *gentes*⁹ e, em determinado momento, as comunidades gentílicas começaram a receber os clientes, visando a proteção e estabilidade, mas vindo a ocupar uma posição de subordinação dentro das *gentes*.

De acordo com a primeira teoria, os plebeus estariam relacionados com os clientes, havendo a possibilidade de que plebe e clientela teriam sido apenas duas diferentes denominações para a mesma coisa¹⁰. A associação da plebe com a clientela estaria, mais provavelmente, relacionada à entrada ou saída dos plebeus na clientela¹¹.

A primeira possibilidade seria a de que os plebeus teriam se tornado os clientes. Sabe-se que os patrícios possuíam o *ager publicus*, ou seja, possuíam o monopólio e o controle da terra¹². É possível que, necessitando de terra para cultivo, tenham recebido

⁹ R. JHERING, *O Espírito do Direito Romano*, vol. 1. Trad. portuguesa por R. BENAION, Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934, I, pp.216 ss: quem renunciava ao Estado a que pertencia, abandonava igualmente o ambiente jurídico de que fazia parte: isso seria como sair de um oásis em direção a um deserto. Nesse caso, a entrada nas *gentes* era a única forma plausível de sair do deserto para o oásis. A situação daqueles que estivessem fora das *gentes* era similar à dos *hostiles* que eram os estrangeiros. Praticamente não se possuía direito fora da comunidade gentílica. Desse modo, pessoas como os escravos alforriados eram consideradas como se estrangeiros fossem.

¹⁰ W. IHNE, *Early Rome, from the foundation of the city to its destruction*, Trad. inglesa por G.W. COX e C. SANKEY, New York, Charles Scribner's Sons, 1896, pp. 112-113: No período régio haveria duas classes de cidadãos: os patrícios, que eram a classe dominante de cidadãos em posse de total privilégio e, uma classe inferior e dependente, que seriam os plebeus. Essa distinção pode ser encontrada em todos os estados da antiguidade e seria fundada na conquista e na necessidade de que os conquistadores tinham de admitir os conquistados a terem alguma forma de associação civil. A regra seria de que a classe inferior seria admitida a desfrutar certos direitos privados a propriedade e segurança pessoal. Eles não seriam escravos no sentido da palavra pois, os escravos nunca gozaram da proteção da lei para nada. Por outro lado, os conquistados não tinham acesso à igualdade civil e tinham que enfrentar alguns fardos como resposta à proteção que tinham. - Sem relacionar sua explicação diretamente a Roma, G. VICO, *Scienza nuova*, Napoli, Muziana, 1744, p. 22, afirma que os homens se dividiram em duas partes, uma que seria formada por nobres e que deveria comandar, e a outra, que deveria servir, e isso seria da natureza humana. Não havia religião e lei dentre os primeiros homens, portanto, aqueles que teriam se organizado primeiramente formaram uma elite que serviu como polo de atração para aqueles outros que ainda viviam de forma rudimentar.

¹¹ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), I, p.106: O termo *plebs*, na opinião do autor, teria tido um sentido negativo por representar que os plebeus nada mais seriam que uma multidão que era assim chamada por conta dos direitos políticos que lhes faltavam. A clientela teria somente existido em antiquíssimo tempo.

¹² O *ager publicus* era reflexo da confusão entre o estado romano e o patriciado. Para R. JHERING, *O Espírito* cit. (nota 9 *supra*), I, p. 189, os plebeus, na época da lei das XII Tábuas, não tinham nem ao menos, ainda, a intenção de possuir as terras pertencentes aos patrícios.

pequenas propriedades dos patrícios, sob a condição de que a eles se mantivessem ligados através dos vínculos de clientela¹³.

É muito possível também que a plebe tenha saído, totalmente ou em grande parte, da clientela¹⁴. A organização com a qual a plebe autônoma se afirma seria um fenômeno posterior. A plebe teria sido uma derivação e quase uma cessão da clientela.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO atribui a Rômulo a introdução da plebe na clientela. Acrescenta, ainda, o relato de que Rômulo teria feito os plebeus escolherem um patrono dentre os patrícios, seguindo o que era costume entre os gregos:

Παρακαταθήκας δὲ ἔδωκε τοῖς πατρικίοις τοὺς δημοτικοὺς ἐπιτρέψας ἐκάστῳ τῶν ἐκ τοῦ πλήθους, ὃν αὐτὸς ἐβούλετο, νέμειν προστάτην ἔθος Ἑλληνικὸν καὶ ἀρχαῖον, ᾧ Θετταλοὶ τε μέχρι πολλοῦ χρώμενοι διετέλεσαν καὶ Ἀθηναῖοι κατ' ἀρχάς, ἐπὶ τὰ κρείττω λαβόν. ἐκεῖνοι μὲν γὰρ ὑπεροπτικῶς ἐχρῶντο τοῖς πελάταις ἔργα τε ἐπιτάττοντες οὐ προσήκοντα ἐλευθέροις, καὶ ὅποτε μὴ πράξειάν τι τῶν κελευομένων, πληγὰς ἐντείνοντες καὶ ἄλλα ὥσπερ ἀργυρωνήτοις παραχρώμενοι. ἐκάλουν δὲ Ἀθηναῖοι μὲν θῆτας τοὺς πελάτας ἐπὶ τῆς λατρείας, Θετταλοὶ δὲ πενέστας ὀνειδίζοντες αὐτοῖς εὐθὺς ἐν τῇ κλήσει τὴν τύχην ¹⁵ .	Aos patrícios, ele entregou os plebeus como depósito, ordenando que cada plebeu escolhesse como patrão qualquer patrício que ele próprio desejasse. Com isso melhorou um antigo costume grego que os tessálios mantiveram durante muito tempo e os atenienses, no princípio. Aqueles tratavam desdenhosamente a seus clientes, ordenando-lhes serviços impróprios de homens livres e, quando não fazia o que fora ordenado, lhes golpeavam e abusavam deles como se fossem escravos. Os atenienses chamavam os clientes de <i>thêtes</i> porque prestavam serviços, os tessálios chamavam de <i>penéstai</i> demonstrando com o nome o seu infortúnio.
---	---

¹³ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.21.

¹⁴ FUSTEL DE COULANGES, *A cidade* cit. (nota 8 *supra*): No sentido de que a plebe já teria feito parte da clientela, relata-se a tentativa dos patrícios de controlarem os plebeus obrigando-os, por conta de débitos, a ingressarem na clientela, ou seja, retornariam para o lugar de onde vieram.

¹⁵ Dio.Hal.2.9.2.

Nessa passagem, o autor faz uma sutil comparação dos clientes romanos com os *thêtes* e os *penéstai*. Os primeiros seriam cidadãos de última classe, privados de direitos políticos, de acordo com a legislação de Solón e os segundos, também conhecido como *menéstai*, teriam sido uma espécie de classe intermediária entre os homens livres e os escravos¹⁶.

Encontra-se, ainda, em DIONÍSIO DE HALICARNASSO, narrativa atribuindo a Rômulo a divisão entre patrícios e plebeus. O rei teria estabelecido que os patrícios seriam aqueles possuidores de mérito por nascimento, aprovados naquele tempo por sua virtude e riqueza e os plebeus seriam aqueles obscuros, pobres e inferiores. Atenas era o modelo.

<p>‘Ετέρᾱ δὲ αὐτῶν πάλιν τῶν ἀνδρῶν ἢ τὰ φιλόανθρωπα καὶ τὰς τιμὰς διανέμουςα κατὰ τὴν ἀξίαν, ἣν μέλλω διηγεῖσθαι. τοὺς ἐπιφανεῖς κατὰ γένος καὶ δι’ ἀρετὴν ἐπαινουμένους καὶ χρήμασιν ὡς ἐν τοῖς τότε καιροῖς εὐπόρους, οἷς ἤδη παῖδες ἦσαν, διώριζεν ἀπὸ τῶν ἀσήμεων καὶ ταπεινῶν καὶ ἀπόρων. ἐκάλει δὲ τοὺς μὲν ἐν τῇ καταδεεστερᾷ τύχῃ πληβεῖους, ὡς δ’ ἂν Ἕλληνες εἴποιεν δημοτικούς· τοὺς δ’ ἐν τῇ κρείττονι πατέρας εἶτε διὰ τὸ πρεσβεύειν ἡλικία τῶν ἄλλων, εἴθ’ ὅτι παῖδες αὐτοῖς ἦσαν, εἶτε διὰ τὴν ἐπιφάνειαν τοῦ γένους, εἶτε διὰ πάντα ταῦτα¹⁷.</p>	<p>Ele [Rômulo] distinguiu aqueles que eram eminentes por nascença, aprovados por sua virtude e riqueza naqueles tempos, desde que já tivesse filhos, dos obscuros, dos inferiores e dos pobres. Aqueles de posição inferior, ele chamou de plebeus (os gregos os chamariam de <i>demotikoi</i> ou homens do povo), e aqueles de posições superiores de <i>patres</i> igualmente porque eles tinham filhos ou por seu nascimento diferenciado ou por todas as razões¹⁸.</p>
---	--

¹⁶ Compara, também, a situação dos clientes romanos e seus análogos tessálios e gregos. Enquanto os clientes, outrora plebeus, romanos teriam sido protegidos pelo instituto do patronato que Rômulo, os outros estariam submetidos a péssimas condições de vida e situação precária. Dio. Hal. 2.10: Os patrícios tinham várias obrigações perante os seus clientes, deveriam proporcionar-lhes total segurança quanto seus assuntos privados e públicos. Levando em consideração que não havia direito fora das gentes, o principal motivo para o ingresso da plebe na clientela teria sido dar, a estes, alguma forma de amparo jurídico.

¹⁷ Dio.Hal.2.8.1

¹⁸ Todas as traduções de Dionísio de Halicarnasso são baseadas na tradução espanhola de D. PLÁCIDO, E. JÍMENEZ, E. SÁNCHEZ e C. GARCÍA GUAL, Madrid, Gredos, 1984-1989.

Em CÍCERO, encontramos referências similares às de Dionísio, que trata os plebeus e os clientes como sendo inicialmente o mesmo grupo e atribuindo, igualmente a Rômulo a escolha dos melhores que se tornariam os patrícios, para o seu conselho que, por sua vez, viria ser o futuro Senado.

<i>Quo facto primum vidit iudicavitque idem, quod Sparta Lycurgus paulo ante viderat, singulari imperio et potestate regium melius gubernari et regi civitates, si esset optimi cuiusque ad illam vim dominationis adiuncta auctoritas. Itaque hoc consilio et quasi senatu fultus et munitus et bella cum finitimis felicissime multa gessit et, cum ipse nihil ex praeda domum suam reportaret, locupletare civis non destitit</i> ¹⁹ .	Isso demonstra que Rômulo viu e pensou o que pouco antes havia pensado Licurgo em Esparta: que o poder de um só e a potestade régia é a melhor forma de as cidades serem governadas e regidas, se a ela se acrescentam a autoridade e o apoio dos melhores. Assim, com o auxílio desse conselho e quase senado, terminou com felicidade algumas guerras contra diversas povoações próximas, e rijo deixou de enriquecer seus súditos, sem jamais reservar para si a melhor parte do despojo ²⁰ .
--	---

Prossegue a exposição, ainda em consonância com o relatado por Dionísio, mencionando a entrada dos plebeus na clientela, enfatizando ainda a ausência de maus tratos físicos aos clientes.

<i>Et habuit plebem in clientelas principum discriptam (quod quantae fuerit utilitati, post videro) multaeque dictione ovium et bovum (quod tum erat res in pecore et locorum possessionibus, ex quo pecuniosi et locupletes vocabantur), non vi et suppliciis coercebat</i> ²¹ .	Teve também a plebe sob a clientela dos grandes, medida cujas vantagens não deixarei de examinar; e, como a fartura consistisse, então, em terras e em rebanhos, fez pagar as multas em touros e em carneiros, sem recorrer jamais aos suplícios corporais.
--	---

¹⁹ Cic. *de rep.* 2.15.

²⁰ Tradução para a língua portuguesa por Nélson Jahr Garcia.

²¹ Cic. *de rep.* 2.9.16.

As passagens encontradas em DIONÍSIO DE HALICARNASSO e reforçadas pelos fragmentos ciceronianos, atribuem a origem da plebe ao momento do surgimento da cidade de Roma, sendo os plebeus aqueles que não corresponderam às condições estabelecidas por Rômulo²².

TITO LÍVIO, por sua vez, sem mencionar diretamente a plebe, atribuiu a Rômulo a composição do patriciado ao selecionar cem homens para serem senadores:

<i>Cum iam virium haud paeniteret, consilium deinde viribus parat. centum creat senatores, sive quia is numerus satis erat, sive quia soli centum erant qui creari patres possent. patres certe ab honore, patriciique progenies eorum appellati</i> ²³ .	Não tendo mais problemas em relação a forças, Rômulo se preocupou em organizá-las sob a direção de um conselho. Escolheu cem senadores, ou porque este número fosse suficiente, ou porque não havia mais de cem cidadãos capazes de tornar-se senadores. Em todo o caso, a honra lhes valeu o nome de <i>patres</i> e a seus descendentes o de patrícios.
--	---

Percebe-se complementariedade, entre essa passagem de Lívio com o que fora relatado por Dionísio. O patavino fala em *cidadãos capazes de tornar-se senadores*, contudo não atribui nenhum critério objetivo à escolha de Rômulo e o grego, por sua vez, explica quais seriam as condições supostamente exigidas para que se tornasse patrício. Ao fazermos uma análise conjunta, notamos que provavelmente aqueles que foram incluídos no patriciado teriam sido os únicos a cumprirem as condições supracitadas.

Os critérios mostrados por DIONÍSIO são mais verossímeis do que a possibilidade aventada por Lívio de que talvez não houvesse mais de que cem pessoas aptas a serem patrícios. Nenhum dos fragmentos ora analisados expõe algum critério étnico para

²² Embora ambos os fragmentos relacionem a plebe à clientela, eles relatam a existência anterior da plebe em relação à clientela. - J.C. RICHARD, *Les origines* cit. (nota 8 *supra*), pp 170-171: A clientela seria composta por aqueles que estivessem ligados às *gentes* através dos laços de *fides*. O conceito de *gens* é anterior à fixação de seus membros em solo romano, portanto, é possível que as *gentes* atraíram aqueles que estivessem em busca de proteção.

²³ Liv.1.8.7.

determinação de quem seria plebeu ou patrício, embora sugiram uma precedência temporal dos patrícios.

Atribuindo critério étnico à questão, S. RICCOBONO aduz que a plebe pode ter se originado dos povos latinos que habitavam o território de Roma antes da fundação da cidade e que teriam permanecido em uma posição de subordinação àquele núcleo. Os plebeus teriam seu núcleo no Esquilino, no Célio e no Palatino que eram os primitivos povoamentos de antes da fundação de Roma. Isso reforçaria a ideia de que os plebeus seriam originários dos latinos²⁴.

Para A. PIGANIOL, por sua vez, a população primitiva do Aventino²⁵ teria sido a tribo *Cacus*, a qual o autor chama de *casques cavernicolos*, ou seja, homens da caverna. A eles, os sabinos teriam se misturado durante a monarquia²⁶.

Em relação à presença dos sabinos no Aventino, encontramos em Varrão uma passagem relatando que o rei sabino Tatius fora ali sepultado após ter sido assassinado:

<i>In Aventino, Lauretum ab eo quod ibi sepultus est Tatius rex, qui ab Laurentibus interfectus est</i> ²⁷ .	No Aventino está <i>Lauretum</i> (bosque dos louros), chamado assim pelo fato de que o Rei Tatius fora ali enterrado e que foi assassinado pelos Laurentinos.
---	---

Em SÉRVIO²⁸, encontra-se uma passagem, baseada em fragmentos de Varrão, mencionando a concessão por parte de Rômulo, aos sabinos, de um monte que eles viriam nomear como Aventino em referência ao rio Avente, rio de sua terra natal²⁹.

²⁴ S. RICCOBONO, *Diritto Pubblico Romano*, Palermo, Herbita, 1989, p.19 e V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 supra), p.17: A vitória da plebe teria sido a representação da vitória da latinidade.

²⁵ A. MERLIN, *L'Aventin* cit. (nota 8 supra), p. 35: O Aventino teria se tornado o bairro plebeu por excelência por diversos fatores, entre eles: situação geográfica, rivalidade com o Palatino, estabelecimento dos latinos derrotados, exclusão do *Pomerium* e a *Lex Icilia de Aventino publicando* de 456 a.C.

²⁶ A. PIGANIOL, *Essai* cit. (nota 8 supra), pp.287-288.

²⁷ Varr. l. l. 5. 32.152.

²⁸ Serv. A. 7.657: “*pulcher aventinus Aventinus mons urbis Romae est, quem constat ab avibus esse nominatum, quae de Tiberi ascendentes illic sedebant, ut in octavo legimus “dirarum nidis domus opportuna volucrum” quidam etiam rex Aboriginum, Aventinus nomine, illic et occisus et sepultus est, sicut etiam Albanorum rex Aventinus, cui successit Procas. Varro tamen dicit in gente populi Romani, Sabinos a Romulo susceptos istum accepisse montem, quem ab Avente, fluvio provinciae suae, Aventinum appellaverunt. constat ergo varias has opiniones postea secutas, nam a principio Aventinus est dictus ab avibus vel a rege*

Diz a lenda acerca da fundação de Roma que os gêmeos Rômulo e Remo teriam decidido fundar uma cidade e, para decidir quem reinaria, teriam consultado os augúrios. Rômulo teria escolhido o Palatino e Remo, o Aventino³⁰. Contudo, condenando o caráter fantasioso das lendas, o mais provável é que, independente da forma da disputa, o Aventino representou Remo e as suas reivindicações e, do outro lado, o Palatino representara Rômulo, que terminara sendo vitorioso e fundara a cidade de Roma³¹.

Existe, igualmente, a probabilidade, de que as tribos que estavam instaladas nas colinas romanas teriam decidido se iriam se manter independentemente ou se iriam unir-se em um único estado. As tribos do Aventino queriam a liderança da confederação a ser criada, esta disputada com os indígenas do Palatino. A derrota teria reduzido o Aventino a uma condição miserável: os sobreviventes foram perseguidos e seus deuses deixados à própria sorte³².

H.J. ROSE critica a teoria de que os plebeus e patrícios formavam uma raça distinta que na sua opinião está equivocada. Para ele, os plebeus nunca foram um povo ou uma raça em específico. Arqueologicamente, juridicamente, sociologicamente ou

Aboriginum: unde hunc Herculis filium constat nomen a monte accepisse, non ei praestitisse. insigne paternum absolute dixit".

²⁹ G. NIEBUHR, *Historie* cit. (nota 3 *supra*), pp.323-326, é enfático ao relatar os sabinos como parte dos Quirites: "*Le deux nations, distinctes, mais inséparables, ne formèrent plus qu'un seul État de Romains et de Quirites.*" - É possível que essa concessão das terras aventinas aos sabinos teriam sido sob forma de *ager publicus* pelos mesmos serem considerados, ou equiparados a, provavelmente, patrícios. As passagens não são explícitas em relação a um povoamento sabino no Aventino. Não há muita verossimilhança, então, em relacionar os sabinos à plebe. A. MERLIN, *L'Aventin* cit. (nota 7 *supra*), p. 28, por exemplo, acerca de relato associando sabinos a plebeus no reinado de Servius, diz que esses teriam sido, na verdade, os aborígenes. Nesse grupo de aborígenes estariam ocultados, os líguros que teriam sido originários da *Avens* de outrora. O termo *avericini* supostamente significava aborígenes. W. RIDGEWAY, *Who were* cit. (nota 7 *supra*): nesse sentido, afirma que há evidências de que os sabinos e os lígures eram racialmente diferentes e, além disso, há provas de que os patrícios seriam os sabinos e os plebeus seria os aborígenes líguros conquistados pelos primeiros. É possível, ainda, que o latim, língua do império Romano, não seria o idioma dos conquistadores sabinos, mas, sim, a língua dos plebeus sujeitados, ou seja, o latim seria lígure.

³⁰ Liv.1.6.4.

³¹ S. RICCOBONO, *Diritto Pubblico Romano, Palermo*, Herbita, 1989, p.20, Rômulo teria reunido uma turba de habitantes das regiões vizinhas, não distinguindo entre esses, livres ou escravos e escolhera cem senadores entre eles que viriam a ser os seus conselheiros. A esses, por honra, foi dado o nome de *patres* e seus descendentes seriam os patrícios.

³² A. MERLIN, *L'Aventin* cit. (nota 8 *supra*), pp. 35ss: O Aventino provavelmente era originalmente povoado por lígures que teriam sido sucedidos por imigrantes latinos após a hegemonia palatina. Além disso, o Aventino após a derrota teria sido repovoado e, reduzido a uma condição miserável, foi lar de diversas *gentes* acampadas próximas umas às outras tendo origens, tradições e hábitos diferentes. Por conta dessas diferenças, não viviam em paz e as guerras aconteceriam por diversos motivos.

religiosamente não há indícios de que o sítio da Roma histórica foi ocupado por povos distintos³³.

Há outra possibilidade associando a origem da plebe aos imigrantes e povos conquistados por Roma. Segundo esta visão, conforme Roma foi conquistando novos territórios, as suas populações teriam sido subjugadas e levadas a Roma³⁴. Por causa das frequentes guerras que eram travadas por Roma, os romanos teriam acolhido praticamente a todos que chegavam a Roma, por necessitar de um numeroso exército.

Durante o reinado de Anco Márcio, esse teria, após sair vitorioso de uma guerra, transportado toda a população de Politério, Telenas, Medúlia e Ficanas a Roma. O Aventino teria sido o território escolhido pelo rei para abrigar os novos habitantes³⁵. Possivelmente isso representaria que o Aventino seria o território reservado aos imigrantes desde a chegada dos sabinos de Rômulo³⁶.

É possível supor que a plebe mencionada como originária, aquela que teria originado a clientela, não tenha sido a plebe que geralmente conhecemos, no sentido político da palavra. A plebe teria dispendido algum tempo para se organizar e compartilhar alguma identidade e, possivelmente, isso só teria se dado até um período próximo ao da primeira secessão, sendo que até então, a plebe seria nada mais que uma multidão

³³ H.J. ROSE, *Patricians and plebeians at Rome*, in: JRS, 12, 1922, pp.103-133.

³⁴ G. NIEBUHR, *Histoire* cit. (nota 3 *supra*), pp.143ss.: Sem negar a composição de parte da plebe por pessoas oriundas da clientela, a grande e verdadeira *plebs* nasceu do estabelecimento de um território composto por vilas latinas. Os clientes, seguindo o entendimento da história, estavam totalmente alheios à comunidade plebeia, só ingressando na plebe com o rompimento dos seus laços com as *gens*, de origem livre ou liberta, foram ligados à plebe por diversos motivos: porque foram resgatados por um acordo, porque a *gens* da qual fazia parte deixou de existir ou porque a obrigação a qual estavam vinculados teria sido extinta. Contudo, isso só viria a ocorrer posteriormente, a camada mais antiga e essencial da plebe estaria relacionada às conquistas dos primeiros reis que nos apresentam a transformação da maioria das vilas em colônias e a destruição das outras com seus cidadãos levados para Roma e, esses recebendo o direito à *burguesia romana*, assim como os primeiros cidadãos. O Rei Anco Márcio teria entregue aos latinos derrotados, residência no Aventino que se tornaria a verdadeira cidade plebeia.

³⁵ Liv.1.33.2: “*et cum circa Palatium, sedem veterum Romanorum, Sabini Capitolium atque arcem, Caelium montem Albani inplissent, Aventinum novae multitudini datum. additi eodem haud ita multo post, Tellenis Ficanaque captis, novi cives.*”

³⁶ J.C. RICHARD, *Les origines* cit. (nota 8 *supra*), p.185: A teoria dualista, que afirma que as duas ordens perpetuaram um conflito originário entre duas raças diferentes, sendo que uma destas jamais teria ditado leis à outra e sendo uma nativa e a outra forasteira, foi superada nos anos 1900.

irrelevante politicamente³⁷. Ou seja, é possível admitir que as fontes estariam se referindo a uma turba aleatória que em nada se relaciona com os plebeus.

J.C. RICHARD entende que a turba mencionada por Lívio reflete uma massa heterogênea e portanto, carente de coesão cujos integrantes teriam rompido os vínculos com as suas próprias pátrias e se encontrariam livres na cidade de Roma, não podendo ser forçados a ingressarem nas *gentes*. É verossímil, segundo o autor, que pela proximidade do Tibre e o cruzamento de rotas diversas, a cidade fosse o centro de um tráfego incessante de elementos que teria chegado a Roma e ali permanecido³⁸.

Poderíamos, então, seguindo esse posicionamento, ponderar que a plebe viera a surgir como uma entidade, realmente, organizada de fato com a secessão ou, que nesse momento, a plebe, ou ao menos parte dos plebeus, passaria a ter consciência de si própria. A plebe poderia já preexistir, mas o seu conceito supostamente só viera depois³⁹.

É plausível conceber que a plebe possuía líderes desde a sua origem. Antes dos tribunos da plebe, teriam havido os *aediles plebis* cuja origem não é indicada. A despeito de questionamentos sobre sua verdadeira essência, os *aediles* podem ter sido os chefes da comunidade originária plebeia⁴⁰.

³⁷ E. BELOT, *Histoire* cit. (nota 8 *supra*), p.48: No início da República, ao contrário do patriciado que compunha uma organização política e social completa, a plebe não formou nada além de uma massa inorgânica e confusa.; M. HUMBERT, *Institutions politiques et sociales de l'antiquité*, 4ª ed., Paris, Dalloz, 1991, p.168.: A plebe teria surgido apenas em 494/3 a.C., depois da sua retirada da cidade. A plebe, antes disso, seria considerada um grupo político dissidente que se opunha ao patriciado. Dentro desse grupo político se reuniriam vários grupos distintos.; A. DELL'ORO, *La formazione dello stato patrizio-plebeo*, pp.60-61: A plebe só teria surgido do ponto de vista político em 495 a.C. O autor demonstra através de Tito Lívio a caracterização da plebe, no início, como sendo uma multidão amorfa. Por exemplo, em Liv.1.15.8: “*multitudini tamen gratior fuit quam patribus*”. Para o autor, Lívio estaria não se referindo à plebe, mas sim à “multidão”. Em Liv.1.20.6, supostamente se utiliza o termo *plebes* para se referir ao povo diminuto: “*cetera quoque omnia publica privataque sacra pontificis scitis subiecit, ut esset quo consultum plebes veniret, ne quid divini iuris neglegendo patrios ritus peregrinosque adsciscendo turbaretur*”. Na tradução de Tito Lívio para a língua portuguesa por P.M. PEIXOTO, o tradutor utiliza o termo povo em vez de plebe.

³⁸ J.C. RICHARD, *Les origines* cit. (nota 8 *supra*), p.185.

³⁹ Não acreditamos ser possível que a plebe tenha surgido repentinamente. O processo de formação da plebe, na nossa opinião, é *ab urbe condita*. Ou seja, vem desde a origem de Roma. Uma massa indiferenciada provavelmente não reuniria a organização mínima para se rebelar. Não haveria lógica supor que essa massa amorfa teria saído de Roma para decidir se organizar e ao mesmo tempo, recém-criada, fazer surgir uma figura tão impactante como a dos tribunos da plebe mesmo que, possivelmente, os mesmos ainda não tenham a plenitude de seus poderes no momento da primeira secessão da plebe em 494 a.C.

⁴⁰ P. BONFANTE, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 95.

A suposta existência da figura do *aediles* plebeu demonstra a existência de uma comunidade plebeia no Aventino. Na opinião de P. BONFANTE, a relação dessa comunidade com a *civitas* seria muito análoga à figura do *municipium*. Em certa maneira a plebe teria sido mais antigo município, ou seja, uma comunidade unida à cidade, mas conservando a antiga organização como ordenamento local. Foram unicamente as razões topográficas que teriam lançado a comunidade plebeia na *civitas* e teriam reduzido os traços da antiga organização autônoma⁴¹.

Difícilmente essa suposta autonomia administrativa da plebe teria sido algo oficial. Por fazer menção a períodos remotos da história antiga de Roma, pela ausência de material nas fontes sobre isso e pelas constantes contradições entre os relatos, é necessário ter cautela para se tomar qualquer posicionamento.

Há forte probabilidade de que, ao menos nas origens, não havia conceito definido de plebe, patriciado ou clientela. Conforme A. MOMIGLIANO, quando as *curiae* foram estabelecidas, não havia distinção entre patrícios e plebeus ou patronos e clientes. Inclusive, não haveria sinais de que as cúrias seriam reservadas somente aos patrícios⁴².

Baseado nas diferenças, sociais, geográficas ou econômicas, entre os membros da plebe, é possível que seja feita uma divisão entre as plebes. A divisão mais usual é aquela que divide a plebe em plebe urbana e plebe rústica. A plebe urbana estaria associada à clientela e a plebe rústica corresponderia aos plebeus do campo. A plebe urbana estaria baseada no Esquilino, local a eles concedida pelo rei Sêrvio Túlio enquanto a plebe rústica teria sua base no Aventino⁴³.

Ao relatar a secessão da plebe e o tratado que viera a criar a magistratura plebeia, E. BELOT é claro ao afirmar que esse tratado envolveu tão somente a plebe rústica⁴⁴. Nesse sentido, a divisão entre plebe urbana e plebe rústica seria a divisão entre clientela e plebe, não havendo participação da plebe urbana, ou seja, da clientela, no processo revolucionário

⁴¹ Op cit.

⁴² A. MOMIGLIANO, *An interim report on the origins of Rome*, in: JRS, 53, 1963, p.112.

⁴³ E. BELOT, *Histoire* cit. (nota 8 *supra*), p.56: A plebe urbana residente no Esquilino, segundo ele, seria nada menos que a clientela. - Assim sendo, não podemos afirmar com convicção que esses seriam realmente plebeus.

⁴⁴ Ibid., p.58.

plebeu. Os plebeus, no sentido estrito da palavra, seriam os estrangeiros residentes no Aventino e, talvez, os clientes que deixaram as suas respectivas *gentes* e escravos libertos.

Poderíamos, levando em consideração a *classis clipeata*⁴⁵ mencionada por A. GUARINO, dividir a sociedade romana em três diferentes classes: patrícios e outras duas classes. A plebe pode ter sido a classe intermediária, levando em consideração que havia bolsões de riqueza dentro da plebe e que a mesma participava do exército romano⁴⁶.

Atento às diferenças econômicas supracitadas, A. MERLIN divide a plebe em três grupos. Para ele, a plebe seria composta pelos estrangeiros vencidos em guerras e que, por generosidade romana, teriam recebido terras, os oriundos da clientela que ainda cultivavam vínculos com o patriciado e os comerciantes estrangeiros que teriam imigrado a Roma. Enquanto os dois primeiros grupos de plebeus teriam tido a subsistência garantida pela posse da terra os comerciantes estariam sujeitos a vários tipos de infortúnios. Esses comerciantes teriam se instalado em barracas e cabanas de junco no vale do Circo Máximo, no Velabro ou no *Forum Boarium* onde encontraram terreno disponível e estavam próximos ao rio e à cidade serviana⁴⁷.

Tendo em vista a dinâmica inerente à atividade comercial exercida por esses plebeus, eles teriam facilidade em transportar suas mercadorias e mobilizar seus recursos, por conta disso, poderiam imigrar para outra região em caso de condições não-favoráveis⁴⁸. O autor expõe a necessidade de Roma dos recursos e operações comerciais promovidos pelos mercadores plebeus. E, enfatiza que esses teriam a audácia que faltava aos outros plebeus, mais dóceis em relação ao patriciado. Conclui, portanto, que para manter esse

⁴⁵ Para A. GUARINO, *La rivoluzione* cit. (nota 8 *supra*), p.191, a *classis clipeata* que seria composta por soldados não-patrícios e suas respectivas famílias, teria certa influência política e teria sido responsável pela primeira secessão plebeia.

⁴⁶ F. SERRAO, *Diritto* cit. (nota 8 *supra*), p.110: A plebe não é sinônimo de pobreza e que esta veio a enriquecer no período etrusco, se distinguindo de uma classe inferior onde se incluíam, por exemplo, pequenos comerciantes e agricultores

⁴⁷ A. MERLIN, *L'Aventin* cit. (nota 8 *supra*), pp.85ss.: O autor igualmente expõe a precariedade das condições de vida desse grupo. Quando chegaram a Roma, os melhores locais para se instalar já estavam tomados. E, desejosos por ficar, foram reduzidos a um estilo de vida inóspito, incluindo com condições infavoráveis para sua saúde e para o exercício do comércio. – Tito Lívio (1.30.7) fala em *inopi plebe*, ou seja, esse grupo de comerciantes poderiam ser essa plebe miserável a qual o patavino estaria se referindo.

⁴⁸ J.C. RICHARD, *Les origines* cit. (nota 8 *supra*), p.175, nega a relevância dos mercadores plebeus. Os mercadores e artesãos não teriam sido maioria dentro da plebe arcaica, o que seria impensável para o autor.

grupo em Roma, o patriciado teria aceitado abrir mão de alguns de seus privilégios extraordinários⁴⁹.

Esse grupo de plebeus mercadores se adequariam à ideia de uma classe revolucionária, que comumente se atribui à plebe. Entretanto, não é oportuno desconsiderar os outros plebeus. A plebe teria sido composta de povos de várias origens. Há, inclusive, a participação de gente oriunda do patriciado na plebe. Os patrícios que contraíam matrimônio com pessoas de classe inferior, os que se tornavam infames os filhos esporádicos e não reconhecidos de relações extraconjugais, eram automaticamente relegados à plebe.

Desse modo, percebe-se claramente, portanto, que os plebeus eram os excluídos da sociedade patrícia, sejam estrangeiros, sejam clientes ou, até mesmo, patrícios⁵⁰. Os plebeus eram aqueles que não se ajustavam de alguma forma aos requisitos de pureza⁵¹ do patriciado. Seja por questão de nascimento, ou por questão religiosa, ignorando, como visto, os critérios econômicos.

⁴⁹ A. MERLIN, *L'Aventin* cit. (nota 8 *supra*), pp.85 ss.

⁵⁰ G. NIEBUHR, *Histoire* cit. (nota 3 *supra*), II, p. 143: A plebe surgiu a partir de elementos de natureza diversa: *isopolitas*, clientes e povos conquistados apesar desses últimos comporem a *verdadeira* plebe - J.C. RICHARD, *Les origines* cit. (nota 8 *supra*), pp.11-12: As ideias de Niebuhr encontraram grande aprovação no século XIX no que tange à formação da plebe a partir de causas diversas. Alguns ainda consideram que a camada mais antiga da plebe foi formada a partir das populações vencidas e, particularmente transplantadas para a cidade na época dos reis.

⁵¹ A plebe teoricamente vivia fora da urbe palatina, isso poderia estar associado ao fato de serem considerados impuros. Ou, possivelmente, por questões meramente financeiras. Todavia, vale salientar que os plebeus enriqueceram com o decorrer do tempo, logo provavelmente eles residiam fora da urbe palatina ou por questões religiosas ou simplesmente por costume. Os plebeus e patrícios se dedicavam a diferentes ofícios. De acordo com Dionísio, por lei estipulada por Rômulo, os patrícios seriam magistrados, juízes e sacerdotes, enquanto a plebe se ocuparia com agricultura, pecuária e comércio. Conforme passagem de DIONÍSIO DE HALICARNASSO (2.9.1), os plebeus não teriam sido incumbidos de participação na vida pública por, supostamente, não terem vocação. Isso de certa forma foi uma grande vantagem para a plebe, pois as atividades desempenhadas por eles, no futuro, vieram a proporcionar grande crescimento econômico. O comércio viria a ganhar um papel de destaque na economia romana e, por conseguinte, os plebeus também o teriam.

2.2. O movimento secessionista

2.2.1 O endividamento plebeico em Lívio e Dionísio de Halicarnasso

Após a expulsão dos Tarquínios, finda a monarquia e com o advento da República, em 509 a.C., houve a vitória do patriciado que passara a ter o domínio político de Roma. É engano associar a plebe à pobreza e o domínio econômico ao patriciado. Nem todos os plebeus eram pobres, como visto no capítulo anterior, embora estivessem em posição desvantajosa dentro da sociedade romana.

Devido à mudança constitucional, os plebeus, que gozavam de certa proteção dos reis, passaram a ser boicotados, ou perseguidos, pelos patrícios. Isso poderia ser justificado pelos patrícios associarem os plebeus aos reis. G. NIEBUHR enxerga um certo espírito plebeu na monarquia, relatando evidências de que as famílias plebeias nessa época já estariam grandes, poderosas e com participação direta na monarquia, tendo pessoas como o rei Sêrvio Túlio e *Gaia Caecilia*, esposa do rei Tarquínio, o velho, sido plebeus⁵².

Não seria, desse modo, difícil imaginar o motivo da repulsa do patriciado em relação à plebe por conta da possível associação dos plebeus com a magistratura, inclusive com grupos de plebeus desejosos pelo retorno do regime real. Entretanto, não seria plausível supor de que os plebeus tivessem a deteriorização de suas condições em tão pouco tempo a ponto de estarem em situação análoga à miséria⁵³. Os plebeus mantinham

⁵² G. NIEBUHR, *Historie* cit. (nota 3 *supra*), pp.366-367.

⁵³ P. ZAMORANI, *Plebe genti* cit. (nota 8 *supra*), pp. 149-158: Não há motivos que fizessem supor que o fim da monarquia tenha causado qualquer descompasso no campo econômico, tão rápido e difuso, a ponto de provocar um endividamento geral dos plebeus. A possibilidade de os plebeus estarem trabalhando no sentido de readmitir os Tarquínios não está relacionada tanto à insatisfação da plebe com o novo regime quanto à ilusão da plebe ante à precariedade econômica da plebe que aceitaria qualquer mudança, inclusive o retorno dos reis é uma justificativa inconsistente. Sabe-se que, entretanto, que os patrícios temiam ficar espremidos entre a plebe, filomonárquica, que trabalhava dentro de Roma e os Tarquínios que teriam agitado inimigos externos. Esse movimento dentro da plebe poderia estar sendo alimentado pela insatisfação dos plebeus comerciantes e artesãos que teriam sofrido certo, e limitado, empobrecimento com o fim da monarquia. O aumento da pressão e da crueldade do patriciado pode estar relacionado com a morte do rei Tarquínio no exílio, o que faria supor que os patrícios não temiam mais uma aliança entre os plebeus e o rei exilado.

suas condições econômicas de antes, apesar de não terem acesso à plenitude dos direitos políticos, e possuíam um lugar onde tinham sua importância reconhecida: o exército⁵⁴.

O principal obstáculo à plebe não teria sido a falta de acesso às magistraturas supremas, mas, sim, a falta de acesso à terra. Até a edição da *lex Icilia de Aventino publicando*, em 456 a.C., os plebeus não tinham acesso à propriedade de terras e estavam sujeitos a arbitrariedades dos patrícios⁵⁵. Ao menos isso afetara diretamente as camadas plebeias desprovidas de terras. Relatam as fontes literárias, mais detalhadamente TITO LÍVIO e DIONÍSIO DE HALICARNASSO, que em anos de guerra ou de pouca colheita, os pequenos proprietários não teriam encontrado alento caso não buscassem aos mais ricos. Nessa situação, onde o comércio era restrito e a demanda era maior que a oferta, os mais ricos teriam tido flexibilidade para impor condições e estas representavam condições jurídicas desvantajosas para o devedor.

Nesse cenário, os plebeus eram obrigados a se submeterem ao *nexum* e aos seus rigorosos requisitos. O *nexum*, existente em um período arcaico, era um negócio jurídico repleto de controvérsias e cujo conceito já não era mais conhecido no século I a.C. O seu procedimento era realizado através do ritual solene da *mancipatio*, per *aes et libram* e submetia o devedor a rigorosas penas. Se o devedor não cumprisse a sua obrigação, respondia corporalmente pela dívida⁵⁶.

Pode-se interpretar que o intuito do patriciado era fazer a plebe entrar na cidade através da clientela. O plebeu despojado de suas terras através do *nexum* se ligava ao seu credor patrício. Não pagando a dívida, o plebeu que tinha dado sua liberdade em garantia, se tornava servo do credor.

⁵⁴ L.HOMO, *Les institutions* cit. (nota 8 *supra*), pp. 37-38: Admitindo a importância dos plebeus no seio da organização centuriata, afirma que, se possível fosse, os patrícios teriam expulsado os mesmos da organização. Por conta disso, para tentar anular ao máximo o poder de influência das comitia centuriata se teria feito o uso de três instrumentos: os comícios curiatis, a magistratura e o Senado.

⁵⁵ A. MERLIN, *L'Aventin* cit. (nota 8 *supra*), p. 74: Os patrícios se comportavam como se fossem os únicos detentores de recursos naturais, como os bosques e fontes, do Aventino. Chegavam ao ponto de interditar o acesso daqueles que não eram igualmente patrícios. Agiam como se o *ager publicus* fosse de domínio pessoal. Obviamente, tais comportamentos geraram revolta.

⁵⁶ Liv. 2.23.1.

TITO LÍVIO relata uma situação que simboliza essa situação da plebe no início da República. Um ancião teria se aproximado de uma turba de plebeus. Suas vestes estavam puídas e seu corpo estava coberto de cicatrizes. O ancião foi questionado pela plebe o porquê de condição tão miserável e assim respondeu:

<i>“Sciscitantibus unde ille habitus, unde deformitas, cum circumfusa turba esset prope in contionis modum, Sabino bello ait se militantem, quia propter populationes agri non fructu modo caruerit, sed villa incensa fuerit, direpta omnia, pecora abacta, tributum iniquo suo tempore imperatum, aes alienum fecisse. id cumulatam usuris primo se agro paterno avitoque exuisse, deinde fortunis aliis, postremo velut tabem pervenisse ad corpus; ductum se ab creditore non in servitium, sed in ergastulum et carnificinam esse”</i> ⁵⁷	“Enquanto guerreava contra os sabinos, o inimigo devastara seus campos, apropriara-se da colheita, incendiara o sítio e roubara-lhe todos os bens, inclusive o gado. Mesmo naquela condição tão desfavorável, lhe haviam cobrado impostos, obrigando-o a contrair dívidas. Essas dívidas acrescidas de juros, obrigaram-no a desfazer-se primeiro das terras que herdara de seu pai e de seu avô, e depois de outros bens que possuía. E tal como uma doença contagiosa, a desgraça atingira-lhe também o corpo, pois seu credor o havia lançado não na escravidão, mas no cárcere, onde fora submetido a torturas físicas, vestígio de recentes chicotadas. ”
---	--

Esse relato representa a possível situação dos plebeus. Apesar de certamente simbólica, a passagem não representa a situação de toda a plebe. Conforme veremos adiante, esse relato não corresponde com a realidade e, possivelmente, é uma invenção historiográfica.

Prossegue LÍVIO relatando que apesar de pleitearem auxílio perante os senadores e os cônsules, os plebeus nada além de promessas tiveram em resposta. Os patrícios teriam reagido com violência às demandas da plebe. Nesse sentido, não é de surpreender a insurgência dos plebeus.

⁵⁷ Liv.2.23.5-6.

Os plebeus não foram certamente excluídos da sociedade romana. Os plebeus teriam feito parte das tribos originárias, dos comícios curiados e de toda a organização republicana. Eles teriam sido somente excluídos das magistraturas, do sacerdócio e do senado⁵⁸.

O que deve ser levado em conta é a heterogeneidade da plebe, pois havia plebeus em diversos estratos econômicos e de diversas origens. Somente os motivos que os levaram a lutar contra o patriciado eram diferentes: enquanto alguns queriam o poder político dos patrícios, outros queriam terra e outros queriam o perdão das dívidas⁵⁹.

Nesse cenário de revolta, TITO LÍVIO relata que, após momentos de forte agitação e indignação:

<i>[...]Sicínio quodam auctore iniussu consulum in Sacrum montem secessisse. Trans Anienem amnem est, tria ab urbe milia passuum⁶⁰[...]</i>	[...]os plebeus, instigados por um certo Sicínio, não obedeceram aos cônsules e retiraram-se para o monte Sacro, situado além do rio Ânio, a três mil passos de Roma[...] ⁶¹ .
--	---

Em DIONÍSIO DE HALICARNASSO encontramos passagens relatando a secessão com a mesma dramaticidade de TITO LÍVIO⁶² e apresentando o mesmo Sicínio como mobilizador da plebe:

<i>Ὡς δ' ἡγγέλθη ταῦτα τοῖς ἐν τῇ πόλει, πολὺς θόρυβος καὶ οἰμωγὴ ἦν καὶ διὰ τῶν στενωπῶν δρόμος, τοῦ μὲν δήμου καταλιπεῖν τὴν πόλιν παρασκευαζομένου, τῶν δὲ πατρικίων ἀποτρέπειν ἀξιούντων καὶ βίαν</i>	Quando essas notícias foram anunciadas aos da cidade, se produziu um grande alvoroço, lamentos e correria pelas ruas, pois os plebeus se preparavam para abandonar a cidade, e os patrícios
---	---

⁵⁸ Essa hipótese é levantada por V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 5 *supra*), p.45.

⁵⁹ Teria sido um grande feito, caso tivesse ocorrido, a união de diferentes plebeus em prol de uma causa em comum.

⁶⁰ Liv.2.32.2.

⁶¹ Tradução para a língua portuguesa de P.M. PEIXOTO.

⁶² P. ZAMORANI, *Plebe genti* (nota 8 *supra*), p.165: Os relatos de Tito Lívio, em comparação aos de DIONÍSIO DE HALICARNASSO, são mais concisos e menos detalhados e isso é reflexo de uma maior seriedade de Lívio em passo que o literário grego recorre mais frequentemente ao embelezamento do relatado.

τοῖς μὴ βουλομένοις προσφέρειν: βοή τε περὶ τὰς πύλας καὶ πολλὸς ἀνακλαυθμὸς ἦν λόγοι τε κατ' ἀλλήλων ἐχθροὶ καὶ ἔργα πολέμιων ἐγίνοντο οὐκέτι διακρίνοντος οὐδενὸς οὔτε ἡλικίαν οὔτε ἐταιρίαν οὔτε ἀξίωσιν ἀρετῆς. ἐπειδὴ δ' οἱ ταχθέντες ὑπὸ τῆς βουλῆς φρουρεῖν τὰς ἐξόδους: ἦσαν γὰρ δὴ ὀλίγοι καὶ οὐχ ἱκανοὶ ἔτι ἀντέχειν: ἐκβιασθέντες ὑπὸ τοῦ δήμου κατέλιπον τὴν φυλακὴν, τότε ἦδη τὸ δημοτικὸν πολὺ ἐξεχεῖτο, καὶ τὸ πάθος ἦν ἀλώσει πόλεως ἐμφορές, οἰμωγή τε τῶν ὑπομενόντων καὶ κατάμεμψις ἀλλήλων ἐγίνετο ἐρημουμένην τὴν πόλιν ὁρώντων⁶³.

pretendiam dissuadi-los e empregavam a violência contra os que não queriam obedecer. Junto às portas se ouviam muitos gritos e lamentos, e se intercambiavam palavras hostis e atos próprios de inimigos, sem consideração já à idade, a camaradagem, nem o respeito devido à virtude. Quando os encarregados pelo Senado de guardar as saídas (posto que eram poucos e incapazes de seguir resistindo) foram obrigados pelo povo a abandonar a vigilância, então, uma multidão de plebeus saiu em debandada e a impressão era semelhante à tomada de uma cidade.

As passagens, longe de representarem o que verdadeiramente teria ocorrido, estão carregadas de forte simbolismo. Relatou-se uma luta maniqueísta entre o bem, representado pela plebe supostamente oprimida e endividada e o mau, representada por patrícios como Ápio Cláudio e suas reações violentas às demandas da plebe. Não é, contudo, possível definir a disputa entre patrícios e plebeus sob uma ótica limitada.

É possível, nesse sentido, supor que os plebeus não teriam saído sozinhos de Roma, mas, teriam sido acompanhados de alguns clientes que estariam descontentes e revoltados com as condições de vida que lhes eram impostas pelos seus patronos⁶⁴.

O conteúdo das fontes literárias deve ser visto com certo ceticismo, pois, os autores recorrem a relatos muitas vezes identificados como fábulas e, com o frequente uso de anacronismos. Entretanto, as fontes literárias são de grande relevância para o estudo do

⁶³ Dio.Hal.6.46.1-2.

⁶⁴ E. BELOT, *Histoire* cit. (nota 8 *supra*), p.56-57: Alguns clientes, dentre os mais miseráveis, refutaram o trabalho e se juntaram aos plebeus em sua secessão ao Monte Sacro.

tribunato da plebe por serem os relatos mais antigos dos quais temos acesso em relação à magistratura plebeia.

A. GUARINO entende que os relatos das fontes não passam de fábulas que quase nem valem a pena serem contadas⁶⁵. A plebe do quinto século antes de Cristo estaria sendo revestida de características inerentes à “plebe” da época de Gracco. Contudo apesar das deformidades analísticas e de episódios relatados evidentemente fantasiosos, há algo de verdadeiro e real no relatado. O endividamento dos plebeus perante os patrícios foi transformado em algo assustador e cruel. A infantaria plebeia dispunha de certa autonomia e, por conta disso, é muito possível que, após voltarem vitoriosos da guerra, houvesse atribuição de fundos em disponibilidade *ex iure Quiritium* em favor das famílias plebeias. Por consequência, dificilmente os plebeus estariam em situação tão crítica de endividamento⁶⁶.

G. POMA enxerga contradições anacrônicas nos relatos das fontes literárias acerca da primeira secessão. A primeira delas gira em torno da figura de um dos primeiros tribunos: Sicínio, que teria sido o responsável por mobilizar os plebeus à secessão e que seria uma antecipação de um célebre tribuno que só viria a existir por volta de 76 a.C. A segunda estaria relacionada a Bruto, outro dos primeiros tribunos e que teria estado ao lado de Sicínio na mobilização da revolta, segundo Dionísio. Esse Bruto seria simplesmente uma referência ao seu homônimo que fora responsável pela expulsão dos Tarquínios e primeiro cônsul. Para a autora, essa série de justaposições seria uma referência literária à *libertas*: seja a do povo após a queda dos reis, seja a da plebe após a criação do tribunato e seja a dos tribunos após a recuperação de seus poderes na época de Silla⁶⁷.

N. MEUNIER critica os relatos das fontes literárias, principalmente os presentes na *Ab Urbe Condita* liviana e na *Antiquités Romaines* dionisiana. Essas, para ele, não

⁶⁵ L.CAPOGROSSI COLOGNESE, *Dalla tribù* cit. (nota 8 *supra*), p.219: Os primeiros cinquenta anos do estado republicano são os mais escuros e ricos em questionamento de toda a história de Roma. Houve a tentativa de se criar um fluxo de eventos lineares e concordantes em uma única direção, para isso se apelou a certas falsificações históricas como a exclusão dos nomes de todos os cônsules plebeus dos *Fasti* relativos aos primeiros cinquenta anos da república para dar uma impressão do acesso dos plebeus à magistratura suprema somente em 367 a.C.

⁶⁶ A. GUARINO, *La rivoluzione* cit. (nota 8 *supra*), p.186 ss.

⁶⁷ G. POMA, *Le secessione della plebe nella storiografia*, in: *Diritto@Storia*, nº7, 2008.

deveriam ser consideradas fontes, mas, sim, trabalhos, por se distanciarem dos fatos relatados ao exporem uma interpretação do que teria ocorrido, utilizando como base de seus relatos, obras que teriam sido elaboradas posteriormente. Portanto, as narrações das fontes seriam relatos indiretos de fatos não vivenciados por seus autores⁶⁸.

Para W. IHNE, é improvável que naquele período primitivo da sociedade houvesse tão numerosa quantidade de transações de empréstimos. Não foi tomada, com a secessão, nenhuma medida relativa ao perdão das dívidas e, não há menção durante os próximos cem anos após a secessão a nenhuma aflição dos plebeus relaciona a débitos. Isso reforça a ideia de que, muito dificilmente, as dívidas foram a verdadeira causa da secessão. A secessão teria, portanto, sido motivada por conta da exclusão dos plebeus aos direitos políticos monopolizados pelos patrícios⁶⁹.

Levando em consideração o fato de que a plebe não era homogênea, sendo composta de povos de diferentes origens e diferentes estratos sociais, é possível que os motivos que teriam levado cada um dos plebeus à secessão teriam sido múltiplos. Identifica-se no movimento secessionista, duas principais vertentes: a primeira vertente, possivelmente formada pelos plebeus economicamente desfavorecidos, acreditava que a retirada da cidade seria a oportunidade de fundar um estado plebeu e que, portanto, deveriam romper os vínculos com o patriciado. A outra vertente, representada pelos plebeus mais abastados, pendia para uma reconciliação com o estado romano⁷⁰.

⁶⁸ N. MEUNIER, *Tribuni plebis ou Tribuni Militum?*, in: *Lés Études classiques*, n° 79, 2011, pp.347-348: completa ainda, o seu raciocínio, apresentando dois eixos historiográficos: o primeiro composto pelos tradicionalistas, bastante criticados pelo autor, que aceitam a interpretação exposta pelas fontes como verdade histórica e o outro composto pelos hipercríticos que rejeitam totalmente, ou ao menos em parte, o que é relatado pelas fontes.

⁶⁹ W. IHNE, *Early Rome* cit. (nota 8 *supra*), pp.141-142.

⁷⁰ L. HOMO, *Histoire* cit. (nota 8 *supra*), p.49: havia dois elementos plebeus, de tendências divergentes e justapostas: os ricos, que queriam total igualdade social e política e os pobres, que aspiravam a melhoria de suas condições materiais. Contudo, os líderes mantinham a unidade necessária à ação.; A. MERLIN, *L'Aventin* cit. (nota 8 *supra*), p.82: plebeus ricos que viriam desfrutar das vantagens que tomariam do patriciado e que tinham certo prestígio perante os patrícios; T. MOMMSEN, *Disegno* cit. (nota 8 *supra*), pp. 58-59: um dos lados da plebe pretendia a igualdade entre as ordens enquanto o outro pretendia a constituição da plebe como um estado autônomo com sua própria assembleia deliberante e seus próprios magistrados. As duas correntes eram excludentes, e porquanto a primeira buscava um fim possível, a outra corrente a eles se juntou; M. HUMBERT, *Les institutions* cit. (nota 8 *supra*), p.168: a plebe não se entendia como vivendo às margens do estado e a sua estrutura: chefes, assembleia, santuários, etc. não estavam destinados a garantir uma existência política isolada, mas, sim, estabelecer uma dialética com os patrícios.

Todavia, a plebe não teria plena noção de sua força, provavelmente por não estar ainda devidamente organizada. A plebe que somente conhecia o *modus operandi* da sociedade patrícia não conseguia encontrar uma maneira de estabelecer sua própria pátria. A plebe estava alienada por desconhecer outras possibilidades e por conta disso estavam mais sucessíveis a um eventual retorno⁷¹.

Há quem diga que a intenção da plebe ao se retirar de Roma teria sido a de criar uma cidade plebeia que viria ser melhor e maior que Roma⁷². Aqueles, assim desejosos, acreditavam que em uma nova cidade, eles não estariam sujeitos à mesma carga de opressão que teriam tido em Roma⁷³.

Ao analisarmos o real motivo da secessão⁷⁴, se seguirmos com o entendimento de que teria sido por conta do descontentamento com o rigor do *nexum*, esse só viria a ser abolido posteriormente. Logo, enxegariamos um ato secessionista que não obteve nenhuma conquista real⁷⁵. Ocorre que, mesmo não conseguindo o hipotético pleito da abolição do

⁷¹ FUSTEL DE COULANGES, *A cidade* cit. (nota 8 *supra*), p.470: A plebe acreditava não poder fundar uma cidade por não ter sacerdotes para celebrar a cerimônia religiosa de fundação. Acreditavam não poder eleger um magistrado por não haver um pritaneu acendido para realizar os sacrifícios necessários. Não podiam encontrar os fundamentos para elaboração de leis porque as únicas leis que conheciam eram as leis dos patrícios. A plebe não tinha em si os elementos de uma cidade. – Ou seja, a ignorância domava a plebe.

⁷² E. BELOT, *Histoire* cit. (nota 8 *supra*), p.57: O número de refugiados no Monte Sacro girava em torno de quinze mil pessoas. Obviamente esse número pode ser uma exageração típica dos relatos históricos da época; M. NIEBUHR, *Histoire* cit. (nota 8 *supra*), II, p.415: Os plebeus compunham uma considerável parcela da população urbana romana na época. Por conta disso, Roma teria ficado deserta com a saída dos plebeus da cidade. Seria complicado, portanto, que os patrícios e seus clientes conseguissem manter a cidade sozinhos. Não é possível manter o funcionamento de uma cidade com a retirada de grande maioria de seus habitantes.

⁷³ A. PIGANIOL, *Essai* cit. (nota 8 *supra*), p.287, questiona se as secessões da plebe teriam sido tentativas de restaurar antiga comunidade que alegadamente se localizara no Aventino e teria sido destruída após a vitória do Palatino no momento da fundação de Roma. – Vale enfatizar que supondo que a plebe fosse originária daqueles antigos habitantes do Aventino, no início da República já não seriam mais os únicos plebeus e destacando que durante a Monarquia, há evidências, já mencionadas, de que se juntaram à plebe novos grupos de plebeus.

⁷⁴ L. HOMO, *Histoire* cit. (nota 54 *supra*), p.46: haveria um programa de reivindicações positivas da plebe, não necessariamente associadas ao momento da secessão: 1) abrandamento das dívidas e a solução da questão agrária; 2) redação de um código escrito comum a todos e a autorização dos casamentos entre plebeus e patrícios; 3) acesso ao consulado e às outras magistraturas conforme fossem criadas, a entrada no Senado e a validade legal dos plebiscitos; 4) participação no sacerdócio.

⁷⁵ Este é o pensamento de T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), que entende que a secessão da plebe não lhes garantiu nenhuma conquista.

nexum, a plebe teria saído vitoriosa da secessão⁷⁶. Primeiramente, se impôs perante o patriciado e teria conseguido o estabelecimento de sua magistratura. A vitória seria mais grandiosa caso considerássemos a consagração dos tribunos da plebe. Só o fato de fazerem os patrícios negociarem com eles, mostra a importância da secessão da plebe.

A secessão viria se tornar um método bastante utilizado pelos plebeus para obter novas conquistas como, por exemplo, a segunda secessão em 449 a.C., ocasião em que teriam conseguido fazer aprovar as três leis Valérias Horácias, uma delas consolidando a inviolabilidade dos tribunos.

Se for considerada a tripartição das classes romanas, há a hipótese de que não foram os plebeus que participaram da secessão e que a secessão de 494 a.C. tenha sido protagonizada por uma classe social intermediária entre os patrícios e os plebeus⁷⁷. Nada obstante, essa discussão nos remete à discussão já realizada sobre o tema.

Apesar de geralmente se associar o surgimento do tribunato da plebe à primeira secessão plebeia ou a um período posterior ao ano de 494 a.C., cumpre salientar, que é possível ser um erro⁷⁸. Todavia, a secessão, tendo ocorrido ou não, possui um papel imprescindível na caracterização do tribunato. A secessão teria sido a representação do viés revolucionário de uma parcela oprimida do estrato social romano.

Não se contesta exatamente a existência da secessão da plebe, mas é possível crer que a sua relação com a criação do tribunato não é facilmente comprovada⁷⁹. É possível que o tribunato tenha uma origem anterior à secessão⁸⁰.

⁷⁶ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.75: A organização revolucionária da plebe teria sido estabelecida na primeira secessão (colégio de *aediles* e *iudice decemvri* e dois tribunos) e essa organização possibilitou que suas aspirações saíssem do vago e genérico para algo sustentável e organizado.

⁷⁷ L.CAPOGROSSI COLOGNESE, *Dalla tribù* cit. (nota 8 *supra*), p. 220: Se fala em *conscripti*, que no momento da secessão ainda não faziam parte da plebe e teriam formado um grupo social intermediário.

⁷⁸ Diodoro da Sicília (11.68.8): Os tribunos teriam sido eleitos pela primeira vez em 471 a.C. – É possível que Diodoro estivesse se referindo à primeira eleição tribunícia, e não ao surgimento do tribunato (Segundo Lívio (2,58), nesse ano os tribunos passaram a ser eleitos diretamente pela plebe através dos *comitia tributa*). O fragmento é pequeno e sem nenhum nível de detalhamento, todavia, a presença de um *Gaius Sicinius* dentre os quatro tribunos eleitos nos remete à primeira secessão. Na opinião de A. MOMIGLIANO, *Quarto contributo* cit. (nota 8 *supra*), p.298, Diodoro realmente estaria relatando o surgimento do tribunato no ano de 471 a.C e refutando a relação entre os relatos de Diodoro e Lívio.

⁷⁹ G. DE SANCTIS, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), pp.4ss; G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 5 *supra*), p. 27.

No *Enchiridium*⁸¹, Pompônio relata leis tribunícias no período monárquico. Porém, após a expulsão dos reis através de uma lei tribunícia, essa espécie de lei caiu em desuso e voltou o povo a ser regido por um direito incerto e pelos costumes⁸².

O tribunato, assim sendo, apesar das características revolucionárias, pode não ter surgido durante o movimento secessionista da plebe ao Monte Sacro⁸³. Talvez isso se explique pela necessidade de buscar uma origem revolucionária a um instituto com tal característica.

2.2.2 O descontentamento militar em Varrão

Roma, desde os seus primórdios, foi uma sociedade que dava destaque à guerra e tinha o seu exército como parte imprescindível para o seu funcionamento. Os plebeus já participavam do exército desde a Monarquia e, dentro dele, possuía determinado grau de relevância.

Como visto anteriormente, habitualmente se relata a secessão da plebe como tendo sido um movimento de plebeus hipossuficientes. Esse relato não destaca, ou simplesmente ignora, a presença de uma classe abastada dentre os plebeus e que nem todos os plebeus estavam submetidos ao patriciado e, muito menos, sofrendo com a questão do endividamento, sobretudo os militares⁸⁴.

⁸⁰ T. MOMMSEN, *Compendio* cit. (nota 5 *supra*), p.233: A existência dos tribunos é mais antiga do que acreditamos, a tradição estaria equivocada e a origem dos tribunos seria primitiva.

⁸¹ D. 1.2.2.3.

⁸² Segundo M. FERRAZ, *Do tribunado* cit. (nota 8 *supra*), p. 28, há uma incongruência, pois o fim da monarquia se deu no ano de 510 a.C ao passo que o tribunato da plebe foi criado no ano de 494 a.C. Isto demonstra prestígio do tribunado em épocas posteriores.

⁸³ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 7 *supra*), pp.75-67: A secessão seria uma lenda, uma possível antecipação da instituição do tribunato e uma antecipação excessiva em relação ao reconhecimento do cargo revolucionário plebeu pela *civitas*.

⁸⁴ L. HOMO, *Les institutions* cit. (nota 54 *supra*), pp.44-45: Não haveria mais, no final do 5º século a.C., diferenças entre os patrícios e plebeus no ponto de vista constitucional, econômico ou em relação às obrigações militares e financeiras. A posição de um cidadão na hierarquia da *civitas* seria baseada na combinação de critérios militares e econômicos. Os plebeus já tinham acesso, desde as reformas de Sêrvio Túlio, às centúrias que exigiam recursos para a compra e a manutenção dos equipamentos necessários e, igualmente, cumpriam seus deveres tributários. Desse modo, não haveria como identificar diferenças substanciais entre patrícios e plebeus no início da República.

Nesse cenário não seria difícil imaginar que os plebeus secessionários tinham alguma relação com o exército romano, principalmente se pressupusermos a necessidade de determinada organização para organizar um movimento de secessão. A plebe ainda não possuía um senso de organização como uma ordem ou uma classe e não é comum, ao menos nas fontes literárias, relatar a plebe como sendo uma entidade política consolidada.

O dualismo patrício-plebeu não é totalmente verdadeiro, nem totalmente falso, segundo N. MEUNIER, que critica fortemente a visão dualitária de Roma, dividida em dois componentes sociais e institucionais antagônicos. As narrações das fontes literárias, apesar de serem objetos de críticas, não podem ser refutadas completamente e, muito menos, serem admitidas como verdade histórica⁸⁵.

É de Varrão o fragmento mais conhecido que associa a secessão da plebe ao movimento militar:

<i>Tribuni plebei, quod ex tribunis militum primum tribuni plebei facti, qui plebem defenderent, in secessione Crustumerina</i> ⁸⁶ .	Os <i>tribuni plebei</i> “tribunos plebeus”, são aqueles que, feitos primeiramente tribunos da plebe a partir dos tribunos militares, na secessão <i>Crustumerina</i> , para que defendessem a plebe.
---	---

Baseando-se, na passagem de Varrão, A. GUARINO relaciona a primeira secessão da plebe à conquista de *Crustumerium*. Para ele, a secessão não teria sido pelos plebeus propriamente ditos, mas, sim, por uma classe mais abastada de soldados não-patrícios (*classis clipeata*) que possuíam certa influência e estavam interessadas na divisão das terras conquistadas que eram ricas. A exigência desses militares plebeus foi a participação das famílias plebeias na divisão das terras e nos benefícios conexos à vitória na guerra.

Um exemplo de como os plebeus participavam da cavalaria e teriam participado da divisão das terras é encontrado na seguinte passagem de DIONÍSIO DE HALICARNASSO que

⁸⁵ N. MEUNIER, *Tribuni plebis ou Tribuni Militum?*, in: *Lés Études classiques*, n° 79, 2011, pp.347-349.

⁸⁶ Varr. l.l. 5.81.

relata discurso do cônsul Valério no momento de sua renúncia por conta da negativa do Senado em cumprir as promessas direcionadas à plebe e em momento imediatamente anterior à secessão da plebe:

<i>Οὐαλέριος δὲ κατὰ νοῦν χωρήσαντος</i>	Não entreguei aos patrícios e
<i>αὐτῷ τοῦ πολέμου τὸν εἰωθότα θρίαμβον ἀπὸ</i>	cavaleiros uma terra abundante e fértil, e
<i>τῆς νίκης καταγαγὼν ἀπέλυσε τὸν δῆμον ἀπὸ</i>	sim, a reparti entre os pobres e, o que mais
<i>τῆς στρατείας, οὕτω τῆς βουλῆς καιρὸν εἶναι</i>	provocou irritação contra mim, foi que ao
<i>νομιζούσης, ἵνα μὴ τὰς ὑποσχέσεις ἀπαιτοῖεν</i>	reunir o exército, alistei entre os cavaleiros
<i>οἱ ἄποροι· εἰς δὲ τὴν δορίκτητον, ἦν</i>	mais de quatrocentos plebeus com
<i>Οὐολούσκους ἀφείλοντο, κληρούχους</i>	abundantes recursos.
<i>ἀπέστειλεν ἐπιλέξας ἄνδρας ἐκ τῶν ἀπόρων,</i>	
<i>οἱ τὴν τε πολέμιαν φρουρήσειν ἔμελλον καὶ τὸ</i>	
<i>ἐν τῇ πόλει στασιάζον ἔλαττον ἀπολείψειν⁸⁷.</i>	

O cônsul teria repartido a terra entre os mais pobres, excluindo, dessa forma, os abastados plebeus da cavalaria que seriam os únicos com organização e força suficientes para rebelarem-se contra o patriciado. Poderia-se supor que os cavaleiros teriam se revoltado pela não divisão das terras, pois essas teriam sido destinadas aos pobres. Todavia, o próprio Dionísio expõe que os pobres teriam sido enviados à colônia para dissipar a força sediciosa que emanava deles⁸⁸.

A plebe era importante, principalmente na composição do exército romano. Em época onde as guerras eram constantes, os patrícios não poderiam abrir mão de soldados. Quanto mais numeroso o exército, melhor. Inclusive não poderiam correr o risco de que esses militares se aliassem a forças estrangeiras e rivais. Os plebeus descontentes e ávidos para se estabelecerem como nação, poderiam se aliar a outros povos para se fortalecerem e, até mesmo, para se vingarem dos romanos.

⁸⁷ Dio.Hal.6.43.1.

⁸⁸ Tanto a tradução para a língua espanhola de A. ALONSO e C. SECO, quanto a para língua inglesa de E. CARY utilizam o termo pobre. Supõe-se que DIONÍSIO DE HALICARNASSO tenha se referido aos plebeus de modo geral e não somente aos pobres.

Os patrícios iniciaram um processo de negociação com os plebeus para que estes retornassem à cidade. Nesse processo, teriam realizado um acordo⁸⁹ que veio a estabelecer a magistratura plebeia. Os termos desse acordo é objeto de controvérsia. Alguns falam na consagração dos tribunos que teriam tornado-os sacrossantos. Todavia, essa consagração provavelmente não foi incluída nos termos do acordo⁹⁰.

O tribunato pode ser visto como uma concessão do patriciado para evitar que a plebe tivesse acesso às verdadeiras magistraturas⁹¹. Essa intenção não teria tido êxito, mas teria conseguido adiar em um grande espaço temporal esse acontecimento.

Uma interpretação é a que sugere que o tribunato da plebe originou-se do tribunato militar⁹² e isso seria lógico, ao conceber-se um povo habituado às armas se retirando de uma cidade sem uma mínima organização militar e sem a escolha de líderes⁹³ e enfatizando que a secessão ocorreu logo após a recusa da plebe em se alistar para o exército⁹⁴.

Essa interpretação é viável e lógica pois não se pode pensar em um povo habituado às armas se retirando de uma cidade sem uma mínima organização militar e sem a escolha de líderes. Vale salientar que a secessão ocorreu logo após a recusa da plebe em se alistar para o exército⁹⁵.

A secessão pressupõe comunidade organizada e com lideranças para poder expressar a sua influência política e a sua força, não sendo verossímil que grupos

⁸⁹ Poderíamos definir como sendo um acordo, um tratado ou um *foedus*. Isso será melhor apreciado em capítulos posteriores.

⁹⁰ Vide item 24.2.1. A teoria do *foedus*).

⁹¹ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 49.

⁹² M. TALAMANCA, *Lineamenti* cit. (nota 8 *supra*), p.83, enxerga o tribunato da plebe como uma cópia dos *tribuni militum* ou até mesmo alguns tribunos militares plebeus, no exército centuriato, que tenham se tornado líderes da plebe com a denominação de tribuno da plebe. – A. VIÑAS, *Funcion* cit. (nota 8 *supra*), pp.53ss: Mesmo que os tribunos da plebe não tenham origem tipicamente militar, há notáveis analogias com os *tribuni militum*.

⁹³ Liv. 2, 32, 4: O relato liviano aponta que os plebeus se retiraram de Roma sem a escolha de líderes.

⁹⁴ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.337: maior parte dos tribunos militares no momento da secessão eram plebeus e estes comandando as legiões, retiraram a plebe em direção a seu exílio

⁹⁵ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p. 30, fazendo referência a Varrão, expõe que não é possível imaginar que tenha havido a secessão sem alguma forma de organização e de liderança pois, não é facilmente imaginável uma multidão de plebeus deixando Roma de forma desarticulada; L. CAPOGROSSI COLOGNESE, *Dalla tribù* cit. (nota 8 *supra*), p.221: os tribunos da plebe nada mais eram que os *tribuni militum* do exército centuriato que se tornaram líderes da plebe e que o limitado reconhecimento da plebe está relacionado ao reconhecimento dos tribunos militares.

desarticulados possam a conseguir realizar tal movimento de maneira exitosa⁹⁶. Estes argumentos reforçam a origem militar do tribunato da plebe, pois não é possível imaginar uma secessão sem a participação de soldado e supondo que a plebe tivera se retirado sem chefes⁹⁷ e sem armas, seria fácil para o patriciado atacá-los e trazê-los de volta à cidade.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO relata que em determinado momento um tribuno, *Siccus*, liderou tropa de oitocentos homens⁹⁸. Logo, questiona-se por que os tribunos, de origem militar, não possuíam métodos melhores para atuação que obstaculizar o alistamento⁹⁹.

TITO LÍVIO atribui o surgimento dos tribunos militares à época do decinverato, pouco antes da segunda secessão e logo após o conflito dos plebeus com o patriciado por causa da morte da plebeia Virgínia:

<i>Dimissis legatis admonet milites Verginius in1 re non maxima paulo ante trepidatum esse quia sine capite multitudo fuerit, responsumque quamquam non inutiliter, fortuito tamen magis consensu quam communi consilio esse. Placere decem creari qui summae rei praeessent militarique honore tribunos militum appellari. Cum ad eum ipsum primum is honos deferretur, “melioribus meis vestrisque rebus reservate” inquit “ista de me iudicia; nec mihi filia inulta honorem ullum iucundum esse patitur, nec in</i>	Com a partida dos legados, Virgílio advertiu aos soldados de que, momentos antes, eles haviam hesitado diante de um assunto de pouca importância por constituírem uma multidão sem chefe. A resposta que tinham dado fora acertada, embora resultasse de um movimento espontâneo e não de uma deliberação tomada em comum. Convinha nomear dez homens para exercerem o supremo comando e chama-los tribunos militares, uma vez que se tratava de um cargo militar. E como quisessem nomeá-lo em primeiro
---	--

⁹⁶ F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 9 *supra*), p. 338: *la sessecioni non si possono considerare come movimenti popolari spontanei*

⁹⁷ Tito Lívio (2.32.4): os plebeus não tinham chefes.

⁹⁸ Dio.Hal.10.43.3. – Para N. MEUNIER, *Tribuni* cit. (nota 85 *supra*), pp. 357-358, essa passagem é prova inexorável de que os tribunos da plebe eram tribunos militares por terem comandado contingentes militares.

⁹⁹ Principalmente ao analisar-se o porquê do provável principal motivo da secessão, de cunho econômico, não foi sanado.

perturbata re publica eos utile est praeesse vobis qui proximi invidiae sint. Si quis usus mei est, nihilo minor ex privato capietur". Ita decem numero tribunos militares creant¹⁰⁰.

lugar respondeu: “Deixai a escolha com que me honrais para melhores tempos, tanto para mim como para vós. Nenhuma honra me dará mais prazer enquanto minha filha não for vingada. Além disso, no momento em que a república está convulsionada, não vos seria útil ter à frente um cidadão perseguido pelo ódio. Se vos posso ser de alguma utilidade, mesmo na qualidade de simples cidadão, poderei fazê-lo”. Foram então nomeados dez tribunos militares.

Prossegue LÍVIO com o relato da eleição de mais dez tribunos militares por iniciativa do plebeu Icílio:

Icilius ubi audivit tribunos militum in Aventino creatos, ne comitiorum militarium praerogativam urbana comitia iisdem tribunis plebis creandis sequerentur, peritus rerum popularium imminensque ei5 potestati et ipse, priusquam iretur ad urbem, pari potestate eundem numerum ab suis creandum curat¹⁰¹.

Ao saber da nomeação dos tribunos militares no Aventino, Icílio temeu que os comícios militares pudessem influenciar os comícios urbanos e esses mesmos homens viessem a ser eleitos tribunos da plebe. Profundo conhecedor da maneira de agir do povo e pretendente ao cargo, antes de regressar a Roma realizou a eleição no seu exército, para a escolha de igual número de tribunos com igual poder.

TITO LÍVIO é claro em disassociar o tribunato militar ao tribunato da plebe o qual teria sido restaurado pouco tempo após a criação do tribunato militar e durante a segunda secessão da plebe para o Monte Sacro¹⁰².

¹⁰⁰ Liv.3.51.1-6.

¹⁰¹ Liv.3.51.8-9.

¹⁰² Liv.3.54.

N. MEUNIER, interpretando o texto de TITO LÍVIO, sugere que houve confusão no relato leviano acerca da segunda secessão da plebe e que, durante esta, teria sido criada uma nova magistratura: o tribunato militar. A secessão não teria sido supostamente liderada pela plebe e sim por soldados e o local da criação dos tribunos militares, no Aventino, teria sido um indício, para o autor, de que Lívio estaria se referindo à segunda secessão da plebe. Complete ainda, que não haveria divisão entre tribunos militares e tribunos plebeus, até 367 a.C., só haveria um único tribunato: o tribunato original¹⁰³.

J.C. RICHARD crê que a doutrina de Varrão que prega o recrutamento dos tribunos da plebe entre os tribunos militares é crível, porém, o autor questiona a atribuição do nascimento dessa “magistratura” ao período da segunda secessão da plebe, o que para ele é um erro no *De lingua latina*¹⁰⁴.

É viável estabelecer que os soldados plebeus não teriam sido os únicos secessionistas, mas, sim, teriam comandado o movimento, ou aliciando os outros plebeus ou, simplesmente, estimulando as revoltas dos outros grupos ao serem vistos se retirando da cidade. Assim entendeu T. MOMMSEN, para quem os tribunos militares plebeus teriam sido os líderes do movimento que teria abarcado todos os plebeus, inclusive aqueles que estavam em dúvida acerca do movimento e os indiferentes¹⁰⁵.

A ameaça dos revoltosos pode ter sido, simplesmente, a recusa em lutar nas próximas guerras, o que tornaria a secessão simbólica pois os rebeldes não teriam se afastado de Roma e, sim, permanecido às margens do *Pomerium*. A primeira secessão teria, nesse caso, sido uma greve militar¹⁰⁶.

¹⁰³ N. MEUNIER, *Tribuni plebis ou Tribuni Militum?*, in: *Lés Études classiques*, nº 79, 2011, pp.352-359.

¹⁰⁴ J.C. RICHARD, *Les origines* cit. (nota 8 *supra*), pp.545-546.

¹⁰⁵ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, p.336: a espírito de um só corpo e a organização militar arrastou também os duvidosos e os indiferentes. O exército abandonou os capitães e o campo e, conduzido pelos comandantes das legiões, os tribunos militares, que em maior parte eram plebeus, andararam em ordem até o *Crustumério* onde ocuparam uma colina com o intuito de criar ua nova cidade naquela fertilíssima parte do território público romano.

¹⁰⁶ A. GUARINO, *La rivoluzione* cit. (nota 4 *supra*), pp.188-189: a secessão da plebe teria ocorrido logo após a conquista de *Crustumério* e teria sido conexa à fundação da décima sétima tribo rústica. As terras das tribos rústicas, ou ao menos, boa parte delas, eram atribuídas às gentes patrícias, das quais as tribos frequentemente levavam o nome. Quando *Crustumério* fora conquistada, a plebe, notadamente a plebe do exército, consciente de haver contribuído para a vitória e sabendo de sua importância para outras guerras vindouras, estipulou suas primeiras condições aos patrícios: ou as famílias plebeias teriam participação adequada na

A secessão plebeia é comparável ao movimento grevista¹⁰⁷ e nesse sentido, P. CATALANO compara a secessão plebeia ao movimento grevista. Em sua opinião, essa seria a pura manifestação do poder negativo do cidadão. A visão histórica da secessão plebeia teria contribuído para manter viva a ideia da greve geral. Segundo ele, a secessão e o exílio, assim como a resistência, podem ser considerados, sob a ótica do /cidadão, como forma de participação no poder¹⁰⁸.

Os militares plebeus já teriam ameaçado entrar em greve antes. Ao que parece, a recusa em se alistarem era um método habitual dos mesmos para coagir o patriciado a atender os seus interesses.

O fragmento abaixo demonstra o *modus operandi* dos plebeus:

<i>Παρασκευαζόμενοι δὲ τὰ εἰς τὸν πόλεμον ἐπιτήδεια καὶ τὰς δυνάμεις ἀρξάμενοι καταγράφειν, εἰς πολλὴν ἐνέπιπτον ἀμηχανίαν, οὐ τὴν αὐτὴν ἀπάντων προθυμίαν εἰς τὰ ἔργα παρεχομένων. οἱ γὰρ ἐνδεεῖς βίου καὶ μάλιστα οἱ τὰ χρέα τοῖς συμβαλοῦσι διαλῦσαι οὐ δυνάμενοι πολλοὶ σφόδρα ὄντες οὐχ ὑπήκουον ἐπὶ τὰ ὄπλα καλούμενοι οὐδ' ἐβούλοντο κοινωνεῖν οὐδενὸς ἔργου τοῖς πατρικίοις, εἰ μὴ ψηφίσαιτο αὐτοῖς χρεῶν ἄφεσιν: ἀλλὰ καὶ καταλείπειν τινὲς αὐτῶν</i>	Quando estavam fazendo os preparativos para a guerra e haviam começado o alistamento das tropas, ficaram extremamente desconsertados porque nem todos mostraram a mesma disposição para a empreitada. Em efeito, os pobres e, sobretudo, os que não podiam pagar as dívidas a seus credores, que eram muitíssimos, não obedeceram a chamada às armas, pois não queriam participar com os patrícios em nenhuma ação se esses não
--	---

divisão das novas terras, que eram ricas, bem como em todos os benefícios conexos à vitória militar. Caso lhes fossem negados, os patrícios corriam o risco de uma ida dos plebeus, totalmente ou parcialmente, aos Latinos, concorrentes de Roma.

¹⁰⁷ G. POMA, *Le secessione della plebe nella storiografia*, Diritto@Storia, n.7, 2008: a ligação entre as ideias de secessão e greve é um flerte dos modernos que se remete à revolução francesa. Contudo, ao associarmos as secessões aos movimentos grevistas, incorremos no risco de reduzir o espectro do conteúdo desse antigo conceito, ofuscando-lhe o seu elemento etimologicamente caracterizador que é a separação e o distanciamento.; P. ZAMORANI, *Plebe genti* cit. (nota 8 *supra*), pp.166-167: A secessão teria sido um fenômeno pacífico, ao contrário do projeto primitivo de assassinar os cônsules, sem líderes, onde os plebeus não ameaçavam e nem eram ameaçados. A intenção da secessão seria somente constranger os patrícios ao enfraquecer gravemente a defesa de Roma com o acampamento pacífico dos soldados que se recusavam a lutar.

¹⁰⁸ P. CATALANO, *Tribunato* cit. (nota 4 *supra*), pp.18-21.

τὴν πόλιν ἔλεγον καὶ παρεκελεύοντο ἀλλήλοις
 μὴ φιλοχωρεῖν πόλει μηδενὸς αὐτοῖς ἀγαθοῦ
 μεταδιδούσῃ¹⁰⁹.

votavam a remissão de suas dívidas. E
 mais, alguns deles diziam, inclusive, que
 abandonariam a cidade e incentivavam uns
 aos outros a não querer permanecer em que
 não lhes fazia nenhum bem.

A atitude dos plebeus extrapolaria o conceito de greve e poderia ser acrescida de algo, como hoje se é conhecido, de desobediência civil e insubordinação militar¹¹⁰. O fragmento a seguir expõe mais um ato de insubordinação e resistência dos plebeus:

Πυνθανόμενοι δὲ τὴν διάνοιαν αὐτῶν οἱ
 πατρίκιοι παρεσκευάζοντο διὰ ταχέων ἐξιέναι
 πανστρατιᾷ: τὸ δὲ δημοτικὸν οὐχ ὑπήκουεν
 αὐτοῖς, ἀλλ' ἐμνησικάκουσιν τῆς ψευσθείσης
 αὐτοῖς πολλάκις ὑποσχέσεως περὶ τῶν ἐπικουρίας
 δεομένων ἀπόρων, τάναντία ἐπαγόντων τῶν ἐπ'
 ἐκείνοις ψηφισομένων. κατ' ὀλίγους δὲ
 συλλεγόμενοι ὄρκους ἀλλήλους κατελάμβανον
 ὑπὲρ τοῦ μηκέτι συνάρασθαι τοῖς πατρικίοις
 πολέμου μηδενὸς καθ' ἓνα τῶν ἀπόρων
 κατισχυόμενοι κοινῇ καὶ πρὸς τοὺς
 ἐντυγχάνοντας βοηθήσαντες. καὶ ἐγένετο
 μὲν καὶ ἄλλη τὸ συνώμοτον ἐν ἀψιμαχίαις
 λόγων

Os patrícios, cientes de suas
 intenções, se prepararam rapidamente
 para marchar com todo o exército,
 porém os plebeus¹¹² não lhe
 obedeceram, pois, conservavam com
 rancor a recordação das muitas vezes
 que haviam faltado com a promessa de
 ajudar os pobres que necessitavam [...]
 Se reunira por grupos pequenos e
 trocaram juramentos de não voltar a
 colaborar com os patrícios em
 nenhuma guerra e de ajudar contra
 qualquer, entre todos, aos pobres que

¹⁰⁹ Dio Hal. 5.63.1.

¹¹⁰ F. FABBRINI in: *Nov. Dig. Italiano*, v.XIX, p.780: Finda a guerra, o Senado vetou as propostas favoráveis à plebe. Temoroso que os plebeus retornassem da guerra e se rebelassem por conta disso, o Senado determinou que o exército não retornasse à cidade, pois, enquanto estivesse em campanha, os plebeus não violariam a disciplina militar. Contudo, isso não adiantou. Deu-se origem à insurreição da plebe, que em desobediência civil, violou o juramento militar e desertou.

¹¹² A utilização do termo “plebeus” nessa passagem consolida o nosso entendimento de que Dionísio se referia aos plebeus de modo geral anteriormente ao usar o termo “pobre”. Provavelmente essa deturpação no sentido da palavra tenha se dado ou, pela concepção de que os plebeus eram miseráveis como percebemos que o historiador greco assim o faz no decorrer do relato ou por erro de tradução.

τε καὶ ἔργων ἐμφανές, μάλιστα δ' ἐδήλωσε τοῖς estivessem oprimidos. Ainda que a ὑπάτοις, ἐπειδὴ οὐ προσήεσαν οἱ καλούμενοι conjuração fosse evidente para os πρὸς τὴν στρατολογίαν. συναρπάσαι γὰρ τινὰ τῶν cōnsules em muitas ocasiões, em ἐκ τοῦ δήμου κελευσάντων οἱ πένητες ἄθροοι discussões tanto físicas quanto verbais, συστραφέντες τόν τε φερόμενον ἀφηροῦντο καὶ οὐ era especialmente quando os τοὺς ὑπηρέτας τῶν ὑπάτων οὐ μεθιεμένους αὐτοὶ chamados para prestar o serviço militar παίοντες ἀπήλυνον, καὶ οὔτε ἱπέων οὔτε não se apresentavam. Em efeito, πατρικίων, ὅσοι παρόντες τὰ γινόμενα κωλύειν quando ordenavam prender a alguém ἡξίου, ἀπείχοντο μὴ οὐ παίειν: καὶ δι' ὀλίγου do povo, todos os pobres em massa πᾶσα ἡ πόλις ἦν ἀκοσμίας πλήρης καὶ θορύβου. arrebatavam o detido, e se os lictores ἅμα δὲ τῇ στάσει τῇ κατὰ τὴν πόλιν αὐξομένη καὶ dos cōnsules não queriam soltá-lo, os τὰ τῶν πολεμίων πρὸς καταδρομὴν expulsavam dali a golpes, e não se παρασκευαζόμενα μείζω τὴν ἐπίδοσιν ἐλάμβανεν. abstinham de atacar os cavaleiros¹¹³ Οὐολούσκων δὲ πάλιν ἀπόστασιν nem os patrícios que estavam presentes βουλευσαμένων καὶ τῶν καλουμένων Αἰκανῶν e, em pouco tempo, a cidade encheu-se πρεσβεία τε ἀπὸ πάντων τῶν Ῥωμαίοις ὑπηκόων de desordem e agitação. παρῆν ἀξιούντων σφίσι συμμαχεῖν ἐν τριβῶ τοῦ πολέμου κειμένοις¹¹¹.

O texto parece indicar que houve certa forma de aperfeiçoamento dos métodos da plebe ou o aumento da violência na reação dos patrícios. Enquanto em um primeiro momento a plebe teria reagido com ameaças e o patriciado com promessas, nessa passagem nota-se que os ânimos, cada vez mais, mostravam-se alterados.

São evidentes, nessa passagem, os embriões do tribunato da plebe. A menção aos plebeus jurando ajudar qualquer um que estivesse sendo oprimido nos remete, automaticamente, ao juramento dos plebeus durante a secessão instituindo o tribunato que tinha objetivo ajudar os oprimidos contra quem o fosse. Em segundo lugar, a atitude dos

¹¹¹ Dio.Hal.6.34.2-3.

¹¹³ É possível que Dionísio esteja desconsiderando a presença de plebeus dentre a cavalaria. Certamente, os pobres que ele estaria se referindo eram os soldados plebeus que estariam, nesse caso, atacando os seus colegas cavaleiros e os outros patrícios.

plebeus em impedir fisicamente a detenção de quem quer que o seja nos remete à *intercessio* tribunicia.

Com base nas fontes, como visto no capítulo anterior, sucedeu-se a secessão ao Monte Sacro, ou Aventino, após momentos de instabilidade social e política dentro de Roma. Os plebeus iniciaram seu movimento com ameaças, evoluíram para resistência e logo após, para a secessão.

Menênio Agripa, mensageiro patrício, teria se dirigido aos plebeus com o seu célebre discurso comparando o movimento dos plebeus ao movimento dos órgãos de um corpo humano que teriam decidido boicotar o estômago pois o mesmo estaria se aproveitando da mão-de-obra dos outros órgãos:

<i>“tempore quo in homine non, ut nunc, omnia in unum consentiant, sed singulis membris suum cuique consilium suus sermo fuerit, indignatas reliquas partes sua cura suo labore ac ministerio ventri omnia quaeri, ventrem in medio quietum nihil aliud quam datis voluptatibus frui; conspirasse inde ne manus ad os cibum ferrent, nec os acciperet datum, nec dentes quae acciperent conficerent. hac ira dum ventrem fame domare vellent, ipsa una membra totumque corpus ad extremam tabem venisse. inde apparuisse ventris quoque haud segne ministerium esse, nec magis ali quam alere eum, reddentem in omnis corporis partes hinc quo vivimus vigemusque, divisum pariter in venas,</i>	<i>“No tempo em que o corpo humano não formava como agora um todo harmonioso, mas cada membro possuía sua própria opinião e sua própria linguagem, todas as partes do corpo revoltaram-se porque o estômago obtinha tudo à custa de seus cuidados, seu trabalho e serviços, ao passo que ele próprio, ocioso no meio deles, não fazia outra coisa senão gozar dos prazeres que lhe eram dados. Então os membros conspiraram para que a mão não levasse mais o alimento à boca, nem a boca o recebesse, nem os dentes o mastigassem. Mas enquanto, por ressentimento, queriam domar o estômago pela fome, os próprios membros e todo o corpo chegaram a um extremo esgotamento. Compreenderam</i>
--	--

maturum confecto cibo sanguinem”¹¹⁴.

então que o estômago não vivia na ociosidade, que não era apenas alimentado por eles, mas os alimentava também, devolvendo a todas as partes do corpo este sangue que nos dá vida e força, distribuindo-o pelas veias depois de elaborá-lo pela digestão dos alimentos¹¹⁵”

Esse discurso seria uma demonstração do caráter grevista do movimento secessionário plebeu. Os tribunos da plebe podem ter supostamente derivado dos *tribuni militum*¹¹⁶, segundo fragmento de Varrão que relata que o tribunato da plebe foi criado em uma secessão crustomeriana sendo derivados dos tribunos militares¹¹⁷. Nesse sentido, a secessão para o Monte Sacro, Aventino ou Crustomério teria sido um ato de insubordinação dos plebeus, que faziam parte do exército, que teriam decidido desertar¹¹⁸.

Essa hipótese é plausível. Torna-se mais factível supor que a secessão se resumiu a um número específico de militares, estes fundamentais para Roma para compor o seu exército e, por estarem armados, mais dispostos a utilizar a violência para alcançar seus objetivos.

O fragmento varroniano não invalida todas as hipóteses formuladas. Varrão, assim como maioria das fontes mencionadas, aponta a criação do tribunato da plebe durante uma

¹¹⁴ Liv.2.32.9-11.

¹¹⁵ L.CAPOGROSSI COLOGNESE, *Dalla tribù* cit. (nota 8 *supra*), p.220: o discurso de Menênio Agripa se mostra, em demasia, autoritário para uma época em que a plebe estava em posição defensiva. Por relatar que a plebe revoltosa teria retornado a Roma após esse discurso, estaríamos diante de uma falsificação historiográfica.

¹¹⁶ L.CAPOGROSSI COLOGNESE, *Dalla tribù* cit. (nota 8 *supra*), p.221: o tribunato da plebe teria sido uma cópia dos *tribuni militum*.

¹¹⁷ Varro de l.l. V, 81.

¹¹⁸ F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 5 *supra*), I, p.28: apesar de óbvia a ligação entre a secessão da plebe e os militares plebeus que desta participaram, a secessão não teve fundamento militar. A secessão teve causas econômicas e políticas. Isso afastaria a possibilidade de o tribunato da plebe ser, essencialmente, o tribunato militar. Supondo que o tribunato tivera se originado no tribunato militar, possivelmente essa seria mais uma derivação etimológica que institucional. No que tange à relação entre a secessão da plebe e o exército, não poderíamos supor que essa tivesse algum motivo de cunho militar. Apesar de que a secessão, em si, pressupunha a deserção do exército e a recusa da prestação do serviço militar, não há indícios de que os plebeus tivessem saído da cidade como soldados, mas, sim, como plebeus.

secessão. Seu fragmento enfatiza o poder físico da plebe e consolida qualquer hipótese que envolva a coação da plebe como fundamento, direto ou indireto, aos poderes tribunícios.

Uma plebe bem organizada e com líderes de origem militar teria sido perigosa ao patriciado. Por conta disso, justifica-se a tolerância que os patrícios poderiam ter tido ao tribunato até que esse, finalmente, viesse a ser reconhecido como instituição jurídica regular.

Outra interpretação possível, ainda que minoritária, é a de que o tribunato da plebe tenha surgido das tribos territoriais. O único fundamento lógico para essa hipótese seria a relação etimológica entre tribunos e tribos, sendo que os patrícios participavam dessas tribos acompanhados dos plebeus. Não teria motivo, portanto, de o tribunato da plebe ter originado-se de algo que igualmente incluísse o patriciado¹¹⁹.

Considerando essa alternativa, continuamos enfatizando em nossas duas principais questões: como e quando se determinou a inviolabilidade dos tribunos e como e quando estes foram absorvidos pelo ordenamento jurídico?

¹¹⁹ F.DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 5 *supra*), I, p.281.

3. O TRIBUNATO DA PLEBE

3.1. Terminologia

A palavra *tribunus* associa-se às tribos ao significar “magistrado da *tribus*”¹²⁰. *Tribus*, por sua vez, significa a divisão do povo romano que supostamente era dividida em três grupos, Roma pode ter se originado da fusão de três tribos: Latinos, Sabinos e Etruscos. A palavra *tribus* pode ser relacionada a *tres* ou ao termo umbro *trefo* que significa um território inteiramente ocupado por uma comunidade autônoma¹²¹.

O Digesto assim explica a denominação dos tribunos:

<i>Dicti tribuni, quod olim in tres partes populus divisus erat et ex singulis singuli creabantur: vel quia tribuum suffragio creabantur</i> ¹²² .	Eram chamados tribunos porque outrora o povo era dividido em três partes e era, eleitos individualmente, um de cada uma delas; ou porque eram eleitos pelo sufrágio das tribos ¹²³ .
---	---

Usualmente há referência a *tribunus* com o acompanhamento de algum epíteto: *tribuni plebis*, *tribuni militum*, *tribuni celerum*, *tribuni aerarii*, etc. O que significaria *tribunus* sem epíteto? Para D. SOHLBERT, fariam menção aos *tribuni militum consulari potestate*, possuidores de poder consular e, surgidos em 444 a.C. derivados dos antigos tribunos, chefes da tribo, que existiam desde quando as tribos formavam a base da organização militar¹²⁴.

¹²⁰ Conforme o *Dictionnaire des Racines des Langues Européennes*, Paris, Larousse, 1948, p.152, a palavra latina *tribunus*, que significa *magistrat de la tribu*, é derivada de *tribus* (tribo). – F. MARTIN, *Les mots latins*, 1991, p.274: *tribun, tribunus*: no sentido estrito da palavra significa *magistrat de la tribu*, depois passou a significar também, tribuno da plebe, militar e do tesouro.

¹²¹ S. RICCOBONO, *Diritto* cit. (nota 8 *supra*), p.25. - E. COCCHIA, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), pp.21ss: a relação do nome dos tribunos com as tribos é um ponto incontroverso; S. MEIRA, *História* cit. (nota 9 *supra*), p. 54: as assembleias por tribos acabaram confundindo-se com os concilia plebis, que eram presididos por um tribuno da plebe.

¹²² D.1.2.2.20.

¹²³ Tradução de H. MADEIRA, *Digesto de Justiniano: Introdução ao Direito Romano*, 7ªed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

¹²⁴ D.SOHLBERT, *Dictateurs* cit. (nota 8 *supra*), pp.249-251: esses tribunos teriam sido os substitutos dos dois magistrados principais durante os anos de 444-367 a.C., quando o consulado viria a ser criado.

Uma possível interpretação é a que relaciona o tribunato da plebe às quatro tribos urbanas. Segundo os relatos de DIODORO DA SICÍLIA¹²⁵ e DIONÍSIO DE HALICARNASSO¹²⁶, o número dos tribunos, em 471 a.C., foi aumentado para quatro.

Isso permitira que levantássemos a hipótese de que o verdadeiro surgimento do tribunato teria sido nesse ano e de a quantidade inicial de tribunos era de quatro, relacionados às tribos e esses quatro primeiros tribunos, na verdade, seriam os líderes de cada uma das tribos¹²⁷.

A. MOMIGLIANO expõe que os tribunos eram eleitos nos comícios tributos que eram originariamente relacionados numericamente com as tribos, mas, não com todas, e sim com as quatro tribos urbanas, o que justificaria o relato de Diodoro que atribui o surgimento do tribunato com o número de quatro tribunos e isso faria sentido pelo tribunato ser uma magistratura eminentemente urbana. Esse argumento não seria realista pois as tribos urbanas representariam a parte mais pobre da plebe e não faria sentido que a parte que enfrentara o patriciado e seus privilégios fosse a parte mais fraca¹²⁸.

Os tribunos, após a *Lex Valeria Horatia* em 449 a.C., passaram a ser eleitos através dos *concilia plebis* que eram as assembleias da plebe reunidas em tribos. No entanto, isso não bastaria para relacionar a origem da magistratura às tribos, pois sua nomenclatura antecede à *lex*¹²⁹.

Vale salientar que o termo tribuno já existia antes da criação do tribunato da plebe, havia os *tribuni militum*¹³⁰ e os *tribuni celerum*. Essa nomenclatura mais que relacionar os

¹²⁵ Dio.11.68.8.

¹²⁶ Dio.Hal.6.89.1.

¹²⁷ Para detalhes e críticas sobre essa teoria, vide G. GROSSO, *Lezioni* cit. (nota 8 *supra*), p.85, nota 2 e F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.279ss.

¹²⁸ A. MOMIGLIANO, *Quarto contributo* cit. (nota 8 *supra*), p.303: Os responsáveis pela luta contra os privilégios dos patrícios teriam sido os plebeus da plebe rústica, mais abastados.

¹²⁹ E. BELOT, *Histoire* cit. (nota 24 *supra*), p.58: os tribunos representavam as tribos plebeias reunidas e seriam eleitos através das assembleias por tribos, onde o acesso dos patrícios era vedado

¹³⁰ E. COCCHIA, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p.27: Refere-se aos tribunos da plebe como *tribuni militum* ao relatar a segunda secessão da plebe: “*La plebe ammutinata, rifugiatasi sull’Aventino, scelse a suoi rappresentanti <dieci tribuni militari>*”. – S. RICCOBONO, *Diritto* cit. (nota 8 *supra*), p.25: Cumpre enfatizar que no exército, cada contingente de 1000 homens era comandado por um tribuno. As três centúrias da cavalaria, inicialmente, eram relacionadas com as três tribos e delas compartilhavam o nome.

tribunos da plebe às tribos territoriais, evidenciaria o seu caráter militar e a sua origem derivada dos tribunos militares como já abordado no capítulo anterior¹³¹.

O tribunato, por outro lado, pode não ter tido relação com as tribos do *populus*, as quais os tribunos jamais viriam serem administradores¹³². A partir do fato de que os tribunos eram eleitos em *concilia plebis* reunidas por tribos, pode-se interpretar que a plebe era dividida em tribos e que os tribunos seriam os líderes dessas tribos¹³³.

Ante o exposto, pode-se afirmar que o nome tribuno na verdade representasse, em geral, uma pessoa com autoridade sobre certo departamento e essa é uma hipótese bastante verossímil e que justificaria os diferentes tipos de tribunos que existiram.

3.2. Aspectos constitutivos

3.2.1. A magistratura plebeia

Pouco se sabe sobre o tribunato em seu primeiro ano de existência, como se trata do estudo de um instituto que existiu em tempos remotos, não podemos nada afirmar com a mais plena convicção¹³⁴.

¹³¹ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), pp.30, ss.

¹³² F. STELLA MARANCA, p. 31: não se pode estabelecer uma relação entre os tribunos da plebe e as tribos do *populus*.; T. MOMMSEN, *Compendio* cit. (nota 8 *supra*), p.233; A. BURDESE, *Manuale* cit. (nota 8 *supra*), p.36; M. HUMBERT, *Institutions* cit. (nota 8 *supra*), p.171.

¹³³ G. MARGADANT, *El tribunado* cit. (nota 4 *supra*), p.223, relaciona o tribunato às tribos da plebe que provavelmente já existiam no reinado de Sérvio Túlio ou até mesmo em período anterior.

¹³⁴ G. MARGADANT, *El tribunado* cit. (nota 4 *supra*), pp.220-222, critica os relatos das fontes, pois entende que nenhum autor foi contemporâneo ao tribunato em suas fases mais heróicas, que correspondem desde o seu surgimento até a Lei Hortência de 286 a.C. Maioria dos autores, romanos e gregos, que se referem às origens do tribunato, o teriam presenciado já na época de César e Augusto como foi o caso de Lívio, Cícero, Diodoro e Dionísio de Halicarnasso. Haveria, portanto, o risco de que esses autores possam ter tido certas inclinações em favor dos plebeus, dos patrícios ou de certas famílias ao escreverem os seus relatos. Os mesmos não teriam tido formação jurídica-histórica e, por conta disso, as contradições seriam abundantes, não havendo uma base sólida e persistindo uma terminologia imprecisa. Para ele, os historiadores mais populares se importavam mais com uma bela oratória do que com a verdade histórica.; G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 5 *supra*), pp.35aa: é natural que não haja muito sobre o primeiro ano de existência do tribunato, “*per i primi anni della loro esistenza è naturale che si ignorino parecchie cose dei tribuni della plebe*”.

O tribunato nasceu sem as honras das magistraturas patrícias, os tribunos não possuíam *imperium*, lictores, nenhuma vantagem ou simplesmente o prestígio dos cônsules e outros magistrados da *civitas* e, igualmente, não tinham auspícios¹³⁵, o que retirava parte do seu prestígio em um momento histórico fortemente influenciado pela religião.

Apesar de tudo, o tribunato da plebe conseguiu influenciar todo o sistema governamental romano utilizando de seus poucos poderes, principalmente o *ius intercessio* que garantiu no decorrer dos séculos uma mudança relevante das estruturas sociais romanas. Os plebeus passaram a ter uma arma que os permitia se defender das arbitrariedades da classe patrícia e conseguir pleitear, sob a égide da *aequitas* e da *humanitas* romanas, participação na *civitas* e direitos que, quando não eram inexistentes, lhes eram tirados pelo patriciado¹³⁶.

Os tribunos não pretendiam dar ordens, mas, sim, ter o poder de se opor às ordens dos magistrados e buscavam limitar o poder dos magistrados nesse cenário onde os plebeus eram supostamente oprimidos e submetidos a condições degradantes. Uma das principais características a ser lembrada quando se fala de tribunato é a sua inviolabilidade que supostamente se deve ao caráter sacrossanto dos tribunos, dessa maneira, como relata TITO LÍVIO: *tribunorum plebis, potestatis sacrosanctae, ad auxilium libertatis creatae*¹³⁷ que, em tradução livre, relata o literário romano que os tribunos da plebe foram criados, com poder sacrossanto, em auxílio da liberdade.

O tribunato, com o decorrer do tempo, passa a ser incluso no ordenamento jurídico da *civitas* ganhando um certo caráter de normalidade¹³⁸ e, cada vez mais, foi se adaptando ao sistema e ganhando a convivência pacífica com as outras magistraturas.

Os tribunos podem não ter sido magistrados no sentido estrito da palavra, inclusive, é possível que nunca tenham sido reconhecidos ou recepcionados pela *civitas* e, sim, somente tolerados.

¹³⁵ Cic. Dom. 15.41

¹³⁶ G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), p.246: uma questão que necessita resposta é se o poder dos tribunos da plebe possuía um papel relevante dentro da organização jurídica plebeia. Esse questionamento segue sem resposta.

¹³⁷ Liv. 4, 44, 5.

¹³⁸ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p.39: *carattere di normalità*.

PLUTARCO, apresentando algumas características do tribunato, levanta a seguinte questão: os tribunos eram, ou não, magistrados?

‘Διὰ τί περιπόρφυρον ὁ δήμαρχος οὐ φορεῖ, τῶν ἄλλων ἀρχόντων φορούντων; ’

Ἦ τὸ παράπαν οὐδ’ ἐστὶν ἄρχων; οὐδὲ γὰρ ῥαβδούχους ἔχουσι οὐδ’ ἐπὶ δίφρου καθήμενοι χρηματίζουσιν, οὐδ’ ἔτους ἀρχῇ καθάπερ οἱ λοιποὶ πάντες ἄρχοντες εἰσίσιν, οὐδὲ παύονται δικτάτωρος αἰρεθέντος ἀλλὰ πᾶσαν ἀρχὴν ἐκείνου μετατιθέντος εἰς ἑαυτὸν αὐτοὶ μόνοι διαμένουσιν, ὥσπερ οὐκ ὄντες ἄρχοντες ἀλλ’ ἐτέραν τινὰ τάξιν ἔχοντες. ὥς δὲ τῶν ῥητόρων ἔνιοι τὴν παραγραφὴν οὐ βούλονται δίκην εἶναι, τούναντίον τῇ δίκῃ δρῶσαν ἢ μὲν γὰρ εἰσάγει καὶ ποιεῖ κρίσιν, ἢ δ’ ἀναιρεῖ καὶ λύει: τὸν αὐτὸν τρόπον οἴονται τὴν δημαρχίαν κώλυσιν ἀρχῆς μᾶλλον εἶναι καὶ πρὸς ἀρχὴν ἀντίταξιν ἢ ἀρχήν. τὸ γὰρ ἐνστῆναι πρὸς δύναμιν ἄρχοντος καὶ τὴν ἄγαν ἐξουσίαν ἀφελεῖν ἐξουσία καὶ δύναμις ἐστὶν αὐτῆς¹³⁹.

Por que o tribuno não veste o traje com a borda roxa, apesar dos outros magistrados a vestirem?

Isso é porque ele não é um magistrado? Os tribunos não têm lictores, não fazem negócios sentados na cadeira curul, nem iniciam seus mandatos no início do ano como todos os outros magistrados fazem, nem cessam as suas funções quando um ditador é escolhido; mas apesar dele transferir todos os outros encargos para si mesmo, os tribunos sozinhos permanecem, não como sendo oficiais, mas mantendo alguma outra posição. Mesmo que alguns defensores não dirão que o veto é um cargo, mas afirmam que seu efeito é o oposto do que de um cargo; Para um magistrado traz um caso no tribunal e obtém um julgamento, quando um opositor o toma fora do tribunal e o anula; Da mesma forma que eles acreditam que o tribunato é um controle sobre o oficialismo e uma posição para oferecer oposição à magistratura, em vez de uma magistratura. Pois sua autoridade e poder consistem em bloquear o poder de um magistrado e na ab-

¹³⁹ Plut. *quae.rom.* 81.

rogação de autoridade excessiva.

Os tribunos podem ter atuado, nesse sentido, como *leaders* da plebe ou como uma espécie de magistratura inferior, como definiu T. MOMMSEN: uma quase-magistratura¹⁴⁰.

Realmente é possível que os tribunos nunca tenham sido magistrados no sentido estrito da palavra e isso poderia ser justificado pela ausência de poderes ou rituais específicos. Entretanto, o fato de ter sido ou não magistrado para a população romana não muda o papel de importância dos tribunos no decorrer da história, porquanto os tribunos eram de fato os líderes da plebe e, para a plebe, eram seus magistrados.

Por esse motivo, por talvez não terem sido magistrados, os tribunos sempre estavam ávidos a se enquadrarem nas magistraturas ordinárias romanas¹⁴¹ e isso, muitas vezes, pode ter guiado a sua atividade. A atuação dos tribunos, muitas vezes, buscava a obtenção de novas vantagens para a plebe.

A atuação dos tribunos que impunham novas vantagens para a plebe através da coação e de seus poderes invioláveis, veio com o decorrer do tempo a ser substituída por uma atuação institucional legislativa quando os plebiscitos passaram a vincular todo o *populus* romano.

Um dos principais problemas que poderemos enfrentar no estudo da *tribunicia potestas* é definir o seu limite temporal, já que há a possibilidade de que tenha havido diferentes tribunatos da plebe no decorrer da história romana¹⁴². O primeiro teria sido uma

¹⁴⁰ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), pp.224-225 e p.271: Os tribunos da plebe não seriam formalmente magistrados. Eles estiveram sempre ávidos a se enquadrarem dentre as magistraturas ordinárias romanas, mas só viera a conseguir no século 1º a.C., quando, após a reforma de Silla, teria surgido a verdadeira magistratura plebeia e que removeu os resíduos do caráter revolucionário do tribunato da plebe; M. HUMBERT, *Les institutions* cit. (nota 8 *supra*), p.168: os tribunos não eram magistrados no sentido da palavra.; S. RICCOBONO, *Diritto* cit. (nota 8 *supra*), p.50: Os tribunos da plebe não eram magistrados verdadeiros e no sentido propriamente dito, mas somente defensores dos direitos da plebe: *defensor plebis*.

¹⁴¹ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.271.

¹⁴² G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), p. 55, levanta o questionamento de que se teríamos um Tribunato ou vários Tribunatos? O autor fala em rompimento entre o tribunato dos dois primeiros séculos, que teria sido o magistrado da plebe, com o tribunato dos séculos sucessivos, que teria sido uma magistratura de toda a nação.; G. MARGADANT, *El tribunado* cit. (nota 4 *supra*), p. 220, divide o tribunato da plebe em cinco diferentes fases: a primeira, em seus primórdios, quando o tribunato teria sido revolucionário e antipatricio e que teria durado desde os primeiros tribunos até a lei Valéria Horácia em 449 a.C.; a segunda, com o reconhecimento do tribunato pela *civitas* como sendo uma contramagistratura e com a aproximação da

força revolucionária plebeia e o segundo teria sido uma força política institucionalizada e essa teoria poderia justificar as distintas teses sobre o tribunato da plebe ter sido ou não uma magistratura *de facto*.

3.2.3. O sufrágio tribunício

No que tange ao processo eleitoral tribunício, o método utilizado para a eleição dos tribunos da plebe nos seus primórdios não é certo. Conforme as fontes literárias, em 471 a.C. teria sido aprovada a *lex Publilia Voleronis* que reconheciam oficialmente os *concilia plebis* que eram reunidos por tribos e tinham, entre as suas funções, a eleição dos tribunos da plebe e a votação de plebiscitos. É possível que inicialmente os concílios da plebe não fossem reconhecidos pela *civitas* só assim o sendo após a edição da lei Publília¹⁴³.

TITO LÍVIO narra o processo anterior à aprovação da lei, mencionando a eleição dos tribunos no princípio por meio de comícios centuriaratos, o que expunha os tribunos ao patriciado.

<i>Haud parva res sub titulo prima specie minime atroci ferebatur, sed quae patriciis omnem potestatem per clientium suffragia creandi quos vellent tribunos auferret. Huic actioni gratissimae plebi cum summa vi resisterent patres, nec quae una vis ad resistendum erat</i> ¹⁴⁴ .	Sob uma aparência pouco temível à primeira vista, esse projeto era, entretanto, grave, pois impedia os patrícios de eleger os tribunos de sua escolha através do sufrágio de seus clientes. Por essa razão, os patrícios reagiram com toda a veemência a esse projeto tão agradável à plebe.
--	--

Desse fragmento extraímos que os patrícios não participavam diretamente da eleição dos tribunos e, sim, utilizavam o voto de seus clientes para assegurar a escolha de tribunos mais favoráveis às suas causas. Todavia, os clientes sendo considerados como se

nobreza plebeia da nobreza patrícia, essa fase durando até a Lei Hortênsia em 286 a.C; a terceira, com os tribunos pan-romanos e atuando como guardiões da constituição consuetudinária romana e da razoabilidade política, perdurando até a época dos Gracos; a quarta fase, alcançando Júlio César, quando os tribunos atuavam no partido popular, e a quinta, a última, quando o tribunato passa a ser ocupado pelo Imperador, época em que, segundo Plínio, o tribunato passa a ser “*sine honore nomem*”.

¹⁴³ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p. 38: O ano de 471 a.C. teria sido o início do período histórico do tribunato da plebe, ao qual podemos presenciar alguma segurança no que nos é relatado

¹⁴⁴ Liv.2.56.2.

plebeus fossem¹⁴⁵, também teriam direito ao voto nos concílios da plebe, o que nos faria questionar quais seriam as diferenças entre os processos eleitorais.

F. ABBOTT, elucidando esse questionamento, interpreta que os plebeus se organizavam em cúrias que abrangia todos aqueles que estivessem fora das *gentes* e não fossem escravos, sem distinção. Em 471 a.C., com a *lex Publilia*, para evitar a influência dos patrícios através de seus clientes, os plebeus passaram a se organizar em tribos e que, muito provavelmente, só admitia os plebeus que eram proprietários de terras¹⁴⁶.

Em sentido oposto, G. MARGADANT interpreta que a organização eleitoral dos plebeus em tribos teria democratizado o acesso às *concilia plebis*, pois os plebeus ao passarem a se organizarem por tribos, ou seja, por bairros, estariam menos propensos à influência do patriciado do que organizando-se por cúrias, que, nesse caso, em sua opinião, representavam grupos de famílias de ascendência comum¹⁴⁷.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO, atribuindo as primeiras eleições dos tribunos da plebe aos *comitia curiata*, explana:

<p>Κοιντίῳ δ' οὐκ ἐδόκει πόλεμον ἐκφέρειν οὐδένα, ἀγαπητὸν ἀποφαίνοντι, εἰ πρὸς τοὺς ἀναγκαίους τε καὶ ἔξωθεν ἐπαγομένους κινδύνους καλούμενος ὁ δῆμος εὐπειθὴς γένοιτο, καὶ διδάσκοντι, ὥς εἰ βίαν προσάξουσιν τοῖς μὴ πειθομένοις εἰς ἀπόνοιαν ἀναγκάσουσιν ἐλθεῖν τὸ δημοτικόν, ὥσπερ καὶ οἱ πρὸ αὐτῶν ἐποίησαν ὕπατοι: ἐξ ὧν κινδυνεύσειν αὐτοὺς δεῦν θάτερον, ἢ δι' αἵματος καὶ φόνων καταπαῦσαι τὴν στάσιν, ἢ θεραπεύειν αἰσχροῶς ὑπομεῖναι¹⁴⁸.</p>	<p>Em ordem de que as votações nas assembleias curiatas fossem válidas, era necessário que o Senado aprovasse um decreto preliminar e, então, os plebeus poderiam votar através de cúrias e, também, que, os sinais dos céus e os presságios não oferecessem oposição. Enquanto que, no caso da votação por assembleia tribal, não era necessário o decreto preliminar do Senado e nem a sanção dos sacerdotes e augúrios, mas, era somente necessário que a</p>
--	--

¹⁴⁵ Não entraremos no mérito da classificação dos clientes como sendo plebeus e, portanto, podendo votar como se plebeus fossem, pois, esse assunto já foi discutido anteriormente (item 2.1. O problema das origens.)

¹⁴⁶ F. ABBOTT, *A history* cit. (nota 8 *supra*), pp.28ss.

¹⁴⁷ G. MARGADANT, *El tribunado* cit. (nota 4 *supra*), p.224.

¹⁴⁸ Dio. Hal. 9.41.3.

votação fosse completada pelos membros da tribo em um único dia.

Entende-se que os patrícios não participavam da eleição, mas a mesma tinha a obrigação de seguir determinados trâmites e sujeitar-se à autorização prévia do Senado. A mudança para a eleição através de *concilia plebis* tornaria o processo eleitoral mais dinâmico.

Ante o exposto, se entendermos que os patrícios participavam da eleição dos tribunos, direta ou indiretamente, pelos comícios regulares da *civitas* e que houve o reconhecimento dos concílios plebeus, estaríamos pressupondo o reconhecimento do tribunato da plebe.

Partindo do pressuposto de que os tribunos da plebe podiam apresentar projetos de lei¹⁴⁹, a lei proposta pelo tribuno Valero Publílio teria sido votada em *comitia centuriata* ou *curiato* e, sendo, portanto, uma lei pública que ressaltaria o reconhecimento do tribunato da plebe pela *civitas*. Por outro lado, revestindo-nos de certo ceticismo ante o relato das fontes literárias, podemos implicar que a Lei Publília Volerone teria sido um plebiscito o que representaria um ato de auto-organização da plebe que teria decidido mudar o método de eleição de seus líderes¹⁵⁰.

3.3 Poder e contrapoder tribunício.

3.3.1 Poderes positivos e negativos: aspectos gerais

Os tribunos surgiram sem nenhum poder específico, os poderes teriam sido agregados ao tribunato durante o decorrer do tempo, representando pequenas e sucessivas conquistas dos plebeus e resultando na consolidação da magistratura plebeia.

“*Tribunatus*”, “*sacrosanctus*” e “*potestas*”, essa é a ordem de prioridade que, segundo G. LOBRANO, a plebe recorreu durante a construção do poder tribunício. O autor

¹⁴⁹ Liv.3.21.2: o Senado decidiu que os tribunos naquele ano não apresentariam o projeto de lei.

¹⁵⁰ G. GROSSO, *Lezione* cit. (nota 8 *supra*), p.87:

questiona se a palavra *potestas* no caso dos tribunos representava um tipo de poder suficientemente definido e correspondente às exigências de uma sociedade com organização própria e historicamente determinada¹⁵¹.

Dessa maneira, imagina-se que a construção do poder tribunício seguiu etapas gradativas. Primeiramente, os plebeus criaram os seus magistrados, possivelmente desprovido de poderes específicos, em seguida, conseguiram que os mesmos fossem tidos como sacrossantos, o que permitiu o desenvolvimento de sua *potestas*, pois, o quiçá único poder tribunício que é a *intercessio* é derivada da inviolabilidade dos tribunos.

Os tribunos da plebe, ao menos no início, não possuíam poderes específicos e a função essencial dos tribunos da plebe era a de prestar o *auxilii latio* aos plebeus, os protegendo de arbitrariedades. Os seus poderes e atribuições eram todos derivados desta sua função que remonta às origens revolucionárias da plebe, tendo o poder do veto como sua forma essencial de atuação¹⁵².

Uma corrente interpretativa diversa é a que aponta que mesmo com as fontes tradicionalmente narrando o *auxilii latio adversus cōsules* como sendo a principal função dos tribunos, a oposição dos tribunos militares ao recrutamento das tropas, *dilectus*, seria a sua principal, e favorita, função. Nesse sentido, J.C. RICHARD, acredita que essa atribuição frequentemente dada ao *auxilii latio* é um erro que minimiza o papel dos tribunos da plebe¹⁵³. Seguindo a mesma corrente, N. MEUNIER, para quem a origem militar dos tribunos é uma realidade incontroversa, vislumbra a competência dos tribunos como sendo militar e perdurando até o compromisso licínio-sextio quando viria ser criado o consulado e, provavelmente, o tribunato da plebe¹⁵⁴.

¹⁵¹G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), p.246: a doutrina responde negativamente a esse questionamento. Há a tendência a nível de orientação dos estudos históricos de negar valor autônomo à fórmula institucional, qualquer que seja essa e isso estaria relacionado à uma posição científica relacionada com o idealismo.

¹⁵²A. BURDESE, *Manuale* cit. (nota 8 *supra*), p. 73; M. TALAMANCA, *Lineamenti* cit. (nota 8 *supra*), p.178: *antico generico potere rivoluzionari*.

¹⁵³J.C.RICHARD, *Les origines* cit. (nota 8 *supra*), pp.570-571.

¹⁵⁴N. MEUNIER, *Tribuni plebis ou Tribuni Militum?*, in: *Lés Études classiques*, nº 79, 2011, pp.354-355.

A *potestas* tribunícia era baseada em um poder defensivo que não poderia agir *ex officio*, funcionamento basicamente como uma reação a determinada ação dos magistrados patrícios ou do patriciado. Por conta disso, o poder tribunício é tido como negativo¹⁵⁵ seguindo o axioma de J.J. ROSSEAU: “Os tribunos não podendo nada, podiam impedir tudo”¹⁵⁶.

Potestas é o poder inerente aos magistrados e se manifestava de diversas formas, seja pelo *ius agendi cum populo*, seja com a possibilidade de convocar os comícios, ou seja, com a possibilidade de emitir multas. Levando em consideração a impossibilidade, ao menos no início de uma atuação positiva, ou seja, pelo seu caráter negativo, se questiona: o poder tribunício era considerado como *potestas*?

Conforme F. MARTIN, etimologicamente a palavra *potestas* é derivada de *potis*, *pote* que significa aquele ou aquilo: “que exerce o poder sobre” ou “que é capaz de”¹⁵⁷.

No Digesto de Justiniano encontra-se fragmento de PAULO que define *potestas* como sendo um gênero que abriga várias espécies:

<p><i>"potestatis"</i> <i>verbo</i> <i>plura</i></p> <p><i>significatur: in persona magistratuum imperium: in persona liberorum patria potestas: in persona servi dominium. at cum agimus de noxae deditione cum eo qui servum non defendit, praesentis corporis copiam facultatemque significamus. in lege atinia in potestatem domini rem furtivam venisse videri, et si eius vindicandae potestatem habuerit, sabinus et cassius</i></p>	<p>“a palavra “<i>potestatis</i>” significa muitas coisas: tratando-se da pessoa dos magistrados, <i>imperium</i>; enquanto a pessoa dos filhos, <i>patria potestas</i>; e em respeito à pessoa do escravo, domínio. Mas quando tratamos da entrega pela noxa contra aquele que não defendeu o escravo, significa a possibilidade e faculdade de apresentar o escravo. Sabino e Cássio dizem que na lei Atínia se considera que a coisa furtada vem</p>
---	---

¹⁵⁵ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 342: O poder tribunício é, ao mesmo tempo, a imagem e a contraposição do poder consular. Enquanto o cônsul possui poderes essencialmente positivos, os tribunos poderes essencialmente negativos.

¹⁵⁶ J.J. ROSSEAU, *Do Contrato* cit. (nota 1 *supra*).

¹⁵⁷ F. MARTIN, *Les mots latins* cit. (nota 120 *supra*), p.200.

*aiunt*¹⁵⁸.

à *potestas* do dono, também se esse tivesse a *potestas* de reivindicá-la¹⁵⁹.

Na opinião de G. LOBRANO, a palavra *potestas* nunca correspondeu a um significado preciso ou de alguma incidência do ponto de vista jurídico-formal ou político¹⁶⁰: *potestas* significaria simplesmente um tipo de poder, ou seja, o poder de agir contra alguém ou em alguém¹⁶¹.

Logo, a resposta para a pergunta é positiva: sim, a *tribunicia potestas* era *potestas* porque supostamente *potestas* não teria tido um significado específico. Havia uma pluralidade de *potestates*. Entretanto, por outro lado, a negação que há relaciona-se ao caráter positivo do poder dos tribunos. O que os tribunos poderiam fazer segundo o ordenamento jurídico-constitucional?

G. LOBRANO identifica uma problemática acerca da definição da *patria potestas* como sendo pública, ou seja, derivado *populus*, e a *tribunicia potestas* como sendo privada. Levando em consideração de que, segundo as fontes, privado poderia significar sem *potestas*¹⁶², nesse sentido, o poder tribunício não seria considerado *potestas* no sentido estrito da palavra. Contudo, o autor menciona que a consagração da *potestas tribunicia* foi a forma encontrada para conciliar esse poder com o poder da *urbs*¹⁶³.

¹⁵⁸ D.50.16.215.

¹⁵⁹ Tradução baseada na versão espanhola de García del Corral.

¹⁶⁰ G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), p.251 e pp.299-305: O poder dos tribunos da plebe é o único que está definido exclusivamente como *potestas*. Nos outros poderes definidos como *potestas* há algum outro termo capaz de identificá-lo globalmente como, por exemplo, *auspicium*. *Potestas* terminou adquirindo o significado de poder do magistrado sem *imperium*, como era o caso dos *tribuni plebis*.

¹⁶¹ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.216: Todos os magistrados possuíam *potestas* que difere do *imperium* que está relacionado a determinadas magistraturas como, por exemplo, o consultado; W. KUNKEL, *Linee* cit. (nota 8 *supra*), p.26: *Potestas* é o poder público correspondente ao campo de atividade de determinado magistrado, poder muito limitado e restrito que difere do *imperium* que é o poder geral de comando.; G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), pp.253-255, argui que, sabendo-se que *potestas* é poder, o problema resta aberto no que se refere a saber, sob o ponto de vista jurídico, se tal palavra especifica alguma função ou competência específica de órgãos do poder público e identifica uma tendência doutrinária de atribuir à relação entre *potestas* e *imperium* a mesma que existe entre gênero e espécie. Enquanto o *imperium* representa o poder específico dos magistrados superiores, a *potestas* representaria o poder genérico. Todavia, *potestas* veio a assumir um significado específico: o poder de um magistrado inferior.

¹⁶² Ao menos na primeira década de Tito Lívio, que representa um retrato do sistema jurídico-constitucional da República Romana, maioria das referências a *potestas* estão relacionadas à *tribunicia potestas*.

¹⁶³ G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), p.286.

O tribunato da plebe teria sido uma instituição alheia à *civitas*, ao menos no início, por isso, os poderes dos tribunos não teriam necessariamente sido regulamentados pelo ordenamento jurídico-constitucional, *civitas*, sendo considerado, por esse motivo, negativo.

Outra interpretação é a de que o poder dos tribunos seria negativo por não poder impor determinado comportamento a outrem, mas, sim, impedir o exercício do poder de outros magistrados que teriam suas ações sujeitas ao controle dos tribunos e ao seu poder de veto¹⁶⁴.

P. CATALANO conceitua o poder negativo como aquele que deriva da soberania do povo, sendo que seu conceito é encontrado claramente em Rosseau graças a uma reflexão sobre o direito público romano, particularmente sobre o tribunato. É um poder que não precisa ser definido para poder existir e ser eficaz. Associa, ainda, o poder negativo dos tribunos a conceitos como greve, resistência, exílio e secessão, sendo esses reflexos e expressões do aspecto negativo da soberania dos cidadãos¹⁶⁵.

P. BONFANTE distinguia o lado positivo e negativo da soberania, afirmando que o lado negativo tem lugar na lógica natural no poder negativo dos tribunos de quais a *intercessio* é instrumento e expressão e que o tribunato é nascido da secessão e ordenado quase para conservá-la como um regime estável e legal¹⁶⁶.

Em *De Republica* de CÍCERO extrai-se a seguinte narração:

*Ac nullam quidem citius negaverim
esse rem publicam, quam istam quae tota
plane sit in multitudinis potestate*¹⁶⁷.

¹⁶⁴ G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), pp299-305: Havia uma diversidade de *potestates* que tinham as relações entre si revestidas de uma natureza proibitória, podendo impedir ou vetar algumas ou todas as ações do outro magistrado, de igual ou menor grau, mas não poderiam lhe impor um comportamento.

¹⁶⁵ P. CATALANO, *Tribunato* cit. (nota 4 *supra*), pp. 18ss e *Sovranità della Multitudo e Potere Negativo*, v.1, Torino, Giappichelli, 2005, p.643ss: distingue, ainda, o poder negativo direto que é aquele que é exercitado diretamente pelos cidadãos, o que seria o caso das secessões ou das greves, do poder negativo indireto que é exercitado através de instrumentos específicos como é o caso do tribunato da plebe

¹⁶⁶ P. BONFANTE, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.104ss.

¹⁶⁷ Cic. *rep.* 3.45.

Em *De Lege Agraria*, encontra-se discurso dirigido a um tribuno da plebe questionando o fundamento do poder e atribuindo ao povo a origem do poder, exigindo que o poder fosse utilizado em benefício do povo que o criara:

Hic quaero quam ob causam initium rerum ac legum suarum hinc duxerit ut populus Romanus suffragio privaretur. Totiens legibus agrariis curatores constituti sunt iiviri, vviri, xviri; quaero a populari tribuno plebis ecquando nisi per xxxv tribus creati sint. Etenim cum omnis potestates, imperia, curationes ab universo populo Romano proficisci convenit, tum eas profecto maxime quae constituuntur ad populi fructum aliquem et commodum, in quo et universi deligant quem populo Romano maxime consulturum putent, et unus quisque studio et suffragio suo viam sibi ad beneficium impetrandum munire possit. Hoc tribuno plebis potissimum venit in mentem, populum Romanum universum privare suffragiis, paucas tribus non certa condicione iuris, sed sortis beneficio fortuito ad usurpandam libertatem vocare¹⁶⁸.

Agora eu me pergunto por que foi desejado que o ponto de partida de suas cisas e de sua lei foi privar o povo romano do direito de sufrágio. De todas as vezes que, para a aplicação das leis agrárias, se constituíram magistrados administradores, seja em comícios de três, de cinco ou de dez membros – pergunto a esse tribuno da plebe, tão amigo do povo – quando jamais foram eleitos senão pelas trinta e cinco tribos? Porque, se é justo que todos os poderes, todos os cargos militares e administrativos emanem da totalidade do povo romano, com maior razão, sem dúvida, aqueles se constituam para dar ao povo algum proveito ou alguma vantagem; aqui é onde todos devem eleger ao que acreditem que melhor vá cuidar do povo romano e onde cada um, com seu cuidado e seu voto, deve poder abrir o caminho que nos leve a obter o vosso favor. É precisamente com esse tribunato da plebe quando nos privaram, a totalidade do povo romano, do voto e convocaram algumas tribos, não segundo a regra bem definida da

¹⁶⁸ Cic. *leg.agr.* 2.17.

lei, senão segundo o favor caprichoso da sorte, para que sejam somente elas as que usurpem a expressão da liberdade.

Mesmo desconsiderando a plebe como parte do *populus*, o poder negativo teria o povo, no sentido das pessoas, e sua força, como fonte. O poder negativo dos tribunos seria basicamente o poder imposto pelos plebeus utilizando os meios possíveis para assegurar a sua efetividade.

Questiona-se a existência de algum poder tribunício, negativo ou positivo, além do poder negativo de vetar e interceder. Contudo, havendo poderes não decorrentes da *intercessio*, esses não foram proeminentes.

Sabe-se que a função inicial dos tribunos teria sido a de auxiliar e interceder pela plebe. E. COCCHIA aventava, nesse sentido, a possibilidade de que originalmente a função dos tribunos da plebe teria sido somente a de representar os interesses judiciários dos plebeus¹⁶⁹.

A atuação jurisdicional dos tribunos baseava-se, essencialmente, através do uso do seu poder negativo de interceder pois, atuando nos processos judiciais, eles exerciam o seu poder de se opor e, por conta disso, anular qualquer sentença judicial.

Na jurisdição civil, os tribunos tinham como alvo de seu veto, o decreto do magistrado, mas jamais poderiam atacar a sentença que era vinculante, podendo, contudo, obstar a execução da sentença. Na jurisdição penal, sua atuação era fundada na *coercitivo*, igualmente derivada da sua inviolabilidade.

No que tange à atuação jurisdicional dos tribunos, podemos, nesse sentido, extrair do relato de DIONÍSIO DE HALICARNASSO sobre o julgamento de Marcius Coriolanus, o modo de atuação judicial dos tribunos da plebe:

¹⁶⁹ E. COCCHIA, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p.86. – No mesmo sentido, G. MARGADANT, *El tribunado* cit. (nota 4 *supra*), p.226, enxerga a possibilidade de que o *ius auxilium* dos tribunos da plebe aos plebeus tenha consistido, no início, somente como uma forma de assistência processual comparável às dos patrícios e seus clientes e só teriam avançado para a *intercessio* contra sentenças e outras medidas em um momento posterior.

Ἡγριωμένης δὲ τῆς βουλῆς, ὥς ἔμαθον οἱ δήμαρχοι πλείους ὄντας τοὺς βουλομένους ἀφελέσθαι τὴν δοθεῖσαν ἐξουσίαν τῷ δήμῳ τῶν ἐμμένειν ταῖς ὁμολογίαις ἀξιούντων, ἐξέδραμον ἐκ τοῦ βουλευτηρίου κεκραγότες καὶ θεοὺς τοὺς ὀρκίους ἐπικαλούμενοι. καὶ μετὰ τοῦτο συναγαγόντες εἰς ἐκκλησίαν τὸν δῆμον ἐδήλωσαν αὐτῷ τοὺς ἐν τῇ βουλῇ ῥηθέντας λόγους ὑπὸ τοῦ Μαρκίου, καὶ τὸν ἄνδρα εἰς ἀπολογίαν ἐκάλουν. ὥς δ' οὐ προσεῖχεν αὐτοῖς, ἀλλὰ καὶ τοὺς ὑπηρέτας, ὅν' ὦν ἐκαλεῖτο, προπηλακίζων τοῖς λόγοις ἀνεῖρξεν, ἀγανακτήσαντες ἔτι μᾶλλον οἱ δήμαρχοι παραλαβόντες τοὺς τ' ἀγορανόμους καὶ τῶν ἄλλων πολιτῶν συχνοὺς ὥρμησαν ἐπ' αὐτόν: ὁ δ' ἔτυχεν ἔτι διατρίβων πρὸ τοῦ βουλευτηρίου τῶν τε πατρικίων πολλοὺς ἐπαγόμενος καὶ τὴν ἄλλην ἐταιρίαν περὶ αὐτὸν ἔχων. ὥς δὲ συνεῖδον αὐτὸν οἱ δήμαρχοι, προσέταξαν τοῖς ἀγορανόμοις ἐπιλαβέσθαι τοῦ σώματος καί, εἰ μὴ ἐκὼν βούλεται ἀκολουθεῖν, βία ἄγειν: εἶχον δὲ τότε τὴν ἀγορανομικὴν ἐξουσίαν Τίτος Ἰούνιος Βροῦτος καὶ Γάιος Οὐισέλλιος Ροῦγας. οἱ μὲν δὴ προσήεσαν ὥς ἐπιληψόμενοι τοῦ ἀνδρός, οἱ δὲ πατρίκιοι δεινὸν ἠγησάμενοι τοῦργον ὑπὸ τῶν δημάρχων πρὸ δίκης ἄγεσθαι τινα σφῶν βία προὔστησαν τοῦ Μαρκίου καὶ τύπτοντες τοὺς ὁμόσε

O senado agora amargurado, os tribunos, achando que aqueles que desejavam tirar o poder concedido ao povo em número maior do que aqueles que aconselhavam aderir ao acordo, saiu correndo do Senado gritando e chamando os deuses que tinham sido testemunhas Seus juramentos. Depois disto eles reuniram o povo, e tendo-os familiarizado com o discurso feito por Marcio no senado, eles o convocaram para fazer sua defesa. Mas, quando não lhes prestou atenção, mas repeliu com palavras ofensivas os servos por quem foi convocado, os tribunos ficaram ainda mais indignados, e levando consigo os edilos e muitos outros cidadãos, correram para tomá-lo; Ele estava em pé diante da casa do Senado, acompanhado por um grande número de patrícios e pelo resto de sua facção. Quando os tribunos o viram, ordenaram aos eclesiásticos que se apoderassem de sua pessoa e, se ele se recusasse a segui-los, a levá-lo pela força. Os ediles naquela época eram Titus Junius Brutus e Gaius Visellius Ruga. Estes avançavam com a intenção de prendê-lo; Mas os patrícios, considerando-a como uma coisa terrível que qualquer um de seu número deveria ser forçosamente levado pelas tribunas antes de serem julgados,

χωροῦντας ἀπήλασαν. διαβοηθέντος δὲ τοῦ πάθους ἀνὰ τὴν πόλιν ὅλην ἐξεπήδων ἅπαντες ἐκ τῶν οἰκιῶν: οἱ μὲν ἐν τοῖς ἀξιώμασιν ὄντες καὶ χρημάτων ἔχοντες εὗ τὸν Μάρκιον ὑπερασπιοῦντες ἅμα τοῖς πατρικίοις καὶ τὴν ἀρχαίαν ἀνακτησόμενοι πολιτείαν, οἱ δὲ ταπεινοὶ ταῖς τύχαις καὶ βίου σπανίζοντες ἀμύνειν παρεσκευασμένοι τοῖς δημάρχοις καὶ ποιεῖν, ὃ τι ἂν ἐκεῖνοι κελεύσωσιν: ἢ τ' αἰδώς, ὑφ' ἧς κρατούμενοι τέως οὐδὲν ἐτόλμων εἰς ἀλλήλους παρανομεῖν, τότε ἀνήρητο ὑπ' αὐτῶν. οὐ μὴν ἔδρασάν γ' οὐδὲν ἀνήκεστον τὴν ἡμέραν ἐκείνην, ἀλλ' εἰς τὴν ἐπιούσαν ἀνεβάλλοντο, γνώμη τε καὶ παρακλήσει τῶν ὑπάτων εἰζάντες¹⁷⁰.

colocaram-se na frente de Marcio, e atingindo todos os que se aproximaram dele, os afastou. A notícia desta ocorrência se espalhou por toda a cidade, todos saíram correndo de suas casas, os magistrados e os homens de meios com o propósito de ajudar os patrícios na proteção de Marcio e na recuperação de sua antiga forma de governo e os de Condição humilde e circunstâncias apertadas preparadas para auxiliar os tribunos e para executar quaisquer ordens que pudessem dar. E o sentimento de respeito, que até então os impediu de se aventurarem a praticar atos ilícitos uns contra os outros, haviam abandonado. No entanto, não cometeram nenhuma ação irreparável naquele dia, mas adiaram uma decisão até o dia seguinte, por respeito aos conselhos e exortações dos cônsules

A atuação dos tribunos da plebe estava, como visto e já enfatizado, diretamente relacionada ao seu poder de *intercessio*. Este, por sua vez, era viabilizado pelo caráter inviolável dos tribunos da plebe. A própria *coercitio* não existiria se não fossem os tribunos invioláveis.

3.3.2. A *intercessio*

“*Ex tribunis potentior est, qui intercedit*”, assim, SÊNECA, O VELHO se refere à *tribunicia potestas*¹⁷¹.

¹⁷⁰ Dio. Hal. 7.26

¹⁷¹ Sen. Contr. 1.5.3.

A atuação dos tribunos da plebe era baseada na possibilidade de se colocarem entre o ofensor e o plebeu que era vítima da ofensa, ou seja, os tribunos tinham o poder de *intercedere* e disso originou-se a *intercessio*¹⁷² que era a principal característica dos tribunos da plebe, sendo derivada de sua inviolabilidade. Sem a *intercessio*, a atuação dos tribunos estaria comprometida pelos mesmos não disporem, ao menos inicialmente, de poderes positivos.

Por serem sacrossantos, portanto, invioláveis, os tribunos não poderiam ser tocados e por conta dessa inviolabilidade, os tribunos podiam exercer de forma plena o seu poder de *intercessio*. Inicialmente, esse posicionamento do tribuno era físico e ele se colocava literalmente no meio do ofensor e vítima, sendo que, com o decorrer do tempo, o tribuno não necessitava mais colocar-se fisicamente entre os dois.

TITO LÍVIO relata como agiam os tribunos no exercício da intercessão:

<i>Quemcumque lictor iussu consulis</i>	Assim que o lictor prendia alguém
<i>prendisset, tribunus mitti iubebat; neque</i>	por ordem do consul, o tribuno mandava
<i>suum cuique ius modum faciebat sed virium</i>	soltá-lo. Ninguém se limitava a exercer os
<i>spes, et manu obtinendum erat quod</i>	seus direitos. Todos esperavam atingir seus
<i>intenderes</i> ¹⁷³ .	objetivos através da força física e da
	violência.

A *intercessio* possivelmente teria resultado em um temor geral da população em relação aos tribunos, podendo estes virem a ser temidos: por conta da força física da plebe ou, por serem considerados impuros, como relatado por POLÍBIO.

A interposição física dos tribunos é uma possível demonstração da precariedade do poder tribunício que teria sido, meramente, um poder físico que os tribunos utilizavam fundamentados em sua sacrossantidade ou na noção da força coativa da plebe. O poder de interceder só viria a ser utilizado sem apelo à força física no momento em que os tribunos

¹⁷² T. MOMMSEN, *Disegno* cit. (nota 8 *supra*), p.59: Os tribunos não possuíam o direito de *imperium*, mas somente o direito de anular a força legal do comando consular através de sua interposição que imitou a interposição colegial dos outros magistrados.

¹⁷³ Liv.3.11.1.

tiveram seus poderes, ou seu poder, incorporados ao ordenamento jurídico-constitucional da *civitas*.

A *intercessio*, apesar de frequentemente considerada como um poder ilimitado, estava passível a determinadas limitações¹⁷⁴. O poder de interceder dos tribunos poderia ser aplicado contra todos os magistrados patrícios, mas, há controvérsias no que diz respeito à aplicação da mesma aos ditadores, decênviros ou inter-reis¹⁷⁵.

Sobre a suspensão do poder tribunício durante o decinverato¹⁷⁶, coexistem quatro possibilidades: a primeira teria sido a permanência do poder tribunício durante o decinverato; a segunda seria a suspensão voluntária do tribunato pelos plebeus; a terceira, a suspensão forçada do tribunato, e a quarta seria que o tribunato da plebe ainda não existiria nesse período.

Em relação à possibilidade de *intercessio* contra ato do ditador, uma das interpretações possíveis é de que não haveria possibilidade¹⁷⁷. Os patrícios utilizavam desta magistratura na luta contra os tribunos da plebe com o intuito de driblar o seu poder

Em POLÍBIO¹⁷⁸ e PLUTARCO¹⁷⁹ encontramos a asseveração de que os ditadores tinham poderes absolutos sobre todos os magistrados, exceto os tribunos. Não sabe-se, entretanto, se a permanência do poder tribunício durante a ditadura tinha relação com o fato dos tribunos não terem sido propriamente magistrados.

G. NICCOLINI não enxerga o tribunato como uma magistratura e, assim sendo, não haveria motivos de cessá-la com a instauração da ditadura. Os tribunos não poderiam atuar

¹⁷⁴ R. LAMBERTINI, *Aspetti* cit. (nota 4 *supra*), 4: em um poder como a *intercessio* é difícil encontrar limites seguros e constantes.

¹⁷⁵ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 5 *supra*), p.337: Os tribunos nada podiam contra o *imperium* absoluto dos ditadores e nem contra os cônsules fora da cidade.; F. FABBRINI, In *Novissimo Digesto Italiano*, p.790: A possibilidade de *intercessio* contra ato do ditador é objeto de controvérsias.

¹⁷⁶ Liv 3.37-38.

¹⁷⁷ Nesse sentido, pensa G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p.68ss e M. TALAMANCA, M. TALAMANCA, *Lineamenti* cit. (nota 8 *supra*), p.180, que acredita que a *intercessio* contra os ditadores só passou a ser possível após o ano 300 antes de Cristo.

¹⁷⁸ Polyb., 3, 87, 8.

¹⁷⁹ Plut., *quaest. rom.*, 81.

diretamente contra os atos dos ditadores, mas, o próprio tribunato, que continuava a existir durante a ditadura, era considerado como uma arma¹⁸⁰.

Uma solução possível para o questionamento é que os tribunos podiam interpor a *intercessio* contra os ditadores, mas não podiam fazer uso da *coercitio*. Seria uma oposição sem sanções¹⁸¹. Eles poderiam, nesse caso, utilizar sua inviolabilidade para se opor ao ditador, por sê-la esta de cunho religioso.

Em sua obra, ao relatar a prisão de Marco Mânlio, disse TITO LÍVIO que contra o poder do ditador ninguém, nem mesmos os tribunos da plebe, ousaram se manifestar¹⁸². CÍCERO, no mesmo sentido, descreve a restauração do tribunato após a queda do decinverato como sendo o seu segundo nascimento¹⁸³.

Seguindo a premissa de D. SOHLBERT, para quem o poder consular antes de 367 a.C. era exercido pelos *tribuni militum consulari potestate*, a *intercessio* tribunícia só poderia ser utilizada perante seus pares, ou seja, os tribunos. Dessa forma, o poder de interceder tribunício seria limitado aos cônsules, que nessa época igualmente seriam tribunos, justificando a não oposição do veto tribunício aos ditadores, interreis ou decênviros¹⁸⁴.

A *intercessio* poderia ser considerada um poder positivo ao se mostrar como um verdadeiro *ius*, como se fosse um poder legal, portanto, poderíamos interpretá-la como um direito de *prohibere* que cada tribuno dispunha e que poderia exercitar sem a conivência dos colegas segundo o princípio que prega *ex tribunis potentior est qui intercedit*¹⁸⁵.

Por outro lado, a *intercessio tribunícia* não era interposta somente contra os magistrados patrícios, mas os tribunos podiam também interpô-la contra seus colegas¹⁸⁶, pois o ato de um tribuno também poderia ser considerado prejudicial à plebe. Por conta

¹⁸⁰ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p.68, nota 1. - Cic. rep. 2.62.

¹⁸¹ F. FABBRINI, In: *Novissimo Digesto Italiano*, XIX, p.791.

¹⁸² Liv.6.16.3.

¹⁸³ Cic. leg. 3.18.

¹⁸⁴ D. SOHLBERT, *Dictateurs* cit. (nota 8 *supra*), p.256.

¹⁸⁵ M. TALAMANCA, *Lineamenti* cit. (nota 8 *supra*), p.179: Fala-se em *ius intercessionis* e afirma o pleno exercício do poder tribunício

¹⁸⁶ A. BURDESE, *Manuale* cit. (nota 2 *supra*), p. 73; A. GUARINO, *La rivoluzione* cit. (nota 4 *supra*), p.318.

disso o posicionamento dos tribunos estava sujeito ao de seus pares e a oposição de um tribuno poderia ser oposta por outro e assim por diante.

Os tribunos estavam sujeitos à unanimidade das opiniões e sempre que houvesse um tribuno contrário, este poderia interceder. Como relatado em DIODORO, caso os tribunos não concordassem entre si, a vontade do tribuno intercessor não poderia ser impedida¹⁸⁷.

Em ZONARAS encontramos a narração de que o poder tribunício enfraqueceu após o aumento do número de tribunos para dez e isso teria sido motivado pelo uso da *intercessio* dentro do colégio tribunício que permitiu que houvesse concorrência entre os tribunos e o surgimento de grupos distintos, havendo divergências de opinião¹⁸⁸. Isso poderia vir a ser prejudicial ao pleno exercício da *tribunicia potestas*.

O poder tribunício sendo praticamente ilimitado está passível à ocorrência de abusos de poder por parte de seus titulares e era possível que houvesse chantagens, ameaças e o uso do poder para satisfazer interesses pessoais¹⁸⁹. Há relatos nesse sentido nas fontes relatando o abuso do poder tribunício. Um tribuno chamado L. Aurelio Cotta, por exemplo, utilizava o poder tribunício para não honrar as suas dívidas¹⁹⁰. Pode-se inferir que os tribunos desempenhavam sua função com empenho, mas, amiúde, utilizavam fins e métodos tortuosos e, também, demagogos¹⁹¹.

Por outro lado, a existência de um colégio tribunício permitia que o patriciado pudesse influenciar determinados tribunos para que impedisse a atuação de seus colegas mais ariscos aos patrícios e esse teria sido um dos motivos que contribuíram para o

¹⁸⁷ Dio.12.25.3

¹⁸⁸ Zon. 7,15,6.

¹⁸⁹ M.HUMBERT, *Institutions* cit. (nota 8 *supra*), p.171: Descarta essa possibilidade, enfatizando que não houve traços de abusos no poder tribunício, pelo menos até a crise da república, a partir do fim do segundo século antes de Cristo.

¹⁹⁰ Val. Max. 6,5,4.: *Magnam laudem et illud collegium tribunorum tulit, quod, cum unus ex eo L. Cotta fiducia sacrosanctae potestatis creditoribus suis satis facere nollet, decrevit, si neque solueret pecuniam neque daret cum quo sponsio fieret, se appellanti eum creditoribus auxilio futurum, inicum ratum maiestatem publicam priuatae perfidiae obtentu esse. itaque Cottam in tribunatu quasi in aliquo sacrario latentem tribunicia inde iustitia extraxit.* – E em vez de se colocarem ao lado de seu colega, os tribunos concederam o auxilium ao credor.

¹⁹¹ M. TALAMANCA, *Lineamenti* cit. (nota 8 *supra*), p.177.

enfraquecimento do tribunato. Havendo um número maior de tribunos e a exigência de unanimidade no colégio, com um único tribuno contrário, este poderia sustar a eficácia da atividade dos colegas, os patrícios podiam cooptar um tribuno que estivesse em consonância com seus interesses.

O controle do patriciado ao tribunato só poderia proceder desta forma, pois somente a *intercessio* de um colega poderia paralisar o poder e a atividade de um tribuno.

Os patrícios ambicionavam controlar o tribunato. Se por um lado, poderiam fazê-lo com o uso de seus clientes¹⁹². Mas o mais correto é que o patriciado, mais notadamente o Senado, cooptando algum plebeu dissidente, poderia tornar a magistratura plebeia estéril¹⁹³.

Em Tito Lívio há a narração do patriciado utilizando da *intercessio* tribunicia em seu próprio favor durante os debates sobre lei agrária que viria a beneficiar os plebeus:

<i>Cum Ap. Claudius, nepos eius qui decemvir legibus scribendis fuerat, minimus natu ex patrum concilio, dicitur dixisse vetus se ac familiare consilium domo adferre; proavum enim suum Ap. Claudium ostendisse patribus viam unam dissolvendae tribuniciae potestatis per collegarum intercessionem. Facile homines novos auctoritate principum de sententia deduci, si temporum interdum potius quam maiestatis memor adhibeatur oratio. Pro fortuna illis animos esse; ubi videant collegas principes agenda rei gratiam omnem ad plebem praeoccupasse nec locum in ea relictum sibi,</i>	Foi então que Ápio Cláudio, descendente do decênviro encarregado da redação das leis, e o mais jovem membro do Senado, declarou, segundo consta, que trazia de casa uma velha solução familiar. Seu bisavô, Ápio Cláudio, mostrara aos senadores o único caminho a seguir para neutralizar o poder tribunício: a oposição entre colegas. Os homens novos sacrificavam facilmente sua opinião à autoridade dos grandes, principalmente quando estes esqueciam sua superioridade e utilizavam uma linguagem adequada às circunstâncias. Eles só pensavam em seus
---	--

¹⁹² Neste caso entramos novamente na discussão da relação entre plebeus e clientes, e se os clientes podiam votar nas eleições para tribuno.

¹⁹³ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.36.

*haud gravate acclinaturos se ad causam senatus, per quam cum universo ordini, tum primoribus se patrum concilient*¹⁹⁴. interesses pessoais. Quando visse que seus colegas, por terem tomado a iniciativa do projeto, havia conquistado o reconhecimento da plebe, sentir-se-ia excluídos e não hesitariam em abraçar a causa do Senado para atrair as boas graças de toda a ordem e sobretudo dos principais senadores.

O tribunato pode ser considerado um órgão colegiado da plebe, pois haveria a necessidade de respaldo da maioria mesmo que formalmente não existira um colégio de tribunos.

A atuação e os projetos dos tribunos estavam sujeitos, como visto no fragmento liviano acima, à vaidade dos tribunos e à interferência dos patrícios. Alguns tribunos, assim como muitos políticos no decorrer da história, estavam interessados na sua permanência no poder acima do interesse em seus representados.

Os tribunos poderiam estar frequentemente diante de conflito de interesses entre si. Nesse cenário, o tribuno vitorioso e mais poderoso não era aquele que intercedia, pois, todos os tribunos assim podiam agir. Na opinião de G. LOBRANO, o mais poderoso não era aquele que dizia "não", mas, aquele que guiava o povo e que expressava corretamente a sua *potestas*¹⁹⁵.

Questiona-se, entretanto, se os tribunos desde sua origem já possuíam a possibilidade de *intercedere*. Possivelmente essa possibilidade teria surgido apenas após a “validação” da inviolabilidade tribunícia. Antes disso, a *intercessio* não seria um poder estabelecido e, sim, somente a aplicação pura da força física da plebe. O poder de *intercedere* confunde-se com o próprio processo de institucionalização do tribunato.

¹⁹⁴ Liv.4.48.

¹⁹⁵ G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), p.311.

Os poderes dos tribunos da plebe estariam sujeitos a interferências senão estivessem devidamente reconhecidos pelo patriciado. Isso só viria a ocorrer com o reconhecimento da inviolabilidade tribúncia. Se a base da *tribunicia potestas* é a inviolabilidade dos tribunos, não é como falar nesta sem que houvesse alguma garantia de que os patrícios iriam respeitá-la.

3.4 A sacrosanctitas

A *intercessio* está diretamente relacionada à sacrossantidade dos tribunos. Se os tribunos não fossem sacrossantos e, por conta disso, invioláveis, todos os poderes tribúncios, principalmente na fase inicial do tribunato, seriam inviabilizados.

Na época em que o tribunato surgiu havia a correlação entre autoridade e sacerdócio, portanto, qualquer que fosse a autoridade deveria ter alguma relação com a religião. Assim sendo, para que seus recém-criados magistrados fossem respeitados, os plebeus tiveram que buscar alguma saída que determinasse a santidade de seus tribunos¹⁹⁶.

G. LOBRANO define o poder tribúncio como sendo a *sacrosancta potestas* que teria feito os tribunos da plebe superarem a condição de *privati*¹⁹⁷ e passarem, com isso, a integrar-se com e no *populus*. É possível interpretar, segundo as fontes, que potestas estaria associado ao público e, por conta disso, os tribunos da plebe, sendo *privati*, não teriam

¹⁹⁶ L. GAROFALO, *Appunti sul diritto criminale nella Roma monarchica e repubblicana*, 3ª ed., Verona, Cedam, 1997; T. MOMMSEN, *Derecho penal romano*, trad. espanhola por P. Dorado, Madrid, España Moderna, 19--.

¹⁹⁷ *Privatus* é aquele que não possuía *potestas*. – Consta no Digesto (36.1.4) que: *nam quod ad ius publicum attinet, non sequitur ius potestatis*. – Segundo Tacitus (*dial.* 36.5): *hi ne privati quidem sine potestate erant*. – Em Cícero (*inv.* 2.52), encontra-se um exemplo de atribuição do caráter de *privati* aos tribunos da plebe: *Cum est nominis controversia, quia vis vocabuli definienda verbis est, constitutio definitiva dicitur. Eius generis exemplo nobis posita sit haec causa: C. Flaminius, is qui consul rem male gessit bello Punico secundo, cum tribunus plebis esset, invito senatu et omnino contra voluntatem omnium optimatum per seditionem ad populum legem agrariam ferebat. Hunc pater suus concilium plebis habentem de templo deduxit; arcessitur maiestatis. Intentio est: "Maiestatem minuisti, quod tribunum plebis de templo deduxisti". Depulsio est: "Non minui maiestatem". Quaestio est: maiestatemne minuerit? Ratio: "In filium enim quam habebam potestatem, ea sum usus". Rationis infirmatio: "At enim, qui patria potestate, hoc est privata quadam, tribuniciam potestatem, hoc est populi potestatem, infirmat, minuit is maiestatem". Iudicatio est: minuatne is maiestatem, qui in tribuniciam potestatem patria potestate utatur? Ad hanc iudicationem argumentationes omnes afferre oportebit.*

potestas. A sacrossantidade, dessa forma, teria sido o instrumento da plebe de agregar poder aos seus magistrados¹⁹⁸.

Quando o tribunato da plebe foi criado, os plebeus concederam aos seus magistrados a inviolabilidade e essa era baseada na sacrossantidade dos tribunos. Se alguém ofendesse um tribuno plebeu, esse ofensor era automaticamente condenado à morte. Por conta disso, o caráter sacrossanto dos tribunos era a base de sua *potestas*. Graças a ele, esses magistrados plebeus poderiam exercer as suas funções mesmo estando em desacordo com a vontade do patriciado.

O que seria a *sacrosanctitas* dos tribunos? Seria algo *sacer* ou seria algo *sanctu*? Essas duas palavras latinas, apesar de morfologicamente bem caracterizadas, não estão devidamente delimitadas conceitualmente¹⁹⁹.

Há indícios em POMPÔNIO de que *sanctu* seria aquilo, ou aquele, que fosse protegido das violações dos homens e teria a sua origem no costume dos legados de portarem determinado item que os tornariam invioláveis:

<i>Sanctum est, quod ab iniuria</i>	É santo aquilo que é afastado e
<i>hominum defensum atque munitum est.</i>	protegido da injúria dos homens. Por outro
<i>Sanctum autem dictum est a sagminibus:</i>	lado, diz-se que “santo” deriva de <i>sagmen</i> :
<i>sunt autem sagmina quaedam herbae, quas</i>	ora, as verbenas são certas ervas que os
<i>legati Populi Romani ferre solent, ne quis</i>	legados do povo romano costumam portar
<i>eos violaret, sicut legati Graecorum ferunt</i>	para que ninguém os viole, assim como os
<i>ea quae vocantur cerycia. In municipiis</i>	legados dos gregos portam aquelas coisas
<i>quoque muros esse sanctos Sabinum recte</i>	que se denominam caduceus. Cássio afirma
<i>respondisse Cassius refert, prohiberique</i>	que Sabino respondeu corretamente que os
<i>oportere ne quid in his immitteretur</i> ²⁰⁰ .	muros nos municípios também são santos, e
	que é preciso proibir que algo seja neles

¹⁹⁸ G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), p.276ss.

¹⁹⁹ E. BENVENISTE, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, v.2, Paris, Éditions de Minuit, 1974, pp.187-188.

²⁰⁰ D.1.8.8.

afixado.

POMPÔNIO prossegue igualmente definindo e conceituando o que teria sido considerado *sacer*, referindo-se a lugares que foram por alguém consagrados aos deuses publicamente:

*Sacra loca ea sunt, quae publice sunt
dedicata, sive in civitate sint sive in agro.
Sciendum est locum publicum tunc sacrum
feri posse, cum princeps eum dedicavit vel
dedicandi dedit potestatem.*²⁰¹

Os lugares sacros são aqueles que foram publicamente consagrados aos deuses, seja na cidade seja no campo. É preciso saber que um lugar público pode se tornar sacro quando o imperador o consagrou aos deuses ou delegou poder de consagrar.

Enfim, diferencia *sanctum* de *sacer*. A diferença seria que *sanctum* era aquilo apoiado por alguma sanção e *sacer* aquilo que tivera sido consagrado aos deuses²⁰²:

*Proprie dicimus sancta, quae neque
sacra neque profana sunt, sed sanctione
quadam confirmata: ut leges sanctae sunt,
sanctione enim quadam sunt subnixae. Quod
enim sanctione quadam subnixum est, id
sanctum est, etsi deo non sit consecratum: et
interdum in sanctionibus adicitur, ut qui ibi
aliquid commisit, capite puniatur*²⁰³.

Com propriedade dizemos santas aquelas coisas que não são sacras nem profanas, mas as confirmadas por uma certa sanção: as leis, por exemplo, são santas, pois estão apoiadas por alguma sanção. O que, pois, está apoiado em uma certa sanção é santo, mesmo que não seja consagrado a um deus. E às vezes se soma às sanções que aquele que cometeu algo com referência a esse assunto seja punido com a pena capital.

²⁰¹ D.1.8.9.1.

²⁰² W. WARDE, *Roman essays and interpretations*, Oxford, Clarendon Press, 1920, p.16: a palavra "*sacer*" indicava que o objeto era propriedade de uma divindade que foi retirada da região do "*profanum*" pela ação do estado e passava a fazer parte do *sacrum*.

²⁰³ D.1.8.9.3.

Uma interpretação possível é que *sanctus* seria considerado como se gênero fosse, enquanto *sacer* seria a espécie. Desse modo, *sacrosanctus* seria alguém, ou algo, apoiado por uma sanção e, por ter sido consagrado aos deuses, esta seria a pena capital.

O conceito de sacrossanto designava algo preciso para os antigos, eles assim consideravam os objetos que eram destinados aos deuses e que os homens não podiam tocar. Segundo FUSTEL DE COULANGES, não se pode afirmar se esse caráter sacrossanto do tribuno aos olhos dos patrícios era digno de honra ou tornava o tribuno objeto de horror ou maldição e aquele que o tocasse estaria impuro²⁰⁴.

Sacer é um termo ambíguo que define tanto o majestoso, quanto o maldito, e tanto o digno de veneração quanto o que suscita o horror²⁰⁵. Nesse sentido, a maldição e a impureza poderiam estar relacionadas à *sacratio capitis* do ofensor que seria condenado à morte e não seria mais que uma consequência da sacrossantidade dos tribunos²⁰⁶.

MACROBIUS refere-se à morte do *homo sacer*:

<i>Hoc loco non alienum videtur de conditione eorum hominum referre quos leges sacros esse certis dis iubent, quia non ignoro quibusdam mirum videri quod, cum cetera sacra violari nefas sit, hominem sacrum ius fuerit occidi. Cuius rei causa haec est</i> ²⁰⁷ .	Neste lugar, não diversamente, parece tratar sobre a condição daqueles homens que as leis determinam serem consagrados (<i>sacri</i>) a certos deuses, porque não ignoro ser admirável a quem quer que seja que, enquanto seja proibido violar outras coisas sagradas (<i>sacra</i>) é permitido matar um homem <i>sacer</i> . Esta é a razão desse assunto.
--	--

²⁰⁴ FUSTEL DE COULANGES, *A cidade* cit. (nota 8 *supra*), p. 476: O patriciado se desarmara no dia em que, através de ritos solenes, quem quer que tocasse em um tribuno tornava-se impuro. - Tendo em vista a onipresença e a supervalorização da religião nessa época, é muito provável que realmente a sacrossantidade dos tribunos da plebe se baseasse em uma ideia de horror e maldição. Os tribunos certamente eram vistos como sujos e isso poderia, talvez, ser justificado por terem sido consagrados pelos plebeus.

²⁰⁵ E. BENVENISTE, *Le vocabulaire* cit. (nota 199 *supra*), p.188.

²⁰⁶ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.61: Isoladamente, a *sacratio capitis* não substitui qualquer processo de santificação.

²⁰⁷ Macrob. *Sat.* 3.7.5.

Um dos fundamentos da sacrossantidade é garantir que o ofensor seja repellido da sociedade, L. GAROFALO fala em *pax deorum*²⁰⁸: era esperado que a sociedade mantivesse permanentemente um ambiente de paz e fraternidade entre a comunidade e os deuses²⁰⁹.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO relata uma lei do período monárquico que previa punição àqueles que violassem um ambiente sagrado. A punição estabelecia que o ofensor fosse consagrado ao deus, sendo então considerado sacrílego e qualquer um que o matasse seria impune, ou seja, isento de qualquer culpa²¹⁰.

Segundo ele essa lei junto a outras durante o reinado de Numa, teria levado Roma a um estado de frugalidade e moderação²¹¹. Portanto, é plausível admitir que essa espécie de lei possuía efetividade. Essa moderação era a esperada após o fim da primeira secessão plebeia.

PAULO, O DIÁCONO, também retrata uma lei de Numa Pompílio de que sabemos pouco, mas que atribui a sacralidade a Júpiter daqueles que mantivessem conduta diversa daquela indicada²¹².

Há outra lei relatada por DIONÍSIO, mas atribuída a Rômulo. Essa lei previa que patronos e clientes não poderiam acusar um ao outro em juízo ou ser testemunha de inimigo do outro. Caso alguém o fizesse, seria morto por qualquer um que assim quisesse, pois, a vítima estaria devotada a Júpiter da região do inferno²¹³.

DIONÍSIO completa que era costumeiro entre os romanos consagrar suas pessoas a algum deus, principalmente aos deuses do mundo inferior, para que pudessem matar alguém sem incorrer na penalidade²¹⁴.

²⁰⁸ R. ORESTANO, *I fatti di normazione nell'esperienza romana arcaica*, Torino, G. Giappichelli, 1967, p.114: a vida privada e a vida pública eram dominadas pela preocupação constante de operar de acordo com as divindades e de evitar qualquer coisa que fosse contrariá-las. Havia o medo de desagradar os deuses, ou pior, de romper, com algum ato ou comportamento, a *pax deorum*, a qual era necessária para garantir o bem-estar das famílias, dos indivíduos e da comunidade. Por isso, os romanos estavam continuamente atentos em buscar qualquer sinal da vontade divina.

²⁰⁹ L. GAROFALO, *Appunti cit.* (nota 196 *supra*), p.2-4.

²¹⁰ Dio.Hal.2.74.3

²¹¹ Dio.Hal.2.75.1

²¹² Paul., Fest. ep., v. Aliuta, p. 5.

²¹³ Dio.Hal.2.10.3.

²¹⁴ Dio.Hal.2.10.3.

Certamente são leis diversas as relatadas, o que comprova que realmente poderiam ser comuns. Do relato de DIONÍSIO podemos imaginar que a consagração aos deuses poderia, até mesmo, ser algo banal e facilmente realizável.

Ocorre que, não podemos comparar as leis supostamente sagradas aprovadas por reis, detentores dos poderes máximos do estado, com leis sagradas aprovadas por plebeus em um rompante revolucionário. Os plebeus não detinham nenhuma espécie de poder, muito menos o poder punitivo do estado para poder abrir mão deste.

As leis sagradas seriam efetivas se tivessem sido aprovadas por todo o povo romano, incluindo os patrícios. Se assim tivesse sido feito, seria uma forma dos patrícios assegurarem a magistratura plebeia, agradando os plebeus, sem a necessidade do reconhecimento de direito dessa magistratura.

Entretanto, a Lei das XII Tábuas veio a confirmar a lei editada por Rômulo acerca da relação entre clientes e patronos. Uma das tábuas previa que *patronus si clienti fraudem faxit, sacer esto*.

Contudo, PLUTARCO relata que os tribunos eram sagrados como um altar religioso vivo. A sua sacralidade envolvia, inclusive, o costume de que caso ocorresse algo contra um deles em público, ele teria que se limpar e purificar como se tivesse se poluído²¹⁵.

A sacrossantidade não era inerente somente aos tribunos. Como visto, era relativamente comum que se consagrassem algum objeto aos deuses para que se pudesse matar o ofensor sem punição.

TITO LÍVIO relata, por exemplo, a existência de habitantes de determinada que eram isentos de participarem de guerras por conta da sacrossantidade:

<i>Itaque colonos etiam maritimos, qui sacrosanctam vacationem dicebantur habere, dare milites cogebant. quibus recusantibus edixere in diem certain ut quo</i>	De sorte que os cônsules forçavam até mesmo os colonos das cidades costeiras fornecerem soldados, embora se afirmasse que gozavam de isenção graças a um
---	--

²¹⁵ Plutarco Quaest. Roman. 81

*quisque iure vacationem haberet ad senatum deferret*²¹⁶.

convênio jurado. Ante a recusa, decretaram os cônsules que cada colônia, em data fixada, apresentaria ao Senado a prova do alegado direito de isenção.

As leis sagradas designadas como sendo o fundamento do tribunato da plebe, são assim conhecidas por preverem a *sacratio capitis* do contraventor: o ofensor do tribuno era declarado sacrílego. A declaração da “*sacertá*” do ofensor é tida como uma norma primária e seria de origem revolucionária e unilateral da plebe²¹⁷.

Por outro lado, a norma que torna impune aquele que mata o ofensor é posterior e possui uma determinada indicação de que era uma disposição legal “*eo plebei scito*”, o que poderia nos fazer questionar se a mesma não era uma norma tribunícia.

Não se sabe se a consagração é obrigatoriamente realizada através de lei sagrada. O caráter de sacrossanto não se dá ao menos que haja efetivamente uma dedicação dos tribunos a alguma divindade²¹⁸. Não se sabe, contudo, se há um processo específico e homogêneo de consagração.

CÍCERO, em seu discurso a favor de *Lucius Cornelius Balbus*, explica:

Quid fuit in rogatione ea quae de Pompeio a Gellio et a Lentulo consulibus lata est, in quo aliquid sacrosanctum exceptum videretur? Primum enim sacrosanctum esse nihil potest nisi quod populus plebesve sanxit; deinde sanctiones sacrandae sunt aut genere ipso aut obtestatione et consecratione legis aut poenae, cum caput eius qui contra fecerit consecratur. Quid habes igitur dicere de

O que havia naquela promulgação que foi feita a Pompeio por Gélcio e Lúcio em seu consulado, em que qualquer exceção parece ter sido feita de tratados que haviam sido ratificados por um juramento? Em primeiro lugar, nada pode ser ratificado de tal maneira, exceto o que o povo ou a plebe tenham ratificado. Em segundo lugar, tais ratificações devem ser consideradas sagradas, quer por causa da própria forma

²¹⁶ Liv. 27,38,3.

²¹⁷ Vide item 4.2.6 A teoria da *lex sacrata*).

²¹⁸ C. GIOFFREDI, *Il fondamento cit.* (nota 4 *supra*), pp. 61ss.

*Gaditano foedere eius modi? utrum capitis consecratione an obtestatione legis sacrosanctum esse confirmas? Nihil omnino umquam de isto foedere ad populum, nihil ad plebem latum esse neque legem neque poenam consecratam esse dico. De quibus igitur etiam si latum esset ne quem civem reciperemus, tamen id esset quod postea populus iussisset ratum, nec quicquam illis verbis Si quid sacrosanctum est exceptum videretur, de iis, cum populus Romanus nihil umquam iusserit, quicquam audes dicere sacrosanctum fuisse?*²¹⁹.

de ratificação, quer por causa da invocação dos deuses e da dedicação da lei, ou então, por causa de algum castigo ao qual a vida desse homem é dedicado, que age em contravenção a ele. Que argumento, então, deste tipo, você pode alegar com relação ao nosso tratado com a cidade de Gades? Você afirma que esse tratado foi solenemente ratificado pela devoção da vida de qualquer ofensor contra ela, ou por qualquer invocação do deuses para defender a lei? Afirmo que nada foi jamais submetido aos povo ou aos plebeus com respeito a esse tratado [afirmo que nenhuma lei foi promulgada, e nenhuma punição nomeada.]

Quando, portanto, mesmo se tivesse sido promulgado que não recebêssemos nenhum homem como cidadão, ainda assim teria sido ratificado que o povo decretou posteriormente, e nenhuma exceção pareceria ter sido feita por essa expressão: "Se alguma coisa Tinha sido formalmente ratificado por um juramento ", você se atreve a dizer que qualquer coisa é formalmente ratificado desta forma, com respeito ao qual o povo romano nunca chegou a qualquer decisão em tudo?

²¹⁹ Cic. *pro Balbo*, 14.33.

Em fragmento de TITO LÍVIO encontramos relato de desrespeito à inviolabilidade tribunicia, com a ocorrência do assassinato do tribuno Cneu Genúcio e que abre espaço para questionamento acerca da efetividade e da aplicabilidade da sacrossantidade dos tribunos:

<i>Tandem qui obversati vestibulo tribuni fuerant nuntiant domi mortuum esse inventum. Quod ubi in totam contionem pertulit rumor, sicut acies funditur duce occiso, ita dilapsi passim alii alio. Praecipuus pavor tribunos invaserat, quam nihil auxilii sacratae leges haberent morte collegae monitos. Nec patres satis moderate ferre laetitiam, adeoque neminem noxiae paenitebat, ut etiam insontes fecisse videri vellent, palamque ferretur malo domandam tribuniciam potestatem</i> ²²⁰ .	Finalmente, os que se achavam em frente ao vestíbulo do tribuno vieram anunciar que ele fora encontrado morto em sua casa, e a notícia percorreu toda a assembleia. Tal como um exército que debanda com a morte de seu chefe, assim se dispersaram os homens cada um para seu lado. Os tribunos encheram-se de pavor ao verificar a inutilidade das leis sagradas que os protegiam. Os patrícios, ao contrário, mal conseguiam disfarçar sua alegria. E de tal modo ninguém se arrependia do crime, que até mesmos os inocentes queriam parecer cúmplices, e diziam abertamente que só a violência podia domar o poder tribunício.
--	---

Diante desse relato é perceptível a fragilidade da inviolabilidade dos tribunos que, apesar de sacrossantos, não estavam devidamente protegidos e seus assassinos poderiam sair impunes. Essa vulnerabilidade dos tribunos poderia estar relacionada a um período inicial do tribunato quando o mesmo ainda estava revestido de uma certa precariedade e a própria plebe não estaria devidamente organizada.

T. MOMMSEN fala em violações ao tribunato da plebe e aos direitos dos plebeus que teriam sido jurados ou sido adquiridos através de lei sagrada²²¹, duas possibilidades que

²²⁰ Liv.2.54.

²²¹ T. MOMMSEN, *Derecho Penal* cit. (nota 196 *supra*), p.35.

supostamente não teriam valor jurídico perante a *civitas*, conforme já discutido. A ocorrência de violações ao poder tribunicio fortalece e a teoria de que não havia nenhuma forma de proteção a esse.

L. GAROFALO apresenta duas teorias acerca do procedimento que levava à condenação do ofensor e de sua conseguinte execução: a primeira teoria pressupõe que havia a necessidade de uma pronúncia judiciária *ad hoc*, ou seja, o ofensor deveria ser submetido a um processo criminal. A outra teoria, mais difundida, expõe a condenação automática no momento da consumação do crime. Portanto, o próprio ato já bastava para fundamentar a execução do ofensor²²².

Seguindo a teoria de que não havia qualquer forma de controle judicial, o procedimento executório era bastante simples: o ofensor seria morto por qualquer um que quisesse e o seu assassino estaria impune²²³. A lei, portanto, não tinha como objeto a punição para o ofensor e, sim, a impunidade daquele que o assassinasse.

Pode-se interpretar que a sacrossantidade dos tribunos foi sendo gradativamente consolidada e a sacralidade dos ofensores dos tribunos poderia ter presenciado duas fases distintas: a primeira, mais primitiva, previa que a plebe efetuar a justiça pelas próprias mãos, sem buscar amparo à justiça estatal, tendo, portanto, a proteção dos poderes tribunicios teria um caráter extralegal. Essa fase estaria relacionada a um juramento dos plebeus em vingar qualquer ofensa aos seus magistrados e representaria o tribunato em uma fase primitiva²²⁴.

Uma segunda fase seria a declaração por parte do estado de que não haveria nenhuma punição àqueles que assassinassem o ofensor dos tribunos da plebe. Esse supostamente seria o teor da Lei Valéria Horácia. Aqueles que matassem o ofensor de um tribuno estariam oficialmente isentos de qualquer punição.

²²² L. GAROFALO, *Appunti cit.* (nota 196 *supra*), p. 5.

²²³ L. GAROFALO, *Appunti cit.* (nota 196 *supra*), p. 16: o assassino do ofensor deveria provar o estado de sacralidade deste para que tivesse a sua impunidade assegurada. Contudo, havia o uso da presunção nesse caso.

²²⁴ A morte de Cneu Genúcio por ter ocorrido nessa primeira fase, não teria sido vingada por causa da dificuldade da plebe de identificar exatamente quem fora o autor do crime.

Contudo, apesar de ser uma forma de reconhecimento, não podemos considerar que isso tenha sido uma inclusão do tribunato no ordenamento jurídico romano. O tribunato em si não estava sendo legalizado.

O estado não estava se responsabilizando pela aplicação do poder punitivo, como seria o esperado. O estado estava garantindo a não aplicação do seu poder de punir, o que representa, sim, um movimento do estado em prol da proteção dos tribunos, na medida das possibilidades da época.

4. A TRIBUNICIA POTESTAS

4.1 O relato das fontes

A fundamentação da *tribunicia potestas* é objeto de farta controvérsia. Em uma rápida análise das fontes e dos principais doutrinadores, encontram-se diferentes posicionamentos. Nesse capítulo as principais fontes literárias relativas à fundamentação do poder tribúncio serão selecionadas e examinadas, com destaque aos textos de TITO LÍVIO e de DIONÍSIO DE HALICARNASSO que, apesar de algumas vezes criticados, relatam, detalhadamente, diferentes momentos históricos pertinentes aos tribunos da plebe.

4.1.1 Tito Lívio

TITO LÍVIO²²⁵ relata com detalhes o surgimento do tribunato, associando-o a um acordo entre patrícios e plebeus. Sua obra é referenciada por diversos autores e seus relatos podem ser utilizados como ponto de partida para análise dos acontecimentos relativos ao tribunato da plebe.

Segundo Lívio, após a secessão da plebe, o patriciado ambicionando o retorno dos plebeus a Roma, enviou um representante, Menênio Agripa, que após um discurso memorável, conseguiu convencer os plebeus a retornarem²²⁶.

Houve, em seguida, tratativas para um acordo entre patriciado e plebe. Foi acordado que os plebeus teriam seus próprios magistrados e que estes seriam sacrossantos.

*Agi deinde de concordia coeptum, concessumque in condiciones ut plebi sui magistratus essent sacrosancti quibus auxilii latio adversus consules esset, neve cui patrum capere eum magistratum liceret*²²⁷. Agiu-se em seguida as tentativas de um acordo e foram determinadas as seguintes condições: que a plebe tivesse os próprios magistrados sacrossantos²²⁸ que se encarregariam de defendê-la contra os

²²⁵ Utilizamos as seguintes traduções: para a língua portuguesa de P.M. PEIXOTO, São Paulo, Paumape, 1990; para a língua italiana de M. SCANDOLA e para a língua francesa de E. LASSERRE, Paris, Garnier Frères.

²²⁶ Liv.2.32.

²²⁷ Liv.2.33.1.

cônsules, sendo vedado aos patrícios o acesso a essa magistratura.

Não há aprofundamento, nos relatos livianos, acerca do que exatamente ocorreu, muito menos como se fundamentaria esse caráter sacrossanto dos tribunos da plebe.

Pode-se complementar esse relato de LÍVIO com os relatos de DIONÍSIO DE HALICARNASSO, o que aclara alguns fatos que restam ambíguos somente com base em LÍVIO.

Questiona-se a natureza do acordo realizado entre o patriciado, supostamente representado por Menênio Agripa, e a plebe secessionista. Entretanto, não é claro se o Senado atribuiu a Menênio e a uma possível comitiva que o acompanhava, quaisquer poderes para transigir em nome desse.

LÍVIO, em fragmento posterior, reitera que houve um tratado entre os patrícios e os plebeus declarando os tribunos sacrossantos. O fragmento é revelador ao caracterizar este tratado como sendo um *foedus*.

Foedus ordinariamente significa um tratado solene entre Roma e outra nação. Nesse sentido, LÍVIO relataria a formalização de um tratado entre a plebe e o patriciado, como se um estado autônomo fosse²²⁹.

C. Claudii sententia consules	Segundo Caio Cláudio, deveriam
armabat in tribunos, Quinctiorum	dar armas aos cônsules contra os tribunos.
Cincinnatique et Capitolini sententiae	Já os Quíncios, Cincinato e Capitolino,
abhorrebant a caede violandisque quos	condenavam qualquer medida violenta
foedere icto cum plebe sacrosanctos	contra a imunidade daqueles que, por um
accepissent ²³⁰ .	tratado com a plebe, eles próprios haviam

²²⁸ Tito Lívio utiliza o termo “*sacrosancti*”, porém vários tradutores atribuem à palavra o sentido de inviolável. A tradução italiana de M. SCANDOLA: “*inviolabili*”, a tradução em língua portuguesa de P.M. PEIXOTO: “invioláveis”. Cumpre salientar que sacrossanto e inviolável não são sinônimos, conforme explicaremos em capítulo posterior.

²²⁹ O *foedus* não necessariamente tem o sentido de um tratado internacional. Sobre isso, discorreremos posteriormente (vide: 4.2.1. A teoria do *foedus*).

²³⁰ Liv.4.6.7.

declarado sacrossantos.

Contudo, este fragmento não oferece respostas mais precisas em relação às circunstâncias que o ensejaram ou possível validação posterior por parte do Senado. Não é válido levantar hipóteses ou teorias baseadas somente no relatado por LÍVIO. Posteriormente, em outros capítulos, discutiremos este fragmento, confrontando-o com outros autores.

Ele prossegue relatando a instauração de um regime de terror em Roma após o estabelecimento do decenvirato²³¹, incluindo nesse regime tirânico a suspensão dos poderes tribúncios²³².

Os plebeus acordaram com os patrícios a nomeação de decênviros para elaboração de uma legislação visando a garantir uma justiça mais equitativa em Roma. Todas as magistraturas, incluindo o tribunato da plebe, foram suspensas²³³.

Os poderes dos decênviros tinham prazo determinado. Todavia, os decênviros, em certo momento cometeram várias atrocidades, não convocaram novas eleições e os plebeus, por esta razão, buscaram um método para restabelecer o poder tribúncio²³⁴.

Os plebeus tinham renunciado temporariamente a seus tribunos com um propósito maior, mas, arrependidos e em face de adversidades, deveriam de alguma forma trazer a sua magistratura de volta. Seus tribunos, até então, eram tutelados por um ato unilateral, precário e revolucionário, que cabia a eles mesmos disporem.

Diz TITO LÍVIO, de maneira lendária, que em um determinado momento o decênviro Ápio Cláudio, movido por luxúria, resolveu transformar a plebeia Virgília em escrava, pleiteando-a judicialmente²³⁵.

²³¹ Liv. 3. 36.

²³² Liv.3.45.8: “*Non, si tribuniciū auxilium et provocationem plebi Romanae, duas arces libertatis tuendae, ademistis, ideo in liberos quoque nostros conjugesque regunū vestrae libidini datum est.*”

²³³ Liv. 3.32.6: “*Jam redierant legati cum Atticis legibus. Eo intentius instabant tribuni ut tandem scribendarum legum initium fieret. Placet creari decemviros sine provocatione, et ne quis eo anno alius magistratus esset.*”

²³⁴ Liv. 3.37.5: “*Exspectabant, quam mox consulibus creandis comitia edicerentur. Id modo plebes agitabat, quonam modo tribuniciam potestatem, munimentum libertati, [res intermissam] repararent, cum interim mentio comitiorum nulla fieri.*”

Essa situação teria criado um forte sentimento de revolta na plebe que se retirou novamente de Roma rumo ao Monte Sacro, com o intuito de reestabelecer o tribunato da plebe²³⁶.

Os patrícios Lúcio Valério e Marco Horácio, após a renúncia dos decênviros²³⁷, foram enviados, tendo recebido plenos poderes do Senado, como delegados para o Monte Sacro para buscar a reconciliação²³⁸.

Os plebeus exigiram como condições para seu regresso a volta do poder tribunício, do direito de apelação, a não punição dos secessionistas e que os decênviros lhes fossem entregues, sendo esta última exigência a única que não foi concedida²³⁹.

O Senado tratou de decretar que o sumo pontífice fizesse a eleição dos tribunos da plebe²⁴⁰, fazendo entender que a eleição dos tribunos era submetida a um ritual religioso. No Monte Aventino, houve a eleição dos tribunos, sendo eleitos dez destes²⁴¹.

Após o reestabelecimento da magistratura plebeia, houve a eleição de Lúcio Valério e Marco Horácio como cônsules. A eleição deles foi comemorada pela plebe, pois teria sido um consulado popular²⁴².

Foram aprovadas leis de proteção à plebe. A primeira previa que os plebiscitos teriam força de lei, a segunda reestabelecia o direito a apelação e proibia a criação de qualquer magistratura sem apelação e a terceira devolvia a sacrossantidade aos tribunos:

<i>Et cum plebem hinc provocatione,</i>	Uma vez consolidada a situação da
<i>hinc tribunicio auxilio satis firmassent, ipsis</i>	plebe, tanto pelo direito de apelação quanto
<i>quoque tribunis, ut sacrosancti viderentur,</i>	pela proteção tribunícia, devolveram
<i>cuius rei prope iam memoria aboleverat,</i>	também aos tribunos seu caráter
<i>relatis quibusdam ex magno intervallo</i>	sacrossanto, reestabelecendo algumas de

²³⁵ Liv. 3.44.

²³⁶ Liv.3.52.

²³⁷ Liv.3.52.

²³⁸ Liv.3.53.1.

²³⁹ Liv.3.53.

²⁴⁰ Liv. 3.54

²⁴¹ Liv. 3.54

²⁴² Liv.3.55.1.

*caerimoniis renovarunt, et cum religione
inviolatos eos, tum lege etiam fecerunt,
sanciendo ut qui tribunis plebis aedilibus
iudicibus decemviris nocuisset, eius caput
Iovi sacrum esset, familia ad aedem Cereris
Liberi Liberaeque venum iret*²⁴³.

suas cerimônias rituais interrompidas há muito tempo. Tornaram-nos invioláveis não só pela religião mas também por uma lei que determinava o seguinte: se alguém atentasse contra os tribunos da plebe, os edis, os iudice decemviri, teria sua cabeça imolada a Júpiter e todos os seus bens vendidos em benefício de Ceres, Líber e Líbera.

Portanto, LÍVIO especifica que só a partir de então os tribunos seriam considerados invioláveis por conta de uma lei. Até esse momento, os tribunos tinham a sua inviolabilidade baseada somente na religião.

Isso fortalece a hipótese de que os tribunos utilizaram algum instrumento unilateral, como juramento ou lei sagrada, para instituir a sua principal magistratura e a sua inviolabilidade.

Provavelmente, LÍVIO se referia especificamente à *Lex Valeria Horatia de tribunitia potestate*, votada e aprovada em um comício centurial no ano de 449 a.C.²⁴⁴.

*Hac lege iuris interpretes negant
quemquam sacrosanctum esse, sed eum qui
eorum cui nocuerit Iovi sacrum sanciri;
itaque aedilem prendi ducique a maioribus
magistratibus, quod, etsi non iure fiat—
noceri enim ei cui hac lege non liceat—
tamen argumentum esse non haberi pro
sacro sanctoque aedilem; tribunos vetere
iure iurando plebis, cum primum eam*

Os juristas declararam que essa lei não tornava os tribunos sacrossantos, apenas determinava que aqueles que os prejudicassem seriam sacrificados a Júpiter. Desse modo, um edil poderia ser detido e preso por ordem de magistrados superiores, e embora esse ato fosse ilegal – pois atentava contra um homem protegido por ela –, provava que os edis não eram

²⁴³ Liv. 3.55.6-12

²⁴⁴ Vide item 4.3.1 A *lex Valeria Horatia*).

*potestatem creavit, sacrosanctos esse. Fuere qui interpretarentur eadem hac Horatia lege consulibus quoque et praetoribus, quia eisdem auspiciis quibus consules crearentur, cautum esse: iudicem enim consulem appellari. Quae refellitur interpretatio, quod iis temporibus nondum consulem iudicem sed praetorem appellari mos fuerit*²⁴⁵.

considerados sacrossantos. Somente os tribunos eram sacrossantos em virtude de um antigo juramento da plebe na ocasião em que fora criada essa magistratura. Houve quem compreendesse que a Lei Horácia abrangia igualmente cônsules e pretores, porque ambas as ordens tinham sido criadas sob os mesmos auspícios, e o cônsul era chamado também juiz. Essa interpretação, entretanto, é falsa, porque naquela época o cônsul era chamado pretor e não juiz.

Para PAULO MATOS PEIXOTO, ao que parece, os tribunos só eram sacrossantos para a plebe²⁴⁶.

Essa hipótese não pode ser descartada, pois está em consonância com os relatos do autor. Podemos entender que, até a aprovação de uma lei pelo patriciado assegurando a inviolabilidade tribúncia, a magistratura plebeia possuía um precário alicerce.

Deste fragmento poderíamos concluir que havia certa fragilidade na *tribunicia potestas* até a edição da Lei Valéria Horácia. Poderíamos, de alguma forma, afirmar que a inviolabilidade somente viria a surgir muitos anos depois do surgimento do tribunato, o que contradiz o relato inicial do autor.

4.1.2. Dionísio de Halicarnasso

Os relatos de DIONÍSIO DE HALICARNASSO acerca do surgimento do tribunato são bem detalhados e aprofundados, apesar de que, não podemos considerar os fatos relatados como verdadeiros sem uma devida investigação e sem a análise conjunta com outras fontes e recursos.

²⁴⁵ Liv.3.55.13ss.

²⁴⁶ P.M. PEIXOTO, *Tito Lívio: História de Roma*, São Paulo, Paumape, 1989, p.273, nota 42.

DIONÍSIO relata que após os plebeus se retirarem da cidade, iniciaram-se discussões no Senado acerca do que deveria ser feito. Os senadores não sabiam exatamente como proceder para convencer aos plebeus a retornarem a Roma²⁴⁷.

Ele trata do surgimento do tribunato como uma transação entre duas nações distintas, descrevendo a ocorrência de um tratado, denominado *foedus*. Essa espécie de tratado exigiria um ritual solene específico e era utilizado em ocasiões importantes²⁴⁸.

Os senadores enviaram embaixadores com plenos poderes para estabelecer um tratado. O Senado ambicionava a paz. Contudo, o acordo entre os patrícios e os plebeus não foi imediato²⁴⁹, pois, os plebeus induzidos por Bruto²⁵⁰ requisitaram a criação de uma magistratura plebeia cuja única função seria a de interceder pela plebe. Os embaixadores, acreditando se tratar de uma requisição polêmica, preferiram não estabelecer o tratado fazendo uso de seus poderes e repassaram a responsabilidade ao Senado.

O Senado, em votação aprovou as condições da plebe para o estabelecimento da paz. Deste modo, o tribunato da plebe, na opinião de DIONÍSIO, teria surgido através de um tratado. Sendo este celebrado com a presença dos árbitros de paz, os *fetiales*.

Segundo DIONÍSIO, todo o processo de criação do tribunato da plebe passou por crivo do Senado. Dentre os relatos dos historiadores tradicionais²⁵¹, o de DIONÍSIO, além de mais completo, é o mais verossímil à primeira análise.

Todavia, o seu relato possui algumas incoerências. A primeira seria o suposto caráter de tratado internacional, *foedus*, entre os patrícios e plebeus. Como já discutido anteriormente, os plebeus não formavam um estado estrangeiro.

²⁴⁷ Dio.Hal.6.47.2.

²⁴⁸ O *foedus* será devidamente abordado no item 4.2.1. A teoria do *foedus*).

²⁴⁹ Dio.Hal.6.47.4.

²⁵⁰ Dionísio de Halicarnasso (6.89.1) relata *Lucius Junius Brutus* como uma figura importante na defesa dos interesses da plebe e como um dos primeiros tribunos a ser eleito. Contudo, coincidentemente ou não, esse é o mesmo nome do primeiro cônsul, figura legendária, tido como fundador da República.

²⁵¹ Nesses incluímos Tito Lívio e Cícero.

Não obstante a criação da magistratura plebeia, os plebeus necessitavam que a mesma tivesse garantias de respeitabilidade. O mero surgimento não assegurava que a mesma pudesse desempenhar suas atribuições livremente.

Nesse sentido, os plebeus aprovaram uma lei tornando seus magistrados sacrossantos:

*Ὅρκῳ βεβαιώσαντας αὐτῇ τὸ ἀσφαλές. ἐδόκει ταῦτα πᾶσι, καὶ γράφεται πρὸς αὐτοῦ καὶ τῶν συναρχόντων ὅδε ὁ νόμος: δῆμαρχον ἄκοντα, ὥσπερ ἓνα τῶν πολλῶν, μηδεὶς μηδὲν ἀναγκαζέτω δρᾶν μηδὲ μαστιγούτω μηδ' ἐπιταπτέτω μαστιγοῦν ἑτέρῳ μηδ' ἀποκτινύτω μηδ' ἀποκτείνειν κελεύετω. ἐὰν δέ τις τῶν ἀπηγορευμένων τι ποιήσῃ, ἐξάγιστος ἔστω, καὶ τὰ χρήματα αὐτοῦ Δήμητρος ἱερά, καὶ ὁ κτείνας τινὰ τῶν ταῦτ*²⁵².

“Que ninguém obrigue um tribuno a fazer algo contra sua vontade, como se tratasse de uma pessoa qualquer, nem o golpeie, nem ordene a outro que o faça, nem o mate, nem ordene matá-lo. Se alguém violar alguma dessas proibições, será expulso como ímpio e seus bens consagrados a Ceres; e aquele que matar alguém que realizar esses atos, ficará livre de culpa”.

Não se sabe exatamente o tipo da lei mencionada por Dionísio. Há duas possibilidades dentre as mais plausíveis. Ou se tratava de um plebiscito ou de uma lei sagrada.

Não seria lógico que os plebeus tivessem feito aprovar uma lei comicial ou curiata para defender seus próprios interesses. Apesar de o texto mencionar que a lei foi aprovada por todos²⁵³.

Para que esta lei sempre fosse respeitada: “se ordenou que todos os romanos jurassem sobre as vítimas dos sacrifícios sempre observar a lei, tanto eles como os seus descendentes”²⁵⁴.

²⁵² Dio.Hal. 6. 89.3.

²⁵³ Este tema será abordado adequadamente em capítulo próprio.

²⁵⁴ Dio.Hal. 6.89.4

Durante o relato do julgamento de *Marcius Coriolanus*, DIONÍSIO repete o que já relatara e faz menção à violação de tratado e desrespeito a juramento que teriam sido estabelecidos no passado:

εἰ δὲ βουλευθείητε ἀκριβῶς ἐξετάσαι τὰ διάφορα, δικαιότερον ἂν ἡμεῖς οἱ πατρίκιοι τοῦ δήμου κατηγοροίμεν, ἢ τὴν βουλὴν ὑμεῖς ἔχοιτε δι' αἰτίας. ἀδικεῖτε γὰρ ἡμᾶς, ὃ δημόται, καὶ μηθὲν ἄχθεσθῆτε ἀκούοντες, εἴ γ' οὐκ ἀναμείναντες τῆς γνώμης ἡμῶν μαθεῖν τὸ τέλος κατηγορεῖν ἥδη αὐτῆς ἀξιοῦτε ²⁵⁵ .	No outro dia os tribunos foram os primeiros a se dirigir ao <i>Forum</i> e reunir o povo. Eles foram um atrás do outro e submeteram várias acusações contra os patrícios, alegando que eles tinham violado o tratado firmado e transgredido os juramentos pelos quais eles haviam prometido ao povo esquecer e perdoar o passado.
--	---

Não sendo o juramento suficiente, os plebeus ainda adicionaram a este uma praga que os deuses celestes e as divindades subterrâneas fossem propícios àqueles que observavam e adversos àqueles que violassem os tribunos, como culpados do maior dos sacrilégios.

Para DIONÍSIO, isso foi responsável para estabelecer o costume de que as pessoas dos tribunos eram invioláveis e sagradas²⁵⁶. Podemos interpretar que, nesse sentido, a *potestas* tribunícia poderia estar fundamentada nos costumes, não em instrumento legal.

Logo após, levantaram um altar no monte em que acamparam e o chamaram de Júpiter Territor²⁵⁷ e o consagraram e realizaram sacrifícios de ação de graças aos deuses da cidade²⁵⁸.

Os plebeus solicitaram, então, aos patrícios que sancionassem a magistratura com seu voto. Ao consegui-lo, foi-lhes concedida a criação de uma magistratura auxiliar aos tribunos, que foram os edis da plebe²⁵⁹.

²⁵⁵ Dio.Hal. 7.29.3.

²⁵⁶ Dio.Hal.6.89.4

²⁵⁷ C. I. L. XIV 3559

²⁵⁸ Dio.Hal.6.90.1

DIONÍSIO, apesar de relatar a existência de um tratado, fundamenta o poder dos tribunos no juramento realizado pelos plebeus que, essencialmente, se tratava de uma ameaça de matar aquele que o violasse²⁶⁰.

A sanção posterior realizada pelos patrícios provavelmente se referia à lei ou plebiscito que criava a magistratura plebeia e não à sua inviolabilidade. Ele foi omissivo em não especificar do que exatamente se tratava a sanção.

De todo modo, diversas interpretações são possíveis desse fragmento de DIONÍSIO DE HALICARNASSO. Contudo, o próprio autor se contradiz ao falar, também, em lei sagrada:

μετὰ τοῦτο τὸ ἔργον συναχθείσης τῆς βουλῆς οἱ μὲν ὕπατοι κατηγορίαν πολλὴν τῶν δημάρχων ἐποίησαντο: παραλαβὼν δὲ τὸν λόγον ὁ Ἰκίλλιος περὶ τε τῆς εἰς τὸν ὑπηρέτην ὀργῆς ἀπελογεῖτο τοὺς ἱεροὺς προφερόμενος νόμους, καθ' οὓς οὔτε ἄρχοντι οὔτ' ἰδιώτῃ συνεχωρεῖτο πράττειν οὐδὲν ἐναντίον δημάρχῳ, καὶ περὶ τοῦ συγκαλεῖν τὴν βουλὴν ἐδίδασκεν, ὥς οὐθὲν εἴη πεποιηκὼς ἄτοπον, πολλοὺς καὶ ²⁶¹ .	Após esta ação o senado foi reunido e os cônsules concedeu muitas acusações de encontro aos tribunos. Então <i>Icilius</i> tomou a palavra e tentou justificar o ressentimento dos tribunos contra o lictor, citando as leis sagradas que não permitiam nem um magistrado nem um cidadão particular oferecer qualquer oposição a um tribuno.
---	---

Não haveria contradição se interpretarmos o suposto *foedus* como sendo igualmente uma lei sagrada. Como dito por L. LANGE, provavelmente *leges sacratae intellegendae sunt leges foederum*²⁶².

Os relatos de DIONÍSIO acerca da criação do tribunato podem ser facilmente relacionados ao surgimento da República. São várias similaridades nos relatos.

²⁵⁹ Dio. Hal. 6.90.2

²⁶⁰ Essa é, em nossa opinião, a possibilidade mais lógica e verossímil dentre o relatado por Dionísio.

²⁶¹ Dio. Hal. 10.32.1

²⁶² L.LANGE, *De sacrosanctae* cit. (nota 8 *supra*), p.43.

Primeiramente, o primeiro tribuno e fundador do tribunato é *Lucius Junius Brutus*, o mesmo nome do primeiro cônsul e fundador da república²⁶³.

A similaridade excessiva com o surgimento da República retira a credibilidade dos relatos, pois, apesar de não ter sido impossível ter havido coincidências nos dois momentos, demonstra uma provável cópia, ou, digamos, uma inspiração criativa anterior.

Todavia, as similaridades dos relatos não se resumem ao nome de um dos primeiros tribunos, o que demonstra que estas não eram exclusivas a Dionísio. TITO LÍVIO, ao relatar o juramento que fez aprovar a Lei Valéria Horácia, após a segunda secessão da plebe²⁶⁴, a fez de maneira similar ao relato do juramento onde o povo determinou que não haveria mais reis em Roma²⁶⁵.

Não podemos associar incongruências ao relato de algum autor em específico. Em se tratando de história antiga, os relatos acerca de fatos ocorridos podem se perder em meio a lendas e tradições.

4.1.3. *Festus*

SESTO POMPEO FESTUS foi autor do glossário *De verborum significatu*, primeiro dicionário alfabético em latim. Sua obra foi revisada no século oitavo depois de Cristo por Paulo, o Diácono, e é uma fonte muito importante de recursos para este estudo.

Alguns fragmentos atribuídos a *FESTUS* nos permitem uma melhor compreensão dos fundamentos da *tribunica potestas*, principalmente a teoria da lei sagrada. Analisaremos detalhadamente três fragmentos que são correlatos com nossa pesquisa.

<i>Nam lege tribunica prima cavetur:</i>	Pois, por uma lei tribunícia,
<i>“si quis eum, qui eo plebei scito sacer sit,</i>	primeiramente estabeleceu: “se alguém
<i>occiderit parricida ne sit”²⁶⁶.</i>	tiver matado aquele que, por aquela decisão
	plebeia seja <i>sacer</i> , não seja considerado

²⁶³ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p.47.

²⁶⁴ Liv.3.55

²⁶⁵ Liv.2.1.9.

²⁶⁶ Festus p.424 L.

parricida”.

Este fragmento pode ser interpretado de diferentes formas: a primeira interpretação atribuiria a sacralidade dos tribunos a uma lei proposta pelos tribunos e votada pelos plebeus (*lex tribunicia*) enfatizando a decisão dos plebeus (*scitum plebei*). Portanto, poderíamos deduzir que os plebeus, através de um processo deliberativo próprio, tornaram os tribunos sacrossantos.

Todavia, a menção à *lex tribunicia* não necessariamente refere-se a uma lei tribúncia no sentido formal. *FESTUS* provavelmente fazia referência ao objeto da lei. Várias foram as leis que não faziam uso do “de + ablativo”, como por exemplo: *lex agraria*, *lex frumentaria* e *lex testamentaria*²⁶⁷.

O autor, em outro fragmento, ao definir as *leges sacrae*, atribui a elas o fundamento da sacrossantidade dos tribunos:

<i>"Sacrae leges sunt, quibus sanctum est, qui quid adversus eas fecerit, sacer alicui deorum sit cum familia pecuniaque. Sunt qui esse dicant sacras, quas plebs iurata in Sacro monte sciverit"</i> ²⁶⁸	São leis ditas sagradas aquelas que por meio das quais foi sancionado que qualquer um que tiver agido contra elas seja <i>sacer</i> a algum dos deuses juntamente com família e seu patrimônio. Há os que dizem que sejam sagradas as que a plebe tiver decidido, uma vez juradas no Monte Sagrado.
--	---

Ou seja, as leis sagradas são aquelas que declaram a sacralidade do ofensor, condenando-o à morte e consagrando seu patrimônio aos deuses, e são consideradas por alguns como sagradas, por terem sido juradas no Monte Sacro²⁶⁹.

²⁶⁷ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p. 45.

²⁶⁸ Festus p.318 M.

²⁶⁹ Questionamos se o Monte Sacro que *Festus* se refere é especificamente o monte onde houve a secessão da plebe. Sabemos que o local exato da secessão da plebe é objeto de discussão (Monte Sacro, Aventino ou Crustomério). Podemos cogitar uma remota possibilidade de que o Sacro monte seria qualquer monte onde viria a ser aprovada uma lei sagrada. Todavia, muito possivelmente, em nossa opinião, o Monte Sacro leva esse nome justamente por conta da lei que ali foi aprovada e não as leis que levariam o nome por causa do monte.

Desse modo, poderíamos interpretar que a lei tribúncia mencionada no primeiro fragmento seria a lei sagrada relatada no segundo. Poderíamos entender que a *lex tribunicia* seria uma lei sagrada, cujo objeto era o tribunato da plebe.

As leis sagradas eram instrumentos legislativos fartamente utilizados pelos plebeus, tendo em vista de sua impossibilidade de aprovar leis por meio do método legislativo padrão. Contudo, não há como afirmar convictamente qual a possibilidade de essa teoria ser viável.

FESTUS, em outro fragmento, abaixo transcrito, define o conceito de sacrossanto, relacionando a sacrossantidade dos tribunos da plebe a um juramento:

“ <i>Sacrosanctum dicitur, quod iure iurando interposito est institutum, si quis id violasset, ut morte poenas penderet. Cuius generis sunt tribuni plebis aedilesque eiusdem ordinis; quod adfirmat M. Cato in ea, quam scripsit, aedilis plebis sacrosantos esse</i> ²⁷⁰ .”	Se diz sacrossanto aquilo que foi instituído por um interposto juramento de tal modo que se alguém o violasse, penderia às penas por morte. Desse gênero são os tribunos da plebe e os edis de mesma ordem. É o que afirma M. Catão naquilo que escreveu, acerca de os ediles da plebe serem sacrossantos.
--	--

Levando em consideração que há certa confusão entre os conceitos de juramento e lei sagrada²⁷¹, não é difícil encontrar concordância entre os fragmentos de *FESTUS*.

Ante o exposto, poderíamos resumir que *FESTUS* acredita que o fundamento jurídico da *tribunicia potestas* teria sido, provavelmente, o juramento de uma lei sagrada que atribuía a sacrossantidade dos tribunos. Lei esta que teria sido chamada, por ele ou por todos²⁷², de *lex tribunicia*.

²⁷⁰ Festo, p. 422 L.

²⁷¹ Vide itens 4.2.2. A teoria do juramento) e 4.2.6 A teoria da *lex sacrata*).

²⁷² Não haveria como afirmar se essa hipotética lei realmente seria realmente conhecida como *lege tribunicia* por todos no momento de sua aprovação ou, posteriormente, no decorrer da história.

4.1.4. Cícero

Não foram poucas as oportunidades em que CÍCERO²⁷³ relaciona a sacrossantidade dos tribunos e a sua consequente inviolabilidade à proteção de leis sagradas que teriam sido aprovadas pelos plebeus.

CÍCERO relata a secessão da plebe e a criação da principal magistratura da plebe, o tribunato, em seu discurso em defesa de *Caius Cornelio*:

<i>Tanta igitur in illis virtus fuit, ut anno xvi post reges exactos, propter nimiam dominationem potentium, secederent, leges sacratas ipsi sibi restituerent, duos tribunos crearent, montem illam trans Anienem, qui hodie mons Sacer nominatur, in quo armati consederant, aeternae memoriae causa consecrarent. Itaque auspicato, postero anno, x tribuni plebis comitiis curiatis creati sunt</i> ²⁷⁴ ..	Tanta virtude, então, existia nesses homens, que, dezesseis anos após a expulsão dos reis, se separaram por causa da conduta imperiosa dos nobres, eles mesmos restauraram suas leis sagradas, criaram dois tribunos e consagraram na memória eterna dos séculos. Que se erguem do outro lado do Anio, que é chamado até hoje do Monte Sagrado, sobre o qual tinham tomado posição em armas; E no ano seguinte dez tribunos do povo foram criados na Comitia Curiata, depois de uma solene tomada dos auspícios.
---	--

Percebe-se que o orador faz menção à restauração de leis sagradas pelos plebeus. O teor dessas leis sagradas é um mistério, mas, pode consolidar a tese de que os tribunos da plebe já existiam antes da secessão de 494 a.C. Apesar de CÍCERO refere-se à criação do tribunato, dando a entender que o mesmo é uma novidade.

Prossegue o seu relato:

<i>Tum interposita fide per tres legatos,</i>	Depois, tendo trocado promessas
---	---------------------------------

²⁷³ Utilizamos, primordialmente, as edições bilíngues latim-inglês traduzida para o inglês por N.H. WATTS, Cambridge, Harvard University Press, 1979 e a francesa de GARNIER.

²⁷⁴ Cic. *Pro C.Corn.* 1, 48.

*amplíssimos viros, Romam armati reverterunt; in Aventino consederunt; inde armati in Capitolium venerunt; decem tribunos plebis per pontificem, quod magistratus nullus erat, creaverunt*²⁷⁵.

recíprocas, por intermédio de três embaixadores, homens do mais alto caráter, voltaram carregados nos braços para Roma. Eles tomaram posição no Monte Aventino; Daí vieram armados para o Capitólio; E eles elegeram dez tribunos da plebe, o pontífice presidindo o comício, porque não havia magistrados.

Desse modo, entende CÍCERO que a criação do tribunato da plebe não possuiu nenhuma intervenção do patriciado. Todo o processo da instituição dessa magistratura plebeia teria se dado de forma unilateral pela plebe

Todavia, como visto no fragmento anterior, dez tribunos foram criados pelos comícios curiados, o que atribui uma determinada validação do patriciado à recém-criada instituição.

De todo modo, apesar da hipotética lei comicial ter regulamentado a eleição dos tribunos ou até mesmo a sua existência, não há referências a qualquer regulamentação da sacrossantidade tribunícia ou a outra forma de poder tribunício.

No seu discurso *Pro Sestio*, CÍCERO descreve a natureza sagrada dos tribunos fundamentada em leis sagradas:

Atqui ne ex eo quidem tempore id egit Sestius ut a suis munitus tuto in foro magistratum gereret, rem publicam administraret. Itaque fretus sanctitate tribunatus, cum se non modo contra vim et ferrum sed etiam contra verba atque interfationem legibus sacratis esse armatum

Mas ainda, nem sequer foi a partir desse momento quando *Sestius* tentou, protegido por seus patridários, exercer a sua magistratura e administrar os assuntos públicos com segurança. Protegido, pois, pelo caráter involável de seu tribunato, pensando estar armado com as leis

²⁷⁵ Op cit.

*putaret*²⁷⁶.

sagradas, não só contra a violência e armas, mas também contra os insultos e as interrupções.

Confrontando esse relato com o que anterior pode-se entender que as leis sagradas a que CÍCERO se referiu em *pro C. Cornelio* e que teriam sido restauradas, foram aquelas que tornaram os tribunos sacrossantos.

Poder-se-ia, ainda, interpretando que os edis da plebe e os *iudices decemviri* seriam igualmente sacrossantos, supor que as leis sagradas restauradas seriam as que previam a sacrossantidade desses outros magistrados plebeus que existiam antes dos tribunos.

Em seu clássico *De Republica*, CÍCERO relata os eventos que ensejaram a secessão²⁷⁷. Todavia, não se aprofunda no processo, reafirmando, somente, a grande autoridade que possuíam os tribunos da plebe.

Ele faz a menção constante a uma lei sagrada como fundamento para a proteção dos tribunos da plebe. Relata que essa lei tinha como objeto tornar impunes aqueles que vingassem alguma ofensa que viesse a ser cometida contra um tribuno da plebe²⁷⁸.

Em um fragmento do discurso *Pro Tullio*, explica o procedimento que supostamente originou a lei sagrada:

<i>Ista lex sacrata est, quam rogarunt armati, ut inermes sine periculo possent esse. qua re non iniuria, quo magistratu</i>	Em primeiro lugar, há aquela lei sagrada que os homens armados pediram, para que os homens desarmados pudessem
--	--

²⁷⁶ Cic. *Sest.* 79.

²⁷⁷ Cic. *de rep.* 2. 59: “*Fuerat fortasse aliqua ratio maioribus nostris in illo aere alieno medendi, quae neque Solonem Atheniensem non longis temporibus ante fugerat neque post aliquanto nostrum senatum, cum sunt propter unius libidinem omnia nexa civium liberata nectierque postea desitum; semperque huic generi, cum plebes publica calamitate inpendiis debilitata deficeret, salutis omnium causa aliqua sublevatio et medicina quaesita est. Quo tum consilio praetermisso causa populo nata est, duobus tribunis plebis per seditionem creatis ut potentia senatus atque auctoritas minueretur; quae tamen gravis et magna remanebat sapientissimis et fortissimis et armis et consilio civitatem tuentibus, quorum auctoritas maxime florebat, quod, cum honore longe antecellerent ceteris, voluptatibus erant inferiores nec pecuniis ferme superiores; eoque erat cuiusque gratior in re publica virtus, quod in rebus privatis diligentissime singulos cives opera, consilio, re tuebantur*”.

²⁷⁸ Cic. *Pro Tull.* 47: “[...]et legem antiquam de legibus sacratis, quae iubeat inpune occidi eum qui tribunum pl. pulsaverit[...]”.

*munitae leges sunt, eius magistratus corpus legibus vallatum esse voluerunt*²⁷⁹.

estar livres de perigo. Portanto, era apenas razoável que eles desejassem que a pessoa desse magistrado fosse cercada com a proteção das leis, por quem as próprias leis são protegidas.

A lei sagrada teria sido proposta por homens armados para garantir a segurança dos homens desarmados. Isso reforça a teoria de que a lei sagrada seria, provavelmente, mais um método coativo pela força e violência que pela legalidade ou religião.

CÍCERO igualmente fala em leis sagradas que vedavam a participação dos patrícios no tribunato da plebe. Diz que *si patricius tribunus plebis fuerit, contra leges sacratas*²⁸⁰. Ou seja, que se um patrício for tribuno da plebe, estará o sendo contra as leis sagradas.

Essa hipótese fortalece a tese de que a sacrossantidade tribúncia foi determinada por lei sagrada, já que, mostra uma potencial habitualidade dos plebeus em defender a sua magistratura através das *leges sacratas*.

Diferentemente, em *pro Balbo*, ao relatar as tratativas de Roma durante um processo de paz, CÍCERO menciona algumas das características inerentes a um *foedus*:

Quid fuit in rogatione ea quae de Pompeio a Gellio et a Lentulo consulibus lata est, in quo aliquid sacrosanctum exceptum videretur? primum enim sacrosanctum esse nihil potest nisi quod populus plebesve sanxit; deinde sanctiones sacrandae sunt aut genere ipso aut obtestatione et consecratione legis aut poenae, cum caput eius qui contra fecerit consecratur.

O que havia naquela promulgação que foi feita a Pompeio por Gélcio e Lúcio em seu consulado, em que qualquer exceção parece ter sido feita de tratados que haviam sido ratificados por um juramento? Em primeiro lugar, nada pode ser ratificado de tal maneira, exceto o que o povo ou a plebe tenham ratificado. Em segundo lugar, tais ratificações devem ser consideradas sagradas, quer por causa da própria forma de ratificação, quer por

²⁷⁹ Cic. *Pro Tull.* 49.

²⁸⁰ Cic. *Prov.* 46

*quid habes igitur dicere de Gaditano foedere eius modi? utrum capitis consecratione an obtestatione legis sacrosanctum esse confirmas? nihil omnino umquam de isto foedere ad populum, nihil ad plebem latum esse neque legem neque poenam consecratam esse dico. de quibus igitur etiam si latum esset ne quem civem reciperemus, tamen id esset quod postea populus iussisset ratum, nec quicquam illis verbis "si quid sacrosanctum est" exceptum videretur; de iis, cum populus Romanus nihil umquam iusserit, quicquam audes dicere sacrosanctum fuisse?*²⁸¹

causa da invocação dos deuses e da dedicação da lei, ou então, por causa de algum castigo ao qual a vida desse homem é dedicado, que age em contravenção a ele. Que argumento, então, deste tipo, você pode alegar com relação ao nosso tratado com a cidade de Gades? Você afirma que esse tratado foi solenemente ratificado pela devoção da vida de qualquer ofensor contra ela, ou por qualquer invocação do deuses para defender a lei ? Afirmo que nada foi jamais submetido aos povo ou aos plebeus com respeito a esse tratado [afirmo que nenhuma lei foi promulgada, e nenhuma punição nomeada.] Quando, portanto, mesmo se tivesse sido promulgado que não recebêssemos nenhum homem como cidadão, ainda assim teria sido ratificado que o povo decretou posteriormente, e nenhuma exceção pareceria ter sido feita por essa expressão: "Se alguma coisa Tinha sido formalmente ratificado por um juramento ", você se atreve a dizer que qualquer coisa é formalmente ratificado desta forma, com respeito ao qual o povo romano nunca chegou a qualquer decisão em tudo?

Muito pode se extrair desse fragmento. Primeiramente, que a sacrossantidade para ser estabelecida deveria ser submetida ao povo, ou seja, patriciado e plebe.

²⁸¹ Cic. p. Balbo. 14,33.

Além disso, reforça que a sacrossantidade pode ser estabelecida por um tratado que deve ser ratificado ou, então, a lei deve ser dedicada aos deuses, com a invocação deles.

Tendo em vista que ele habitualmente associa leis sagradas como fundamento da sacrossantidade tribunicia, pode-se supor que um hipotético *foedus* teria sido inerente ao processo de aprovação da lei sagrada²⁸².

CÍCERO coloca a aprovação popular como principal requisito para a sacralidade dos tribunos. Esse seria o elemento extrínseco que fundamentaria a *tribunicia potestas*. Todavia, o juramento tem a sua presença como elemento intrínseco.

O relato ciceroniano de um *foedus* abriria a possibilidade de supor que um eventual *foedus* teria sido fundamentado em uma lei sagrada. Contudo, não é inerente à essa modalidade de tratado que ele seja viabilizado através de lei sagrada²⁸³.

Outrossim, pelo teor revolucionário das leis sagradas, não seria viável imaginar que um tratado entre as duas ordens viesse a ser validado por um instrumento tradicionalmente plebeu.

Contudo, podemos aduzir que, em concordância com o relatado por Lívio e Dionísio, para CÍCERO teria havido um momento de *concordia* entre patrícios e plebeus, os primeiros aceitando a criação do tribunato, seja através de um *foedus* propriamente dito ou de outro tipo de tratado ou acordo.

Posteriormente, seja imediatamente ou não, os plebeus, para proteger seus recém-criados magistrados, editaram lei sagrada para torná-los sacrossantos e, portanto, invioláveis.

²⁸² C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.40: esse trecho foi notoriamente corrompido. Isso justificaria uma teoria divergente do que o Cícero trata em diferentes obras como, por exemplo, os fragmentos aqui abordados.

²⁸³ Vide item 4.2.1. A teoria do *foedus*).

4.1.5. Outras fontes

O relato nas fontes acerca do tribunato da plebe, seu surgimento e o fundamento de seu poder, não se resume às fontes supracitadas. Apesar de menos vasto, há outros autores dos quais emanam valioso conhecimento.

ZONARAS, por exemplo, relata um juramento unilateral da plebe. Os plebeus teriam feito um acordo de se ajudarem mutuamente, caso algum deles fosse vítima de alguma injustiça. Inicialmente, teriam sido escolhidos, dentre eles, dois presidentes e esse número teria sido aumentado até que cada distrito tivesse os seus próprios defensores e vingadores. Essa instituição teria sido anual, como se magistratura fosse ²⁸⁴.

Este fragmento está em consonância com o que foi relatado por DIONÍSIO DE HALICARNASSO. Todavia, difere ao conferir ao tribunato a ausência de fundamento legal ao tempo de seu surgimento.

Interpreta-se, portanto, que o tribunato teria surgido unilateralmente na plebe e faz supor que o único fundamento seria a coação física dos plebeus, que teriam jurado ajudarem-se mutuamente.

Não se pode descartar a possibilidade de que a única alternativa que os plebeus possuíam, então, era utilizar a sua força física para impor-se em uma sociedade onde eles eram constantemente subjugados.

DIODORO DA SICÍLIA, por sua vez, relata a segunda secessão da plebe, em que teria sido efetuado um acordo entre as duas ordens, para pôr fim à guerra civil:

Ἄμα δ' ἡμέρα γνωσθείσης τῆς τῶν στρατιωτῶν μισοπονηρίας οἱ μὲν δέκα soldados em direção ao mal que havia sido νομογράφοι βοηθοῦντες τῷ συνάρχοντι feito, se tornou conhecido, os dez

²⁸⁴ Zon. 7,14,7: “Por medo que, ao dispersar a associação, ou não se cumpram os pactos, ou se viram afetados se nada mais dissolvesse, e cada um foi castigado com um pretexto diferente se os detinham. Fizeram um acordo em ajudar-se mutuamente, se alguém era vítima de qualquer injustiça, e com esse motivo fizeram juramentos. Ao instante selecionaram dentre eles dois presidentes e, logo, mais, até ter cada distrito seus defensores e vingadores. Isto não fizeram uma só vez, senão que, uma vez criada, até tal ponto avançou esta instituição que cada ano, como se fosse uma magistratura, nomeavam a seus representantes chamados, na língua dos latinos, tribunos (pois assim se chamam os quiliarcos), denominados *demarcos* na língua grega”.

συνῆγον πολλοὺς τῶν νέων, ὥς διὰ τῶν ὄπλων κριθησόμενοι: μεγάλης δ' ἐμπεσούσης φιλοτιμίας οἱ χαριέστατοι τῶν πολιτῶν, προορώμενοι τὸ μέγεθος τοῦ κινδύνου, διεπρεσβεύσαντο πρὸς ἀμφοτέρους περὶ συλλύσεως, καὶ μετὰ πολλῆς σπουδῆς ἐδέοντο λῆξαι τῆς στάσεως καὶ μὴ περιβαλεῖν τὴν πατρίδα μεγάλαις συμφοραῖς. Τέλος δὲ πεισθέντων ἀπάντων ὁμολογίας ἔθεντο πρὸς ἀλλήλους, ὥστε δέκα αἰρεῖσθαι δημάρχους μεγίστας ἔχοντας ἐξουσίας τῶν κατὰ τὴν πόλιν ἀρχόντων, καὶ τούτους ὑπάρχειν οἰονεῖ φύλακας τῆς τῶν πολιτῶν ἐλευθερίας: τῶν δὲ κατ' ἐνιαυτὸν γινομένων ὑπάτων τὸν μὲν ἓνα ἐκ τῶν πατρικίων αἰρεῖσθαι, καὶ τὸν ἓνα πάντως ἀπὸ τοῦ πλήθους καθίστασθαι, ἐξουσίας οὔσης τῷ δήμῳ καὶ ἀμφοτέρους τοὺς ὑπάτους ἐκ τοῦ πλήθους αἰρεῖσθαι. Τοῦτο δ' ἔπραξαν ταπεινῶσαι σπεύδοντες τὴν τῶν πατρικίων ὑπεροχὴν: οἱ γὰρ ἄνδρες οὗτοι διὰ τε τὴν εὐγένειαν καὶ τὸ μέγεθος τῆς ἐκ τῶν προγόνων αὐτοῖς παρακολουθούσης δόξης ὥσεί τινες κύριοι τῆς πόλεως ὑπῆρχον. Ἐν δὲ ταῖς ὁμολογίαις προσέκειτο τοῖς ἄρξασι δημάρχους τὸν ἐνιαυτόν, ἀντικαθιστάναι πάλιν δημάρχους τοὺς ἴσους ἢ τοῦτο μὴ πράξαντας ζῶντας κατακαυθῆναι: ἐὰν δὲ οἱ δήμαρχοι μὴ συμφωνῶσι πρὸς ἀλλήλους, κύριοι εἶναι τὸν

legisladores, reunindo em auxílio de seus companheiros magistrados, recolheu um grupo de homens jovens, com a intenção de resolver o problema através de um teste de armas. Uma vez que agora um grande espírito de discórdia ameaçava o Estado, os cidadãos mais respeitáveis, prevendo a grandeza do perigo, atuaram como embaixadores entre ambas as partes a chegar a um acordo e pediu-os com grande seriedade cessar a discórdia civil e não mergulharem sua pátria em tal aflição séria. No final, todos venceram e um acordo mútuo foi celebrado com os seguintes termos: que dez tribunos devem ser eleitos, que devem exercer a mais alta autoridade entre os magistrados do Estado e devem agir como guardiões da liberdade dos cidadãos; e que, dos cônsules anuais, deverá ser escolhido um entre os patrícios e um, sem exceção, devem ser escolhido entre os plebeus, os povos que têm o poder de escolher até mesmo ambos cônsules dos plebeus. Eles fizeram isso em seu desejo de enfraquecer a supremacia dos patrícios, devida ao seu nascimento nobre e da grande fama que herdaram de seus ancestrais, e assim eram senhores, por assim dizer, do estado. Foi ainda estipulado no acordo que, quando os tribunos tiverem servido o seu

ἀνὰ μέσον κείμενον μὴ κωλύεσθαι. Τὴν μὲν οὖν ἐν Ῥώμῃ στάσιν τοιαύτης συλλύσεως τυχεῖν συνέβη²⁸⁵.

ano de mandato, que devem ser nomeados um número igual de tribunos em seu lugar, e que, se eles não conseguirem fazer isso, devem ser queimados vivos; também, em caso de que os tribunos não concordassem entre si, a vontade dos tribunos que estiverem intercedendo não deve ser obstruída. Tal, então, encontramos a conclusão da discórdia civil em Roma.

Esse fragmento apresenta algumas inconsistências. DIODORO atribui várias conquistas para a plebe ao hipotético acordo. A principal conquista seria a *intercessio* garantida aos tribunos da plebe.

Entretanto, essas conquistas são, quase unanimemente, atribuídas a períodos posteriores. O grego em seu relato resumido adiantou em décadas, ou séculos, as vitórias que a plebe obtivera²⁸⁶.

CASSIUS DIO não relata o surgimento do tribunato, mas explica o poder tribunício. Entretanto, não se aprofunda nas origens e fundamentos desse:

κυριεύουσιν. ἢ τε ἐξουσία ἢ δημαρχικὴ καλουμένη, ἣν οἱ πάνυ ποτὲ ἀνθήσαντες ἔσχον, δίδωσί σφισι τὰ τε ἐπιγινόμενα ὑφ' ἑτέρου τινός, ἂν μὴ συνεπαινῶσι, παύειν, καὶ μὴθ' ὑβρίζεσθαι, καὶ ἄρα τι καὶ τὸ βραχύτατον μὴ ὅτι ἔργῳ ἀλλὰ καὶ λόγῳ ἀδικεῖσθαι δόξωσι, καὶ ἄκριτον τὸν ποιήσαντα²⁸⁷.

O poder tribunício, como é chamado, que costumava ser conferido apenas aos homens de maior influência, dá-lhes o direito de anular os efeitos das medidas tomadas por qualquer outro funcionário, no caso de não aprová-lo, e torna-os imunes do abuso escandaloso; e, se eles parecem ser injustiçados, mesmo que

²⁸⁵ Dio. 12.25

²⁸⁶ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), pp.45-46.

²⁸⁷ Cass. Dio. 53.17.9

seja pelo mais ínfimo grau, não apenas por ação, mas mesmo por palavra, eles podem destruir o culpado, como um amaldiçoado, sem um julgamento

Nesse sentido, a explicação de CASSIUS DIO parece bastante verossímil e racional. O poder tribúncio não seria fundamentado em palavras ou em atos, mas tinha como fundamento a possibilidade dos tribunos de eliminarem aqueles que os ofendessem sem a necessidade de julgamento.

Esse fragmento fortaleceria a teoria de que o tribunato da plebe não teria tido uma validação do patriciado, pelo menos inicialmente. Apesar de não mencionar explicitamente, subentende-se que a força física da plebe estaria presente nessa possibilidade de vingança.

Com um entendimento um pouco diverso, VARRÃO narra a criação do tribunato durante uma secessão crustumariana e que os tribunos da plebe eram derivados dos tribunos militares, como já referido anteriormente²⁸⁸.

O fragmento de Varrão não invalida os relatos dos outros autores acerca do surgimento do tribunato, mas o reveste de um caráter de antiguidade e de preexistência. O tribunato da plebe, portanto, seria uma nova atribuição para os tribunos militares.

ASCONIUS, por sua vez, fala em *leges sacratas* contemporâneas à secessão da plebe em consonância com o relatado por FESTUS, CÍCERO, TITO LÍVIO e DIONÍSIO DE HALICARNASSO:

<i>Tanta igitur in illis virtus fuit ut anno XVI post reges exactos propter nimiam dominationem potentium secederent, leges sacratas ipsi sibi restituerent, duo tribunos crearent, montem illum trans Anienem qui</i>	Tal era a sua virtude, no décimo sexto ano após a expulsão dos reis, fez uma separação devido ao despotismo excessivo dos poderosos, restaurou a leis sagradas e criaram dois tribunos, consagrando, à
--	--

²⁸⁸ Varr. *l.l.* 5,81.

*hodie Mons Sacer nominatus, in quo armati consederant, aeternae memoriae causa consecrarent. Itaque auspicato postero anno tr.pl. comitiis curiatis creati sunt*²⁸⁹.

memória eterna, o monte do outro lado do Ânio, agora chamado de Sacro, onde os soldados se estabeleceram. E assim, no ano seguinte, depois de consultarem os auspícios, os tribunos da plebe foram criados pelos comícios curiados.

²⁸⁹ Ascon. in Cornel., p.68 Clark.

4.2 Os fundamentos teóricos da *Tribunicia Potestas*

O problema da fundamentação da *tribunicia potestas* envolve uma complexidade de eventos, fatos e atos. Como visto no capítulo anterior, diversas são as interpretações que podem ser extraídas das fontes. Essa diversidade não se resume aos relatos das fontes, a ampla gama de possíveis teorias persiste também na doutrina, de forma ainda mais acentuada.

As diferentes correntes interpretativas seguidas pelos principais autores devem ser analisadas, sistematizadas e confrontadas com os relatos das fontes. As teorias, contudo, não serão mostradas exaustivamente, no presente estudo, sob o risco de torná-lo meramente especulativo.

Cumprе salientar que nada sobre o tribunato pode ser afirmado com a mais plena convicção, pois se está lidando com dados relativos ao seu período mais primitivo e menos documentado²⁹⁰.

As duas correntes teóricas mais difundidas são: a que apresenta o surgimento do tribunato através de um juramento da plebe e a que apresenta o surgimento por meio de uma lei sagrada. As duas hipóteses, de certa forma se assemelham, como será exposto adiante.

Não obstante, não é possível imaginar que o patriciado tenha aceitado um ato unilateral da plebe sem que tenha havido alguma forma de coação por parte dos plebeus. Certamente, o uso da violência, por parte dos plebeus, foi a principal garantia do tribunato da plebe nos primeiros anos.

Os plebeus, possivelmente, não conseguiram tutelar os poderes de seus tribunos em um primeiro momento após a sua criação e caso isso tenha ocorrido, se deu de maneira precária e limitada²⁹¹.

²⁹⁰ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*): “*per i primi anni della loro esistenza è naturale che si ignorino parecchie cose dei tribuni della plebe*”.

²⁹¹ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.56.

Entretanto, indaga-se o tribunato tenha permanecido em toda a sua existência com esse caráter precário. Por conta disso, alguns teorizam que o surgimento do tribunato foi seguido por alguma forma de validação do patriciado.

Faz sentido supor que o tribunato tenha se mantido até o momento dessa validação posterior em uma forma precária e a validação teria sido a recepção da magistratura plebeia pelo ordenamento jurídico romano.

Pode-se aventar que durante a secessão os plebeus não tivessem organização para poder criar uma magistratura e, nesse mesmo momento, estabelecer regras e condições que assegurassem uma forma eficaz de tutela.

Vale destacar que, com base nos relatos das fontes literárias, é constantemente narrado que os plebeus se retiraram de Roma por causa das graves penalidades impostas aos devedores vinculados aos contratos de *nexum*. Os plebeus não planejavam, nesse momento, criar magistrados plebeus que fossem sacrossantos e, por esta razão, invioláveis²⁹².

Desse modo, não há como prever que os plebeus tivessem criado tal magistratura em uma situação adversa, em meio a uma conflagração e sem ter tido mínimas diretrizes para se guiarem.

A problemática é diversa: o relato reproduzido por LÍVIO, DIONÍSIO e outras fontes de que os plebeus instituíram o tribunato revestido de inviolabilidade e de que haveria a morte do ofensor depara-se com a ausência de respaldo legal para a plebe impor suas condições. Os tribunos eram invioláveis, mas como essa inviolabilidade seria garantida? Como se garantia que os ofensores dos tribunos seriam punidos?

Percebe-se que apesar da concordância nas principais fontes acerca da origem secessionária dos tribunos da plebe, não há unanimidade em relação aos fundamentos jurídicos do poder tribunício.

²⁹² Liv. 2.23.

Há, igualmente, divergência entre diversos autores romanistas sobre a real origem dos tribunos. Dentre as teorias estão a de que o tribunato teria surgido de um tratado entre os patrícios e plebeus enquanto outras defendem o surgimento por um ato unilateral plebeu, enfatizando o poder revolucionário da plebe.

Alguns autores, por sua vez, relatam uma possível preexistência do tribunato à secessão. G. NICCOLINI aponta uma origem divina remota ao tribunato a qual garantiu o legítimo poder dos tribunos²⁹³.

Tendo em vista essa diversidade de possibilidades, não exaustivas pela impossibilidade de prever com exatidão o passado, iniciemos, então, o estudo das principais hipóteses levantadas pelos autores.

4.2.1. A teoria do *foedus*

Uma das correntes interpretativas relaciona os fundamentos teóricos da *tribunicia potestas* à existência de um *foedus* entre os patrícios e os plebeus que teria sido realizado com o intuito de pôr fim à secessão da plebe²⁹⁴, assim como é narrada por DIONÍSIO DE HALICARNASSO e, pontualmente, por TITO LÍVIO, conforme visto em capítulo anterior.

²⁹³ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p. 36.

²⁹⁴ A. CALORE, ‘*Bellum Iustum*’ e ordinamento *feziale*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, nº 4, 2005; C. RINOLFI, *Gli stranieri e la religio: parole introduttive alla conferenza di L. Bussi e di M.R. Cimma «I Trattati E La Guerra: La Lunga Traccia Della Consuetudine Internazionale»*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, nº 13, 2015; G. GROSSO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), pp. 86s: apesar de defender a hipótese do juramento como a mais plausível, o autor não descarta a plausibilidade do *foedus*, pois entende que a existência de um *foedus* reflete o caráter revolucionário do tribunato da plebe que surgiu em um ambiente de forte dualidade e, provavelmente, no seio de um movimento secessionista. - F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, pp.36-37; F. SINI, *Bellum, Fas, Nefas: Aspetti Religiosi E Giuridici Della Guerra (E Della Pace) In Roma Antica*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, Memorie, nº4, 2005 e *Ut iustum conciperetur bellum: guerra “giusta” e sistema giuridico-religioso romano*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, nº 2, 2003; G. TURELLI, *Audi iuppiter: il collegio dei feziali nell’esperienza giuridica romana*, Milano, Giuffrè, 2011; L. HOMO, *Les institutions* cit. (nota 8 *supra*), p. 52: Pode-se atribuir ao *foedus* entre os patrícios e plebeus a criação de dois novos órgãos plebeus: um órgão legislativo, a assembleia de plebe e um órgão executivo, o tribunato.; V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*); P. DE FRANCISCI, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), I, p.248 e *Arcana Imperii*, III, Milano, A.Giuffrè, 1948, p. 72; F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), I, p. 284.

Segundo o Novíssimo Dicionário Latino-Português de F. R. Saraiva, *foedus* significa: tratado, pacto, convenção, aliança.²⁹⁵

É possível que DIONÍSIO e TITO LÍVIO, ao utilizarem a palavra *foedus* tenham se referido à existência de um mero acordo entre plebeus e patrícios, sem a solenidade inerente aos conhecidos *foedera*.

Deve-se levar em consideração a pluralidade de rituais e instrumentos jurídicos presentes em Roma, pois, possivelmente não existia um único e determinado tipo de tratado. Nesse sentido, o Digesto de Justiniano nos apresenta três modalidades diferentes de tratados internacionais existentes em Roma: a *amicitia*, o *hospitium* e o *foedus*²⁹⁶.

TITO LÍVIO considera que a modalidade do *foedus* não seria uma forma específica de acordo, mas, sim, seria um gênero que abarcaria todas as outras formas de tratado: *genera foederum*²⁹⁷.

O *foedus*, em período antigo, representava uma espécie de tratado revestido de solene formalidade. Por conta de seu rigor quanto à forma, era a espécie utilizada em tratados de grande importância, que exigia a observância a determinado rito próprio. A confirmação do pactuado se dava com um juramento de execução pronunciado pelos sacerdotes que eram os representantes do povo romano e pelos *fetiales*.

Tal tratado (*foedus*) era iniciado com a requisição do magistrado, que não participava do processo. O colégio dos *fetiales*, constituído de vinte membros, escolhia entre eles dois sacerdotes, um para atuar como *verbanarum* e outro como *pater patratus*²⁹⁸.

CÍCERO narra a presença dos *fetiales* nos tratados de paz (*foedera pacis*):

<i>Foederum pacis belli indotiarum</i>	Que os feciais sejam juízes e
<i>ratorum fetiales iudices non<tii> sunt,</i>	mensageiros dos tratados de paz e de
<i>bella disceptanto</i> ²⁹⁹ .	guerras, de tréguas e de embaixadas; que

²⁹⁵ F. R. SARAIVA, *Novíssimo Dicionário Dicionário Latino-Português*, 10ª ed., Rio de Janeiro, Garnier, 1993.

²⁹⁶ D.49.15.5.2.

²⁹⁷ Liv.34.57.7.

²⁹⁸ F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, pp.36-37.

²⁹⁹ Cic. *de leg.* 2.21.

decidam sobre as guerras.

Os feciais estavam associados aos tratados *inter populos*, como se lê em VARRÃO:

*Fetiales, quod fidei publicae inter populos praeerant: nam per hos fiebat ut iustum conciperetur bellum, et inde desitum, ut foedere fides pacis constitueretur. Ex his mittebantur, ante quam conciperetur, qui res repeterent, et per hos etiam nunc fit foedus, quod fidus Ennius scribit dictum*³⁰⁰.

Os feciais, porque se encarregavam da lealdade pública entre os povos, pois, pela mediação desses, se fazia que iniciasse como justa guerra e que depois essa terminasse de maneira que fosse fixada com um tratado, a promessa de paz. Destes eram enviados, antes que se iniciasse, quem reclamasse as coisas e, por mediação desses, que agora se faz um *foedus* que Ênio escreve que se disse *fidus*.

F. SINI, analisando o fragmento varroniano, interpreta que este representa a mais autêntica concepção romana de tratado internacional, e atribui uma ligação entre *fetiales* e *fides publica*, esta última a base das relações *inter populos*. A guerra representa o rompimento dessas relações e a função dos *fetiales* é a de restabelecer a *fides pacis* através de um *foedus*³⁰¹.

TITO LÍVIO relata o processo que estabeleceu um *foedus* entre os romanos e os albanos, supostamente o primeiro tratado entre Roma e outra nação preservado pela tradição:

Foedera alia aliis legibus, ceterum eodem modo omnia fiunt. Tum ita factum accepimus, nec ullius vetustior foederis memoria est. Fetialis regem Tullum ita rogavit: "Iubesne me, rex, cum patre patrato populi Albani foedus ferire?" Iubente rege,

Todos os tratados têm suas cláusulas particulares, mas todos se realizam do mesmo modo. Este foi o mais antigo tratado que a tradição nos conservou. O fecial propôs ao rei Tulo esta pergunta: "Rei, tu me ordenas que conclua um tratado com o

³⁰⁰ Varr. *l.l.* 5.15.86.

³⁰¹ F. SINI, *Bellum, Fas, Nefas: Aspetti Religiosi E Giuridici Della Guerra (E Della Pace) In Roma Antica*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, Memorie, nº4, 2005.

"Sagmina" inquit "te, rex, posco." Rex ait: "Pura tollito." Fetialis ex arce graminis herbam puram attulit. Postea regem ita rogavit: "Rex, facisne me tu regium nuntium populi Romani Quiritium, vasa comitesque meos?" Rex respondit: "Quod sine fraude mea populi Romani Quiritium fiat, facio." *pater patratus* de Alba?" "Sim", disse o rei. "Rei, eu te peço a erva sagrada". "Toma a erva pura", disse o Rei. O fecial foi colher na cidadela a erva pura, após o que dirigiu ao rei esta pergunta: "Rei, tu me designas como representante real do povo romano dos quirites juntamente com meus companheiros e meus vasos sagrados?" "Sim", respondeu o rei, "sem prejuízo do meu direito e o do povo romano dos quirites"³⁰².

Prossegue o rito, após a manifestação do rei:

Fetialis erat M. Valerius; is patrem patratum Sp. Fusium fecit, verbena caput capillosque tangens. Pater patratus ad ius iurandum patrandum, id est, sanciendum fit foedus; multisque id verbis, quae longo effata carmine non operae est referre, peragit. Legibus deinde, recitatis, "Audi" inquit, "Iuppiter; audi, pater patratus populi Albani; audi tu, populus Albanus. Ut illa palam prima postrema ex illis tabulis cerave recitata sunt sine dolo malo, utique ea hic hodie rectissime intellecta sunt, illis legibus populus Romanus prior non deficiet. O fecial era Marco Valério, que tornou Espúrio Fúcio *pater patratus*, tocando-lhe na cabeça e nos cabelos com seu ramo sagrado. O *pater patratus* estava encarregado de perpetrar o juramento, que consistia em santificar o tratado. Para isso recitou um texto complicado, uma longa fórmula litúrgica que seria inútil reproduzir. Leu em seguida as cláusulas do tratado e acrescentou: "Escuta, ó Júpiter, escuta, *pater patratus* de Alba, escuta também, ó povo albano. O povo romano não será o primeiro a se afastar destas cláusulas, tais como foram lidas em voz alta, da primeira à última, de acordo com as tábuas de cera, sem má-fé, e tais como foram hoje

³⁰² Liv. 1.24.

claramente entendidas”³⁰³.

Então, roga-se uma sanção divina através do sacrifício de um porco:

Si prior defexit publico consilio dolo malo, tum ille Diespiter populum Romanum sic ferito ut ego hunc porcum hic hodie feriam; tantoque magis ferito quanto magis potes pollesque." Id ubi dixit porcum saxo silice percussit. Sua item carmina Albani suumque ius iurandum per suum dictatorem suosque sacerdotes peregerunt.

“Se ele for o primeiro a se afastar por decisão pública ou má-fé, então nesse dia, tu, ó Júpiter, golpeia o povo romano como eu vou agora golpear esse porco, neste lugar e neste dia, e que o golpe seja tanto mais violento quanto maiores são tua força e teu poder”. Ditas estas palavras, ele esmagou o porco com uma pedrada. Do mesmo modo os albanos prestaram juramento segundo seus ritos, por intermédio de seu ditador e de seus sacerdotes³⁰⁴.

Igualmente relata o procedimento realizado para estabelecer um *foedus* entre os romanos e os cartaginenses. Por versar sobre um tratado realizado já na República, o rito possui algumas diferenças:

*Fetiales cum in Africam ad foedus feriundum ire iuberentur, ipsis postulantibus senatus consultum in haec uerba factum est ut priuos lapides silices priuasque uerbenas secum ferrent ut, ubi praetor Romanus imperaret ut foedus ferirent, illi praetorem sagmina poscerent.—herbae id genus ex arce sumptum fetialibus dari solet*³⁰⁵.

Os feciais foram convidados a ir consagrar o tratado na África, e, a seu pedido, lacrou-se um senatoconsulto nestes termos: “cada um levaria um sílex e um tufo de verbena; o pretor romano lhes daria ordem de consagrar o tratado, eles solicitariam ao pretor as ervas sagradas. É costume dar aos feciais esse tipo de erva, colhida na cidadela de Roma”.

³⁰³ Liv. 1.24.

³⁰⁴ Liv.1.24.

³⁰⁵ Liv. 30.43.9.

Os *foedera* que foram realizados no período monárquico diferem-se dos que vieram a existir no período republicano, conforme percebemos nos relatos acima. A principal diferença notada é a possível simplicidade do *foedus* republicano³⁰⁶.

Cumpramos ressaltar também que ambos os relatos dizem respeito a tratados estabelecidos entre nações distintas. Esse, como explanaremos adiante, é um dos principais argumentos contra essa teoria.

Pode-se notar que o procedimento passava pelo crivo do Senado que decidia, através de uma fórmula, como os sacerdotes agiriam diante da determinação do cônsul em realizar o tratado.

Percebe-se, igualmente, que as *herbae sacrae* eram peças fundamentais na realização do tratado. Por conta disso havia a figura do *verbenarum*. O *verbanarum* era responsável por regar a verbena, erva que era utilizada na cerimônia de juramento que nomeava o *pater patratus*, este responsável por contrair o *foedus* com a outra parte³⁰⁷.

Desses fragmentos, entendemos claramente que o fundamento do *foedus* é religioso. O que garante a inviolabilidade do tratado é o temor que ambas as partes tinham a seus deuses³⁰⁸. Não havia, supostamente, o estabelecimento de cláusulas prevendo alguma forma de retaliação àquele que o descumprisse.

Os *foedera* não eram utilizados somente no processo de paz. Eles eram utilizados para declarar guerra aos seus inimigos. Podemos observar, em outro fragmento liviano, a utilização do mesmo pelos romanos para declarar guerra aos latinos³⁰⁹.

³⁰⁶ Essa suposta simplicidade pode estar mais relacionada a um relato mais conciso do autor que de uma real simplicidade formal do tratado.

³⁰⁷ F. DE MARTINO, *Storia* cit., (nota 8 *supra*), II, p. 37.

³⁰⁸ F. SINI, *Diritto e pax deorum in Roma antica*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, nº 5, 2006: para compreender a dinâmica do sistema jurídico-religioso romano deve-se, fundamentalmente, levar em conta a ideia de *pax deorum* que pressupunha uma relação de benevolência e amizade dos deuses com os homens. O povo temia desagradar os deuses e todas as manifestações significativas da vida e da história do povo romano são representadas em uma relação de imprescindível causalidade com a *religio*.

³⁰⁹ Liv. 1.32.

O rei Anco Márcio provavelmente decidiu que uma simples declaração de guerra não bastava. Para ele, deveria ser realizado um acordo, através de um rito próprio, para iniciar a guerra. Esses ritos eram práticas religiosas instituídas originalmente para a paz³¹⁰.

Nota, com isso, que os ritos do *foedus* eram utilizados em propósitos de guerra, seja para proclamá-la, seja para finalizá-la. A sua utilização escancara a religiosidade dos romanos e a importância que a guerra tinha para eles.

A hipótese de um *foedus* entre os patrícios e plebeus se fortalece através do texto de DIONÍSIO DE HALICARNASSO que relata detalhadamente o processo de instituição do tribunato da plebe:

Segundo DIONÍSIO, após aprovação das exigências da plebe no Senado através de um decreto³¹¹:

Τῇ δ' ἐξῆς ἡμέρᾳ παρῆσαν μὲν οἱ περὶ τὸν Βροῦτον πεποιημένοι τὰς πρὸς τὴν βουλὴν συνθήκας διὰ τῶν εἰρηνοδικῶν, οὓς καλοῦσι Ῥωμαῖοι Φητιάλεις ³¹²	No dia seguinte se apresentaram Bruto e os que o acompanhavam, depois de haverem concluído os tratados com o Senado através dos “árbitros de paz” que os romanos chamam de <i>fetiales</i> .
--	--

Portanto, aparentemente, houve durante a instituição da magistratura plebeia ritos que nos remetem aos ritos de um *foedus*, entre estes a aprovação prévia dos senadores e a presença dos feciais.

Segundo os relatos livianos, os tribunos seriam tidos como sacrossantos após um acordo estabelecido entre os plebeus em secessão e os representantes dos patrícios, que tinham sido enviados para negociar o regresso dos primeiros³¹³.

³¹⁰ Liv. 1.32.

³¹¹ Dio. Hal. 6.88.3.

³¹² Dio. Hal. 6.89.1.

³¹³ Liv. 2.33.1: *agī deinde de concordia coeptum, concessumque in condiciones ut plebi sui magistratus essent sacrosancti quibus auxilii latio adversus consules esset, neve cui patrum capere eum magistratum liceret. Ita tribuni plebei creati duo, C. Licinius et L. Albinus. Ii tres collegas sibi creaverunt. In his Sicinium fuisse, seditionis auctorem: de duobus, qui fuerint minus convenit. Sunt qui duos tantum in Sacro monte creatos tribunos esse dicant, ibique sacratam legem latam.*

LÍVIO, igualmente, fez menção a um *foedus* em sua obra, ao relatar que os tribunos da plebe tinham sido feitos sacrossantos por conta de um tratado entre patrícios e plebeus: *foedere icto cum plebe sacrosanctos acceperissent* ³¹⁴.

Confrontando os dois fragmentos de LÍVIO, poderíamos interpretar que o acordo mencionado no primeiro fragmento seria um *foedus*. Todavia, LÍVIO dá a entender que a *concordia* do primeiro fragmento não seria mais que um mero acordo sem formalidades, pois se entende que se estas tivessem estado presentes, o autor não se absteria de relatá-las.

Conclui-se, assim, que ao fazer referências à existência de um *foedus*, nem TITO LÍVIO, nem DIONÍSIO DE HALICARNASSO, especificavam a natureza do suposto tratado.

Os tratados, por sua vez, independente da modalidade, pressupunham a existência de uma relação entre dois, ou mais, países diferentes. A natureza internacional era patente. Além disso, o tratado deveria ser realizado entre dois entes juridicamente iguais.

Em relação ao hipotético *foedus* entre patrícios e plebeus, não havia igualdade entre os patrícios e os plebeus. A igualdade seria um pressuposto para a existência do *foedus* entre as duas ordens. Apesar de que os plebeus estavam organizados e possuíam sua própria assembleia, eles ainda estavam vinculados ao *populus* romano, do qual, inclusive, participavam através dos comícios por centúrias.

A existência de um *foedus* deve ser questionada principalmente pelo fato dos plebeus não constituírem um estado propriamente dito. Apesar de poder ser afirmado que a plebe era um estado dentro de um estado, isso é plenamente questionável³¹⁵.

³¹⁴ Liv. 4.6.7 – Apesar de possível contradição de Lívio nesse fragmento, *foedere* pode estar fazendo referência à *concordia* do fragmento anteriormente mencionado.

³¹⁵ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), pp. 56-57: o *foedus* patrício-plebeu representaria uma norma juridicamente perfeita no que se refere ao encontro das vontades de duas distintas ordens. Mas, o *foedus*, nesse caso, possui uma inverossimilhança intrínseca. É impossível juridicamente um pacto entre duas ordens que não são organismos autônomos e, sim, parte do mesmo povo, o *foedus* pressupõe a existência de dois sujeitos constitucionalmente autônomos. Poderia se afirmar que a simples separação causada pela secessão seria suficiente para o estabelecimento do *foedus*, mas, mesmo levando em consideração que o pacto pressupõe um acordo entre as partes onde há o reconhecimento das reivindicações alheias, não é possível conceber que o tal acordo, reconhecendo o poder tribúncio, falharia em conseguir atingir os objetivos da secessão. – M. HUMBERT, *Institutions* cit. (nota 8 *supra*), p.168: A plebe não se entendia como vivendo às margens do estado. A sua estrutura: chefes, assembleia, santuários, etc. não estavam destinados a garantir uma existência política isolada mas, sim, estabelecer uma dialética.

Pode-se interpretar que a secessão da plebe teria sido uma maneira de os plebeus pressionarem os patrícios a reconhecê-los como uma organização autônoma constituída e por conta disso, a secessão gerou um tratado internacional consolidando a organização autônoma da plebe.

Todavia, a organização política e social da plebe não era suficiente para determiná-la como autônoma. A entidade soberana era o *populus*, do qual a plebe fazia parte. Vale salientar que para os patrícios, a plebe não passara de uma multidão, ou seja, não possuía estrutura necessária para produzir essa forma de vínculo com o patriciado³¹⁶.

Negando o caráter estrangeiro da plebe, há uma corrente interpretativa que admite que a plebe fazia parte de Roma e eram considerados cidadãos romanos, participavam do exército romano e, inclusive, alguns plebeus faziam parte do Senado, os *conscripti*, e outros podiam participar e votar nos comícios centuriatos, o que demonstra que, apesar da plebe, possivelmente, ter tido uma organização própria e até mesmo uma assembleia própria, havia complementaridade entre plebeus e patrícios dentro da sociedade romana.

O *foedus* ou até mesmo um tratado, pressupõe a existência de dois sujeitos constitucionalmente autônomos³¹⁷. Por essa razão, a existência de um *foedus*, no sentido de um tratado internacional poderia ser automaticamente descartada.

Vale salientar que o *foedus* nesse caso é juridicamente inverossímil, por conta da impossibilidade de estabelecer a sacrossantidade dos tribunos nas assembleias populares. Pelo tratado ter sido votado em assembléia popular, o direito concedido não poderia ter sido considerado sacrossanto e, sim, legítimo³¹⁸.

³¹⁶ F. STELLA MARANCA, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p. 23.

³¹⁷ P. CASELLA, *Il foedus tra plebei e senato ed il problema del diritto internazionale: Dalla secessione della plebe all'autodeterminazione dei popoli*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n.9, 2010, fala na criação de uma nova entidade, resultante da pressão de diversos grupos, que possibilitou o equilíbrio entre todas as forças constituintes. Complementa, ainda, que esse equilíbrio não partiu de um conceito teórico perfeito e que, destarte, não pudera assim ter sido concebido. Portanto, seguindo esse entendimento, é possível imaginar que, por conta da coação, a plebe tenha sido considerada uma força constitucional autônoma mesmo sem sê-la.

³¹⁸ G. DE SANCTIS, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, p. 29: como ocorria, por exemplo, nos tratados celebrados com os latinos domiciliados em Roma.

De todo modo, a relação poderia se assemelhar a uma relação internacional. A propalada expressão “estado dentro do estado” pode ser interpretada como uma mera expressão para demonstrar uma classe que era segregada da estrutura político-social-jurídica, mas que apesar disso, faziam parte de Roma³¹⁹.

De acordo com P. BONFANTE, havia uma comunidade plebeia no Aventino que teria tido uma relação com a *civitas* muito análoga à figura do *municipium*. Para ele, a plebe é o mais antigo município. Teria sido, portanto, uma comunidade unida à cidade que conservava a antiga organização como ordenamento local³²⁰.

Prossegue, afirmando que a posição dos plebeus é a dos latinos. O *commercium* teria sido reconhecido entre ambos. O *conubium* fora vedado, tanto para os plebeus quanto para os latinos, o que evidenciaria o caráter de súditos estrangeiros dos plebeus. E esse caráter teria sobrevivido até mesmo depois da entrada dos plebeus na *civitas*. A organização gentílica teria considerada estrangeira aos plebeus, porém não há razões de supor que os plebeus não tivessem uma organização familiar análoga já que provavelmente teriam sido uma comunidade latina³²¹.

Nesse sentido, não seria impossível cogitar que a plebe realmente teria tido características de uma comunidade autônoma ou de fato o tenha sido, inclusive com a existência de líderes que seriam, naquela época, os *aediles* da plebe. Entretanto, não há certeza de que os plebeus teriam cumprido realmente os requisitos para estabelecer um *foedus* com os romanos.

Apesar de DIONÍSIO relatar a presença de solenidade no momento da criação do tribunato da plebe, não há como saber se as solenidades mencionadas por DIONÍSIO eram exatamente as mesmas requeridas para celebração de um *foedus*.

Não há expressamente nos relatos a ocorrência de um tratado internacional e o rigor do ritual nos *foedera* possivelmente era grande. Pode haver, então, um imbróglio

³¹⁹ G. DE SANCTIS, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, p. 29: essa referência à existência de um tratado entre patrícios e plebeus não é nada mais que uma conjuntura antiga para explicar a posição singular da plebe e de seus tribunos dentro do estado. Essa conjuntura, porém, é equivocada.

³²⁰ P. BONFANTE, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.95.

³²¹ P. BONFANTE, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.96.

terminológico. Logo, pode ter sido celebrado um tratado³²², mas sem observar rigorosamente as formalidades exigidas para realização de um tratado internacional.

Dionísio menciona um *foedus* que teria ocorrido em momento próximo ao tratado que teria dado origem ao tribunato e havendo certa similaridade entre ambos³²³. TITO LÍVIO também relata o tratado entre romanos e latinos: *iis consulibus cum Latinis populis ictum foedus*³²⁴.

A coincidência temporal e das características poderia nos induzir a entender que o tratado com os latinos e o tratado com os plebeus poderiam ter alguma relação entre si. Cumpre salientar que há quem afirme que os plebeus sejam, originalmente, povos latinos e, por essa razão, não seria inverossímil que todo o ocorrido representasse a entrada da plebe na sociedade romana.

F. ABBOTT fala em um compromisso entre patrícios e plebeus. Os patrícios teriam oferecido uma proposta e os plebeus teriam aceitado com condições de estabelecer a

³²² N. MACHIAVELLI, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, 3ª ed., Brasília, UNB, 1994, p. 26 e pp.29-30, fala na cessão, pela nobreza, de parte de sua autoridade para originar o tribunato da plebe após a ocorrência de distúrbios entre patriciado e plebe. Pode-se interpretar essa cessão como resultado de uma negociação entre as partes que resultaram em um acordo/tratado.

³²³ Dio. Hal.6.95: Nesse tempo se fez um novo tratado de paz e amizade, selado com juramentos, com todas as cidades latinas, já que durante a sedição não haviam tentado provocar nenhuma agitação, haviam se alegrado abertamente com o regresso dos plebeus e parecia estar dispostas a colaborar na guerra contra os rebeldes. O tratado foi redigido nos seguintes termos: “Haja paz entre os romanos e todas as cidades latinas enquanto o céu e a terra estiverem onde estão. Que não briguem entre si, nem tragam inimigos de outra parte, nem garanta passagem segura para os que trazem a guerra. Que prestem ajuda com todas as suas forças quando uma sofrer uma agressão e que cada um receba uma parte igual dos despojos e dos saques das guerras em comum. Que as disputas relativas a contratos privados se resolvam em um prazo de dez dias e na nação em que o pacto foi efetuado. Que não se permita adicionar nem suprimir nesses acordos nada que não conte com o consentimento dos romanos e de todos os latinos”. Isso foi o que acordaram os romanos e os latinos e o selaram sobre as vítimas dos sacrifícios. O Senado também decretou oferecer sacrifício aos deuses como ação de graças pela reconciliação com os plebeus e adicionou um dia às chamadas Festas Latinas, cuja duração era de dois dias. O primeiro dia foi consagrado pelo rei Tarquínio quando venceu os tirrenos; o segundo foi adicionado pelo povo quando expulsaram os reis, libertando a cidade. A esses dois dias, se somou, então, um terceiro com o motivo do retorno dos sediciosos. A supervisão e a inspeção dos sacrifícios e jogos que se celebravam durante esses dias se encomendou aos ajudantes dos tribunos que, como dito, ostentavam a que hoje é a magistratura edilícia, honrados pelo Senado com a túnica púrpura, com a poltrona de marfim e com os símbolos que os reis tinham.

³²⁴ Liv.2.33.4.

criação de oficiais plebeus com poder suficiente para protegê-los da atuação dos cônsules³²⁵.

Nesse sentido não poderíamos falar em tratado formal. O que pode ter sido estabelecido foi um acordo informal entre patrícios e plebeus. Apesar de que não podemos tirar conclusões precipitadas de um relato tão conciso como esse.

A presença dos *fetiales* pode ter sido um acréscimo à tradição³²⁶, não correspondendo com a realidade, assim como todos os rituais descritos podem igualmente terem sido.

Então, pode-se pensar que o rigor do *foedus* seria uma forma de rotular um tratado como de suma importância para as partes. Ou até mesmo a tentativa dos relatos historiográficos em rotular o tratado como um *foedus* para enfatizar a importância deste.

O *foedus* não necessariamente se referia a um tratado estabelecido entre dois estados estrangeiros, mas, sim, ao procedimento formal exigido para sua realização. Poderia ser essencialmente uma menção à forma do ato³²⁷.

De todo modo, apesar de o termo *foedus* poder se referir às formalidades que confirmam um tratado, pressupõe-se que preexistia um tratado a ser confirmado e jurado utilizando o ritual do *foedus*.

Vale ressaltar, que provavelmente os *foedera* eram uma espécie de relação religiosa possível somente aos povos da mesma origem. Possivelmente por conta do caráter religioso e da necessidade de uma identidade religiosa em comum.

A *amicitia* era uma espécie de tratado que tinha como intuito estabelecer o empenho definitivo em manter a paz entre os dois povos que estavam o firmando.

³²⁵ F. ABBOTT, *A history* cit. (nota 8 *supra*), p.28: *The patricians proposed a compromise at once, and the plebeians returned to their duties on condition that they should be allowed to elect annual officials, perhaps five in number, with sufficient power to protect them against the autocratic action of the consuls.*

³²⁶ G. GROSSO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 87.

³²⁷ F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, p.22.: todo tratado poderia ter sido um *foedus* desde que obedecesse às formalidades requeridas para o estabelecimento do mesmo.

CÍCERO, ao relatar tratado, ou *foedus*, que tivera sido estabelecido em condições não muito distintas àquelas utilizadas pelos patrícios e plebeus após a primeira secessão da plebe, enfatiza que a essência do tratado se resumira na cláusula prevendo o estabelecimento da eterna paz entre os dois acordantes³²⁸.

Desse modo, pode-se interpretar que o *foedus* estabelecido entre plebeus e patrícios seria, na verdade, um tratado de *amicitia*, pois, o objetivo principal das duas partes era a paz entre os povos e o imediato retorno dos plebeus a Roma.

Claro que isso não passa de especulação. O principal argumento que refuta a hipótese de qualquer tratado entre as duas classes romanas é o seu caráter internacional e este igualmente é pressuposto da *amicitia*.

Podemos ainda cogitar que Dionísio ao referir-se ao *foedus*, o tenha feito uma justaposição do conteúdo de um ato unilateral da plebe com o teor do posterior instrumento confirmatório por parte do patriciado³²⁹.

Não havendo a solenidade e não constituindo um *foedus* propriamente dito, por sua vez, não justifica e fundamenta a *tribunicia potestas*. Um mero acordo não era juridicamente suficiente para dar fundamento ao tribunato.

Todavia, pode-se supor que o hipotético acordo entre as duas ordens deu origem a uma lei comicial, que, por sua vez, não tem valor distinto da ratificação de um tratado³³⁰.

Essa hipótese é levantada pelo próprio DIONÍSIO DE HALICARNASSO, o qual relata que, após o estabelecimento do tratado e a eleição dos primeiros tribunos da plebe:

<i>οὔτοι τὴν δημορχικὴν ἐξουσίαν</i>	Terminada a eleição, os enviados do
<i>πρῶτοι παρέλαβον οἱ πέντε ἄνδρες ἡμέρα</i>	Senado consideraram que todos os assuntos
<i>τετάρτη πρότερον εἰδῶν Δεκεμβρίων, ὥσπερ</i>	para os quais haviam sido enviados agora já

³²⁸ Cic. Pro Balb., 14.35: “[...] *sacrosanctum enim nihil potest esse nisi quod per populum plebemve sanctum est. Quod si hoc foedus, quod populus Romanus auctore senatu, commendatione et iudicio vetustatis, voluntate et sententiis suis comprobant, idem suffragiis comprobasset, quid erat cur ex ipso foedere Gaditanum in civitatem nostram recipi non liceret? Nihil est enim aliud in foedere nisi ut pia et aeterna pax sit.*”

³²⁹ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p. 57.

³³⁰ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), pp.87-88.

καὶ μέχρι τοῦ καθ' ἡμᾶς χρόνου γίνεται. τελεσθεισῶν δὲ τῶν ἀρχαιρεσιῶν τοῖς μὲν παρὰ τῆς βουλῆς ἤκουσι καλῶς ἔχειν ἐδόκει πάντα, περὶ ὧν ἀπεστάλησαν: ὁ δὲ Βροῦτος ἐκκλησίαν συναγαγὼν συνεβούλευε τοῖς δημόταις ἱερὰν καὶ ἄσυλον ἀποδειῖξαι τὴν ἀρχὴν νόμῳ τε καὶ ὄρκῳ βεβαιώσαντας αὐτῇ τὸ ἀσφαλές. ἐδόκει ταῦτα πᾶσι, καὶ γράφεται πρὸς αὐτοῦ καὶ τῶν συναρχόντων ὅδε ὁ νόμος: δῆμαρχον ἄκοντα, ὥσπερ ἓνα τῶν πολλῶν, μηδεὶς μηδὲν ἀναγκαζέτω δρᾶν μηδὲ μαστιγούτω μηδ' ἐπιτατέτω μαστιγοῦν ἑτέρῳ μηδ' ἀποκτινύντω μηδ' ἀποκτείνειν κελεύετω. ἐὰν δέ τις τῶν ἀπηγορευμένων τι ποιήσῃ, ἐξάριστος ἔστω, καὶ τὰ χρήματα αὐτοῦ Δήμητρος ἱερά, καὶ ὁ κτείνας τινὰ τῶν ταῦτ' εἰργασμένων φόνου καθαρὸς ἔστω. καὶ ἵνα μηδὲ τὸ λοιπὸν τῷ δήμῳ ἐξουσία γένηται καταπαῦσαι τόνδε τὸν νόμον, ἀλλ' εἰς ἅπαντα τὸν χρόνον ἀκίνητος διαμείνῃ, πάντας ἐτάχθη Ῥωμαίους ὁμόσαι καθ' ἱερῶν ἧ μὴν χρήσεσθαι τῷ νόμῳ καὶ αὐτοὺς καὶ ἐγγόνους τὸν αἰὲ χρόνον, ἀρά τε τῷ ὄρκῳ προσετέθη, τοῖς μὲν ἐμπεδοῦσι τοὺς θεοὺς τοὺς οὐρανίους Ἰλλεως εἶναι καὶ δαίμονας τοὺς καταχθονίους, τοῖς δὲ παραβαίνουσιν ἐναντία καὶ τὰ παρὰ θεῶν γίνεσθαι καὶ τὰ παρὰ δαιμόνων ὥς ἄγει τῷ μεγίστῳ ἐνόχοις. ἐκ τούτων κατέστη τοῖς Ῥωμαίοις ἔθος τὰ τῶν δημάρχων σώματα ἱερὰ εἶναι καὶ παναγῇ, καὶ

estavam devidamente resolvidos. Mas Bruto convocou uma Assembleia e aconselhou aos plebeus que fizessem essa magistratura sagrada e involável, consolidando sua segurança com uma lei e um juramento. Todos estiveram de acordo e Brutu e seus colegas redigiram a seguinte lei: “Que ninguém obrigue um tribune da plebe a fazer algo contra a sua vontade, como se tratasse de uma pessoa qualquer, nem o golpeei ou ordene a outro que o faça, nem o mate, nem ordene matá-lo. Se alguém violar essas proibições, será expulso como ímpio e seus bens consagrados a Ceres, e o que mate alguém que realizou algum desses atos, fique livre de culpa”. E, com o fim de que as pessoas, mesmo no futuro, tenham a liberdade de derrogar essa lei, mas, que deve permanecer para sempre inalterada, foi ordenado que todos os roanos deveria jurar solenemente sobre o sacrifício de vítimas para observar sempre a lei, tanto ele quanto os seus descendentes. E se acrescentou uma praga ao juramento: que os deuses celestiais e as divindades subterrâneas fossem propícios àqueles que o observassem e adversos àqueles que o violassem, como culpados do maior dos sacrilégios. A partir de então, se estabeleceu entre os romanos o costume que se manteve

μέχρι τοῦ καθ' ἡμᾶς χρόνου διαμένει.³³¹” até os nossos dias.

Portanto, não há como fundamentar a hipótese do *foedus* através dos relatos de Dionísio. Ele é claro em afirmar que houve validação, logo após a eleição, com a aprovação de uma lei, e com a realização de um juramento por parte dos plebeus.

Não haveria como pensar no *foedus* como o fundamento principal do tribunato da plebe e de sua inviolabilidade sem ignorar a lei e o juramento posteriores.

Se o *foedus* fosse suficiente para garantir o tribunato, não haveria necessidade de nenhum outro instrumento confirmatório. O *foedus* não precisa de validação posterior por pressupor a autorização do mesmo pela assembleia cidadina.

Contudo, não é sabido se essa lei mencionada por DIONÍSIO DE HALICARNASSO era uma lei comicial, uma lei sagrada ou um plebiscito. O mais possível é que tenha sido uma lei votada entre os plebeus³³².

No caso de ser uma lei comicial, reforçaria a tese de que o *foedus* não era nada mais quem um mero acordo entre as partes, sem nenhum rigor formal e necessitando de uma validação da *civitas* logo após.

No caso de ser uma lei sagrada ou um plebiscito, não haveria necessidade de haver uma deliberação plebeia logo após a realização de um acordo formal com os patrícios. Um acordo seguindo ritos tão rigorosos não necessita de uma ratificação.

Essa lei provavelmente não era uma lei comicial. De acordo com DIONÍSIO um tribuno da plebe, Brutus, chamou os plebeus e fez aprovar a lei. Os tribunos não possuíam o poder de convocar todo o povo para fazer aprovar uma lei em um comício centuriato. Essa possibilidade é um absurdo, segundo G. NICCOLINI³³³ e como dito por T. MOMMSEN: nem mesmo em um período revolucionário isso poderia ser tolerado³³⁴.

Falar em um tratado para criação do tribunato e se tratando de um tratado realizado dentro de um mesmo povo, nos faria interpretar que seria possível que outros tratados

³³¹ Dio.Hal.6.89.2-4.

³³² Abordaremos isso em momento oportuno.

³³³ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 8 *supra*), p.44.

³³⁴ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, p.339.

tenham ocorrido entre plebe e patriciado, como em 451 a.C. para a criação do decinverato legislativo e em 449 a.C. para recriação do poder tribunício suspenso³³⁵.

Dentre as possibilidades, o mais provável é que qualquer que tenha sido o ato unilateral originário da plebe³³⁶, este foi sucedido por algum instrumento confirmatório do patriciado.

Este instrumento confirmatório pode ter imediatamente sucedido o retorno dos plebeus à cidade ou pode ter ocorrido somente em um segundo momento, como relatado por TITO LÍVIO e seguido por uma quantidade considerável de autores³³⁷.

O ato da plebe possivelmente dispunha sobre a inviolabilidade tribunícia e sobre o sacrilégio dos ofensores. Não havia como garantir a impunibilidade daquele que matasse o sacrílego, pois o poder punitivo estava nas mãos do patriciado. A plebe não poderia garantir algo que não estivesse sob o seu controle³³⁸.

Portanto, para que os tribunos fossem, de fato, considerados e tratados, como invioláveis e tivessem a possibilidade do exercício pleno de seus poderes, havia a necessidade de que o aparato estatal, patrício, lhes dessem garantias.

Para isso, se faz necessário supor que o patriciado de alguma forma sancionou a magistratura plebeia. Não podendo supor que houve um tratado entre as ordens, é imprescindível abordarmos as demais possibilidades.

Outro ponto questionável é que não é crível que um tratado aprovado em assembleia popular não tenha concedido ao tribunato nada mais que a sacrossantidade, em vez de torná-lo legítimo³³⁹, absorvendo-o, definitivamente, no ordenamento jurídico romano.

³³⁵ G. GROSSO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.86

³³⁶ Este pode ter sido, possivelmente, um plebiscito, um juramento ou uma *lex sacrata*, conforme mencionado anteriormente.

³³⁷ Vide p.157.

³³⁸ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.57.

³³⁹ G. GROSSO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 86

Não sabemos, com certeza, se a assembleia romana era competente, nessa época, para aprovar o tratado. E, talvez, o caráter sacrossanto dos tribunos nascera justamente dessa impossibilidade de aprovar uma lei aprovando o *foedus*³⁴⁰.

Essa afirmação não corresponde aos fatos. Não havia incompetência legislativa para aprovar um *foedus*³⁴¹. O que pode ter ocorrido foi a impossibilidade de realizar um tratado internacional entre dois entes integrantes do mesmo estado.

Justificando, portanto, a insistência por parte da plebe de se fazer aprovar um juramento³⁴² e uma lei, de natureza indefinida, para assegurar o que tivera sido tratado anteriormente, mas impossibilitado de ser formalmente ratificado.

Uma possibilidade, como foi levantada por DIONÍSIO DE HALICARNASSO³⁴³, teria sido uma validação por parte do Senado no momento da feitura do tratado entre patrícios e plebeus. O Senado teria dado aos seus embaixadores poderes para estabelecer quaisquer cláusulas no tratado. Mesmo assim, pela importância do tema, o tratado teria sido validado assim que os embaixadores-retornaram a Roma.

C.GIOFFREDI questiona a existência de um ato bilateral patrício-plebeu e entende que, na realidade, houve um ato unilateral plebeu posteriormente consolidado por uma manifestação de vontade de todos os cidadãos³⁴⁴.

Todavia, a hipótese de um ato bilateral não pode ser descartada. Essa hipótese é verossímil e está em consonância com o que foi relatado por autores como DIONÍSIO DE HALICARNASSO e TITO LÍVIO.

O *foedus* relatado pelos autores e fontes, possivelmente, não era um *foedus* no sentido próprio desse termo, conforme já exposto. Há, inclusive a possibilidade de, como afirmado por L. LANGE, que *leges sacratae intellegendae sunt leges foederum*³⁴⁵.

³⁴⁰ F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), I, p.284.

³⁴¹ Conforme relatamos acima, foram diversos os *foedera* estabelecidos pelos romanos.

³⁴² Hipótese a ser desenvolvida oportunamente em capítulo próprio.

³⁴³ Dio.Hal.6.47

³⁴⁴ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), pp. 56-57.

³⁴⁵ L.LANGE, *De sacrosanctae potestatis tribuniciae natura eiusque origine commentatio*, Oxford, 1883, p.43: *tribuniciam igitur potestatem foedere sacrosancto inter patres et plebem icto sacrosanctam et, quod sacratis illius foederis legibus instituta est, simul ab initio legitimam fuisse docere pergam.*

DIONÍSIO DE HALICARNASSO, que relata a existência de um *foedus*, menciona capítulos depois, a existência de uma lei sagrada:

Μετὰ τοῦτο τὸ ἔργον συναθείσης τῆς βουλῆς οἱ μὲν ὕπατοι κατηγορίαν πολλὴν τῶν δημάρχων ἐποίησαντο: παραλαβὼν δὲ τὸν λόγον ὁ Ἰκίλλιος περὶ τε τῆς εἰς τὸν ὑπηρέτην ὀργῆς ἀπελογεῖτο τοὺς ἱεροὺς προφερόμενος νόμους, καθ' οὓς οὔτε ἄρχοντι οὔτ' ἰδιώτῃ συνεχωρεῖτο πράττειν οὐδὲν ἐναντίον δημάρχῳ, καὶ περὶ τοῦ συγκαλεῖν τὴν βουλὴν ἐδίδασκεν, ὥς οὐθὲν εἴη πεποιηκὼς ἄτοπον, πολλοὺς καὶ ³⁴⁶ .	Após esta ação o senado foi reunido e os cônsules concedeu muitas acusações de encontro aos tribunos. Então Icilius tomou a palavra e tentou justificar o ressentimento dos tribunos contra o lictor, citando as leis sagradas que não permitiam nem um magistrado nem um cidadão particular oferecer qualquer oposição a um tribuno.
--	--

Isso pode ser interpretado como possível a equivalência entre *leges sacratae* e *leges foederum*. Portanto, não precisaríamos necessariamente falar em um tratado internacional.

Ante o exposto, interpretando como plausível a existência de um *foedus* ou alguma outra forma de tratado entre as duas ordens, esta pode ter se dado meramente como forma de negociação para um regresso a Roma e para a instituição imediata do tribunato.

É possível, então, que o tribunato tenha necessitado uma posterior confirmação, seja seguindo a tese de DIONÍSIO que expõe a aprovação de uma lei e um juramento logo após o tratado, seja a validação por algum outro instrumento, como uma lei comicial, em momento futuro. Logo, o *foedus* não era bastante por si só.

O mais aceitável é pressupor que o *foedus* tenha somente instituído a magistratura plebeia e, os plebeus, não se sentindo seguros com a segurança do que foi acordado, resolveram, através de deliberação própria, instituir a sacrossantidade de seus magistrados.

Desse modo, o fundamento da *tribunicia potestas* seria essa(s) deliberação(ões) plebeia(s), hipóteses que serão discorridas detalhadamente em capítulos próprios.

³⁴⁶ Dio. Hal. 10.32.1.

4.2.2. A teoria do juramento

Uma das teorias difundidas³⁴⁷ é a que descreve a fundamentação da *tribunicia potestas* a partir da existência de um juramento plebeu, conforme o relatado por DIONÍSIO DE HALICARNASSO³⁴⁸: os plebeus teriam, durante a secessão, jurado a defesa de sua magistratura.

O teor do juramento, os seus participantes e o momento de sua ocorrência serão objetos de análise nesse capítulo. O objeto do juramento, segundo a teoria mais difundida, teria sido uma declaração de fidelidade dos plebeus aos tribunos e o empenho coletivo de defendê-los. O juramento, desse modo, era um meio de tutela dos magistrados plebeus na luta contra o patriciado.

A plausibilidade da teoria do juramento está relacionada, principalmente ao contexto da criação do tribunato da plebe: os plebeus necessitavam de líderes e, para tanto, deveria haver a adesão total da plebe. Portanto, o juramento se mostra como a forma mais coerente de demonstrar tal adesão dos plebeus à criação de seus novos líderes³⁴⁹.

Segundo C. MEHÉSZ, o conteúdo etimológico da palavra juramento está em sua primeira sílaba “Ju”, que seria o qualificante abreviado de *Ju-Piter* ou *Ju-Pater*, *Pater Ju-vante*, *Pater Ad-Ju-vante*, *Pater Ad-Yu-dante*, *Pater* ajudante. Em Roma, quando alguém fazia uma promessa solene e colocava o supremo deus, o pai ajudante, ou seja, Ju-piter, esse ato se denominava pela testemunha, ou seja, *Ju-ra*³⁵⁰.

Não se sabe se, havendo juramento, o mesmo se deu somente entre os plebeus ou este incluía igualmente o patriciado. Relata ZONARAS, conforme já visto anteriormente, um

³⁴⁷ F. SERRAO, *Secessione e giuramento della plebe al Monte Sacro*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 7, 2008. FUSTEL DE COULANGES, *A cidade* cit. (nota 8 *supra*), p.474; G. GROSSO, *Lezione* cit. (nota 8 *supra*), pp. 85ss.; W. KUNKEL, *Linee* cit. (nota 8 *supra*), p.31; T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*); C. MEHÉSZ, *Juramento Romano*, Buenos Aires, Lavalley, 1963.

³⁴⁸ Dio.Hal. 6.89

³⁴⁹ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p. 53: o juramento é um vínculo típico das organizações anárquicas, sendo que a secessão da plebe pode ser considerada uma conjuração.

³⁵⁰ C. MEHÉSZ, *Juramento* cit. (nota 96 *supra*), pp.16ss: para alguém submeter sua promessa solene ao testemunho de Júpiter ou de qualquer outro deus, deveria ter base moral alimentada pela fé e pela educação: é muito deficiente o temor ao juramento se não houvesse, por meio da educação e do ensino, como regar as leis com os costumes dos jovens. – Ou seja, o respeito ao juramento funda-se, de certa forma, na propagação do costume de respeitá-lo.

juramento unilateral da plebe que teria jurado o auxílio mútuo diante de quaisquer injustiças³⁵¹.

Outra interpretação possível é a que o juramento tenha envolvido todo o povo romano. Provavelmente, o tratado ou *foedus* já abordados anteriormente, tenha sido um juramento envolvendo plebeus e patrícios.

Segundo DIONÍSIO DE HALICARNASSO, houve, após a efetivação de um tratado entre as duas ordens e a eleição dos primeiros tribunos, a aprovação de uma lei e a declamação de um juramento que envolvera todo o povo³⁵² e foi realizado com o intuito de assegurar a inviolabilidade dos tribunos através de seu caráter sacrossanto³⁵³.

Nessas condições, se tratando de um juramento entre patriciado e plebe, o mesmo passaria a vincular todo o povo. Logo, tendo efetividade desde o momento de sua realização, não necessitaria de nenhum instrumento confirmatório posterior. O juramento teria, nesse caso, a mesma função que um tratado entre as duas ordens.

No entanto, com base nas passagens dionisianas, o juramento isoladamente não teria sido bastante. O mesmo viera como um complemento a um tratado prévio e uma lei comicial, esta provavelmente o principal fundamento do poder tribunício

O tribunato da plebe teria sido o efeito de um ato de vontade expresso pela plebe, sendo este reforçado com um juramento e, nesse sentido, tanto se tratando de um juramento unilateral ou um juramento incluindo o patriciado, esse teria a função de reforçar o que foi anteriormente estabelecido: o juramento seria um instrumento complementar.

³⁵¹ Zon., 7,14,7: “Por medo que, ao dispersar a associação, ou não se cumpram os pactos, ou se viram afetados se nada mais dissolvesse, e cada um foi castigado com um pretexto diferente se os detinham. Fizeram um acordo em ajudar-se mutuamente, se alguém era vítima de qualquer injustiça, e com esse motivo fizeram juramentos. Ao instante selecionaram dentre eles dois presidentes e, logo mais, até ter cada distrito seus defensores e vingadores. Isto não fizeram uma só vez, senão que, uma vez criada, até tal ponto avançou esta instituição que cada ano, como se fosse uma magistratura, nomeavam a seus representantes chamados, na língua dos latinos, tribunos (pois assim se chamam os quiliarcos), denominados demarcos na língua grega”.

³⁵² Questiona-se a presença do patriciado nesse juramento.

³⁵³ Dio. Hal. 6.89.2-4.

Os juramentos, em Roma, estavam diretamente relacionados à religião e, por conta disso, são fortemente respeitados. C. MEHÉSZ, com base nos antigos anais, relata que esse profundo respeito dos antigos aos juramentos se baseia em uma fé indestrutível e milenar: os romanos guardavam a fé do juramento com inalterável lealdade e não havia vínculo mais estreito que o do *Ju-ramento*³⁵⁴.

C.GIOFFREDI fala em *sacramentum* que era um juramento seguindo determinadas formalidades rituais que declaravam aquele que o violasse *sacer*, ou seja, uma pessoa que poderia ser assassinada por qualquer um. O juramento poderia, neste caso, atingir tanto aqueles que participavam dele e aqueles que não haviam jurado, agindo, portanto, como uma norma sagrada³⁵⁵.

A hipótese do juramento como fundamento da sacrossantidade dos tribunos é retratada por Catão, que em fragmento de *FESTUS*, já abordado, relaciona a sacrossantidade dos tribunos a um juramento³⁵⁶.

Contudo, o juramento revestia-se de subjetividade. Tratava-se de um vínculo sagrado, mas ele, por si, não revestia o objeto tutelado de sacralidade. Os plebeus pretendiam impor a inviolabilidade de seus tribunos para toda a comunidade, incluindo, obviamente, os patrícios.

Pode-se interpretar que o juramento teria sido inadequado, de maneira autônoma, para atingir os seus objetivos, pois o juramento somente vincularia aqueles que o tinham jurado. Desse modo, um juramento, principalmente se tratarmos de um juramento unilateral, não tem valor jurídico. Portanto, é insuficiente para assegurar os poderes tribúncios, necessitando uma posterior validação³⁵⁷ por parte do patriciado.

³⁵⁴ C. MEHÉSZ, *Juramento* cit. (nota 347 *supra*), pp. 17 e 71-72: como, por exemplo, as leis das XII Tábuas e pactos feitos com inimigos. Não havia castigo mais rigoroso que aqueles relacionados aos juramentos.

³⁵⁵ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.41.

³⁵⁶ Festo, p.422 L

³⁵⁷ Segundo F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), I, 284, é pouco verossímil que os patrícios tenham tolerado um ato unilateral dos plebeus sem alguma validação formal.

Apesar de possivelmente prever a *sacratio capitis* do ofensor e submeter o ofensor a um julgamento perante os plebeus, essa competência criminal dos tribunos não era fundada em um direito, era um ato de força³⁵⁸.

A possibilidade de que os plebeus realmente usavam de sua força para vingar os ofensores de seus tribunos é confirmada pela vedação da aplicação de pena capital fora dos comícios máximos pela Lei das Doze Tábuas.

Ou seja, o fundamento do poder tribunício poderia ser, pelo menos em seus primórdios, baseado de força precária em um juramento que nada mais era um instrumento dos plebeus de coagir os patrícios a respeitarem os seus tribunos sob pena de uma reação violenta³⁵⁹.

Uma forte probabilidade, persistindo ou não o argumento religioso, é que o que impôs o respeito ao juramento plebeu foi a força física da plebe. Os plebeus haviam jurado matar aqueles que não respeitassem os seus magistrados, logo os patrícios se sentiram coagidos a respeitá-los.

Essa hipótese é bastante plausível: há de se entender que a plebe, subjugada, não possuía um respaldo legal por parte do estado, o que dificulta acreditar em fundamento legal sólido para o tribunato desde o seu início.

A plebe não conseguia impor-se facilmente através das leis, mas, poderia facilmente se impor através da coação física³⁶⁰, como o fez até então. A plebe era numerosa e necessária ao funcionamento de Roma. O fundamento, então, mais sólido para a manutenção dos poderes tribunícios era a sua importância.

³⁵⁸ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, p.338

³⁵⁹ T. MOMMSEN, *Disegno* cit. (nota 8 *supra*), pp.59-60: se a obediência aos órgãos do estado estava fundada na lei, a obediência aos órgãos da plebe estava fundada, segundo o rígido conceito romano, sob o juramento coletivo com o qual os plebeus se obrigaram, e a seus descendentes, em impor essa tal obediência e em garantir ao magistrado plebeu a inviolabilidade que a lei concede aos magistrados públicos. Cada plebeu se obrigava a vingar a ofensa cometida contra seus magistrados consagrados por seu juramento ou de seus antecessores: essa era a base da coação e da pena no ordenamento plebeu.

³⁶⁰ G. NIEBUHR, *Historie* cit. (nota 3 *supra*), p.426: Os tribunos só possuíam a força dos corpos e dos espíritos.

Pode-se supor que toda a tradição histórica versando sobre hipótese do juramento, na verdade, é fruto de um equívoco na interpretação terminológica das fontes³⁶¹.

O juramento pode possuir o caráter de norma jurídica imperfeita. Podendo ser conhecido, ou confundido, como lei jurada, ele determinava, assim como as leis sagradas, a *sacratio capitis* do ofensor ao tribuno³⁶².

De acordo com T. MOMMSEN, os plebeus em secessão teriam feito os membros da cidade jurarem, um por um, uma lei que garantia a anistia dos cidadãos que quebraram o juramento militar. Essa lei jurada previa, ainda, a criação de dois tribunos da plebe que atuariam ao lado dos cônsules e foi colocada sob proteção e vigilância de dois oficiais a serem escolhidos dentro da plebe. Eles eram denominados de *aediles*, ou seja, mestres de casa³⁶³.

Apesar de T. MOMMSEN relatar inicialmente que o ditador teria reunido toda a população para elaborar essa lei que foi posteriormente jurada³⁶⁴, ele é ambíguo ao relatar se os tribunos obtiveram o direito à *intercessio* através dessa mesma lei ou não.

Os tribunos podiam exercer seus poderes, inclusive de vetar qualquer deliberação dos patrícios, se fosse considerado um crime punível com a pena de morte qualquer ação contra um tribuno da plebe e, para isso, os plebeus teriam jurado, no Monte Sacro, proteger os seus tribunos contra qualquer ofensa, que teriam adquirido uma personalidade sagrada³⁶⁵.

Contudo não especificava nenhuma validação do patriciado a essa personalidade inviolável dos tribunos. Supostamente, a lei jurada teria tido como objeto tão somente a criação do tribunato da plebe, ou, a validação dos mesmos que teriam possivelmente sido criados durante a secessão e com o juramento dos plebeus.

Cumpre salientar as diferenças entre o juramento e a lei jurada. Não são necessariamente a mesma coisa. O juramento é o ato em qual determinado grupo manifesta

³⁶¹ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.48.

³⁶² *Ibid.*, p.50.

³⁶³ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, p. 337

³⁶⁴ *Op. cit.*

³⁶⁵ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.338.

o seu respeito e obediência ao que foi jurado. A lei jurada, por sua vez, é um dispositivo legal que estabelece a *sacratio capitis* visando assegurar o respeito ao juramento³⁶⁶.

Uma das possibilidades, é a possível existência de um *sacramentum in legem*: um juramento de fidelidade que, subjetivamente, instituiria a *sacratio capitis* do ofensor³⁶⁷.

Um juramento concomitantemente a uma deliberação plebeia não seria possível, na opinião de C. GIOFFREDI. Inicialmente, porque o juramento em si não é compatível com o processo de aprovação de um plebiscito³⁶⁸.

A plebe tendo supostamente aprovado uma norma jurídica perfeita tornando os seus tribunos invioláveis eficazmente não teria necessidade de, em momento posterior, jurar fidelidade a algo que já estavam juridicamente vinculados.

Uma hipotética deliberação plebeia, apesar de tecnicamente na época não vincular o patriciado, vinculava todos os plebeus. Portanto, a inviolabilidade tribúncia era válida dentre a plebe.

Pode-se supor que um juramento de fidelidade poderia ter sucedido uma norma jurídica no caso de flagrantes desrespeitos a essa³⁶⁹. Contudo, não faz muito sentido que tenha sido realizado um juramento muito tempo após a criação do tribunato, pois o juramento em si é um método um tanto revolucionário para uma plebe que com o decorrer do tempo teve seus instrumentos jurídicos absorvidos pelo sistema.

Isso faria mais sentido em hipóteses onde os plebeus tivessem criado o tribunato e imposto a sua inviolabilidade de forma unilateral como, por exemplo, através de um plebiscito. Nesse caso, os plebeus poderiam ter jurado com o intuito de tentar resguardar seus magistrados.

³⁶⁶ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.50.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 52.

³⁶⁸ *Ibid.*, p.55.

³⁶⁹ Nesse sentido, poderíamos imaginar que durante o decenvirato, o tribunato da plebe teria sido extinto forçosamente e não por conta de um acordo com os patrícios. Poderíamos, desse modo, sugerir que a lei, seja de qual natureza tenha sido, por não ter sido criada pela plebe e, desse modo, não vincular o patriciado, não teria sido suficiente para ser respeitada.

Todavia, como demonstrado por Lívio³⁷⁰ a *sacratio capitis* já era prevista objetivamente: “*ut qui tribunis plebis...nocuisset eius caput Iovi sacrum esset*”.

O *sacramentum* se difere do *iusiurandum* que é mais comum ser aplicado juridicamente como, por exemplo, a realização de um juramento em um tribunal. Um *sacramentum* estabelece uma relação direta entre a pessoa que jura, ou a coisa prometida, e os deuses. O *iusiurandum* é um juramento de boa fé entre a comunidade humana, estando de acordo com o *ius* e sendo testemunhado pelos deuses³⁷¹.

Um *iusiurandum in legem* é mais plausível. Apesar da disposição plebeia³⁷² declarando *sacer* o ofensor, há o juramento dos plebeus para que eles fizerem a sua disposição ser respeitada³⁷³.

É possível admitir, remotamente, uma possível confusão entre um juramento plebeu e um eventual *foedus*. Isso ocorreria porque o ritual que estabelece o *foedus* pressupõe que o mesmo seja contraído através de um juramento³⁷⁴.

Contudo, há uma considerável diferença entre as duas formas de juramento. Enquanto o juramento plebeu seria um ato unilateral e revolucionário dos plebeus, o juramento do *foedus* seria um ato oriundo do ordenamento patrício, pois esse era realizado pelos sacerdotes patrícios.

Desse modo, não devemos discutir uma irreal identidade entre as duas modalidades de juramento. A única identidade possível é a identidade terminológica e as duas hipóteses são excludentes.

Eles fariam sua norma ser respeitada através da coação física. Iriam, eles mesmos, matar o sacrílego, criando o temor naqueles que viessem a cogitar ofender o tribuno.

³⁷⁰ Liv.3.55.

³⁷¹ A. MOMIGLIANO, *Quinto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, in: *Storia e letteratura*, vol. 2, 1975, pp. 975–977; L. GRILLO, *The Art of Caesar's Bellum Civile: Literature, Ideology, and Community*, Cambridge, University Press, 2012, p. 60.

³⁷² Seja esse juramento ou deliberação plebeia.

³⁷³ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p. 52.

³⁷⁴ Vide item 4.2.1. A teoria do *foedus*).

De todo modo, o *iusiurandum in legem* não era uma norma e, sim, um o preceito supletivo que visava fortalecer uma norma já existente ou recém-criada, no caso a que instituiu a sacralidade dos tribunos³⁷⁵.

O *iusiurandum in legem* não tornava a norma sagrada, mas sim aplicava a *sacratio capitis*, declarando a sacralidade do ofensor, sacrílego e imediatamente matando-o.

Não é possível, por sua vez, que tenha havido um juramento religioso precedendo ou seguindo uma norma sagrada por natureza. A norma sagrada já possui os elementos religiosos necessários para consagração da magistratura plebeia. O que pode ter, ocorrido, como salientado anteriormente, é a utilização do juramento como forma de coação, mas desprovido de características religiosas ou procedimento-ritual específico.

Uma das questões atinentes ao juramento é a sua vinculação, ou não, às gerações vindouras. Tecnicamente, o juramento vinculava aqueles que juravam e suas futuras gerações³⁷⁶. Todavia, na prática isso não era muito eficaz tendo em vista as características de constante mudança e ebulição da sociedade romana na época.

Não se pode, contudo, ignorar a pluralidade de ordenamentos que caracterizava a sociedade romana antiga. Por conta disso não podemos nos ater a argumentos que remetem a um formalismo abstrato³⁷⁷, principalmente por estarmos lidando com fatos que não podem ser assegurados com ampla margem de certeza.

O juramento, em sentido amplo, é compatível com qualquer uma das outras hipóteses. Os plebeus possivelmente juraram se empenhar na defesa de seus magistrados. Podemos associar, por exemplo, o juramento a um eventual tratado estabelecido, lei aprovada pela *civitas*, lei aprovada somente pela plebe ou alguma outra hipótese até então não levantada.

³⁷⁵ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p. 53.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 54.

³⁷⁷ G. GROSSO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.87.

O empenho jurado dos plebeus pode ser considerado uma força superior a uma eventual lei centuriar protegendo os tribunos. Isso porque possibilitava a atuação, inclusive, contra aqueles que pretendessem reformar a lei³⁷⁸.

Os plebeus não possuíam plena participação na sociedade romana e na formação e controle de suas instituições jurídicas. A desconfiança dos mesmos em relação aos patrícios seria plenamente justificável.

Por conta disso, é plausível que os plebeus mesmo em face de uma posterior validação do patriciado às suas magistraturas, ainda mantiveram o empenho jurado³⁷⁹ de defendê-las.

4.2.4 A teoria da *lex comitialis* ou *curiata*

A natureza revolucionária da secessão da plebe não torna muito verossímil acreditar na possibilidade de que a criação da principal magistratura plebeia tenha sido fundamentada em uma lei aprovada pelo patriciado.

Sabe-se, porém, que as tratativas para o regresso da plebe para Roma envolveram forte negociação entre patrícios e plebeus no Monte Sacro, pois os patrícios estariam desejosos de que os plebeus retornassem à cidade.

Por conta disso, há a possibilidade de que os plebeus, através da coação secessionista, teriam feito os patrícios aprovarem uma lei garantindo a proteção de seus tribunos. Essa hipótese pode ser fortalecida ao analisarmos o relato de DIONÍSIO DE HALICARNASSO que expõe a aprovação de uma lei por todos, após a eleição dos primeiros tribunos plebeus, tornando os mesmos sacrossantos³⁸⁰.

Ocorre que não se pode afirmar com clareza o que Dionísio quis mencionar com todos. Por se referir a uma convocação do plebeu Brutus que não acreditava na garantia de

³⁷⁸ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.49.

³⁷⁹ Esse empenho não necessita de qualquer tipo de formalidade. Pode ter sido formalizado ou, até mesmo, sido realizado informalmente perante aqueles que estavam ali presentes naquele momento. O empenho jurado não possui forma específica, havendo, desse modo, ilimitadas possibilidades.

³⁸⁰ Dio.Hal. 6. 89.

seus magistrados e fez aprovar uma lei para complementar o que tivera sido acordado anteriormente.

Se uma lei centuriata ou, remotamente possível, uma lei curiata, tivesse sido aprovada, o tribunato da plebe teria tido desde os primórdios a validação do patriciado e já estaria desde então imerso dentro do ordenamento jurídico plebeu.

Desse modo não teria necessidade de qualquer validação posterior, a exemplo da Lei Valéria Horácia. Não teria, inclusive, enfrentado violações ou não teria necessidade de manter constante luta. O que sabe-se que não ocorreu.

Pode-se interpretar que o que Brutus tenha feito foi convocar a plebe para aprovar uma lei: aprovada pelos plebeus ou sagrada, mais adequada à realidade da época.

Não é coerente supor que os cônsules iriam propor uma lei, em plena luta entre patrícios e plebeus, que criaria uma magistratura cuja principal função seria opor-se a eles próprios³⁸¹.

Entretanto, podemos levantar a possibilidade de que no momento do surgimento do tribunato da plebe, a plebe teria acesso aos comícios curiatis³⁸² e que os plebeus teriam feito votar a lei de seu interesse. Mas, se os plebeus tinham acesso aos comícios centuriados e tinham maioria ou prestígio suficiente para fazer aprovar leis de seu interesse direto, por que não conseguiram aprovar leis relacionadas ao *nexum*, ao *ager publicus* ou ao *conubium*?

Uma interpretação possível é de as referências a uma hipotética lei curiata faça menção à uma lei curiata da plebe, votada pela plebe organizada em cúrias, as mesmas cúrias que provavelmente elegiam os tribunos da plebe. Desse modo, estaria se falando em uma deliberação unilateral plebeia.

³⁸¹ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.46.

³⁸² A. MOMIGLIANO, *An interim* cit. (nota 8 *supra*), p.112: Há forte probabilidade de que, ao menos nas origens, não havia conceito definido de plebe, patriciado ou clientela. Quando as *curiae* foram estabelecidas, não havia distinção entre patrícios e plebeus ou patronos e clientes. Inclusive, não haveria sinais de que as cúrias seriam reservadas somente aos patrícios.

4.2.3 A teoria da deliberação plebeia

Há a possibilidade de que o fundamento legal do tribunato da plebe tenha sido estabelecido através de alguma norma deliberada pela plebe. Todavia, cumpre salientar que os patrícios possuíam o monopólio da produção, interpretação e aplicação do direito, o que limitava a efetividade dos dispositivos legais que, por ventura, a plebe tenha editado para tutelar os seus tribunos, seus respectivos poderes e sua atividade.

A consagração dos tribunos necessitava de um instrumento que desse eficácia aos seus pressupostos sagrados. Na opinião de C. GIOFFREDI, a utilização de uma norma jurídica seria indispensável nesse sentido³⁸³.

A teoria se funda na instituição da inviolabilidade tribunicia através de uma deliberação interna da plebe, em um primeiro momento, na qual os plebeus teriam declarado os ofensores dos tribunos ímpios e possibilitou que os mesmos fossem condenados à morte³⁸⁴.

A plebe, supostamente, teria sancionado uma excludente de responsabilidade penal. Destarte, o plebeu que, vingando a ofensa cometida ao tribuno, matasse o ofensor, estaria isento de qualquer punição.

Não é verossímil que a plebe através de uma deliberação interna, ou seja, unilateral, tivesse o poder de obrigar o patriciado a respeitar a sua magistratura e de condenar à morte aqueles que a violassem, sem encontrar uma posterior retaliação patrícia.

Igualmente, não é possível supor que os plebeus estivessem suficientemente organizados para em seu primeiro ato deliberativo durante a secessão originasse uma norma jurídica perfeita quanto sua forma, objeto e sanção³⁸⁵.

Os plebeus não estavam investidos do poder punitivo, este a cargo do estado. Assim sendo, não era possível imaginar que a excludente de responsabilidade penal sancionada pela plebe tivesse algum valor perante toda a população romana³⁸⁶.

³⁸³ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.55.

³⁸⁴ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 48: o caráter sacrossanto dos tribunos foi estabelecido por uma deliberação interna da própria plebe.

³⁸⁵ *Ibid*, pp. 55-56.

O que poderia garantir o respaldo necessário para a deliberação da plebe seria a mesma ser baseada em fundamentos religiosos, que seguiria a mesma lógica que fundamenta a aceitação do patriciado a um suposto juramento da plebe³⁸⁷.

Ou então, uma suposta aprovação de deliberação plebeia sem qualquer respaldo por parte do patriciado. Desse modo, a plebe defenderia a sua magistratura através da sua força e com o uso de violência.

Seguindo a hipótese de haver alguma forma de fundamento religioso, a teoria do juramento é mais plausível. O juramento se reveste de um caráter revolucionário e pode ser associado mais facilmente à secessão da plebe.

Não se podendo falar em uma fundamentação legal sólida para o tribunato oriunda unicamente da plebe, há de se pensar como se fez a inclusão desta magistratura no ordenamento jurídico romano.

Somente em um momento posterior, essa hipotética deliberação plebeia viria a ser acolhida pelo ordenamento jurídico patrício, provavelmente através da aprovação de uma lei deliberada pela cidade.

Pode-se também associar o fundamento religioso à teoria do *foedus*, pois, ambas as partes através de um acordo ou tratado podem ter chegado à conclusão de que um tratado religioso seria o mais adequado.

A questão é saber se os plebeus, seguidores de outra doutrina religiosa, tinham o poder de impor uma norma desse caráter ao patriciado. Também é questionável se os rituais religiosos dos plebeus causariam alguma forma de temor perante o patriciado.

Outra possibilidade, sem ater-se a fundamentos legais, seria que a plebe respaldaria a sua magistratura através da violência e da força. A plebe era numerosa, a coação física, desse modo, seria viável.

³⁸⁶ Ibid, p. 48.

³⁸⁷ Vide item 4.2.2. A teoria do juramento).

O respaldo religioso e o respaldo físico são duas formas diferentes de coação. O patriciado respeitaria a magistratura plebeia por temor de alguma retaliação, seja dos deuses, seja dos próprios plebeus.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO fala na aprovação de uma lei³⁸⁸ e, como vimos em várias oportunidades anteriormente, não conseguimos precisar qual espécie de lei teria sido essa, sendo que, possivelmente teria sido alguma forma de deliberação unilateral da plebe.

Segundo G. NICCOLINI, Dionísio quis dizer que um tribuno teria feito aprovar um plebiscito que tornava os tribunos invioláveis, e teria feito todo o povo romano proclamar um juramento³⁸⁹.

Qualquer que seja a forma de deliberação plebeia que venha a tutelar os poderes tribúncios, essa foi criada em um ambiente hostil. Portanto, não podemos negar o caráter revolucionário da plebe que decidira criar e impor seus próprios direitos em um cenário que todos lhe eram negados.

Seguido esse raciocínio, FESTUS, como já estudado antes, fala em uma suposta deliberação plebeia “*eo plebei scito*”³⁹⁰. Seguindo essa fonte, os plebeus teriam deliberado uma lei sagrada, provavelmente uma espécie de lei tribúncia.

4.2.6 A teoria da *lex sacrata*

Como variante à teoria da deliberação plebeia, surge-se a teoria, relativamente difundida, de os plebeus terem sancionado uma lei sagrada³⁹¹.

FESTUS define lei sagrada:

³⁸⁸ Dio. Hal. 6. 89.

³⁸⁹ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.28.

³⁹⁰ *Festus* p.424 L.

³⁹¹ Autores que seguem essa corrente, entre outros: A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 79; V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), pp.47 ss.; G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*) pp.28 ss e pp.40 ss.; M. HUMBERT, *Institutions* cit. (nota 4 *supra*), p. 169; F. SERRAO, *Classi* cit. (nota 4 *supra*), pp.26 ss. e L. LANGE, *De sacrosanctae potestatis tribuniciae natura eiusque origine commentatio*, Oxford, Oxford, 1883.

*Sacratae leges sunt, quibus sanctum est, qui quid adversus eas fecerit, sacer alicum deorum sit cum familia pecuniaque. Sunt qui esse dicant sacratas, quas plebs iurata in Sacro monte sciverit*³⁹²

São leis ditas sagradas por meio das quais foi sancionado que qualquer um que tiver agido contra elas seja *sacer* a algum dos deuses juntamente com família e seu patrimônio. Há os que dizem que sejam sagradas as que a plebe tiver decidido, uma vez juradas no Monte Sagrado.

Essa definição relaciona as leis sagradas à plebe e à secessão plebeia ao Monte Sacro. As *legis sacratae* poderiam ter sido denominadas dessa forma por conta de sua ocorrência no momento da primeira secessão da plebe para o Monte Sacro: sendo as *leis do Monte Sagrado*. Teriam surgido, no seio da plebe que, impossibilitada de criar leis convencionais tutelando os seus líderes e instituições, tiveram que apelar para um instrumento revolucionário, alheio ao ordenamento jurídico³⁹³.

Entender as leis sagradas como um instrumento revolucionário criado pelos plebeus vai de acordo com a descrição de *FESTUS*. A plebe revolucionária pretendia ter seu espaço na sociedade ampliado. Buscavam ter o direito a se organizarem e de tutelarem suas próprias instituições. As leis sagradas teriam sido uma resposta a essas exigências dos plebeus³⁹⁴.

Outra possível interpretação é de que as leis sagradas não seriam exclusivas da plebe, eram possivelmente comuns aos povos itálicos. Elas eram utilizadas no ambiente militar como uma forma de *sacramentum* dos soldados e consistiam em uma forma simples de juramento, prestado aos chefes do exército³⁹⁵.

O orador romano CÍCERO em diversas oportunidades relacionou o poder tribúncio, baseado na sacrossantidade dos tribunos, à aprovação de leis sagradas por parte dos plebeus.

³⁹² Festus p.318 M.

³⁹³ O que nos faz questionar acerca de como elas seriam chamadas caso tenham surgido em momento muito anterior à secessão plebeia? Havia leis sagradas no Período Régio.

³⁹⁴ F. SERRAO, *Classi* cit. (nota 4 *supra*), pp.26-27.

³⁹⁵ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.41.

Ele descreve o surgimento do tribunato em seu discurso *Pro Caius Cornelius*. Entretanto não atribui aos plebeus a criação das leis sagradas. Nesse fragmento, relata a restauração, por parte dos plebeus, de antigas leis sagradas:

<i>Tanta igitur in illis virtus fuit, ut anno xvi post reges exactos, propter nimiam dominationem potentium, secederent, leges sacratas ipsi sibi restituerent, duos tribunos crearent, montem illam trans Anienem, qui hodie mons Sacer nominatur, in quo armati consederant, aeternae memoriae causa consecrarent. Itaque auspicato, postero anno, x tribuni plebis comitiis curiatis creati sunt</i> ³⁹⁶ .	Tanta virtude, então, existia nesses homens, que, dezesseis anos após a expulsão dos reis, se separaram por causa da conduta imperiosa dos nobres, eles mesmos restauraram suas leis sagradas, criaram dois tribunos e consagraram na memória eterna dos séculos. Que se erguem do outro lado do Anio, que é chamado até hoje do Monte Sagrado, sobre o qual tinham tomado posição em armas; E no ano seguinte dez tribunos do povo foram criados na Comitia Curiata, depois de uma solene tomada dos auspícios.
--	--

A lei sagrada, portanto, utilizaria determinado procedimento solene, provavelmente religioso, onde eram observados os auspícios. Esse ritual solene que precederia a proclamação de uma lei sagrada, nos faz lembrar do procedimento que fazia um tratado se tornar um *foedus*.

Contudo, não se pode afirmar que todas as leis poderiam se tornar sagrada após um procedimento específico. As leis sagradas são instrumentos revolucionários e não um instrumento meramente legislativo. Seu uso, conforme veremos, é típico de situações onde não haja a possibilidade de aprovação de algum instrumento legislativo da *civitas*.

Conforme discutimos brevemente anteriormente³⁹⁷, não sabemos definir o teor dessas leis sagradas que teriam sido restauradas pelos plebeus. Apesar de CÍCERO falar

³⁹⁶ Cic. *Pro C. Corn.* 1.48.

³⁹⁷ Vide item 4.1.4. Cícero).

sobre a criação do tribunato, poderíamos especular que o tribunato da plebe preexistia à primeira secessão da plebe. Contudo, nada pode ser extraído disso com alguma certeza.

Em seu discurso em favor de *Publius Sestius*, ele descreve a natureza sagrada do tribunato, fundamentada por leis sagradas e que garantiam a plena inviolabilidade dos tribunos:

<i>Atqui ne ex eo quidem tempore id egit Sestius ut a suis munitus tuto in foro magistratum gereret, rem publicam administraret. Itaque fretus sanctitate tribunatus, cum se non modo contra vim et ferrum sed etiam contra verba atque interfationem legibus sacratis esse armatum putaret</i> ³⁹⁸ .	Mas ainda, nem sequer foi a partir desse momento quando <i>Sestius</i> tentou, protegido por seus patridários, exercer a sua magistratura e administrar os assuntos públicos com segurança. Protegido, pois, pelo caráter involável de seu tribunato, pensando estar armado com as leis sagradas, não só contra a violência e armas, mas também contra os insultos e as interrupções.
--	---

Diz CÍCERO que *si patricius tribunus plebis fuerit, contra leges sacratas*³⁹⁹. Ou seja, que se um patrício for tribuno da plebe, estará o sendo contra as leis sagradas. Essas leis sagradas que supostamente vedariam os patrícios de serem tribunos, igualmente previam a sacrossantidade dos magistrados plebeus.

Ciente da diversidade de versões acerca da fundamentação do tribunato da plebe, G. NICCOLINI narra que somente dois eram os elementos fundamentais e imutáveis comuns a todas essas: a secessão e a lei sagrada para inviolabilidade da plebe. Completando, ainda, que esses elementos são verdadeiramente tradicionais⁴⁰⁰.

A definição de lei sagrada por *FESTUS* está em consonância com o relatado por TITO LÍVIO, CÍCERO e DIONÍSIO DE HALICARNASSO acerca do ocorrido no surgimento do tribunato da plebe.

³⁹⁸ Cic. Sest. 79.

³⁹⁹ Cic. Prov. 46

⁴⁰⁰ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), pp.28-29.

Os plebeus teriam durante a secessão aprovado uma lei sagrada que tornava os funcionários⁴⁰¹ plebeus sacrossantos e sob a proteção dos deuses da plebe: Ceres, Libero e Libera. Com isso, aqueles que levantassem a mão contra esses seriam considerados sacrílegos e seriam mortos como punição⁴⁰².

LÍVIO faz menção à existência de várias leis sagradas relativas a interesses da plebe:

<i>Admischerenturne</i>	<i>plebeii</i>	Durante algum tempo discutiu-se se
<i>controversia aliquamdiu fuit; postremo</i>		os plebeus seriam ou não admitidos.
<i>concessum patribus, modo ne lex Icilia de</i>		Finalmente esse privilégio foi concedido
<i>Aventino aliaeque sacratae leges</i>		aos patrícios com a condição de que a lei
<i>abrogarentur.</i> ⁴⁰³		Icília relativa ao Aventino e as demais leis
		sacras não fosse ab-rogadas.

Ao relatar que os plebeus estavam tentando fazer que as leis sagradas de seu interesse não fossem revogadas, podemos questionar, então, que era possível que as mesmas fossem revogadas pelo patriciado.

Esse fragmento fortalece a ideia de que as leis sagradas, ato unilateral da plebe, não tinha valor jurídico-constitucional para os romanos. O que provavelmente ocorria era a tolerância dos patrícios em relação à existência dos tribunos, possivelmente temendo retaliações.

Mas ao interpretarmos o sentido da palavra latina *abrogarentur* que é conjugação do verbo *abrogo* e que significa revogar, anular ou repelir, poderíamos cogitar que os plebeus estariam temerosos dos patrícios retirarem-lhes algo que lhes tinha anteriormente concedido, fortalecendo, então, teses que envolvem algum ato bilateral.

Conforme visualizamos no fragmento de *FESTUS* e confirma-se nos relatos de Lívio e Dionísio, a lei sagrada foi um ato unilateral da plebe que estabeleceu os seus tribunos e/ou a sua inviolabilidade.

⁴⁰¹ *Aediles, iudices decemviri* e tribunos.

⁴⁰² A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 79.

⁴⁰³ Liv. 3.32.7.

CÍCERO fala em lei uma antiga lei sagrada que tornava impunes aqueles que matassem o ofensor de um tribuno da plebe⁴⁰⁴. Ele ainda completa que homens armados peticionaram uma lei sagrada para que homens desarmados pudessem estar livres de perigo e que essa lei tinha como intuito principal defender os seus magistrados⁴⁰⁵.

Não havia um padrão exato ou normatizado para definir o que era especificamente uma lei sagrada. O que tornava uma *lex, sacrata*, era a presença da *sacratio capitis* do contraventor⁴⁰⁶.

Em uma passagem de CÍCERO, há a referência à Lei das 12 Tábuas e às leis sagradas como elementos distintos e, quiçá, antagônicos:

<i>Cur, cum de capite civis—non disputo cuius modi civis—et de bonis proscriptio ferretur, cum et sacratis legibus et duodecim tabulis sanctum esset ut ne cui privilegium inrogari liceret neve de capite nisi comitiis centuriatis rogari, nulla vox est audita consulum, constitutumque est illo anno, quantum in illis duabus huius imperi pestibus fuit, iure posse per operas concitatas quemvis civem nominatim tribuni plebis concilio ex civitate exturbari?</i> ⁴⁰⁷	Ao apresentar como projeto de lei uma proscrição relativa à pessoa e aos bens de um cidadão (não discutirei que tipo de cidadão) quando estava sancionado pelas leis sagradas e pelas Doze Tábuas que não se permitia apresentar ou propor contra ninguém uma lei particular que o afete (a não ser através dos comícios centuriatos), por que nunca se ouviu as voz dos cônsules? Por que se estabeleceu aquele ano (na medida em que dependeu daquelas duas pragas desse império) que era legalmente possível, qualquer cidadão ser expuls da cidade, mediante uma multidão de artesãos em estado de excitação e pela sugestão de
--	---

⁴⁰⁴ Cic. *pro Tullio*, 47:” [...]et legem antiquam de legibus sacratis, quae iubeat inpune occidi eum qui tribunum pl. pulsaverit. [...]”

⁴⁰⁵ Cic. *pro Tullio*, 49: “ ista lex sacrata est, quam rogarunt armati, ut inermes sine periculo possent esse. qua re non iniuria, quo magistratu munitae leges sunt, eius magistratus corpus legibus vallatum esse voluerunt.”

⁴⁰⁶ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.41.

⁴⁰⁷ Cic. *pro. Sest.* 65.

uma tribuna do povo?

T. MOMMSEN fazer referência às *leges sacratae* como uma espécie de Constituição da Plebe⁴⁰⁸: nessa constituição estavam previstas a inviolabilidade dos tribunos e a vedação aos patrícios de serem chefes da plebe, entre outras disposições e o fundamento dessas disposições seria um juramento no qual os plebeus se comprometeram não tolerar no futuro nenhuma violação a tais direitos⁴⁰⁹.

A declaração de sacralidade do ofensor do tribuno era provavelmente não mais que o empenho dos plebeus em defender seus magistrados, pois, os mesmos estariam impossibilitados de aplicar uma verdadeira pena ao contraventor.

As leis sagradas possuíam caráter próprio de uma lei convencional. A única diferença das leis sagradas para as leis profanas estava no seu tipo particular de punição⁴¹⁰.

Todavia, o mais provável é que a lei sagrada seja assim chamada por declarar a *sacertas* do ofensor e o impor a *sacratio capitis*⁴¹¹. O caráter sagrado da lei estava, possivelmente, em seu objeto e não em seu rito ou forma.

A lei era sagrada por consagrar o seu objeto às divindades, no caso em questão, às divindades plebeias. Ou seja, qualquer dispositivo legal poderia ser considerado uma lei sagrada desde que tivesse a sacralidade do ofensor como objeto.

Os juramentos, assim como as leis sagradas, poderiam impor a *sacratio capitis* do contraventor. Pode-se, portanto, haver confusão entre os conceitos de lei sagrada e de juramento.

No juramento, tanto o preceito, a sanção e o comportamento desejado têm o mesmo sujeito como destinatário. Quem jura, deve obedecer ao juramento sob pena de ser castigado, mas, igualmente, é responsável por assegurar a execução do castigo.

⁴⁰⁸ J.C. RICHARD, *Les origines* cit. (nota 8 *supra*), pp. 549-551: apesar do tribunato provavelmente ter surgido em 449 a.C. derivado do tribunato militar, as leis sagradas são preexistentes a ele. A organização da plebe e a noção de lei sagrada estão relacionadas a 494 a.C., na época da primeira secessão e a plebe, nascente, teria apresentando uma série de decisões unilaterais reivindicando sua autonomia e fortalecendo a sua unidade.

⁴⁰⁹ T. MOMMSEN, *Derecho penal* cit. (nota 196 *supra*), p.35.

⁴¹⁰ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p. 50.

⁴¹¹ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.79.

Nas leis sagradas mais antigas, advinda de uma sociedade organizada, o preceito e a sanção têm destinatário diverso do sujeito ao qual a obediência é exigida. Nas mais recentes, consideradas impróprias, define a sanção sagrada a sujeito diverso ao qual foi fixado o preceito⁴¹².

T. MOMMSEN defende, como já visto, a existência de um juramento como fundamento à sacrossantidade dos tribunos. Essa lei jurada seria o juramento de cada cidadão individualmente com o propósito de defender os tribunos⁴¹³.

Em posicionamento divergente, C. GIOFFREDI afirma que não é possível estabelecer uma relação entre lei sagrada e lei jurada: a lei jurada seria uma lei profana estabelecendo a *sacratio capitis* com intuito de garantir o respeito a um juramento e que as hipóteses de juramento e lei sagrada podem ser consideradas excludentes. Não é possível, na opinião de, que tenha havido ambos simultaneamente⁴¹⁴.

Nada obstante, o mais possível é que a presença de um juramento seja intrínseca ao processo de criação de uma lei sagrada. A lei sagrada como dita nas fontes é uma lei jurada pelos plebeus. Logo, é um juramento revestido de um caráter sagrado⁴¹⁵.

Pode-se interpretar, em outro sentido, que o juramento tenha sucedido a lei sagrada recém-criada. A lei sagrada seria o dispositivo onde a ofensa estaria tipificada como crime e, por outro lado, o juramento seria a forma de dar efetividade a essa lei. Nesse caso o juramento seria uma ameaça dos plebeus aos patrícios de que vingariam aqueles que não respeitassem sua lei recém-aprovada. Essa ameaça seria a única forma encontrada pelos plebeus de dar efetividade às suas leis tribunícias⁴¹⁶.

Isso é verossímil. O juramento, muito provavelmente, teria sido parte integrante da lei sagrada. F. SERRAO interpreta que leis sagradas seriam o mesmo que plebiscito sagrado.

⁴¹² C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*) p.50.

⁴¹³ T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), II, p.341.

⁴¹⁴ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.50.

⁴¹⁵ Esse é o pensamento mais verossímil pois não faltam fontes que classificam a lei sagrada como uma forma de juramento. Por exemplo, Festus (p. 318M) define as leis sagradas como aquelas que *iurata in monte Sacro sciverit*.

⁴¹⁶ Pode ter havido confusão na definição de lei sagrada e de juramento. Segundo, G. GROSSO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), pp.86-87, as leis sagradas referidas poderiam estar fazendo menção a uma espécie de juramento.

A única diferença entre as leis sagradas e os plebiscitos comuns seria que as primeiras seriam juradas. O juramento teria dado relevância política às leis que, apesar de relevantes, não possuíam valor legal perante o patriciado⁴¹⁷.

O plebiscito sagrado se limitava a sancionar a sacralidade daqueles que ofendessem um tribuno. Contudo, faltava uma declaração expressa da inviolabilidade tribúncia⁴¹⁸. Ou seja, o plebiscito sagrado previa uma punição para a ofensa, mas não esclarecia diretamente como.

As leis sagradas teriam sido ou tido, portanto, o empenho dos plebeus que, perante seus deuses, juraram se empenhar de todas as formas, inclusive com o uso da violência, para assegurar as prerrogativas de seus magistrados.

Contudo, a lei sagrada pode ter sido editada em momento posterior. Ela pode ter atuado como complemento ao que tenha sido deliberado durante a secessão para assegurar a efetiva proteção aos tribunos.

Nesse sentido, provavelmente os tribunos utilizaram lei sagrada para atribuir à *concilia plebis* a competência de julgar os cidadãos, mais notadamente os patrícios, que fossem dignos de morte por ter gravemente violado os interesses da plebe⁴¹⁹.

Houve violações frequentes aos direitos dos plebeus, mais notadamente ataques à figura do tribuno. Entretanto, T. MOMMSEN aduz que não ocorreram ataques diretos à constituição da plebe⁴²⁰.

Pode-se interpretar a fala de T. MOMMSEN de modo a compreender que os patrícios não atacaram a plebe como entidade organizada. Os ataques que teriam ocorrido seriam delitos pontuais e mais focados na atuação tribúncia.

Questionamo-nos, com isso, se essas violações tiveram punição. Contudo não é possível afirmar com convicção sobre a aplicação de punição. Caso tenha havido, estas teriam sido simplesmente a aplicação da força física da plebe contra o eventual ofensor.

⁴¹⁷ F. SERRAO, *Legge cit.* (nota 4 *supra*), p.39.

⁴¹⁸ Op. cit.

⁴¹⁹ A. GUARINO, *Storia cit.* (nota 8 *supra*), p.269.

⁴²⁰ T. MOMMSEN, *Derecho Penal cit.* (nota 196 *supra*), p.35.

Isso, todavia, teria ocorrido somente nos primeiros cinquenta anos do século quinto antes de Cristo. A Lei das Doze Tábuas, com intuito de erradicar os julgamentos de patrícios em assembleias da plebe, determinou que a competência de julgar *de capitis civis* seria somente dos comícios centuriatos⁴²¹.

A vedação na Lei das Doze Tábuas de estipular pena capital aos cidadãos patrícios em qualquer outro juízo que não fosse os comícios máximos, ou seja, os centuriatos, reforça a ideia de que realmente pode ter havido alguma deliberação plebeia condenando os ofensores dos tribunos nas assembleias da plebe⁴²².

No seguinte fragmento de LÍVIO, há uma situação onde houve duplicidade de vínculos jurídicos. Objetivamente, houve a lei que dispõe sobre a sacralidade do ofensor e o juramento, que atua como empenho coletivo⁴²³:

<i>Et deorum etiam adhibuerunt opes ritu quodam sacramenti vetusto velut initiatibus militibus, dilectu per omne Samnium habito noua lege, ut qui iuniorum non convenisset ad imperatorum edictum quique iniussu abisset caput Iovi sacraretur</i> ⁴²⁴ .	E, fazendo o mesmo esforço e os mesmos ritos sacramentais que então, os samitas tinham preparado a guerra com a maior riqueza possível de armamentos e recorrido ao poder dos deuses, tornando de algum modo, graças a um certo rito antigo de juramento, seus soldados iniciados. As tropas foram recrutadas por todo o Sâmnio, de acordo com a nova lei que dizia que todo mobilizável que não se juntasse ao exército conforme a ordem dos generais, ou que o abandonasse sem sua ordem, teria a cabeça consagrada a Júpiter.
---	--

⁴²¹ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 supra), p.269 e G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 supra), p.51.

⁴²² G. GROSSO, *Storia* cit. (nota 8 supra), p.87.

⁴²³ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 supra), p. 51.

⁴²⁴ Liv. 10.38.2-3.

Isso nos abre a interpretação de que pode ter ocorrido o mesmo com o tribunato da plebe. Foi criada uma lei sagrada oferecendo o ofensor do tribuno aos deuses plebeus, atuando objetivamente e o juramento dos plebeus para fazer respeitá-la.

Logo, voltamos à hipótese já discutida anteriormente. Apesar de este fundamento ser revestido de um caráter religioso, a base da inviolabilidade tribunicia era o temor da fúria dos plebeus que vingariam seus tribunos fundados em sua religião.

A religião era somente um pretexto dos plebeus para poder matar o ofensor sem que houvesse peso em sua consciência. Era uma forma de legitimar o assassinato.

Outrossim, ainda é discutível se isso tinha algum respaldo dos patrícios. O que não é muito provável. Seja a lei sagrada, o juramento ou qualquer outra deliberação plebeia, esta provavelmente somente tinha os plebeus em sua jurisdição, não valendo, ou não sendo respeitada, pelos patrícios.

Na seguinte passagem de LÍVIO, encontra-se flagrante desrespeito à autoridade tribunicia:

<i>Tandem qui obversati vestibulo tribuni fuerant nuntiant domi mortuum esse inventum. Quod ubi in totam contionem pertulit rumor, sicut acies funditur duce occiso, ita dilapsi passim alii alio. Praecipuus pavor tribunos invaserat, quam nihil auxilii sacrae leges haberent morte collegae monitos. Nec patres satis moderate ferre laetitiam, adeoque neminem noxiae paenitebat, ut etiam insontes fecisse videri vellent, palamque ferretur malo domandam tribuniciam potestatem</i> ⁴²⁵ .	Finalmente, os que se achavam em frente ao vestíbulo do tribuno vieram anunciar que ele fora encontrado morto em sua casa, e a notícia percorreu toda a assembleia. Tal como um exército que debanda com a morte de seu chefe, assim se dispersaram os homens cada um para seu lado. Os tribunos encheram-se de pavor ao verificar a inutilidade das leis sagradas que os protegiam. Os patrícios, ao contrário, mal conseguiam disfarçar sua alegria. E de tal modo ninguém se arrependia do crime, que até mesmos os inocentes queriam
--	--

⁴²⁵ Liv.2.54.

parecer cúmplices, e diziam abertamente que só a violência podia domar o poder tribunício.

A utilização de um instrumento religioso teria sido a única forma juridicamente plausível que os plebeus encontraram de tutelar a inviolabilidade de seus magistrados, pois, apesar de utilizar a força como real instrumento de coação, essa não estava revestida de legalidade.

Sabe-se que neste período havia a direta relação entre autoridade e sacerdócio e, por conta disso, seria impossível à plebe estabelecer seus magistrados sem alguma relação com o culto. Para isso, instituíram ritos religiosos para eleição dos primeiros tribunos⁴²⁶.

Desse modo é possível imaginar uma relação entre a provável lei sagrada e esse ritual religioso praticado durante as eleições tribunícias e, possivelmente, repetido posteriormente no decorrer da história.

Todavia, um fragmento de TITO LÍVIO, dá a entender que as leis sagradas teriam sido, de alguma forma, aprovadas com chancela do patriciado: “esse privilégio foi concedido aos patrícios com a condição de que a lei Icília relativa ao Aventino e as demais leis sagradas não fossem ab-rogadas⁴²⁷”.

Podemos, portanto, entender que se foi acordado entre patrícios e plebeus que as leis sagradas não seriam ab-rogadas, dá para entender que havia alguma forma de ab-rogação das leis sagradas e, portanto, elas não teriam sido fundamentadas somente em ato unilateral da plebe.

Por esse fragmento ser datado de época anterior à Lei das XII Tábuas, não podemos nem ao menos falar de que os instrumentos legislativos plebeus já vinculariam todo o povo romano.

⁴²⁶ FUSTEL DE COULANGES, *A cidade* cit. (nota 8 *supra*), p. 474.

⁴²⁷ Liv.3.32.7:

No que tange à organização da plebe, a teoria da lei sagrada pressupõe a existência de uma autoridade e de uma organização social⁴²⁸. Nesse sentido, não poderíamos negar certa organização da plebe que participava do exército e era conhecedora de sua hierarquia. Isso embasa a teoria de que a secessão tivera sido protagonizada pelos plebeus militares⁴²⁹.

Cumprе salientar que os plebeus não constituíam um poder legislativo plenamente reconhecido⁴³⁰. Inclusive com a possibilidade de a própria lei sagrada ter sido a origem de uma determinada organização política da plebe.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO, que enfatiza a tese de um *foedus* entre as duas ordens, igualmente fala de uma lei sagrada. Durante uma discussão entre o Senado e os tribunos, o tribuno Ilício teria invocado as leis sagradas que os teriam feito invioláveis para protegê-lo dos lictores⁴³¹.

Ainda há a possibilidade de que, na verdade, o mencionado *foedus* era uma lei sagrada⁴³². F. STELLA MARANCA faz distinção entre o *foedus sacrosanctum*, que seria o *foedus* propriamente dito e *leges sacratae illius foederis*, que seria uma variante específica do primeiro⁴³³.

Além disso, DIONÍSIO ao relatar o surgimento do tribunato, expõe a edição de uma lei e de um juramento após a eleição dos primeiros tribunos. Como visto anteriormente, essa lei poderia ter sido uma lei sagrada⁴³⁴.

A lei tinha como objeto a consagração dos bens do ofensor a Ceres e a exclusão de culpabilidade daquele que o assassinasse⁴³⁵. Portanto, seu objeto não difere do que se é esperado ao de uma lei sagrada.

⁴²⁸ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.50.

⁴²⁹ Inclusive a tese de que o tribunato da plebe era derivado do tribunato militar.

⁴³⁰ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.48.

⁴³¹ Dio. Hal. 10.32.1.

⁴³² L.LANGE, *De sacrosanctae potestatis tribuniciae natura eiusque origine commentatio*, Oxford, Oxford, 1883, p.43.

⁴³³ F. STELLA MARANCA, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.34: essa variante não era admitida pelas fontes.

⁴³⁴ Dio.Hal.6.89.2

⁴³⁵ Dio.Hal.6.89.3

Podemos considerar que haja críticas considerando que não seja possível que a plebe tenha obtido a sua magistratura somente com seus próprios meios. Ou que a plebe não seria suficiente para impor respeito à sua magistratura criada através de meios revolucionários. Podendo-se, inclusive, falar que a plebe formava uma massa compacta⁴³⁶.

Esses argumentos não condizem com a realidade. A plebe isoladamente tinha considerável força na sociedade romana. Se os plebeus não tivessem força militar, o patriciado poderia ter facilmente desarticulado os plebeus em secessão. E se os mesmos fossem realmente dispensáveis, não teria havido tentativa de conciliação por parte dos patrícios⁴³⁷.

Pode haver uma tentativa de classificar leis sagradas como plebiscitos em um tentame de normalizá-los, tirando-lhe o seu caráter revolucionário. G. NICCOLINI defende a possibilidade de que muitas das leis que chegaram ao nosso conhecimento eram, na verdade, leis sagradas⁴³⁸.

Desse modo, as leis teriam sido sagradas até que os plebiscitos passaram a ter valor legal e vincular todo o *populus*. Por conta disso, a última lei sagrada teria sido a *lex militaris* de 342 a.C.

Isso justificaria as hipóteses que atribuem a um plebiscito o fundamento da *tribunicia potestas*, ou até mesmo às hipóteses que falam em lei comicial. Tudo poderia ser uma tentativa de encobrir a existência de leis sagradas.

É bastante improvável que o patriciado tenha tolerado um ato unilateral e revolucionário da plebe sem a existência de alguma forma de ratificação formal⁴³⁹.

⁴³⁶ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.47.

⁴³⁷ Os patrícios precisavam dos plebeus para compor seu exército. Por esse motivo, não são poucos os relatos em fontes históricas, como Lívio, a falar em tentativas de conciliação movidas pelo patriciado. As negociações durante a primeira secessão, por exemplo, é o claro exemplo da importância não admitida dos plebeus para os patrícios. Como dito por Menênio Agripa em seu histórico discurso, os plebeus e os patrícios eram parte de um corpo único.

⁴³⁸ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.52

⁴³⁹ F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), I, p.284.

A lei sagrada teria sido uma deliberação plebeia e por conta disso o seu poder seria restrito à plebe. Portanto, os patrícios não seriam obrigados, por lei, a respeitarem esse dispositivo legal plebeu.

4.3 Recepção da *tribunica potestas* na *civitas*

Em todas as hipóteses, salientando o caráter revolucionário do tribunato da plebe, não é verdadeiro se cogitar o imediato reconhecimento da magistratura plebeia pela *civitas* e a sua imediata entrada no ordenamento jurídico romano.

Primeiramente, cumpre enfatizar que há diferença entre a validação do tribunato da plebe e do poder tribunício. Contudo, de nada adiantaria termos a figura do tribuno da plebe inserida no ordenamento jurídico sem que os seus respectivos poderes também estivessem.

As principais hipóteses, até então estudadas, levam a um mesmo questionamento: como o poder dos tribunos da plebe veio ser reconhecido e como entrou no sistema jurídico da *civitas*?

Muito provavelmente quaisquer das teorias anteriormente mencionadas e que envolviam alguma participação do patriciado no processo consideravam que a chancela dos patrícios teria sido em relação à instituição do tribunato como magistratura plebeia.

Entretanto, essa aprovação não seria extensiva aos poderes tribunícios. Os patrícios teriam autorizando a existência de um magistrado, ou líder, plebeu, mas não os entendiam como possuidores de alguma forma de poder. Obviamente, os tribunos sem os seus poderes teriam uma atuação demasiadamente limitada., o que justificaria a ocorrência de um juramento da plebe logo após o processo de instituição do tribunato.

A possibilidade de um juramento envolvendo plebeus e patrícios, apesar de vincular o patriciado imediatamente obrigando-os a respeitar a magistratura plebeia, não tinha o

condão de vincular as futuras gerações⁴⁴⁰, o que poderia fazê-lo perder rapidamente a sua efetividade.

O próprio tratado ou *foedus* entre as duas partes, que dentre as teorias seria a mais sólida no ponto de vista de fundamentação legal, ainda é sucessível aos destemperos de uma sociedade em constante ebulição e transição, tal qual a romana.

Desse modo, a criação de uma norma consolidando o tribunato da plebe e oficializando a sua existência e os seus poderes foi necessária. O que se questiona, primordialmente, é o momento exato da criação desta norma.

Uma das interpretações cabíveis teria sido a que abrange uma posterior validação do patriciado à decisão unilateral, e revolucionária, da plebe que atribuiu a inviolabilidade tribúncia e conferiu poderes aos tribunos. Em um primeiro momento, a plebe teria instituído o tribunato e os tribunos teriam sido considerados invioláveis. A *tribunicia potestas* estaria fundada em alguma das teorias já mencionadas, contudo, ainda não estava incluída era oficialmente reconhecida pelo patriciado sem qualquer ligação com o ordenamento jurídico romano.

Primeiramente, o estado não teria elaborado uma norma tutelando juridicamente o tribunato, porém a reconhecia indiretamente⁴⁴¹, seria, então, uma espécie de tolerância⁴⁴².

Posteriormente, o tribunato passou a fazer parte do arcabouço legal de Roma, sendo validado de alguma forma pelo patriciado que dominava, neste momento, as leis romanas. O momento dessa validação é controverso. Seguindo o relato de DIONÍSIO DE HALICARNASSO, essa teria sido dada logo após o surgimento do tribunato. Sendo o tribunato protegido pelo *foedus*, uma lei e um juramento⁴⁴³.

⁴⁴⁰ Teoricamente o juramento vinculava as futuras gerações. Todavia, isso poderia não possuir muita efetividade na prática. Pode, entretanto, ter surgido uma tradição ou costume entre a população de respeito à figura do tribuno. Esse respeito possivelmente estaria relacionado à mística envolvendo a sacrossantidade dos mesmos que qualquer fundamento legal.

⁴⁴¹ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.46.

⁴⁴² Poderia, igualmente, ser temor da força dos plebeus.

⁴⁴³ Dio. Hal. 6.89

Conforme os instrumentos legislativos plebeus foram sendo aplicados também aos patrícios, o poder de eventual dispositivo plebeu que no passado tivera fundamentado a *tribunicia potestas* veio a se fortalecer.

A absorção dos plebiscitos pelo ordenamento patrício fortaleceu o tribunato da plebe que passara a, de fato, exercer poder legislativo em Roma. Portanto, não poderíamos considerar que os tribunos atuassem como legisladores sem nenhuma forma de validação de seus poderes por parte do patriciado.

O mais óbvio é que os próprios tribunos poderiam criar plebiscitos lhes conferindo novos poderes já que estes obrigariam a todos. Deste modo, a partir de agora, confundiremos a validação da *tribunicia potestas* com a absorção do poder legislativo da plebe.

Antes do reconhecimento da inviolabilidade tribúncia, a existência do tribunato da plebe era precária. Não havia instrumentos legislativos que assegurassem o respeito ao tribunato da plebe.

Todavia, a plebe era numerosa. A força física da plebe era provavelmente o meio de coação utilizado pelos plebeus para que os patrícios respeitassem a sua magistratura. A própria sacrossantidade que determinava a morte do ofensor do tribuno estaria relacionada à vingança dos plebeus que estariam determinados em matar aquele que ofendessem os seus líderes.

A força coativa da plebe, por outro lado, poderia estar relacionada à grande necessidade dos plebeus para a manutenção do exército romano. Sabe-se que sem a plebe no exército, muito possivelmente Roma não teria tido tanto êxito em suas batalhas. O patriciado, portanto, necessitava manter os plebeus junto ao seu corpo militar⁴⁴⁴.

Entretanto, a força da plebe não teria sido suficiente para impor a aprovação de instrumento legislativo que garantisse com total eficiência os poderes de seus tribunos. Isso pode ter ocorrido não por falta de força, mas, sim, por falta de organização ou pelo simples

⁴⁴⁴ M. TALAMANCA, *Lineamenti* cit. (nota 8 *supra*), p.178: Até a aprovação da Lei Valéria Horácia em 449 a.C., o fundamento da inviolabilidade tribúncia teria sido a força política e militar adquirida pela plebe com a sua presença no exército centuriato e aliado à relativa fraqueza do patriciado.

fato dos plebeus não terem cogitado que seus recém-instituídos tribunos viessem a ter determinados poderes e garantias. Devemos nos lembrar de que o tribunato teria sido criado durante um evento revolucionário.

Para melhor compreensão do tema, analisaremos individualmente o que supostamente foi o principal instrumento de validação, ou institucionalização, do poder tribunício que é a Lei Valéria Horácia de 449 a.C. e, abordaremos também algumas outras possibilidades.

4.3.1 A *lex Valeria Horatia*

Quando se menciona a existência de um instrumento validatório patrício para o poder tribunício, a interpretação mais frequente é que tenha sido a Lei Valéria Horácia de *tribunicia potestas*.

Em 449 a.C, após um período de intensas arbitrariedades praticadas pelos decênviros e da revolta acumulada da plebe que teve seu ápice com a morte da plebeia Virgínia por causa de Ápio Cláudio, teria havido uma segunda secessão da plebe ao Monte Sacro.

Após a renúncia dos decênviros, teria havido o reestabelecimento dos tribunos da plebe e procedeu-se a eleição de novos tribunos. Contudo, teria persistido controvérsia acerca da submissão ou não dos senadores aos plebiscitos⁴⁴⁵ o que motivou a convocação de comício centuriato que aprovou três leis⁴⁴⁶.

A primeira delas, a *Lex Valeria Horatia de plebiscita*, de 449 a.C., garantiu autoridade legal ao plebiscito desde que houvesse ratificação do senado. Dessa forma, o plebiscito poderia ser submetido à *auctoritas patrum* e, dessa forma, com concordância e ratificação dos *patres*, ganhava status de lei. Isso não tinha caráter deliberativo dos

⁴⁴⁵ Se havia controvérsia acerca da submissão dos senadores, logo do patriciado, aos plebiscitos, já havia discussão acerca disso. Podemos imaginar com isso que os plebeus já vinham tentando impor seus instrumentos legislativos aos patrícios desde período anterior. Provavelmente essa controvérsia teria alguma relação com a natureza da tribunicia potestas por conta da conseguinte aprovação de lei relacionada ao tema.

⁴⁴⁶ Liv.3.55.

patrícios, mas sim de um contrato ou tratado entre as classes. Podendo, inclusive, se falar de lei-contrato ou lei-tratado.

TITO LÍVIO, seguido por um considerável número de autores⁴⁴⁷, acredita que a validação do tribunato se deu com a aprovação da Lei Valéria Horácia de *tribunicia potestas* no ano de 449 a.C.

É possível inferir que a Lei Valéria Horácia de 449 a.C. não tenha existido. O conjunto de três leis podem ter sido uma invenção lendária e essa possibilidade fortalece a hipótese de que não tenha havido, em momento algum o reconhecimento de direito do tribunato da plebe e de seus poderes. O que teria havido, portanto, era o reconhecimento de fato da atuação dos tribunos, ou seja, a mera tolerância dos patrícios em relação aos tribunos.

Ocorre que, no principado os poderes tribunícios eram reconhecidos de tal forma que o príncipe decidira absorvê-los para si⁴⁴⁸. Assim sendo, dificilmente poderia-se cogitar que nunca houve um reconhecimento de direito da *tribunicia potestas*. O que provavelmente houve foi uma demora nesse reconhecimento, tendo o mesmo ocorrido de maneira gradativa.

O que pode ser considerado como relativamente incontroverso é o papel da lei como uma forma de validação do tribunato da plebe perante o patriciado e o ordenamento jurídico romano. Até então, essa magistratura plebeia, supostamente, teria um caráter precário⁴⁴⁹.

⁴⁴⁷ L. CAPOGROSSI COLOGNESE, *Dalla tribù* cit. (nota 8 *supra*), p.221; M. TALAMANCA, *Lineamenti* cit. (nota 8 *supra*), p.97; G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.36.;

⁴⁴⁸ O imperador Augusto absorvera para si poderes das mais diversas instituições políticas da República: o *imperium* e a *tribunicia potestas*, pois, com a absorção de poderes que se balanceavam, isso possibilitava um controle político eficaz e o príncipe passaria a ter um poder praticamente inquestionável. O poder tribunício era bem amplo e deveria ser domado e, por outro lado, o tribunato carrega uma grande carga ideológica como sendo o defensor dos oprimidos.

⁴⁴⁹ Poderíamos embasar essa afirmação se supormos que o tribunato da plebe fora realmente suspenso durante o período do decenvirato. Apesar de que teria havido a suspensão de todas as magistraturas na época. Logo, não haveria direta associação entre a suspensão e a precariedade do tribunato que teria sido uma magistratura como as outras. Contudo, podemos supor que o tribunato tenha permanecido durante o decenvirato, isso demonstraria que, por não ser um poder legalmente instituído, não sendo considerada uma magistratura regular, ela não teria sido alterada. De todo modo, podemos supor, nessa situação, que ou o

Há algumas inconsistências nos relatos das fontes. Analisemos o que relata Lívio sobre a primeira secessão, em 494 a.C.:

<i>Agi deinde de concordia coeptum, concessumque in condiciones ut plebi sui magistratus essent sacrosancti quibus auxilii latio adversus consules esset, neve cui patrum capere eum magistratum liceret</i> ⁴⁵⁰ .	Agiu-se em seguida as tentativas de um acordo e foram determinadas as seguintes condições: que a plebe tivesse os próprios magistrados sacrossantos ⁴⁵¹ que se encarregariam de defendê-la contra os cônsules, sendo vedado aos patrícios o acesso a essa magistratura.
---	--

Segundo DIONÍSIO DE HALICARNASSO, logo após o regresso a Roma os plebeus fizeram ser aprovada uma lei com o seguinte teor:

<i>Ὅρκῳ βεβαιώσαντας αὐτῇ τὸ ἀσφαλές. ἐδόκει ταῦτα πᾶσι, καὶ γράφεται πρὸς αὐτοῦ καὶ τῶν συναρχόντων ὅδε ὁ νόμος: δῆμαρχον ἄκοντα, ὥσπερ ἓνα τῶν πολλῶν, μηδεὶς μηδὲν ἀναγκαζέτω δρᾶν μηδὲ μαστιγούτω μηδ' ἐπιταττέτω μαστιγοῦν ἑτέρῳ μηδ' ἀποκτινύτω μηδ' ἀποκτείνειν κελεύετω. ἐὰν δέ τις τῶν ἀπηγορευμένων τι ποιήσῃ, ἐξάριστος ἔστω, καὶ τὰ χρήματα αὐτοῦ Δῆμητρος ἱερά, καὶ ὁ κτείνας τινὰ τῶν ταῦτ</i> ⁴⁵² .	“Que ninguém obrigue um tribuno a fazer algo contra sua vontade, como se tratasse de uma pessoa qualquer, nem o golpeie, nem ordene a outro que o faça, nem o mate, nem ordene matá-lo. Se alguém violar alguma dessas proibições, será expulso como ímpio e seus bens consagrados a Ceres; e aquele que matar alguém que realizar esses atos, ficará livre de culpa.”
---	--

TITO LÍVIO, por sua vez referindo-se à segunda secessão e o sucessivo restabelecimento da inviolabilidade tribunicia, em 449 a.C.:

tribunato era uma instituição ignorada pelos patrícios ou uma instituição tão poderosa que mesmo em seus primórdios já superaria as homólogas patrícias.

⁴⁵⁰ Liv.2.33.1.

⁴⁵¹ Tito Lívio utiliza o termo “*sacrosancti*”, porém vários tradutores atribuem à palavra o sentido de inviolável. A tradução italiana de M. SCANDOLA: “*inviolabili*”, a tradução em língua portuguesa de P.M. PEIXOTO: “invioláveis”. Cumpre salientar que sacrossanto e inviolável não são sinônimos.

⁴⁵² Dio.Hal. 6. 89.3.

<p><i>Et cum religione inuiolatos eos, tum lege etiam fecerunt, sanciendo ut qui tribunis plebis aedilibus iudicibus decemuiris nocuisset, eius caput Ioui sacrum esset, familia ad aedem Cereris Liberi Liberaeque uenum iret</i>⁴⁵³.</p>	<p>Tornaram-nos invioláveis não só pela religião mas também por uma lei que determinava o seguinte: se alguém atentasse contra os tribunos da plebe, os edis e os iudices decemviri, teria sua cabeça imolada a Júpiter e todos os seus bens vendidos em benefício do templo de Ceres, Líber e Líbera.</p>
---	--

O teor de ambos os fragmentos é praticamente idêntico a despeito de se referirem a momentos históricos distintos e com um espaço temporal de décadas entre eles.

O disposto na lei aprovada no segundo momento possui disposição similar ao que tradicionalmente é atribuído a um texto legal plebeu editado durante a primeira secessão.

Nota-se no fragmento de Lívio algumas incoerências temporais: por exemplo, ele menciona os *iudices decemviri* que provavelmente não existiam mais na data que supostamente a Lei Valéria Horácia foi promulgada⁴⁵⁴. Isso poderia levar à conclusão de que LÍVIO e DIONÍSIO se referiam ao mesmo momento histórico.

Isso ensejaria um questionamento sobre o surgimento do tribunato e sua relação com a Lei Valéria Horácia. Poderia ser inferido, até mesmo, que a Lei Valéria Horácia teria sido o instrumento que criara o tribunato da plebe.

Entretanto, seria mais possível conjecturar que o tribunato teria existido precariamente antes da secessão e, em uma secessão que teria ocorrido em 449 a.C., a Lei Valéria Horácia veio regulamentá-lo com a determinação de sua inviolabilidade.

Por conta disso, deve-se questionar o teor das normas deliberadas, pois não é unânime e consolidado o entendimento do que foi exatamente estipulado pela plebe inicialmente e o que veio após a validação do patriciado.

⁴⁵³ Liv. 3.55,7.

⁴⁵⁴ G. GROSSO, *Storia* cit. (nota 8 supra), p.88.

Uma das possibilidades é que a primeira norma, ou ato, da plebe instituiu a sacralidade dos tribunos. Eles, por conta disso, seriam invioláveis. A segunda norma, por sua vez, mencionada por *FESTUS*, tornava impune aquele que matasse o ofensor e possuía, inclusive, indicação que era uma disposição legal.

Contudo, esse dispositivo “*eo plebei scito*”, enfatizando uma decisão plebeia, poderia ter ocorrido no primeiro momento, quando do surgimento do tribunato. Podendo até mesmo se falar em um plebiscito.

De todo modo, essa hipótese não é impassível de questionamento. Supor que a lei na verdade teria sido um plebiscito é possível, ou até mesmo supor que a lei era o juramento referido por DIONÍSIO DE HALICARNASSO⁴⁵⁵.

A suposição de que a *Lex Valeria Horatia de tribunicia potestas* era um plebiscito não é desprovida de lógica. Contudo, para assim pensarmos deveríamos postegar a data em que essa lei, ou plebiscito, foi supostamente editada⁴⁵⁶.

O conteúdo da *Lex Valeria Horatia de tribunicia potestas* pode não ter sido tratado em uma lei específica relativa aos tribunos da plebe. Mas, sim, ter sido parte de uma lei mais genérica tratando de plebiscitos:

A lei centuriata reconheceu a tutela extraordinária da magistratura plebeia, isentando aqueles que vingassem a ofensa dirigida a tribuno de qualquer punição.

Todavia, pode-se interpretar que ela não reconheceu em nenhum momento o caráter sagrado do tribunato da plebe ou sua consequente inviolabilidade. O que a lei teria feito foi somente conciliar as consequências da sacrossantidade com o sistema penal romano⁴⁵⁷.

⁴⁵⁵ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.44.

⁴⁵⁶ Supostamente, a *Lex Valeria Horatia de plebiscita* teria sido o primeiro instrumento legislativo a garantir alguma validade dos plebiscitos perante o patriciado mesmo que essa pressupunha uma validação do Senado. Não tem muito sentido que um plebiscito teria sido o primeiro instrumento a dar valor aos plebiscitos. Poderíamos cogitar que os plebeus teriam aprovado o seu plebiscito e coagido o patriciado a aceitá-lo, mas não teria sentido, nesse caso, haver a participação do Senado. Se houvesse alguma forma de coação, essa teria sido para impor a sua legislação, como muito provavelmente era feito inicialmente com a lei sagrada que fundamentou o tribunato da plebe.

⁴⁵⁷ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.59.

Considerando um surgimento primitivo do tribunato, há a hipótese de que um *foedus* não fora o responsável pela criação do instituto, mas, sim, pela sua assunção e legalização por parte da *civitas*⁴⁵⁸.

A hipótese da existência de um *foedus* é, como visto anteriormente, bastante plausível e está embasada por historiadores como DIONÍSIO DE HALICARNASSO.

Mas, como discutido em capítulo próprio, essa hipótese está sujeita a diversas críticas, principalmente a impossibilidade de um tratado entre os plebeus e Roma, pelo simples fato dos primeiros fazerem parte do segundo. Seria um tratado entre duas partes do mesmo corpo. O fator agravante seria, ainda, o caráter de tratado internacional do *foedus*.

Pode-se dirimir parte dessas críticas ao conceber a ocorrência do *foedus* como instrumento validador do tribunato da plebe⁴⁵⁹. O tribunato, então, poderia ter sido instituído através de um juramento, hipótese mais adequada à sua natureza revolucionária, e ter sido validado posteriormente utilizando um tratado.

Mesmo assim, o mais coerente é cogitar uma validação através de um instrumento legislativo. O *foedus* mesmo sendo confirmado por uma assembleia, não possui a mesma praticidade de uma lei comicial. Não é crível que, em momento de paz, os patrícios resolvam estabelecer um tratado com uma parte de seu próprio estado para legitimar algo que já existia.

O teor da lei assegurando a inviolabilidade dos tribunos através da *sacratio capitis* do ofensor e da consagração de seus bens aos deuses plebeus é possivelmente uma transcrição do texto do instrumento legislativo plebeu que instituiu o tribunato.

A lei Valéria Horácia, ou qualquer que seja ulterior validação do tribunato, pode ter sido somente a confirmação ou renovação de algo que já estava devidamente incorporado ao ordenamento jurídico ou que não viria tão cedo a ser incorporado.

⁴⁵⁸ G. GROSSO, *Lezioni* cit. (nota 8 *supra*), p.87.

⁴⁵⁹ Principalmente nos esquivando de atribuir às instituições romanas antigas as definições que hoje conhecemos. Apesar de enfatizarmos o caráter internacional do *foedus* nada impede de que, segundo as tradições e conceitos da época, ele fosse possível.

Provavelmente, quando a Lei Valéria Horácia foi editada o tribunato da plebe ainda estava em sua fase revolucionária. A sua absorção pelo ordenamento jurídico romano e a sua classificação como uma magistratura de fato ainda tardaria algumas décadas, quiçá séculos.

Os jurisconsultos republicanos interpretaram que a Lei Valéria Horácia tornavam os ofensores sacrílegos. Entretanto, os juristas negavam que a lei tornara os tribunos invioláveis ou sacrossantos. Portanto, a lei teria somente o aspecto de prever uma punição para os ofensores dos tribunos⁴⁶⁰.

Com pensamento contrário ao dos jurisconsultos, CATÃO⁴⁶¹ supõe que os tribunos da plebe eram sim sacrossantos.

A justificativa mais plausível para ausência de menção à inviolabilidade tribunicia na Lei Valéria Horácia seria a de que os plebeus já tinham previsto a sacrossantidade de seus magistrados anteriormente, provavelmente durante o juramento⁴⁶² realizado durante a secessão da plebe.

A lei que veio, posteriormente, garantir impunidade àqueles que vingassem a ofensa cometida contra algum tribuno, na verdade, não tratou diretamente de constituir os poderes tribunícios⁴⁶³. Apesar de ser uma forma de reconhecimento, indireto, da *tribunicia potestas* por parte de todo o povo romano, a lei não tratou disso.

Poderia-se tentar atribuir a outra lei, ou dispositivo legal, o caráter de validador da *tribunicia potestas*, a despeito da tradição atribuir à Lei Valéria Horácia como foi anteriormente abordado.

G. NICCOLINI atribui ao ano de 471 a.C. o início do período histórico do tribunato da plebe, ao qual podemos presenciar alguma segurança no que nos é relatado⁴⁶⁴.

⁴⁶⁰ Liv.3.55.8.

⁴⁶¹ Festo (L) p. 422.

⁴⁶² C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p. 62.

⁴⁶³ Op cit.

⁴⁶⁴ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p. 38.

Esse período coincide com a edição da *Lex Publilia Voleronis*⁴⁶⁵ que estabeleceu a eleição dos tribunos da plebe através dos comícios tributos e teriam tornado os plebeus completamente independentes politicamente dos patrícios.

Entretanto, não se pode falar na *Lex Publilia* como um instrumento garantidor do tribunato da plebe. Primeiramente, trata-se de um plebiscito. Nessa época, os plebiscitos ainda não tinham força de lei. Portanto, não poderíamos cogitar de que um plebiscito pudesse ter o condão de trazer o tribunato para o ordenamento jurídico romano.

Além disso, o teor da *Lex Publilia* foi regularizar as eleições dos tribunos que até então, supostamente, não possuíam um método específico para serem realizadas⁴⁶⁶.

Conforme G. NICCOLINI, a edição da *Lex Publilia* fortalecia as instituições jurídicas plebeias, pois o patriciado passara a reconhecer a validade da eleição dos magistrados plebeus através de suas próprias assembleias e isso viria a ser uma antecipação ao futuro reconhecimento dos plebiscitos como lei⁴⁶⁷.

LÍVIO relata a aprovação de leis em comício centuriato que garantiam direitos à plebe e que fortaleciam o poder tribunício:

<i>Legem centuriatis comitiis tulere ut quod tributim plebes iussisset populum teneret; qua lege tribunicis rogationibus telum acerrimum datum est. aliam deinde consularem legem de prouocatione, unicum praesidium libertatis, decemvirali potestate euersam, non restituunt modo, sed etiam in posterum muniunt sanciendo nouam legem, ne quis ullum magistratum sine prouocatione crearet; qui creasset, eum ius fasque esset occidi, neue ea caedes capitalis</i>	Os cônsules submeteram aos comícios centuriatos uma lei que dispunha que as decisões da plebe reunida por tribos teriam força de lei para todo o povo romano. Com essa lei foi dada uma terrível arma aos projetos dos tribunos. Depois, outra lei consular sobre o direito da apelação, principal sustentáculo da liberdade abolido pelo poder dos decênviros, não só restabeleceu esse direito como consolidou-o para o futuro, com a
--	---

⁴⁶⁵ Liv. 2.58.

⁴⁶⁶ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), pp. 36-37.

⁴⁶⁷ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.37.

*noxae haberetur*⁴⁶⁸.

sanção de uma nova lei que proibia a criação de qualquer outra magistratura sem apelação, sem que esse crime fosse considerado crime de morte.

Ele é claro em relatar que o objeto das leis aprovadas no comício centuriato não era a sacrossantidade dos tribunos:

*Et cum plebem hinc prouocatione, hinc tribunicio auxilio satis firmassent, ipsis quoque tribunis, ut sacrosancti uiderentur, cuius rei prope iam memoria aboleuerat, relatis quibusdam ex magno interuallo caerimoniis renouarunt*⁴⁶⁹.

Uma vez consolidada a situação da plebe, tanto pelo direito de apelação, quanto pela proteção tribunícia, devolveram também aos tribunos seu caráter sacrossanto, restabelecendo algumas de suas cerimônias rituais interrompidas há muito tempo.

Contudo, não haviam garantias de que a Lei Valéria Horácia determinara, ou ratificara, a sacrossantidade dos tribunos. O próprio autor relata que os juristas, então, declararam que a lei não tornava os tribunos sacrossantos, mas somente determinavam que aqueles que os prejudicassem seriam sacrificados:

*Hac lege iuris interpretes negant quemquam sacrosanctum esse, sed eum qui eorum cui nocuerit Ioui sacrum sanciri*⁴⁷⁰.

Os juristas declararam que essa lei não tornava os tribunos sacrossantos, apenas determinava que aqueles que os prejudicassem seriam sacrificados a Júpiter.

Outra discussão que é possível levantar é sobre a natureza da lei que determinou a sacralidade dos ofensores dos tribunos. LÍVIO não é claro acerca dessa. Apesar de possivelmente o autor estar se referindo a uma lei centuriata como as outras relatadas, nada impede de que a mesma tenha sido uma lei sagrada.

⁴⁶⁸ Liv.3.55.3-5.

⁴⁶⁹ Liv. 3.55.6.

⁴⁷⁰ Liv. 3.55.8.

LÍVIO fala, ainda, em um plebiscito:

<i>M. Duillius deinde tribunus plebis</i>	Marco Duílio, tribuno da plebe,
<i>plebem rogavit plebesque sciuit qui plebem</i>	propôs e a plebe aprovou o seguinte
<i>sine tribunis reliquisset, quique magistratum</i>	decreto; quem privasse o povo de seus
<i>sine prouocatione creasset, tergo ac capite</i>	tribunos, ou criasse uma magistratura sem
<i>puniretur</i> ⁴⁷¹ .	apelação, seria açoitado e decapitado.

Pode-se extrair diversas interpretações desses fragmentos de TITO LÍVIO. Como supostamente os plebiscitos passaram a ter poder de lei, os tribunos da plebe não necessitavam de leis comiciais para protegê-los. Contudo, sabe-se que isso não ocorrera nesse momento⁴⁷².

LÍVIO também narra que os patrícios deixavam passar todas essas leis: *haec omnia ut inuitis, ita non aduersantibus patriciis transacta, quia nondum in quemquam unum saeuiebatur*⁴⁷³. Essa expressão nos faz entender que os patrícios tinham o controle, de alguma forma, do que seria aprovado ou não. No entendimento dele, o consenso do patriciado era fundamental para a manutenção do poder tribunício.

4.3.2 As *leges Licinia e Hortensia*

Em 367 a.C. houve a aprovação da *Lex Licinia* que estabeleceu que ao menos um dos cônsules deveria ser plebeu. Além disso, regulamentou o uso das terras públicas e

⁴⁷¹ Liv.3.55.14.

⁴⁷² Tradicionalmente se atribui o gradativo valor legal dos plebiscitos a três diferentes leis: a primeira delas teria sido a *Lex Valeria Horatia*, de 449 a.C. que garantia autoridade legal ao plebiscito desde que houvesse ratificação do senado. Dessa forma, o plebiscito poderia ser submetido à *auctoritas patrum* e, com concordância e ratificação dos patres, ganhava status de lei. Isso não tinha caráter deliberativo dos patrícios, mas, sim, de um contrato ou tratado entre as classes. Podendo, inclusive, se falar de lei-contrato ou lei-tratado. Após essa, no ano de 339. a.C, durante uma ditadura foram promulgadas três leis favoráveis à plebe e contrárias à nobreza. Todas as três aumentavam o poder político dos plebeus. A *Lex Publilia* submetia os plebiscitos à prévia ratificação do senado. Pode-se entender que esta prévia ratificação seria um senatoconsulto preventivo. Tito Lívio (13.12.14) relatou que essa lei *ut plebi scita omnes Quirites tenerent*. Ou seja, que os plebeus obrigaram a todos os Quirites. Com a parificação dos poderes, através da *Lex Hortensia*, os plebeus deixaram de estar às margens da sociedade romana e passam a participar ativamente da construção das normas de direito.

⁴⁷³ Liv.3.55.15.

estabeleceu o critério econômico para participação política, o que garantiu melhores condições aos plebeus que no momento já dominavam a economia⁴⁷⁴.

Por esse motivo, 367 a.C. pode ser visto como o ano em que a luta entre a plebe e o patriciado chegara ao fim e, após isso, com a participação dos plebeus na magistratura suprema, não haveriam mais motivos para que houvesse luta entre as classes⁴⁷⁵.

T. P. WISEMAN levanta a possibilidade de que o consulado apenas teria surgido no ano de 367 a.C. por conta das *legis Liciniae*⁴⁷⁶ e, nesse sentido, o tribunato da plebe teria surgido somente nesse ano junto com o consulado. Essa percepção pode ser conectada à de G. LOBRANO que enxerga a existência possível de dois tribunatos e interpretarmos que seria possível que até determinado momento o tribunato, e talvez as outras magistraturas, estariam revestidas de certa precariedade⁴⁷⁷.

No ano de 339. a.C, durante uma ditadura foi promulgada a *Lex Publilia*⁴⁷⁸ que submetia os plebiscitos à prévia ratificação do senado. Pode-se entender que esta prévia ratificação seria um senatoconsulto preventivo⁴⁷⁹. Lívio relatou que essa lei *ut plebi scita omnes Quirites tenerent*⁴⁸⁰. Ou seja, que os *plebi scita* obrigaram a todos os Quirites.

A *Lex Hortensia* foi aprovada em 286 a.C, e, a partir dela, todas as deliberações legislativas da plebe passariam a vincular a todo o povo sem a necessidade de nenhuma validação anterior ou posterior.

⁴⁷⁴ L.CAPOGROSSI COLOGNESE, *Dalla Tribù* cit. (nota 8 *supra*), p.219: A Lei Licínia teria sido a definitiva equalização política dos plebeus com os patrícios e, consequentemente, o fim da luta entre as duas ordens. - Contudo, vale salientar, que apesar da Lei Licínia ter sido importante, a luta entre as duas ordens prosseguiu até a aprovação da Lei Hortênsia em 286 a.C. – Opinião que M. TALAMANCA, *Lineamenti* cit. (nota 8 *supra*), p.124, concorda.

⁴⁷⁵ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.29: possivelmente, o ano de 367 a.C. não fora o ano da parificação real, o autor critica a teoria de que um dos cônsules era plebeu a partir de 367 a.C. Segundo ele, isso só ocorrera a partir de 320 a.C. quando a existência de cônsul plebeu passou a constar nos *Fasti*.

⁴⁷⁶ T. P. WISEMAN, *Remus: a Roman Myth*, Cambridge, 1995, pp. 106-107. - N. MEUNIER, *Tribuni plebis* cit. (nota 85 *supra*), pp.359-360: até 367 a.C. haveria os *tribuni consulare potestate*, força militar antagônica aos *tribuni militum* plebeus. Após essa data, surgiram os cônsules e os tribunos da plebe.

⁴⁷⁷ G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 8 *supra*), p. 55.

⁴⁷⁸ Liv. 2.56-58.

⁴⁷⁹ Op.cit. pg. 42.

⁴⁸⁰ Liv. 13.12.14.

Com o pareamento dos poderes, através da *Lex Hortensia*⁴⁸¹, os plebeus deixaram de estar às margens da sociedade romana e passam a participar ativamente da construção das normas de direito. O plebiscito chegou ao ponto de superar consideravelmente, em número, outras *rogatio*.

De 449 a.C. a 286 a.C., no momento da aprovação da *Lex Hortensia*, pelo menos metade das *rogatio* de que se havia notícia foram plebiscitos⁴⁸². No período compreendido entre 339 a.C., ano da aprovação da *Lex Publilia*, e o ano de 27 a.C., das quinhentas e sessenta e quatro *rogatio* de que se tem notícia, duzentas e oitenta e seis são seguramente plebiscitos. Cento e cinquenta e quatro, por sua vez, foram votadas em comícios centuriatos ou de tribos e as outras cento e quatorze não se sabe se são leis ou plebiscitos mas grande parte se assemelham a plebiscitos⁴⁸³.

Essa prevalência dos *plebiscita* não se resume a questões práticas meramente. Isso se deve a uma postura geral antiaristocrática e à priorização da atividade legislativa democrática em contraponto àquelas ligadas tão somente a nobreza. Esse fenômeno tem viés ideológico e político e se justifica pelo plebiscito ter uma base social bem mais ampla⁴⁸⁴.

Supondo que não tivesse havido, até então, nenhum instrumento patrício validando a *tribunicia potestas*, com a aprovação da Lei Hortêncina, se tornaria impossível que o tribunato não viesse a ser normatizado a partir desse momento. Os tribunos passaram a ter poder legislativo vinculando todo o povo.

⁴⁸¹ G.1.3: Lei é o que o povo romano ordena e constitui. Plebiscito é o que a plebe manda e constitui. [...] Por isso, os patrícios outrora não se consideravam submetidos aos plebiscitos, por terem estes sido feitos sem a autoridade deles, mas depois foi promulgada a lei Hortêncina, que dispôs fossem os plebiscitos aplicados a todo o povo e, assim, foram equiparados às leis. - D. 1, 2, 2, 8: Depois, como existissem na *civitas* a Lei das Doze Tábuas, o direito civil e as ações da lei, ocorreu que a plebe chegou a uma discórdia com os patrícios, retirou-se e constituiu a si direitos, os quais se chamam direitos deliberados pela plebe. Em seguida, como a plebe foi chamada de volta porque muitas discórdias nasciam a respeito desses plebiscitos, estabeleceu-se pela *lex Hortensia* que também eles fossem observados como leis. E assim foi feito, de modo que entre os plebiscitos e leis é relevante somente o modo de constituir, o vigor, porém é o mesmo.

⁴⁸² F. SERRAO, *Classi* cit. (nota 8 *supra*), pg.41.

⁴⁸³ Op.cit. pg.70.

⁴⁸⁴ Op.cit. pg.72.

Entretanto, é difícil imaginar que os plebeus e seus tribunos tivessem chegado ao fim dessa luta, após o pareamento legislativo e os já então conquistados acesso às magistraturas patrícias e o conúbio entre as classes, sem que os poderes de seus líderes fossem validados de alguma forma.

4.4 A *tribunicia potestas* à margem do direito

O tribunato da plebe, surgido provavelmente através de ato unilateral da plebe, foi um instituto que desagradou fortemente o patriciado. Os plebeus tinham nestes os seus protetores contra as atrocidades patrícias.

Nesse cenário, bispamos uma magistratura enérgica. Com o decorrer do tempo, percebemos que o tribunato da plebe se fortaleceu e sua atuação se tornou cada vez mais ousada.

Não é presumível que estes magistrados facilmente tenham recebido a proteção do ordenamento jurídico controlado pelo mesmo patriciado combatido pelos tribunos.

A. GUARINO levanta a possibilidade de que a *Lex Valeria Horatia de tribunia potestas* foi uma invenção legendária. Para ele, o reconhecimento dos magistrados plebeus e a sua gradual absorção por parte do ordenamento jurídico romano se deu, não de maneira oficial, mas *de facto* com o decorrer do tempo⁴⁸⁵.

A possibilidade narrada por A. GUARINO é possível e viável. Ao analisarmos a hipótese do tribunato ter surgido e se mantido graças à coação da plebe, não é muito difícil imaginarmos que essa situação precária tenha se perdurado.

A Lei Valéria Horácia supostamente foi editada por dois cônsules: *Lucius Valerius Poplicola Potitus* e *Marcus Horatius Barbatus*. Em 509 a.C. os dois cônsules eram *Publius Valerius Publicola* e *Marcus Horatius Pulvillus*⁴⁸⁶.

⁴⁸⁵ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 80.

⁴⁸⁶ Liv. 2.8.

Não é uma simples coincidência os nomes dos cônsules serem bastante similares. Os dois cônsules editaram, em 509 a.C., uma lei que previa a consagração aos deuses do sujeito e dos bens deste que tentasse ser rei⁴⁸⁷. A previsão legislativa é igualmente similar à da Lei Valéria Horácia de *tribunicia potestas*.

Podemos especular, com isso, que a Lei Valéria Horácia tenha sido realmente uma lenda. Poderia ser uma tentativa de relatar uma criação tão gloriosa ao tribunato assim como foi o início da República, lhe atribuindo uma grande importância através de simbolismo.

O fortalecimento da plebe, tanto financeiramente, quanto numericamente, possibilitou gradualmente que os plebeus tivessem eficácia na conservação de seus magistrados.

Não teria sido fácil para o patriciado resistir à ira dos plebeus decididos de defender os seus magistrados. Os plebeus ao considerá-los sagrados não poupariam esforços em honrá-los e vingá-los.

Como foi abordado, uma hipotética lei comicial pode não ter em nenhum momento tutelado a inviolabilidade tribunicia, nem ao menos reconhecido formalmente o tribunato, o absorvendo no ordenamento jurídico romano.

O que pode ter havido foi uma relativa abdicação do poder punitivo por parte do patriciado que resolveu não punir quem vingasse a ofensa causada a tribuno. Mas, de todo modo, isso não se configura como um fundamento jurídico para a inviolabilidade dos tribunos⁴⁸⁸.

Segundo CASSIUS DIO, o poder tribunicio não era fundamentado em palavras ou em atos, mas sim, na possibilidade dos tribunos de eliminarem aqueles que os ofendessem sem a necessidade de julgamento prévio⁴⁸⁹.

⁴⁸⁷ Liv.2.8.2: “ante omnes de prouocatione aduersus magistratus ad populum sacrandoque cum bonis capite eius qui regni occupandi consilia inisset gratae in uolus leges fuere”.

⁴⁸⁸ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p. 60.

⁴⁸⁹ Cass. Dio. 53.17.9

Contradições nas leis relativas à absorção do plebiscito pelo ordenamento patrício podem indicar contradições nas leis que garantiram os poderes dos tribunos.

F. DE MARTINO, ciente da diversidade de versões, atribui à primeira secessão, o surgimento e o reconhecimento do tribunato da plebe, seguindo entendimento tradicional⁴⁹⁰.

Contudo, não podemos extrair da fala do autor o entendimento de que o tribunato possuía pleno reconhecimento desde sua origem. O que o autor quis afirmar que o tribunato possuía alguma forma de reconhecimento por parte do patriciado desde sua origem.

Isso não é completamente incorreto segundo o que abordamos. Mesmo seguindo as teses de que o tribunato surgira de um ato unilateral plebeu, houve certa tolerância do patriciado à magistratura plebeia. Pois, sabe-se que se não a houvesse, o patriciado poderia ter a erradicado.

Seria possível imaginar que o patriciado não reconheceria efetivamente uma magistratura que tinha como principal atribuição defender os plebeus das arbitrariedades dos patrícios.

Nesse sentido, poderíamos cogitar que nunca houvera reconhecimento ou validação do tribunato da plebe por parte do ordenamento jurídico-constitucional dos romanos. A magistratura plebeia poderia ter mantido por toda a sua existência um caráter precário e meramente revolucionário.

Há uma grande possibilidade de que tenha havido deturpação no que tange às datas de criação do tribunato da plebe e de seu posterior reconhecimento.

Possivelmente, a data que atribuem à criação do tribunato foi antecipada. Assim como houve a antecipação excessiva do reconhecimento da magistratura revolucionária plebeia por parte da *civitas*⁴⁹¹.

⁴⁹⁰ F. DE MARTINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), I, p. 209.

⁴⁹¹ A. GUARINO, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), pp.75s.

As Leis Valérias Horácias podem não ter passado de invenção. Por exemplo, uma destas leis supostamente equiparou *plebiscita* com *leges publicae*. Todavia, é provável que estas últimas nem existissem no ano de 449 a.C.⁴⁹².

As leis podem ter existido, mas em período posterior. Sabe-se que as datas da instituição do tribunato e de sua posterior e hipotética validação são questionáveis e possivelmente foram antecipadas excessivamente⁴⁹³.

A. GUARINO aventa a possibilidade de que não houve reconhecimento das atribuições eleitorais dos *concilia plebis* por parte da *civitas* e, por conta disso, supõe-se que não houve, em nenhum momento, reconhecimento dos tribunos da plebe⁴⁹⁴.

Seguindo esse raciocínio, há duas possibilidades: a primeira de que o tribunato da plebe tenha sido reconhecido e/ou validado através de outro instrumento jurídico posteriormente e a segunda de que o tribunato nunca foi reconhecido juridicamente pela *civitas*.

A segunda possibilidade não encontra respaldo em grande parte da doutrina e do material deixado pelos historiadores clássicos. Pode-se interpretar que o reconhecimento de direito tenha vindo tardiamente, mas não há de se cogitar a sua inexistência.

Primeiramente, não foram poucas as leis que supostamente reforçaram o poder da plebe no decorrer da República e, consequentemente o poder tribunício. Principalmente se pensarmos nos tribunos da plebe como legisladores responsáveis pelos plebiscitos que ganharam importância no ordenamento jurídico romano.

Em segundo lugar, o imperador Augusto tomou para si a *tribunicia potestas*⁴⁹⁵. Não faria sentido que o príncipe tenha incluído em seus poderes um poder que, apesar de revolucionário e utilizado de fato, não tivesse algum reconhecimento jurídico.

⁴⁹² Ibid., p.96.

⁴⁹³ Ibid., pp. 75s.

⁴⁹⁴ Ibid., p.96.

⁴⁹⁵ F. SERRAO, *La Costituzione di Augusto*, in: "Storia di Roma" 2, II, Torino, Einaudi, 1991, p.41: Poder tribunício de Augusto em 36 a.C. era limitado, em 30 a.C., ele passou a ser mais amplo e atingiu a plena *tribunicia potestas* em 23 a.C. O tribunato não encontrou mais espaço político depois de Augusto.

Segundo CASSIUS DIO, os imperadores não achavam correto serem tribunos, pois os tribunos agiam contra a classe patrícia, todavia, consideram o poder tribunício grandioso e, por isso, teoricamente recebiam o poder tribunício simultaneamente aos tribunos eleitos no momento⁴⁹⁶.

O reconhecimento do tribunato por parte do Estado pode ter sido parcial. Ou seja, eles indiretamente reconheciam, mas não o tutelavam. Desse modo poderia haver uma ausência de instrumentos legais dentro do ordenamento jurídico estatal relativos ao tribunato. Nesse sentido, poderíamos interpretar que o Estado simplesmente tolerava a existência dos tribunos.

A proclamação da inviolabilidade dos tribunos não possuiu relevância dentro do ordenamento jurídico romano por não ter sido fruto de deliberação de todo o povo, mas, sim, de um ato unilateral plebeu⁴⁹⁷.

O tribunato veio a ser incorporado ao ordenamento jurídico-constitucional com a edição da Lei Hortência, em 287 a.C., quando as duas ordens, patrícia e plebeia, foram finalmente equiparadas.

Nesse aspecto, poderíamos relembrar a fala de G. LOBRANO que fala em dois tribunatos diferentes: o primeiro teria existido nos dois primeiros séculos e seria o magistrado da plebe e o segundo, por sua vez, seria o magistrado do *populus*⁴⁹⁸ e teria surgido após a Lei Hortência.

⁴⁹⁶ Cassius Dio. 53.17.10

⁴⁹⁷ C. GIOFFREDI, *Il fondamento* cit. (nota 4 *supra*), p.63.

⁴⁹⁸ G. LOBRANO, *Il potere* cit. (nota 4 *supra*), p. 55.

5. CONCLUSÃO

A despeito do problema das origens da plebe e de sua real composição e diante de uma plebe provavelmente heterogênea, notam-se diversos possíveis motivos que teriam deixado a plebe descontente com seu *status quo* e que viriam a justificar um movimento secessionário: desde o endividamento de plebeus paupérrimos à ambição política de plebeus mais abastados, ligados ou não ao exército.

O tribunato da plebe veio a surgir como um instrumento representativo dos plebeus. Mesmo com seu caráter de magistratura questionado, ou até mesmo que seu aspecto representativo se limitasse aos mais poderosos, é inegável que os tribunos eram os líderes da plebe. A atuação principal dos tribunos, além de mobilizar a plebe e instaurar secessões que serviam como o método favorito para a obtenção de novas vantagens para os plebeus, era se opor às magistraturas patrícias, tendo como arma a *intercessio*.

Esse poder, para muitos, negativo, era de certa forma ilimitado. Os tribunos tinham o poder de interferir diretamente na atuação dos magistrados patrícios e no regular funcionamento das estruturas jurídicas e políticas da *civitas*.

Diante de tal poder, questiona-se como os plebeus conseguiram o impor ante os patrícios? Diversas são as teorias sobre a fundamentação desse poder tribunício. Os patrícios dificilmente teriam aceitado facilmente uma instituição que servia como contraposição ao seu domínio. Sabe-se que dificilmente eles teriam o admitido sem pelo menos estarem correndo riscos maiores.

Sabe-se da dificuldade em estudar fatos ocorridos em épocas remotas com o agravante de termos como fontes de estudo, obras e fontes históricas de épocas posteriores. Importantes fontes como TITO LÍVIO e DIONÍSIO DE HALICARNASSO, apesar de fornecer-nos detalhados relatos, ao estudarem o surgimento do tribunato da plebe já o faziam como estudo histórico por se tratar de época anterior às deles.

Disso se extrai que os fatos podem ter sido alterados no decorrer da história. Ocorre o mesmo quando se trata das obras de estudiosos do tema, já se tratando de época moderna, justificando a grande variedade de teorias e de contradições.

No encontro das similaridades entre as teorias e os relatos, exurge que as principais teorias compartilham o caráter revolucionário da plebe. Até mesmo ao admitir a teoria do *foedus* ou de qualquer que envolva a participação do patriciado, pode-se considerar revolucionário que uma classe oprimida tenha conseguido transigir com seus opressores para garantir tais poderes a seus magistrados.

Cogitou-se de um *foedus*, que teria sido jurado; em juramento; em lei sagrada, plebeia, igualmente jurada e, em deliberação plebeia. As teorias, de modo geral, giram em torno de dois eixos: um do juramento e outro de uma lei sagrada. Os quais, em essência e conceito, confundem-se, porque a lei sagrada teria sido jurada e o juramento poderia ter sido sagrado.

As leis sagradas, tidas como constituição da plebe, talvez assim o eram pela impossibilidade de os plebeus deliberarem de outra forma. A consagração de seus tribunos era a única alternativa viável para aqueles que não possuíam o domínio da produção legal.

Como qualquer uma das teorias pressupõem algum ato revolucionário da plebe, às vezes em maior ou menor grau, poderia-se dizer que o fundamento da *tribunicia potestas*, ao menos inicialmente, teria sido a força física da plebe que impôs as suas vontades.

Segundo R. JHERING, para quem o mundo romano foi fundado pela espada, nenhum direito existe que não tenha procedido do esforço individual e cujas origens não se percam nas profundezas da força física e, ao menos nas origens, a força individual era uma fonte do direito romano⁴⁹⁹.

Os patrícios provavelmente teriam muito medo de um ato rebelde da plebe. Afinal formava uma grande parcela da população e participava do exército, conhecendo as artes militares e o *modus operandi* do exército romano.

Além disso, o patriciado necessitava da plebe em seu exército. Em período de guerras constantes e de ambiciosos projetos de expansão: quanto maior o exército, mais grandiosa é a pátria.

⁴⁹⁹ R. JHERING, *O espírito* cit. (nota 9 *supra*), pp.107ss.: o que o homem conquista com o suor de sua fronte ou a troco de seu sangue, ele quer conservá-lo. Não há reconhecimento do direito de outrem senão insensivelmente e com trabalho.

Muito provavelmente, a plebe desconhecia o seu potencial. Os plebeus desconheciam qualquer organização cívica que não fosse a romana, incluindo os seus alicerces religiosos. Essa dependência originária impediu, de certa forma, que a plebe alcançasse seus objetivos mais rapidamente ou até alcançasse objetivos que jamais imaginaram serem possíveis.

Supor que a base do poder tribunicio, ao menos no início, era a força física plebeia, não afasta a possibilidade de uma deliberação conjunta entre ambas as ordens, mas, nesse caso, estaria-se diante de um patriciado aterrorizado e temendo algo pior. A secessão, movimento grevista dos plebeus, representava um método coativo eficaz: os plebeus utilizavam dela, ou de sua simples ameaça, para alcançar os seus objetivos.

As conquistas da plebe foram obtidas com a explicitação de sua utilidade dentro da civitas, principalmente se tratando de soldados em uma época extremamente militarizada e bélica.

O tribunato, em cenário histórico, de certa maneira, instável, evoluiu com o decorrer do tempo: de uma "magistratura" precária e com uma atuação meramente física a uma sofisticada magistratura integrada ao ordenamento jurídico -constitucional romano que veio a inspirar o surgimento de importantes instituições como a dos defensores do povo e os ministérios públicos da atualidade. De acordo com o popular ditado: Roma não se fez em um dia: muito menos a *tribunicia potestas*.

O próprio tribunato foi sendo utilizado no decorrer do tempo para estimular o seu próprio fortalecimento: o instrumento da plebe sendo utilizado para se auto-desenvolver. Não se deve, contudo, atribuir ao tribunato a responsabilidade por emancipar a plebe e, sim, à sua capacidade de mobilizar um grupo que no início da república não estava mobilizado e criar uma identidade de classe. Os tribunos, além de serem intercessores, eram, principalmente, agitadores e mobilizadores da plebe.

Pode-se entender que o patriciado tenha enxergado o tribunato da plebe como uma forma de controle do povo. Os patrícios não teriam a necessidade de negociar com uma massa amorfa, mas sim com lideranças estabelecidas. Facilitava, inclusive, a manipulação dessas lideranças como viria a ocorrer futuramente.

Imprescindível salientar que a verdadeira causa ensejadora da criação dos tribunos da plebe possa ter sido tão somente a tentativa do patriciado de impedir os plebeus de terem acesso às suas verdadeiras magistraturas concedendo-os uma magistratura própria, *sine imperio*⁵⁰⁰.

Sendo ou não uma concessão do patriciado para controlar a plebe, o tribunato veio a se tornar um importante instrumento na luta pela emancipação da plebe.

No entanto, há a possibilidade, ainda, de se negar o intuito social das iniciativas plebeias. A motivação social da secessão pode ter sido uma interpretação arbitrária dos fatos por autores que estavam imersos nos conflitos sociais de suas épocas.

Na opinião de G. DE SANCTIS, a suposta abolição dos débitos em 494 a.C e a lei posterior que proibiu a usura foram determinantes na independência da plebe perante o patriciado⁵⁰¹. Essa opinião serve para enfatizar que a emancipação da plebe se deu, principalmente, por conta de questões econômicas.

A revolução da plebe enriqueceu-a e o fator econômico influenciou fortemente as suas conquistas, determinando a sua maior participação na sociedade.

Contudo, como salientado, possivelmente a plebe garantiu unilateralmente os poderes de seus tribunos, fazendo conhecer a capacidade de uma *pars populi* e do próprio povo em impor respeito aos seus líderes.

Como dito por T. MOMMSEN, o tribunato teria sido uma quase-magistratura ou como aduziu G. LOBRANO, os tribunos poderiam ter sido não magistrados, mas somente *leaders* da plebe.

A Lei Valéria Horácia de 449 a.C., que supostamente teria institucionalizado o tribunato e sua *potestas*, na verdade somente veio afastar a punibilidade daquele que matasse o ofensor do tribuno.

⁵⁰⁰ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 49.

⁵⁰¹ G. DE SANCTIS, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 7.

De certo modo, podemos enxergar nisso um grande avanço e como uma forma de institucionalização da *tribunicia potestas*. É um problema constante analisarmos instrumentos jurídicos de período arcaico e enxergá-los sob a ótica da atualidade.

Mesmo podendo não ser uma magistratura propriamente dita, tendo ou não proteção legal ou fazendo parte ou não do ordenamento jurídico romano, o tribunato prestou muito bem o seu papel de auxílio à plebe tendo em vistas as possibilidades existentes à época.

Desse modo, o fundamento da *tribunicia potestas* era a plebe: seja sua força física, sua capacidade de mobilização ou sua imprescindibilidade dentro de Roma. A plebe criou, lutou, impôs, garantiu e desenvolveu o seu tribunato, garantidor de sua liberdade e exemplo de expressão do poder popular até a atualidade.

6. EXCURSUS I – O Juramento de Bolívar

É notória a inspiração romana dos movimentos de independência na América Latina colonial, mais notadamente na América Hispânica. Independencionistas como Francisco de Miranda utilizaram o direito público romano como base para os seus ordenamentos políticos e jurídicos propostos na América livre.

O mais célebre desses, entretanto, é Simón Bolívar, que em 18 de setembro de 1805, no Monte Sacro, celebrou o seu célebre e profético juramento, que prometia liberar a América Latina da opressão colonialista europeia⁵⁰²:

“Juro delante de usted: juro por el Dios de mis padres; juro por ellos; juro por mi honor, y juro por la Patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprien por voluntad del poder español”⁵⁰³

Esse juramento teria sido inspirado no juramento dos plebeus realizado em 494 a.C. que criara o tribunato da plebe e representara um grito de revolta dos plebeus acerca dos seus limitados direitos políticos no início da república romana⁵⁰⁴.

Bolívar, assim como os plebeus fizeram, pretendia construir progressivamente espaços efetivos de liberdade autêntica, com base em um clima de solidariedade, de justiça

⁵⁰² P. CATALANO, G. FIRPO, G. LOBRANO e F. VALLOCHIA, *Sull’emissione filatelica celebrativa del MMD anniversario del giuramento della plebe al Monte Sacro e dell’istituzione del tribuno della plebe*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n°7, 2008; JOÃO PAULO II, *Simón Bolívar y la Aspiración Latinoamericana a la “Patria Grande”*, Buenos Aires, CELA, Série Documentos, n°1.; S. SCHIPANI, *Defensa jurisdiccional de los derechos humanos y poder negativo*, in: Constitucionalismo latino y liberalismo, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 1990, pp.15ss.

⁵⁰³ M. URIBE ÁNGEL, *El libertador, su ayo e su capellán*, in: Homenaje de Colombia al Libertador Simón Bolívar em su Primer Centenario, Bogotá, Edición Oficial, 1884, p.74.

⁵⁰⁴ A importância do juramento dos plebeus no Monte Sacro e sua forte representatividade ideológica ensejou uma série de homenagens durante o seu 2500º aniversário. Em 15 de novembro de 2007, por exemplo, o conselho da comuna de Roma deliberou unanimemente e celebrar solenemente esse aniversário. A *Poste Italiane*, por sua vez, em 2008, imprimiu selos comemorativos ao aniversário do juramento. O aniversário igualmente mobilizou romanistas como P. CATALANO e G. LOBRANO que celebraram essa data histórica com a produção de artigos e seminários relacionados ao tema.

generalizada e de respeito aos direitos de cada comunidade política⁵⁰⁵. Bolívar pretendia fundar uma grande república federativa pan-americana: nações livres e independentes unidas entre si por um corpo de leis em comum que regulem seus relacionamentos externos.

Apesar de serem associados, não há correlação entre os objetivos dos plebeus e o caráter independencionista da ideologia de Bolívar. O venezuelano buscava romper os vínculos existentes entre a América Hispânica e a metrópole espanhola. Os plebeus, por sua vez, não buscaram se auto-governar. Apesar da igual opressão e submissão jurídica e política, não há como comparar o movimento plebeico com o movimento separatista no continente americano.

Frequentemente, há a romantização do movimento plebeico que é representado como sendo composto e liderado por um grupo social completamente oprimido que resolve se insurgir contra os seus opressores. Todavia, como visto, isso não corresponde completamente com a realidade. Não se nega a possibilidade da participação de plebeus menos favorecidos economicamente no movimento, mas, esse teria sido liderado por uma plebe abastada que pretendia equiparar os seus privilégios aos dos patrícios e, assim o fez, surgindo posteriormente a *nobilitas*⁵⁰⁶.

É inegável que a essência libertadora do movimento da plebe motivou Bolívar e muitos outros. Contudo, há de se diferenciar a inspiração no que se refere a uma ideologia, de certa forma, romantizada, da inspiração no que tange aos seus institutos.

O tribunato da plebe, inspirou vários sistemas constitucionais e políticos, pelo mundo, que vieram, inclusive, a criar institutos jurídicos similares como, por exemplo, o *defensor del pueblo* espanhol⁵⁰⁷.

⁵⁰⁵ JOÃO PAULO II, *Simón Bolívar y la Aspiración Latinoamericana a la "Patria Grande"*, Buenos Aires, CELA, Série Documentos, nº1, p.6: a construção da liberdade deve focar na superação de sistemas econômicos e ideologias que não estão a serviço da dimensão completa do homem e que a sufoca injustamente.

⁵⁰⁶ J. L. HALPÉRIN, *Tribunat de la plèbe et haute plèbe (493-218 av. J.C.)*, in: *Revue historique de droit français et étranger*, série IV, v. 2, 1984, pp.161-181.: havia uma alta plebe, abastada, que liderava os plebeus. Os tribunos eram provenientes de famílias ricas e influentes.

⁵⁰⁷ P. CATALANO, G. FIRPO, G. LOBRANO e F. VALLOCHIA, *Sull'emissione* cit. (nota 502 *supra*): a ideia do tribunato como instrumento de soberania popular emerge no projeto mazziniano da Constituição da República

Romana de 1849 e nas discussões daquela assembleia constituinte. Mesma ideia surge na Revolução Russa, apesar de que Lenin refutou a proposta de instituir um tribunate dos Soviéticos. No início do século XIX surgiu a figura do *ombudsman* no direito sueco. A instituição teve um grande desenvolvimento no continente europeu na segunda metade do século XX sobretudo seguindo a Constituição espanhola de 1978 que preveu a figura do *defensor del pueblo*. Na América Latina, essa figura ganhou, com várias denominações, a função de defensor dos direitos humanos.

7. EXCURSUS II – Tribunato e Revolução

A luta da plebe contra o patriciado nos primeiros séculos da república romana é tida como revolucionária, e tem o tribunato como seu representante. A plebe teria promovido uma revolução que teria assegurado a sua efetiva participação no ordenamento jurídico, político e social da *civitas*⁵⁰⁸.

Apesar de muitas vezes o processo de instituição do tribunato da plebe e da afirmação de sua *potestas* ser retratado como sendo um processo revolucionário, não se pode afirmar que de fato houve uma revolução.

Como foi visto anteriormente, o processo de consolidação da *tribunicia potestas* durou séculos e resultou na absorção do tribunato da plebe pelo estado romano, tornando-o, posteriormente, tribunato do povo.

Pode-se enxergar a magistratura plebeia como um órgão revolucionário permanente. Nesse sentido, imaginaríamos que o tribunato teria se infiltrado na estrutura social romana com o pretexto de derrubá-la. Contudo, isso não ocorreu: os plebeus adentraram na sociedade romana, adquirindo posição de destaque⁵⁰⁹.

Vale salientar que nenhuma das vertentes plebeias durante a secessão pretendiam destruir a sociedade romana. A primeira vertente pretendia fundar uma cidade plebeia e a segunda vertente, liderada pelos plebeus mais ricos, pretendia adentrar no patriciado. Ou irem embora ou se tornarem patrícios.

⁵⁰⁸ M. BRITTO, *Direito de resistência e poder negativo no pensamento de Norberto Bobbio: uma análise crítica*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, nº 9, 2010; P. CATALANO, *Derecho Romano Publico y Revoluciones*, Sassari, Gruppo di Ricerca sulla Diffusione del Diritto Romano, 19xx; A. GUARINO, *La rivoluzione della plebe*, Liguori, Napoli, 1975.

⁵⁰⁹ V. ARANGIO-RUIZ, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p. 46 -. T. MOMMSEN, *Storia* cit. (nota 8 *supra*), p.73: grande é a probabilidade de que os plebeus não ambicionavam destruir a ordem vigente e, muito menos, o tentaram

Com o decorrer do tempo, o tribunato passou a se incluir no ordenamento jurídico patrício, ganhando caráter de normalidade. Ele, cada vez mais, se adapta ao sistema e vai ganhando convivência pacífica com as outras magistraturas.

Seguindo esse raciocínio, entende-se que a despeito de sua origem revolucionária, ou seja, que lutava por um novo ordenamento, o tribunato no decorrer do tempo passou a fazer parte do ordenamento que tanto combatia.

Negar que houve uma revolução da plebe ou um processo revolucionário de nenhum modo retira a importância e a grandiosidade do tribunato da plebe e de seu processo de surgimento e consolidação. O tribunato é fundado, sim, na rebeldia de um povo que lutou firmemente para se impor dentro do sistema. Portanto, não devemos nos prender a terminologia, ainda mais quando nos referimos a uma terminologia atual como é o caso da revolução⁵¹⁰.

G. NICCOLINI afirma que o caráter revolucionário, se deu na origem do tribunato e que, em parte, nunca existiu e, que veio a dar lugar a um caráter de ordem e de normalidade gradativamente inserido na constituição patrícia, coexistindo, quando possível, com as outras magistraturas⁵¹¹.

A luta da plebe em Roma nos abre a um questionamento acerca de nossa situação jurídica e social atual. Deve-se pensar que o direito não atua, de modo geral, como um elemento enfático de transformação da sociedade. Vale salientar que as revoluções não existem mais da forma que já existiram. Desse modo, questiona-se acerca de como devemos agir, dentro do estado democrático de direito, para atingir as desigualdades e injustiças sociais. É importante refletir se o direito está acompanhando as mudanças da sociedade da maneira que ela muda.

⁵¹⁰ Não há registro de que os romanos conhecessem o conceito de revolução. Ao menos, provavelmente, não havia o conceito de revolução que possuímos na atualidade.

⁵¹¹ G. NICCOLINI, *Il tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p. 39.

Segundo P. CATALANO, o tribunato é uma forma de poder negativo em que o povo teria a expressão de seu poder através de seus representantes populares. O poder tribunício poderia, então, ser comparado com o instituto moderno da greve⁵¹².

Nesse sentido, o tribuno poderia ser comparado a um agitador popular. O poder é essencialmente popular. A função do tribuno é auxiliar o povo. Ele funciona como um catalisador do poder plebeu. No momento em que alguém precisa de sua ajuda, ele, catalisando a força de todo o povo, a direciona naquele que precisa de ajuda. O poder do tribuno é o poder do povo.

O tribunato foi uma grande conquista plebeia, porém, muitas vezes nos prendemos a alguns exageros dos relatos oriundos das fontes históricas e de alguns autores. Apesar de ter vindo a ser absorvido pelo príncipe em períodos posteriores, possivelmente o tribunato nunca teve uma existência legal e nunca fora uma magistratura romana⁵¹³.

Na atualidade, sempre são levadas a debate questões sociais e de classes. A desigualdade existe em todo o mundo. Em algumas localidades ela é mais discreta e em outras é escancarada.

Referindo-se ao *sciopero di Bologna*, P. CATALANO interpreta que o governo nada pode contra uma greve universal, ou ao menos nada verdadeiramente eficaz. Isso indica uma organização a longo tempo preparada, um propósito que quer ser alcançado, um impulso que vem a ser obedecido, uma força que se impõe e faz respeitar. Em uma palavra, isso indica que na comunidade citadina são duas sociedades e dois poderes: o legal e o revolucionário, o público e o secreto⁵¹⁴.

⁵¹² P. CATALANO, *Poder negativo*, in: Enciclopédia Saraiva do Direito, nº 59, São Paulo, Saraiva, 1981, p. 150 ss: a visão histórica das antigas secessões plebeias contribuiu para manter viva a ideia da greve geral durante o século XIX

⁵¹³ Nesse sentido, poderíamos afirmar que teriam havido dois tribunatos distintos. O primeiro, revolucionário, da plebe e o segundo, do povo.

⁵¹⁴ P. CATALANO, *Tribunato* cit. (nota 4 *supra*), p.23.

BIBLIOGRAFIA

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo. *Storia del Diritto Romano*, Napoli, Jovene, 7^a ed., 1936.

ARCES, Pierfrancesco. *Note in tema di sacrorum detestatio*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 5, 2006.

BARBAGALLO, Conrado. *Il problema delle origini di Roma*, Milano, Unitas, 1926.

BAUMAN, Richard Alexander. *Tribunician Sacrosanctity in 44, 36 and 35 B. C.*, in: *Rhein. Museum f. Philol.*, 124, pp.166-183, 1981.

BÉLOT, Émile. *De tribunis plebis: de origine et vi forma et modo*, Paris, A. Durand, 1872.

_____. *Histoire des Chevaliers Romains*, Paris, A. Durand, 1866.

BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, v.2, Paris, Éditions de Minuit, 1974.

BONFANTE, Pietro. *Storia del diritto romano*, 4^aed., Milano, Giuffrè, 1958-9.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. *História da Magistratura – O pretor no Direito Romano*. São Paulo, LCTE, 2011.

_____. *Il tribunato della plebe e il Ministerio Publico del Brasile* in: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 106/107, São Paulo, FDUSP, 2012, pp.49-63.

BRETONE, Mario. *Storia del Diritto Romano*, 4^a ed., Roma, Laterza, 1995.

BRITTO, Maria das Graças. *Direito de resistência e poder negativo no pensamento de Norberto Bobbio: uma análise crítica*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 9, 2010.

CALORE, Antonello. *'Bellum Iustum' e ordinamento feziale*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 4, 2005.

CATALANO, Pierangelo. *Derecho Romano Publico y Revoluciones*, Sassari, Gruppo di Ricerca sulla Diffusione del Diritto Romano, 19xx.

_____. *Poder negativo*, in: Enciclopédia Saraiva do Direito, n° 59, São Paulo, Saraiva, 1981, pp.147-159.

_____. *Tribunato e Resistenza*, Torino, Paravia, 1971.

_____. *Sovranità della Multitudo e Potere Negativo*, v.1, Torino, Giappichelli, 2005.

CATALANO, Pierangelo; FIRPO, Giulio; LOBRANO, Giovanni; VALLOCCHIA, Franco. *Sull'emissione filatelica celebrativa del MMD anniversario del giuramento della plebe al Monte Sacro e dell'istituzione del tribuno della plebe*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 7, 2008.

CASELLA, Paulo Borba. *Il foedus tra plebei e senato ed il problema del diritto internazionale: Dalla secessione della plebe all'autodeterminazione dei popoli*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 9, 2010.

COCCHIA, Enrico. *Il tribunato della plebe e la sua autorità giudiziaria*, Roma, L'erma di Bretschneider, 1971.

CAPOGROSSI COLOGNESI, Luigi. *Dalla Tribù allo Stato – Le istituzioni dello stato cittadino*. Roma, La Sapienza, 1990.

CONSTELA, Carlos. *El tribuno de la plebe*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n° 6, 2007.

_____. *Defensor del Pueblo: La más innovadora institución democrática del constitucionalismo iberoamericano contemporáneo*, in: Axe XI, Symposium 42, Toulouse, VI Congreso CEISAL, 2010.

DAVID, Jean-Michel e TANTILLO, Ignazio. *Conformismo e trasgressione: A proposito del tribunato della plebe alla fine della repubblica romana*, in: Studi Storici, ano 34, n° 1, 1993, pp.49-60.

DE FRANCISCI, Pietro. *Arcana Imperii*, III, Milano, A.Giuffrè, 1948.

DELL'ORO, Aldo. *La formazione dello stato patrizio-plebeo*, Milano, Cisalpino, 1950.

- DEL PONTE, Renato. *Santità delle mura e sanzione divina*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 3, 2004.
- DE MARTINO, Francesco. *Storia della Costituzione romana*. Napoli, Caldarola.
- DICTIONNAIRE DES RACINES DES LANGUES EUROPÉENNES, Paris, Larousse, 1948
- ERASMUS, H.J., *The origins of Rome in historiography from Petrarch to Perizonius*, Assen, Van Gorcum, 1962.
- FERENCZY, Endre. *From the patrician state to the patricio-plebeian state*, Amsterdam, Adolf. M. Hakkert, 1976.
- FERRAZ, Manoel. *Tribunato da Plebe*, São Paulo, Edusp, 1989.
- FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- GAROFALO, Luigi. *Appunti sul diritto criminale nella Roma monarchica e repubblicana*, 3ª ed., Verona, Cedam, 1997.
- GIOFFREDI, Carlo. *Il fondamento della "tribunicia potestas" e i procedimenti normativi dell'ordine plebeo*, in: SDHI, XI, 1945, pp.37-64.
- GRILO, Luca. *The Art of Caesar's Bellum Civile: Literature, Ideology, and Community*, Cambridge, University Press, 2012.
- GROSSO, Giuseppe. *Lezioni di storia del diritto romano*. 5ªed., Torino, Giappichelli, 1965.
- _____. *Sul tribunato della plebe*, in: Labeo, 20, 1974, pp.7-11.
- GUARINO, Antonio. *La rivoluzione della plebe*, Liguori, Napoli, 1975.
- _____. *Storia del diritto romano*, 8ªed., Napoli, Joveni, 1990.
- HALPÉRIN, Jean-Louis. *Tribunat de la plèbe et haute plèbe (493-218 av. J.C.)*, in: *Revue historique de droit français et étranger*, série IV, v. 2, 1984, pp.161-181.

- HUMBERT, Michel. *Institutions politiques et sociales de l'antiquité*, 4^aed., Paris, Dalloz, 1991.
- KUNKEL, Wolfgang. *Linee di Storia Giuridica Romana (Römische Rechtsgeschichte)*. Trad. ital. por Tullio e Bianca Spagnuolo Vigorita. Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1973.
- JHERING, Rudolf von. *O Espírito do Direito Romano*, vol. 1. Trad. port. por Rafael Benaion. Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934.
- JOÃO PAULO II, *Simón Bolívar y la Aspiración Latinoamericana a la "Patria Grande"*, Buenos Aires, CELA, Série Documentos, n°1.
- LAMBERTINI, Renzo. *Aspetti "positivo" e "negativo" della sacrosancta potestas dei tribuni della plebe*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 7, 2008.
- LANFRANCHI, Thibaud. *Les tribuns de la plèbe et la formation de la République romaine: histoire et historiographie*, tese de doutorado em história romana, Paris, Université Paris 1, 2012.
- LANGE, L. *De sacrosanctae potestatis tribuniciae natura eiusque origine commentatio*, Oxford, Oxford, 1883
- LEVI, Mario Attilio. *Tradición y polemica sobre el tribunado de la plebe republicano*, in: *Estudios de Historia Antigua*, 21, Madrid, 1976.
- LOBRANO, Giovanni. *Il potere dei tribuni della plebe*, Milano, Giuffrè, 1982.
- _____. *Plebei magistratus, patricii magistratus, magistratus populi romani*, in: *SDHI*, XLI, 1975, pp.245-277.
- _____. *A proposito dei difensori del popolo*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 9, 2010.
- _____. *Dottrine della 'inesistenza' della costituzione e il "modello del diritto pubblico romano"*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 5, 2006.

_____. *La Respublica romana, municipale-federativa e tribunizia: modello costituzionale attuale*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 3, 2004.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, 3ª ed., Trad. portuguesa de Sérgio Bath, Brasília, UNB, 1994.

MADEIRA, Hércio Maciel França. *Digesto de Justiniano: Introdução ao Direito Romano*, 7ªed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

MARGADANT, Guillermo. *Tribunado de la plebe: un gigante sin descendencia*, in: *Rev. Fac. Der. Mexico*, 24, 1974, pp. 219-256.

MASTROCINQUE, Attilio. *Aspetti del tribunato della plebe alle origini della Repubblica*, in: *Ius Antiquum*, v. 153, 1996, pp.62-68.

MAYR, Robert von. *Historia del Derecho Romano*, 2ª ed. Trad. esp. por Wenceslao Roces. Barcelona, Labor, 1941.

MEHÉSZ, Cornél Zoltán. *Juramento Romano*, Buenos Aires, Lavallo, 1963.

MEIRA, Sílvio. *História e fontes do direito romano*. São Paulo, Saraiva, 1966.

MERLIN, Alfred. *L'Aventin dans l'antiquité*. Paris, Albert Fontemoing, 1906.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Quarto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, Roma, Storia e Letteratura, 1969.

_____. *Quinto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, in: *Storia e letteratura*, vol. 2, 1975.

_____. *An interim report in the origins of Rome*, in: *JRS*, v. LIII, 1963, pp.95-121.

MOMMSEN, Theodor. *Storia di Roma antica (Römische Geschichte)*, trad. Italiana por D. Baccini, G. Burgisser e G. Cacciapaglia, Firenze, 1979.

_____. *Disegno del Diritto Pubblico Romano*. Trad. ital. por Pietro Bonfante. Milano, Francesco Vallardi, 19--.

_____. *Derecho Penal Romano*. Trad. esp. por P. Dorado. Madrid, España Moderna, 19--.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*, 15ªed., Rio de Janeiro, Forense, 2012.

MEUNIER, Nicolas. *Tribuni plebis ou Tribuni Militium? Le tribunat originel dans la Haute République de Rome*, in: *Lés Études classiques*, n° 79, 2011, pp. 347-360.

NIEBUHR, M.B.H., *Historie Romaine*, Trad. francesa por M.Golbéry, Paris, Levrault, 1830.

NÓBREGA, Vandick Londres da. *História e Sistema do Direito Privado Romano*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1959.

NICCOLINI, Giovanni. *Il tribunato della plebe*, Milano, Real Casa, 1931.

_____. *I fasti dei tribuni della plebe*, Milano, Guiffre, 1934.

ORESTANO, Riccardo. *I fatti di normazione nell'esperienza romana arcaica*, Torino, G. Giappichelli, 1967.

PAIS, Ettore. *Storia critica di Roma*, v. 3, Roma, Maglione & Strini, 1918.

PIGANIOL, André. *Essai sur les origines de Rome*, Paris, Boccard, 1917.

PILATTI, Adriano. *Crisi della divisione dei poteri (e della rappresentanza politica) e potere negativo: il dibattito della Costituente Brasiliana 1987-1988*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 9, 2010.

RICCOBONO JR., Salvatore. *Diritto Pubblico Romano*. Palermo, Herbita, 1989.

RICHARD, Jean-Claude, *Les origines de la plèbe romaine*. Roma, Palais Farnèse, 1978.

RIDGEWAY, William. *Who were the Romans?*. London, Oxford, 1907.

RINOLFI, Cristiana. *Gli stranieri e la religio: parole introduttive alla conferenza di L. Bussi e di M.R. Cimma «I Trattati E La Guerra: La Lunga Traccia Della Consuetudine Internazionale»*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 13, 2015

- ROSANVALLON, Pierre. *La contrademocracia: La política en la era de la desconfianza*, Trad. espanhola por Gabriel Zadunaisky, Buenos Aires, Manantial, 2007.
- ROTONDI, Giovanni. *Leges Publicae e Populi Romani*. Milano, OLMS, 1966.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social*, 5ªed., Trad. portuguesa por Lourdes Santos Machado, São Paulo, Nova Cultural, 1991.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Dicionário Latino-Português*, 10ª ed., Rio de Janeiro, Garnier, 1993.
- SCHIPANI, Sandro. *Defensa jurisdiccional de los derechos humanos y poder negativo*”, in: *Constitucionalismo latino y liberalismo*, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 1990, pp.15 ss.
- SERRAO, Feliciano. *Classi partiti e legge nella Repubblica Romana*, Pisa, Pacini.
- _____. *La Costituzione di Augusto*, in: ‘Storia di Roma’ 2, II, Torino, Einaudi, 1991.
- _____. *Secessione e giuramento della plebe al Monte Sacro*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 7, 2008
- SINI, Francesco. *Bellum, Fas, Nefas: Aspetti Religiosi E Giuridici Della Guerra (E Della Pace) In Roma Antica*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, Memorie*, n°4, 2005
- _____. *Diritto e pax deorum in Roma antica*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 5, 2006.
- _____. *Initia Urbis e sistema giuridico-religioso romano*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 3, 2004.
- _____. *Interpretazioni giurisprudenziali in tema di inviolabilità dei tribuni della plebe*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 2, 2003.
- _____. *Una sententia di iuris interpretes sulla inviolabilità dei tribuni della plebe*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 6, 2007.
- _____. *Ut iustum conciperetur bellum: guerra “giusta” e sistema giuridico-religioso romano*, in: *Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, n° 2, 2003.

- SOLHBERG, David. *Dictateurs et tribuns de la plèbe: problèmes de la république romaine à ses débuts*, in: Cahiers du Centre Gustave Glotz, n°1, vol.4, Paris, 1993.
- STELLA MARANCA, Filippo. *Il tribunato della plebe dalla lex Hortensia alla lex Cornelia*, Lanciano, Rocco Carabba, 1901.
- SYME, Ronald. *Ten tribunes*, in: JRS, LIII, 1963, pp.55-60.
- TALAMANCA, Mario. *Lineamenti di storia del diritto romano*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 1989.
- THOMAS, Yan. *Cicéron, le Sénat et les tribuns de la plèbe*, in: RHD, 55, 1977, pp. 189-210.
- TURELLI, Giovanni. *Audi iuppiter: il collegio dei feziali nell'esperienza giuridica romana*, Milano, Giuffrè, 2011.
- URIBE ÁNGEL, Manuel. *El libertador, su ayo e su capellán*, in: Homenaje de Colombia al Libertador Simón Bolívar en su Primer Centenario, Bogotá, Edición Oficial, 1884, p.74.
- VICO, Giambattista, *Principj di scienza nuova*, Napoli, Muziana, 1744.
- VIÑAS, Antonio. *Funcion del tribunado de la plebe: ¿reforma politica o revolucion social?*, Madrid, Universidad Autonoma de Madrid, 1983.
- VISHNIA, Rachel. *Lex Atinia de tribunis plebis in Senatum legendis*, in: Museum Helveticum, 46, 1989, pp.163-176.
- WARDE, William. *Roman essays and interpretations*, Oxford, Claredon Press, 1920.
- WISEMAN, T. P., *Remus: a Roman Myth*, Cambridge, 1995.
- ZABLOCKI, Jan. *'Leges votatae' nelle assemblee popolari*, in: Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana, n°10, 2011-2012.

ÍNDICE DAS FONTES

CASSIUS DIO

14.33 79, 100
53.17.9 105, 170, 172 14.35 121

Pro C. Cornelio

CICERO

1.48 96, 142

De domo

15.41 53 *Pro Sestius*

65 145

De inventione

79 98, 143

2.,52 73

Pro Tullio

De lege agraria

47 98, 144

2.17 64

49 99, 144

De legibus

2.21 111

DIODORO

3.18 69

12.25 67, 97

De provocationes

46, 99 143

DIONÍSIO DE

De republica

HALICARNASSO

2.9 18

Antiquitates Romanae

2.15 18

2.8 17

2.59 98

2.9 26

2.62 69

2.10 77

3.45 63

2.74 77

Pro Balbus

2.75 77

5.63 44
 6.34 46
 6.46 31, 38
 6.47 89, 125
 6.89 51, 90, 91, 115, 127
 129, 152, 155
 6.90 91, 92, 123
 6.95 119
 7.26 66
 10.32 92, 152
 10.43 40

GAIO

1.3 167

JUSTINIANO

1.2.2.3 36
 1.2.2.8 167
 1.2.2.2.20 50
 1.8.8 74
 1.8.9.1 75
 36.1.4 73
 49.15.5.2 110
 50.16.215 61

MACROBIUS

Saturnalia

3.7.5 76

PLUTARCO

Quaestiones romanae

81 54, 68, 78

POLÍBIO

3.87.8 68

SÊNECA, O VELHO

Controversias

1.5.3 67

SERVIUS

Aeneida

7.657 20

TÁCITO

Dialogus de oratoribus

36.5 65

TITO LÍVIO*Ab urbe condita*

1.6 21

1.8 19

1.15 23

1.20 23

1.24 112,113

1.32 112

1.33 22

2.8 169

2.23 28,29,108,116

2.32 30,40,47,83,84,119,159

2.33 84,119,159

2.54 80

2.56 56,167

2.58 36,163

3.11 67

3.21 58

3.32 85, 144, 151

3.36 85

3.37 68,85

3.38 68

3.45 85

3.51 41,42

3.52 86

3.53 86

3.54 42,86

3.55 86, 87, 88, 93, 133,157,
160, 163, 164, 165

4.6 84, 116

4.45 53

4.48 72

6.16 69

10.38 149

13.12 167

27.38 79

30.43 113

VALÉRIO MÁXIMO

6.5.4 70

VARRÃO*De lingua latina*

5.81 30

ZONARAS

7.14 102, 128

7.15 70

ÍNDICE DE AUTORES

ABBOTT, 50, 115

ARANGIO-RUIZ, 2, 9, 13, 23, 32, 104,
117, 130, 135, 146, 161, 172, 177

BARBAGALLO, 7

BELOT, 7, 16, 17, 18, 25, 27, 44

BONFANTE, 7, 17, 56, 113, 185

CATALANO, 2, 36, 37, 55, 56, 174, 175,
178, 179

COCCHIA, 2, 43, 45, 57, 58

DELL'ORO, 7, 16

FUSTEL DE COULANGES, 7, 9, 69,
122, 146

GAROFALO, 67, 70, 75, 76

GIOFFREDI, 2, 70, 73, 89, 96, 102, 112,
116, 119, 121, 123, 124, 126, 127, 128,
129, 132, 133, 139, 141, 142, 144, 146,
150, 156, 158, 165, 168

GUARINO, 2, 5, 7, 18, 25, 28, 31, 36,
48, 54, 63, 135, 138, 141, 143, 164,
166, 183

HUMBERT, 16, 183

IHNE, 8, 26

KUNKEL, 122

LANGE, 2, 87, 121, 135, 147, 183

LOBRANO, 2, 46, 49, 52, 54, 55, 66, 67,
162, 168, 172, 174, 175

MAQUIAVEL, 1

MARGADANT, 2, 45, 49, 50, 58

MARTIN, 7, 43, 54, 182

MEHÉSZ, 122, 123, 124, 184

MERLIN, 13

MEUNIER, 2, 26, 30, 33, 35, 53, 162

MOMIGLIANO, 7, 17, 29, 44, 128, 132

MOMMSEN, 7, 8, 27, 28, 29, 33, 36, 45,
48, 53, 60, 61, 67, 75, 119, 122, 125,
126, 127, 140, 141, 143, 172

NIEBUHR, 1, 2, 7, 14, 15, 19, 20, 27,
126

PIGANIOL, 13, 186

POMA, 25, 26, 36

RICCOBONO, 13

RICHARD, 7, 12, 15, 16, 19, 35, 36, 53,
140, 180

RIDGEWAY, 7, 14

ROSE, 7, 15

SERRAO, 18

SOHLBERT, 43, 44, 63

VICO, 8

WARDE, 69

Quadro – Tribunos da Plebe

I. Do Monte Sacro ao Decinverato (494 a.C. – 452 a.C.)⁵¹⁵

Ano (a.C.)	Nome dos tribunos	Observação	Fonte
494		Secessão da plebe, surgimento do tribunato.	
493	Segundo Lívio: <i>C. Licinius</i> ; <i>L. Albinus</i> (eleitos); <i>C. Sicinius</i> e outros dois cooptados. Segundo Dionísio: <i>L. Iunius Brutus</i> ; <i>C. Sicinius Bellutus</i> ; <i>C. Licinius</i> ; <i>P. Licinius</i> ; <i>C. Icilius Ruga</i> (todos eleitos).	Primeiros tribunos.	Liv. 2.29. Dio.Hal.6.89.1.
492	<i>Sp. Sicinius</i> .	<i>Lex (sacrata) Sicinia</i>	Dio.Hal.7.14.2 e 7.17.5.
491	<i>M. Decius</i> ; <i>C. Sicinius Bellutus II</i> .	Episódio de Coriolano.	Dio.Hal.7.33.1.
486	<i>P. Mucius</i> ; <i>C. Rabuleius</i> .	Episódio de <i>Spurio Cassio</i> .	Dio.Hal.8.72. Val.Max.6.3.2.
483	<i>C. Maenius</i> .		Dio.Hal.8.87.4.
481	<i>Sp. Licinius</i> .		Liv.2.43.3. Dio.Hal.9.1-2.
480	<i>Ti. Pontificius</i> .		Liv.2.44. Dio.Hal.9.5.1.
476	<i>Q. Considius</i> ; <i>T. Genucius</i> .		Liv.2.52.3.

⁵¹⁵ O presente quadro de tribunos foi retirado do Novíssimo Digesto Italiano, v. XIX e tem o intuito de servir de guia para o presente trabalho, facilitando a contextualização do leitor nos temas abordados.

475	<i>L. Caedicius; T. Statius.</i>		Liv.2.52.6.
474	<i>Cn. Genucius.</i>		Liv.2.54.1.
472	<i>Volero Publilius.</i>		Liv.2.56.1.
471	<i>C. Laetorius; Volero Publilius II.</i>	<i>Lex Publilia Voleronis</i>	Liv.2.56.5.
470	<i>Cn. Sicinius; L. Numitorius; M. Duillius; Sp. Icilius; L. Mecilius.</i>		Liv.2.58.1.
462	<i>C. Terentilius Harsa; Sex. Titius.</i>	Proposta de instituir os <i>quinqueviri</i> .	Liv.3.9.2. Dio.Hal.9.69.1.
461	<i>A. Verginius; M. Volscius Fictor.</i>		Dio.Hal.10.2.1 e 10.7.1. Liv.3.11.9.
460	<i>A. Verginius II; M. Volscius Fictor II.</i>		Liv.3.14.6.
459	<i>A. Verginius III; M. Volscius Fictor III.</i>		Liv.3.21.3.
458	<i>A. Verginius IV; M. Volscius Fictor IV.</i>		Liv.3.24.8.
457	<i>A. Verginius V; M. Volscius Fictor V.</i>	Aumenta-se o número de tribunos para dez.	Liv.3.29.8.
456	<i>L. Icilius.</i>	<i>Lex Icilia de Aventino publicando.</i>	Liv.3.31.1.
455	<i>L. Icilius II.</i>		Liv.3.31.1. Dio.Hal.10.33.1.
454	<i>C. Calvus Cicero; L. Siccius Dentatus.</i>		Liv.3.21.5. Dio.Hal.10.47.6.

II – Do Decinverato até as Leis Licínias-Sextias (449 a.C. – 367 a.C.)

Ano (a.C.)	Nome dos tribunos	Observação	Fonte
449	<i>L. Verginius; L. Icilius III; P. Numitorius; C. Sicinius; M. Duillius II;</i>	Plebiscitos Icílio e Duílio.	Liv.3.54.11.

	<i>M. Titinius; M. Pomponius; C. Apronius; Ap. Villius; C. Oppius.</i>		
448	<i>Sp. Tarpeius; A. Aternius; L. Trebonius Asper.</i>		Liv.3.65.1.
445	<i>C. Canuleius; C. Furnius.</i>	<i>Rogatio Canuleia de conúbio.</i>	Liv.4.1.1.
441	<i>Poetelius II.</i>		Liv.4.12.3-5.
439	<i>Q. Caecilius; Q. Iunius; Sext. Titinius.</i>		Liv.4.16.5-6.
436	<i>Sp. Maecilius.</i>		Liv.4.21.3-4.
423	<i>C. Iunius.</i>		Liv.4.40.6.
422	<i>Sex. Tempanius; M. Asellius; Ti. Antistius; Ti. Spurilius; L. Hortensius.</i>		Liv.4.42.1.
420	<i>A. Antistius; M. Canuleius; Sex. Pompilius.</i>		Liv.4.44.2-4.
416	<i>Sp. Maecilius IV; M. Metilius III.</i>		Liv.4.48.1-4.
415	<i>L. Decius.</i>		Liv.4.49.6.
414	<i>M. Sextius.</i>		Liv.4.49.11.
412	<i>L. Icilius.</i>		Liv.4.52.1-3.
410	<i>M. Menenius.</i>		Liv.4.53.2-4.
409	Três <i>Icili</i> (pertencentes à mesma família).		Liv.4.54.4.
401	<i>Cn. Trebonius; P. Curiatius; M. Metilius; M. Minucius; C. Lacerius; M. Acutius.</i>		Liv.5.10-12.
395	<i>T. Sicinius; A. Verginius; Q. Pomponius.</i>		Liv.5.24.11 e 5.24.6.
394	<i>T. Sicinius II; A. Verginius II; Q. Pomponius II.</i>		Liv.5.25.13.
393	<i>T. Sicinius III.</i>		Liv.5.29.1-3.

391	<i>L. Apuleius.</i>		Liv.5.32.8-9.
390	<i>Cn. Marcius.</i>		Liv.5.49.8.
387	<i>L. Sicinius.</i>		Liv.6.6.1.
384	<i>M. Menenius; Q. Publilius.</i>		Liv.6.19.5.
(384-327)	<i>Publilius</i>	<i>Lex Publilia de sponsu.</i>	Gai.4.22.
377-367	<i>C. Licinius Stolo I-X; L. Sextius Lateranus I-X.</i>	<i>Leges Liciniae-Sextiae.</i>	Liv.6.42.2.